



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 157 - SEXTA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 435, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Fundação Alírio Guerra de Macedo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curimatá, Estado do Piauí.....	28072
Nº 436, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Fundação Centro de Apoio Social de Camaçari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.	28072
Nº 437, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Baturiteense de Comunicação e Cultura – ACBCC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baturité, Estado do Ceará.....	28072
Nº 438, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical (Piauí) – ADECOMUNA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical do Piauí, Estado do Piauí.....	28072
Nº 439, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Cidadania – APC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.	28073
Nº 440, de 2001, que aprova o texto da nova versão do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsinki, em 17 de setembro de 1999.	28073
Nº 441, de 2001, que aprova o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de Y46.286.000.000,00 (quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes) por parte do Japan Bank for International Cooperation – (JBIC), para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000.	28073

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÃO

Nº 27, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$57,000,000.00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinados ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro – Proprev – Fase 1.	28074
--	-------

3 – ATA DA 151ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 2001

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 73/2001, de 5 do corrente, encaminhando as informações referente ao Requerimento nº 502, de 2001, do Senador Renan Calheiros. Ao Arquivo.	28075
---	-------

3.2.2 – Pareceres

Nº 1.285, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 8, de 2001 (nº 8.620/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 1.011/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada na Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal (TC nº 12.600/2000-6).....	28075
Nºs 1.286 a 1.289, de 2001, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs	

546, 547, 562 e 573, de 2001, respectivamente, solicitando informações a Ministros de Estado.

28077

Nº 1.290, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2001 (nº 678/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.

28079

3.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 661, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001, que cria autarquia federal Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Será votado após a Ordem do Dia.

28080

3.2.4 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado, dos Requerimentos nºs 546, 547, 562 e 573, de 2001, de autoria dos Senadores Geraldo Cândido, Antonio Carlos Valadares e da Senadora Marina Silva, que solicitam informações a Ministros de Estado, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

28080

Estabelecimento de calendário para tramitação da Medida Provisória nº 6, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), para os fins que especifica.

28080

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.

28080

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2001, de autoria do Senador Arlindo Porto, que regulamenta o exercício da profissão de Decorador, e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados.

28080

3.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR RICARDO SANTOS – Defesa da renegociação das dívidas dos produtores cafeeiros com o Banco do Brasil.

28080

SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Pronunciamento de despedida do mandato de senador

para assunção ao cargo de governador do Estado do Piauí, em decorrência de decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral.

28082

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Associa-se aos pronunciamentos de regozijo ao Senador Hugo Napoleão pela assunção ao cargo de Governador.

28098

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comentários à decisão do juiz da 1ª vara da Justiça Eleitoral, de homologar a prestação de contas do Prefeito de Curitiba/PR, Sr. Cássio Taniguchi. Protesto contra a abertura de inquérito pelo Tribunal Regional Federal do Paraná contra S. Exª, sob a alegação de uso indevido da bandeira do estado.

28098

SENADOR OSMAR DIAS – Comentários à desistência da participação das empresas no processo de privatização da Companhia Energética do Estado do Parná – COPEL.

28099

SENADOR PEDRO SIMON – Leitura da nota do PMDB sobre a cassação do mandato do governador Mão Santa, do Estado do Piauí.

28100

3.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/45, de 2001 (nº 3.604/2001, na origem), de 5 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença prévia para que possa apreciar a queixa-crime, constante dos autos do Inquérito nº 1.591, oferecida contra o Senador Renan Calheiros. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

28101

3.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 662, de 2001, de autoria da Senadora Heloísa Helena, requerendo que o Senado Federal encaminhe ao Tribunal de Contas da União solicitação de auditoria no Metrô do Distrito Federal para efeito da verificação dos quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada. Será incluído na Ordem do Dia da próxima terça-feira.

28101

3.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2001 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. À Comissão de Assuntos Econômicos.

28102

3.2.9 – Ofícios

Nº 149/2001, de 8 do corrente, do Senador Sérgio Machado, renunciando ao seu mandato no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ten-

do em vista o seu desligamento do Partido Social da Democracia – PSDB..... 28104

Nº 1.016/2001, de 7 do corrente, das Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 8, de 2001, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários..... 28105

Nºs 393 e 468/2001, de 7 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.224 e 2.230, de 2001. 28105

Nºs 600 e 601/2001, de 6 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 8 e 9, de 2001..... 28105

3.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 56, de 2001, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que acrescenta parágrafo ao art. 300 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina à votação de projetos de decreto legislativo para a outorga ou renovação de autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária. 28105

Projeto de Resolução nº 57, de 2001, de autoria da Senadora Marina Silva, que cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado Federal. 28107

3.2.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 56 e 57, de 2001, lidos anteriormente..... 28110

3.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (isenção de ICMS). **Votação adiada** para o dia 4-12-2001, nos termos do Requerimento nº 663, de 2001, tendo usado da palavra o Sr. Carlos Patrocínio. 28110

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2001 (nº 682/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura conces-

são de financiamento de quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes, por parte do Japan Bank for International Cooperation – (JBIC), para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000. **Aprovado.** À promulgação..... 28111

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2001 (nº 774/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi – AL, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. Carlos Patrocínio. À promulgação..... 28112

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2001 (nº 775/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul. **Aprovado.** À promulgação. 28112

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2001 (nº 777/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos de Guapiara – SAG, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiara, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação. 28113

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2001 (nº 778/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À promulgação. 28113

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2001 (nº 787/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação. 28114

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2001 (nº 792/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campestre FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Campestre, Estado de Alagoas. Aprovado. À promulgação.....	28114	os e a política de pagamento do serviço da dívida externa.....	28123
Item 9		SENADORA EMILIA FERNANDES – Registro da realização, em Porto Alegre, nos dias 24 a 27 de outubro passado, do Fórum Mundial de Educação.....	28126
Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2001 (nº 813/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaratama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaratama, Estado do Ceará. Aprovado. À promulgação.....	28115	3.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	
Item 10		SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro da reunião preparatória do Fórum Internacional Rio + 10, em outubro, sendo um dos temas a adoção de medidas protecionistas contra as exportações brasileiras impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).	28128
Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2001 (nº 819/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico Caraíbas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraíbas, Estado da Bahia. Aprovado. À promulgação.....	28115	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Realização, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, de audiência pública de abertura do Ciclo Nacional de Debates sobre as Instituições Financeiras Multilaterais, intitulada “As estratégias das instituições financeiras multilaterais, as políticas de ajuste e o papel do parlamento no Brasil”.....	28130
Item 11		SENADOR CARLOS BEZERRA – Regozijo pelo crescimento das exportações de produtos originários da região Centro-Oeste.	28133
Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2001 (nº 822/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Ebenezer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. À promulgação.....	28115	SENADOR EDISON LOBÃO – Comentários ao livro “Os Meandros do Congresso Nacional – Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras”, de autoria do Deputado Josué dos Santos Ferreira.	28135
3.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia		SENADOR SÉRGIO MACHADO – Preocupação com a ausência de uma política governamental destinada a sanar os problemas do setor agropecuário brasileiro.	28135
Requerimento nº 661, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado. O requerimento será incluído na Ordem do Dia da próxima 4ª feira, dia 14.	28116	SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Transcrição da reportagem publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , de 29 de outubro, intitulada “Velho Chico dá charme rústico a Sergipe”.	28137
3.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia		SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogios à atuação do grupo Comunidade Ativa, integrante do programa Comunidade Solidária, pelo desenvolvimento local integrado e sustentado, destinado a minorar os problemas socioeconômicos das povoações brasileiras mais carentes.	28139
SENADOR RENAN CALHEIROS – Considerações sobre a necessidade urgente do Governo Federal efetivar uma política de segurança pública, contemplando o combate ao terrorismo.	28117	3.3.4 – Comunicação da Presidência	
SENADORA MARINA SILVA, como Líder – Comentários sobre o julgamento dos assassinos do índio pataxó Galdino.....	28119	Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se, na próxima terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	28139
A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Solidariza-se com o pronunciamento da Senadora Marina Silva.....	28122	3.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do saldo positivo na balança comercial brasileira. Transcrição da matéria “Saldo da Balança Comercial chega a 1,5 bilhão de dólares”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo	28123	4 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR	
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Comentários sobre a greve dos professores universitários		Do Senador Paulo Souto, proferido na sessão do dia 6 de novembro de 2001.	28141

5 – EMENDAS		Nºs 2.163 a 2.165, de 2001.	28244
Nºs 20 a 28, adicionadas à Medida Provisória nº 9, de 2001.....	28143	Nº 2.166, de 2001, referente ao servidor Telmo Toledo Tenorio.....	28246
6 – ATAS DE COMISSÕES		Nº 2.167, de 2001, referente ao servidor Antônio Ricardo Malta de Azevedo.	28246
Ata da 21ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 7 de novembro de 2001.....	28154	Nº 2.168, de 2001, referente ao servidor Francisco José T. Cruz de C. P. Pessoa.....	28247
Atas da 5ª a 9ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001 – SF, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações não Governamentais – ONG, realizadas em 14, 21 e 28, de agosto de 2001, e 4 e 25, de setembro de 2001.....	28156	Nº 2.169, de 2001, referente à servidora Maria do Socorro Vasconcelos Formiga.....	28247
7 – ATOS DO PRESIDENTE		Nº 2.170, de 2001, referente à servidora Elizabeth Gil Barbosa Viana.	28248
Nºs 273 a 281, de 2001.	28237	Nºs 2.171 a 2.185, de 2001.	28248
8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL		Nº 2.186, de 2001, referente ao servidor Maerle Figueira de F. Lima.	28256
Nºs 2.157 e 2.158, de 2001.	28241	Nº 2.187, de 2001, referente ao servidor Aldemir Julião da Silva.	28256
Nº 2.159, de 2001, referente ao servidor Otávio Ferreira Lima.....	28242	9 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
Nº 2.160, de 2001, referente ao servidor Marcelo Bastos Tigre.....	28243	10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nº 2.161, de 2001, referente à servidora Myrian Beck Bisol.	28243	11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
Nº 2.162, de 2001, referente à servidora Andreyra Carneiro Vieira.	28244	12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 435 , DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Fundação Alírio Guerra de Macedo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curimatá, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 118, de 3 de abril de 2000, que autoriza a Fundação Alírio Guerra de Macedo a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curimatá, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 436 , DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Fundação Centro de Apoio Social de Camaçari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Fundação Centro de Apoio Social de Camaçari a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 437 , DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Baturiteense de Comunicação E Cultura – ACBCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baturité, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 246, de 7 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Baturiteense de Comunicação e Cultura – ACBCC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baturité, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 438 , DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical – Piauí – ADECOMUNA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 121, de 11 de agosto de 1999, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical – Piauí – ADECOMUNA a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 439 , DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Cidadania – APC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 165, de 12 de maio de 2000, que autoriza a Associação Pró-Cidadania – APC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2001

Aprova o texto da nova versão do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsinki, em 17 de setembro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da nova versão do Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimento, celebrado em Helsinki, em 17 de setembro de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo, bem como quaisquer ajustes comple-

mentares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2001

Aprova o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de Y 46.286.000.000,00 (quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes) por parte do “Japan Bank for International Cooperation” (JBIC) para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de Y 46.286.000.000,00 (quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes) por parte do “Japan Bank for International Cooperation” (JBIC) para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos dos quais possam resultar alteração ou revisão do referido Acordo, ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 28-9-01.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2001

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$ 57,000,000.00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinados ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro – Proprev – Fase 1.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal e da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$ 57,000,000.00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos), de principal.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro – Proprev – Fase 1.

Art. 2º Como condição prévia à contratação da operação de crédito de que trata esta Resolução, devem ser atendidas as seguintes condições, inclusive mediante manifestação por escrito do BID:

I – minuta aprovada pelo BID de instrumento jurídico contendo:

a) composição da Unidade de Coordenação de Programas – UCP; e

b) criação das Unidades de Execução Local – UEL do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da Secretaria de Previdência – SPS com o correspondente pessoal necessário ao início de seu funcionamento;

II – implantação de um sistema contábil e financeiro e de controle interno para o Programa;

III – ato administrativo para a criação da Unidade de Gestão de Tecnologia da Informação do INSS, com o correspondente pessoal necessário ao início de seu funcionamento;

IV – minuta aprovada pelo BID de instrumento jurídico que regule a gestão administrativa e financeira da execução do Programa entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o INSS;

V – minuta aprovada pelo BID de instrumento jurídico que regule a relação entre o INSS e a Dataprev;

VI – minuta aprovada pelo BID do Convênio de Participação dos Municípios na execução do Componente de Apoio à Reforma e Gestão da Previdência Social Municipal;

VII – minuta aprovada pelo BID do Regulamento Operativo.

Art. 3º A operação de crédito mencionada no art. 1º apresenta as seguintes características financeiras:

I – devedor: Ministério da Previdência e Assistência Social;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor pretendido: equivalente a US\$ 57,000,000.00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos);

IV – prazo: 240 (duzentos e quarenta) meses;

V – modalidade do empréstimo: moeda única – dólar norte-americano;

VI – carência: 36 (trinta e seis) meses;

VII – amortização: em 35 (trinta e cinco) parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possíveis, iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data prevista para o desembolso final e a última o mais tardar em 15 de novembro de 2021;

VIII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para Empréstimos Unimonetários Quantificados apurados durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável definida para todos os devedores, expressa em termos de uma porcentagem anual;

IX – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – despesas gerais: 1% (um por cento) do valor do empréstimo, desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possíveis, iguais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 151ª Sessão Deliberativa Ordinária em 8 de novembro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Jefferson Péres
Gilberto Mestrinho e da Sra. Heloísa Helena*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antônio Car-
los Júnior – Antonio Carlos Valadares – Artur da Ta-
vola – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos
Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner –
Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduar-
do Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra
– Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas
Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo
Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gil-
vam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão –
Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Sou-
za – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José
Agripino – José Alencar – José Coelho – José Edu-
ardo Dutra – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos
– Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Ota-
vio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo
Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miran-
da – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Na-
bor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon
– Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos
– Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero
Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Se-
bastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela
Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Ro-
berto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista
de presença acusa o comparecimento de 72 Srs.
Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor
Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 73/2001, de 5 do corrente, do Ministro de
Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior encaminhando as informações em resposta
ao Requerimento nº 502, de 2001, do Senador Renan
Calheiros.

*As informações foram encaminhadas,
em cópias, ao Requerente.*

O requerimento vai ao arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 1.285, DE 2001

**Da Comissão de Fiscalização e Con-
trole sobre o Aviso nº 8, de 2001 (nº
8.620/2000, na origem), do Tribunal de
Contas da União, encaminhando cópia da
Decisão nº 1.011/2000, bem como dos
respectivos Relatório e Voto que a funda-
mentam, sobre inspeção realizada na Co-
ordenadoria Especial do Metrô do Distri-
to Federal (TC nº 012.600/2000-6)**

Relator: Senador **Wellington Roberto**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Contro-
le o Aviso nº 8.620-SGS-TCU, de 29 de novembro de
2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União
– TCU, encaminha ao Senado Federal cópia da Deci-
são nº 1011/2000, adotada pelo Plenário daquela
Instituição, referente a inspeção realizada na Coorde-
nadoria Especial do Metrô do Distrito Federal.

Os documentos em comento foram encaminha-
dos pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento,
seguindo o procedimento que vem sendo ultimamen-
te adotado por aquela Corte de enviar a esta Casa Le-
gislativa cópia de todos os julgamentos atinentes a

fiscalizações. A documentação ora analisada foi recebida, em 30 de janeiro de 2001, neste Senado Federal, onde foi protocolizada como Aviso nº 8, de 2001, e encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle, em 16 de fevereiro de 2001, em virtude de suas atribuições regimentais.

A inspeção abrangeu o período de agosto de 1997 a março de 2000 e foi realizada por força da Decisão do TCU nº 440/2000 — Plenário. A Decisão determinou a inclusão do Metrô do Distrito Federal na amostra das obras a serem fiscalizadas pelo TCU, atendendo as demandas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em virtude da tramitação da Lei Orçamentária. Conforme assinalado no Voto do Ministro-Relator, não foram objeto de verificação os quantitativos das medições de serviço realizadas, em vista da exigüidade de tempo disponível para o encerramento dos trabalhos.

1.2 — Análise de Matéria

A inspeção constatou a ocorrência de algumas impropriedades na execução dos contratos, das quais ressaltam as seguintes:

- a) ausência da devida justificativa do preço das parcelas mensais no valor de R\$523.036,00 e R\$534.680,31, referentes aos serviços de manutenção acordados nos Aditivos R e T, Contrato nº 1/92. Após a apresentação das alegações de defesa, com argumentações acerca dos valores incorridos na manutenção e conservação do empreendimento, a equipe técnica do Tribunal opinou pelo acolhimento das alegações. O Tribunal deliberou por determinar à Coordenadoria que faça constar do Relatório Trimestral e Acompanhamento da obra, determinado pela Decisão nº 674/95 — Plenário, capítulo específico indicando detalhadamente os custos incorridos com manutenção e conservação;
- b) pagamentos de R\$227.518,00 e R\$564.907,07 sem a necessária justificativa para o preço. Após a oitiva dos responsáveis, a unidade técnica entendeu que as informações prestadas eram suficientes para elidir a irregularidade. À continuação, o Pleno deliberou por determinar à Coordenadoria Especial do Metrô que, doravante, apresente a devida justificativa de preço na contratação de qualquer serviço sem lici-

tação, nos termos da Lei nº 8.666/93 (art. 26, parágrafo único, III);

- c) falta de iniciativa da Coordenadoria para rever os preços unitários contratados, constantes da Planilha de Quantidade e Preços, que estivessem em desacordo com os preços de mercado, contrariando o preconizado no art. 65, II, d, do Estatuto das Licitações. Após as explicações dos responsáveis, a equipe de inspeção sugeriu ideterminações à Coordenadoria para que proceda a revisões peiriódicas de preço, com vistas a assegurar a semelhança dos valores pagos aos contratantes com os preços de mercado e atente ao disposto no art. 6º, IX, f, da Lei nº 8.666/93, evitando a contratação por preços médios. Essas determinações foram encampadas **in to-tum** pelo Colegiado.

Além disso, realizou-se diligência junto à Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, a fim de esclarecer a operação de financiamento da aquisição de vagões do metrô do Distrito Federal, que resultou superposta a recursos do Convênio nº 20/98, firmado entre a União e o Distrito Federal. Cumpre ressaltar que a Finame é uma empresa subsidiária do BNDES, constituída em 1964, tendo como finalidade precípua promover o desenvolvimento e a consolidação do parque nacional produtor de máquinas e equipamentos, e atuando mediante operações específicas de financiamento desses bens. Conquanto apresentadas pela Finame as razões de seu procedimento, o TCU houve por necessário determinar à Entidade que implemente as medidas necessárias objetivando evitar a concessão de empréstimo para financiamento de objeto já contemplado com recursos de outras fontes.

O trabalho fiscalizatório implementado pelo Tribunal não verificou a ocorrência de graves irregularidades na obra do metrô do Distrito Federal. No entanto é digno de menção que, ao longo da inspeção, alguns aspectos atinentes ao custo de serviços e produtos contratados foram questionados pelos técnicos do TCU, em especial aqueles relativos a conservação e manutenção da obra e os concernentes às contratações por preços médios.

Todavia, considero importante consignar que o acompanhamento concomitante, com o ora realizado, por meio de análise dos relatórios apresentados pela Coordenadoria Especial do Metrô, complementado por inspeções periódicas, é instrumento bastante eficaz de controle em projetos de maior complexidade e materialidade, como exemplo a obra que ora se aprecia.

Assim, à parte aquelas questões, a Importância do Metrô para o sistema de transportes coletivos de Brasília é flagrante. Trata-se, inegavelmente, de obra com grande alcance social, em que o atraso de sua efetiva entrada em operação traduz-se num dia mais de privação de milhares de usuários, notadamente daqueles de baixa renda, que poderiam estar usufruindo de um sistema de transportes muito mais confortável, seguro e rápido. Em face disso, cediço que os esforços devam convergir para a finalização das obras e sua efetiva operação, o mais rápido possível.

II – Voto do Relator

Considerando que os indícios de irregularidades inicialmente apontados nas inspeções realizadas pelas equipes de auditoria do Tribunal de Contas da União, em especial a que decorreu do cumprimento da Decisão nº 1.011/2000, na execução das obras do Metrô do Distrito Federal, foram esclarecidos pelo Metrô-DF e não se confirmaram haver graves irregularidades conforme relatório do próprio TCU, recomendamos a continuidade das inspeções, como é de praxe aquele Tribunal, bem como a continuidade das obras até sua conclusão, evitando assim sérios prejuízos financeiros no empreendimento, que tem como sua maior finalidade o atendimento da população no setor de transporte.

Diante do exposto, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle: **a)** tome conhecimento do teor da Decisão nº 1.011/2000, do Tribunal e Contas da União, relativa à inspeção realizada na obra do Metrô do Distrito Federal; **b)** oficie ao Tribunal de Contas da União, solicitando a continuidade das inspeções periódicas; e **c)** delibere pela remessa do Aviso nº 8, de 2001 ao Arquivo.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2001. –
Ney Suassuna, Presidente – **Wellington Roberto**, Relator – **Antônio Carlos Júnior** – **Romero Jucá** – **Geraldo Althoff** – **Jonas Pinheiro** – **Luiz Otávio** – **Juvêncio da Fonseca** – **Ricardo Santos**.

*LEGISLAÇÃO CITADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 6º Para os fins desta lei, considera-se:

IX – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

26. As dispensas previstas nos incisos III a XV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do § 2º do art. 8º desta lei deverão ser comunicados dentro de 3 (três) dias à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será intruído, no que couber, com os seguintes elementos:

III – justificativa do preço.

Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo as partes:

d) (Vetado).

Com referência ao Parecer nº 1.285, de 2001, sobre o Aviso nº 8, de 2001, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às solicitações contidas em suas conclusões.

PARECER Nº 1.286, DE 2001

Da Mesa do Senado Federal sobre o Plequerimento nº 546, de 2001.

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 546, de 2001, que requer ao Ministro das Minas e Energia, em

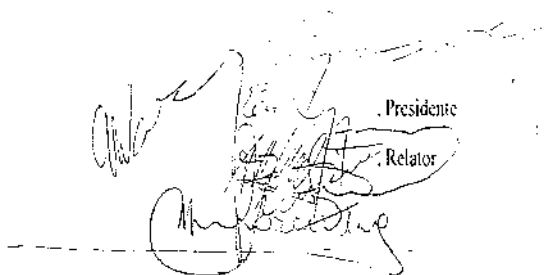
razão das graves denúncias noticiada pela revista **Época** de 3 de setembro de 2001, informações relativas ao contrato, acidente e seguro da Plataforma da Petrobras denominada P-36.

O referido requerimento veio a esta mesa com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, no art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da mesa nº 1 de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

PARECER Nº 1.287, DE 2001

**Da Mesa do Senado Federal sobre o
Requerimento nº 547, de 2001.**

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 547, de 2001, que requer ao Ministro da Ciência e Tecnologia, informações a respeito do vazamento de líquido radioativo ocorrido há cerca de quatro meses na Usina Nuclear de Angra I, construída na Praia de Itaorna de, Angra dos Reis, Rio de Janeiro.

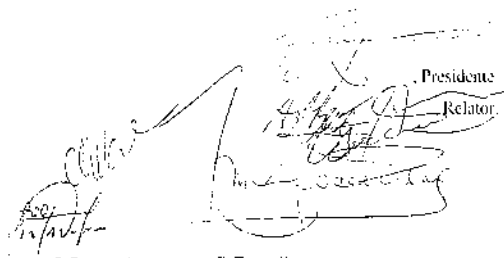
O referido requerimento veio a esta mesa com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, no Art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato da mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigi-

das pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamos-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

PARECER Nº 1.288 DE 2001

**Da Mesa do Senado Federal, sobre
o Requerimento Nº 562, de 2001.**

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

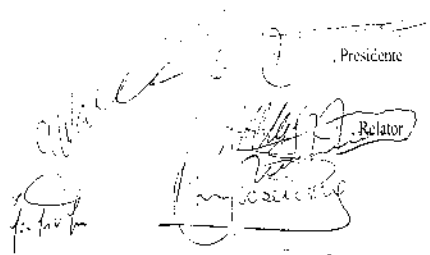
Trata-se de examinar o Requerimento nº 562, de 2001, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre denúncia recente do Banco Central sobre um erro da ordem de US\$30,000,000,000.00 (trinta bilhões de dólares), na dívida externa brasileira.

O referido requerimento veio a esta Mesa com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, no art. 215, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

PARECER Nº 1.289, DE 2001

**Da Mesa do Senado Federal sobre o
Requerimento Nº 573, de 2001.**

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

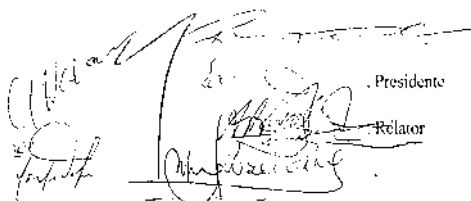
Trata-se de examinar o Requerimento nº 573 de 2001, que requer ao Ministro de Estado do Planejamento e Gestão informações relativas ao Relatório do Ministério que avalia os 50 programas prioritários e o Relatório dos 50 Gerentes destes mesmos programas.

O referido requerimento veio a esta Mesa com fundamento nos arts. 50, § 2º, e 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, no art. 215, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigida pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

PARECER Nº 1.290, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2001 (PDC nº 678, de 2000, na Câmara dos Deputados), que “Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000”.

Relator: Senador **José Coelho**

Relator ad hoc: Senador **Romeu Tuma**

I — Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo através da Mensagem nº 785, de 8 de junho de 2000, submete, ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR). Em 9 de junho de 2000, a Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 13 de setembro de 2001. A tramitação no Senado Federal foi iniciada no dia 25 de setembro subsequente.

Nesta Casa, a proposição sob comento foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 5 de outubro de 2001 e, na Comissão ao relator signatário em 10 de outubro seguinte.

É o relatório.

II – Voto

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo e deveras importante acordo internacional. Brasil e Panamá, para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre eles, decidiram firmar o instrumento sob análise em que definem a isenção de vistos em passaportes comuns no trânsito entre os dois países. Esse caráter do acordo está bem resumido na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, no trecho transcrito abaixo:

O referido acordo reflete o anseio dos dois países em intensificar suas relações de amizade, tendo como objetivo facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro, incrementando-se o fluxo de intercâmbio turístico, bem como estreitando ainda mais os laços de amizade existentes.

Por último, é de salientar a importância do Panamá como conexão de muitas rotas internacionais, sejam turísticas ou comerciais, o que, sem dúvida, reforça o mérito do acordo, além de que, pela sua natureza

PARECER Nº 1.289, DE 2001

**Da Mesa do Senado Federal sobre o
Requerimento Nº 573, de 2001.**

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

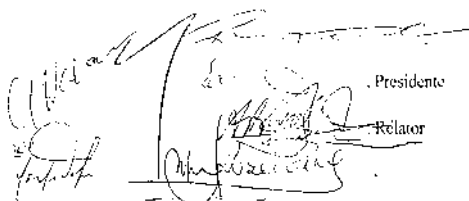
Trata-se de examinar o Requerimento nº 573 de 2001, que requer ao Ministro de Estado do Planejamento e Gestão informações relativas ao Relatório do Ministério que avalia os 50 programas prioritários e o Relatório dos 50 Gerentes destes mesmos programas.

O referido requerimento veio a esta Mesa com fundamento nos arts. 50, § 2º, e 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, no art. 215, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigida pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões,



Presidente
Relator

PARECER Nº 1.290, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2001 (PDC nº 678, de 2000, na Câmara dos Deputados), que “Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000”.

Relator: Senador **José Coelho**

Relator ad hoc: Senador **Romeu Tuma**

I — Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo através da Mensagem nº 785, de 8 de junho de 2000, submete, ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR). Em 9 de junho de 2000, a Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 13 de setembro de 2001. A tramitação no Senado Federal foi iniciada no dia 25 de setembro subsequente.

Nesta Casa, a proposição sob comento foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 5 de outubro de 2001 e, na Comissão ao relator signatário em 10 de outubro seguinte.

É o relatório.

II – Voto

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo e deveras importante acordo internacional. Brasil e Panamá, para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre eles, decidiram firmar o instrumento sob análise em que definem a isenção de vistos em passaportes comuns no trânsito entre os dois países. Esse caráter do acordo está bem resumido na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, no trecho transcrito abaixo:

O referido acordo reflete o anseio dos dois países em intensificar suas relações de amizade, tendo como objetivo facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro, incrementando-se o fluxo de intercâmbio turístico, bem como estreitando ainda mais os laços de amizade existentes.

Por último, é de salientar a importância do Panamá como conexão de muitas rotas internacionais, sejam turísticas ou comerciais, o que, sem dúvida, reforça o mérito do acordo, além de que, pela sua natureza

de liberação de fluxos, representa mais um pequeno passo na pretendida integração das Américas.

Por todo o exposto, por considerarmos ser conveniente aos interesses; do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2001, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000".

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2001. – **Jefferson Péres**, Presidente – **José Coelho**, Relator – **Gilberto Mestrinho** – **João Alberto Souza** – **Romeu Tuma** – Relator Ad hoc – **Luiz Otavio** – **Íris Rezende** – **Tião Viana** – **Hugo Napoleão** – **José Sarney** – **Pedro Piva** – **Geraldo Cândido** – **Valmir Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 661, de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001, que cria autarquia federal Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2001. – **Artur da Tabela** – **Francelino Pereira** – **Geraldo Melo** – **Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado aprovou os Requerimentos n.ºs 546, 547, 562 e 573, de 2001, que solicitam informações a Ministros de Estado, de autoria dos Srs. Senadores Geral Cândido e Antonio Carlos Valadares e da Srª Senadora Marina Silva, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que é o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória nº 6, de 2001.

Publicação no **DO** 24-10-2001

Designação da Comissão 26-10-2001(SF)

Instalação da Comissão 29-10-2001

Emendas Até 29-10-2001 (6º dia da publicação)

Prazo na Comissão 24-10 a 9-11-2001 (14º dia)

Remessa à Câmara 9-11-2001

Prazo na CD 10-11 a 23-11-2001 (14 dias)

Recebimento previsto no SF 23-11-2001

Prazo no SF 24-11 a 4-12-2001 (42º dia)

Se modificado, devolução à CD 4-12-2001

Prazo para apreciação das modificações do SF, pelo CD 5-12 a 7-12-2001 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 8-12-2001 (46º dia)

Prazo final no Congresso 19-2-2001 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; e

– Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2001, de autoria do Senador Arlindo Porto, que regulamenta o exercício da profissão de Decorador e dá outras providências.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Solicito a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável para falar no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será inscrito na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, por 20 minutos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebe-

mos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo documento contendo informação de que o Banco do Brasil não está assinando novos contratos de custeio na linha Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, para os cafeicultores do nosso Estado.

Aquela instituição financeira está apenas renovando os contratos antigos dos financiamentos Pronaf – custeio, por prazo de um ano. Isto significa exatamente adiar por um ano a liquidação do passivo junto ao agente financeiro e, por outro lado, inviabilizar a execução das atividades necessárias à realização da nova safra (aquisição de insumos, tratamentos culturais e colheita), utilizando esse expediente como se fosse uma prorrogação dos débitos referentes ao ano anterior. Desta forma, o pequeno cafeicultor deixa de ter acesso a um mínimo de recursos de custeio para a nova safra.

Mediante o documento, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo informa também que, numa ação articulada com as demais federações de trabalhadores de Minas Gerais, Paraná, Rondônia e Pará, estarão, nesta semana, aqui em Brasília, contactando as Bancadas dos seus respectivos Estados e as autoridades do Poder Executivo – em especial, o Ministério do Desenvolvimento Agrário –, visando modificar a decisão do Banco do Brasil de não contratar novos empréstimos do Pronaf – custeio para o café.

Como se sabe, a origem de todo esse problema está no declínio acentuado dos preços do café, hoje com os mais baixos índices dos últimos 30 anos, acarretando uma crise que vem adquirindo contornos de calamidade, tanto em áreas de café arábica como de conilon: produtores vêm abandonando lavouras, outros, substituindo áreas, e muitos pequenos produtores e parceiros já não encontram motivação de natureza econômica para permanecer com a atividade. Certamente, muitos migrarão para as cidades, fazendo crescer a periferia e agravando os problemas sociais nas áreas metropolitanas, um dos grandes desafios que enfrentamos.

A ansiedade desses pequenos produtores é perfeitamente justificável, uma vez que os registros históricos do sistema nacional de crédito os têm como “bons pagadores”, com índices de inadimplência muito baixos em comparação com outras categorias de clientes dos agentes financeiros. Sem acesso ao capital de giro para realizar a receita da próxima safra, crescem as incertezas de cumprimento dos seus compromissos, inclusive daqueles de natureza bancária.

Consideramos justo o pleito da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo, que, em síntese, solicita explicitamente a possibilidade de assinarem contratos novos do Pronaf – custeio para o café e que, necessariamente, envolve a concepção de novos mecanismos que permitam aos pequenos produtores pagar suas dívidas, por prazo mais longo que os 12 meses previstos na renovação dos contratos antigos.

Relembramos, nesta oportunidade, algumas sugestões que já apresentamos às autoridades da política cafeeira e creditícia, relativas à agricultura familiar, que sempre discuto com o Senador Gerson Camata, companheiro de Bancada do Estado do Espírito Santo, que tem sido sempre um grande batalhador pela cafeicultura do nosso Estado:

- Renegociação das dívidas dos produtores (pequenos proprietários e parceiros), mutuários do crédito rural do Pronaf, recompondo sua capacidade de pagamento, com prazo compatível, em substituição à simples renovação dos contratos antigos de custeio;
- Concepção e implementação de um programa de financiamento de recepa, com revigoramento dos cafezais de menor produtividade, visando reduzir a oferta do produto no curto prazo e melhorar a produtividade das lavouras recuperadas; e
- Elevação da dotação de crédito de custeio do Pronaf, passando os recursos do Pronaf-C (Pronafinho), destinados aos pequenos produtores, de R\$12 milhões para R\$25 milhões, e os das outras linhas de crédito do Pronaf, de R\$42 milhões para R\$80 milhões.

Cabe lembrar que, no caso específico do Espírito Santo, que ocupa hoje o segundo lugar no **ranking** nacional dos produtores de café e o primeiro lugar na produção do café conilon (robusta), temos alguns dados que revelam a extrema importância econômica e social dessa cultura para o nosso Estado.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Ricardo Santos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Ricardo Santos, antes que V. Ex^a termine seu pronunciamento, quero cumprimentá-lo. V. Ex^a tem sido constantemente um porta-voz dos cafeicultores, da

agricultura do Estado do Espírito Santo e do Brasil, aqui no Senado Federal. Os agricultores estão cada vez mais precisando de voz. O que assusta não são os fatos que estão ocorrendo, mas a insensibilidade dos setores do Governo para os problemas da agricultura no Brasil. Cansei de brigar aqui contra o IBC e o confisco. Entretanto, já estou com saudade do IBC, porque, naquele tempo, o Governo sabia quando havia uma crise na produção ou na comercialização do café, o que não ocorre atualmente. O Banco do Brasil, antigamente um banco dedicado ao fomento da produção agrícola, um porta-voz que nos ajudava a antecipar os problemas que a agricultura enfrentaria, hoje é um banco comercial comum, o carrasco dos agricultores. Transformou-se em um banco dos funcionários do Banco do Brasil. Deveria tirar esse nome "Brasil" do Banco, porque não faz nada mais pelo País. É um banco comercial que visa a lucro como todos os outros. Deveria, portanto, ter o nome de Banco Comercial do Brasil, já que não se conta mais com a sensibilidade que tinha no fomento à indústria, à agricultura. Seria bom que o Banco agisse como o fazia anteriormente. E outro problema simples – e V. Ex^a enfoca bem; porque mencionou as providências que pretende levar às autoridades – é que estamos na véspera ou no meio de uma crise de leite. Vamos importar leite. Estão abatendo as matrizes, e ninguém no Governo está preocupado. Eles estão preocupados com a Argentina, em mandar dinheiro para lá, aumentando-lhe o faturamento para que ela fique superavitária em US\$1 bilhão com o Brasil. Mas por que não há R\$80 milhões para as lavouras do Espírito Santo, para o Pronaf? São essas coisas que nos causam espanto. V. Ex^a precisa continuar sendo essa voz que briga, que luta, que verbera e que traz aos ouvidos do Governo aquilo que outros setores, como o Banco do Brasil, deveriam fazer. Porque, quando o desastre ocorrer – e V. Ex^a já o anuncia – milhares de lavradores estarão correndo para as favelas. Aí será tarde para socorrê-los. Parabéns a V. Ex^a

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço, Senador Gerson Camata, pelo seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a sempre, na sua atividade parlamentar, como Deputado Federal, como Governador do Estado e como Senador, foi um grande defensor das causas dos agricultores capixabas, em particular dos cafeicultores. Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Como eu disse, no Estado do Espírito Santo, de 73.288 estabelecimentos agropecuários, 56.169 produzem café, ou seja, 76%. Com uma população economicamente ativa de 446.746 pessoas, 362.343 tra-

balham (ainda que não o ano todo) na cafeicultura, ou seja, 81%, sendo 45% de mão-de-obra familiar do proprietário, 48% de parceiros e 7% de empregados permanentes. Esses dados dão-nos uma dimensão razoável da cafeicultura capixaba: trata-se de atividade típica da agricultura familiar, onde mais de 80% das famílias tocam suas próprias lavouras, sejam pequenos proprietários ou parceiros.

Atentos aos problemas da cafeicultura e procurando mitigar os efeitos da crise sobre os produtores, especialmente sobre os produtores familiares, apresentamos, e foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, emenda à proposta Orçamentária da União, destinando recursos do Funcafé, da ordem de R\$200 milhões, para todo Brasil, para aplicação em investimentos visando a aplicação desses recursos em investimentos na melhoria da produtividade e qualidade do produto. Antes, os recursos do Funcafé eram destinados apenas ao custeio da safra e à retenção de estoques de café.

Ao apresentar aqui a nossa solidariedade com os pequenos cafeicultores do Espírito Santo, registramos que o momento por que passa a cafeicultura nacional é extremamente grave mas, mesmo que não se vislumbrem, para o futuro, patamares de preços equivalentes aos praticados no passado, as autoridades públicas e particularmente o Banco do Brasil e as autoridades fazendárias devem criar mecanismos para uma saída mais justa e socialmente desejável, para os agricultores familiares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a minha inscrição, para uma comunicação inadiável na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, por permuta com a Senadora Marina da Silva.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão; Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Jefferson Perez; Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna, na sessão de hoje, para um despedida.

Cheguei ao Congresso Nacional, nos idos de 1975, representando o povo do Piauí na Câmara dos Deputados; já lá ia, àquela época, com 38.075 votos. De lá para cá, fui reeleito Deputado Federal em 1978, dessa feita, com 53 mil votos.

Aqui vejo no plenário, por exemplo, o estimado amigo, Senador Nabor Júnior. Juntos chegamos à Casa em 1975. Desempenhei funções: fui vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e vice-líder do antigo PDS. E, em 1982, após vinte anos de eleições indiretas para Governador, fui eleito Governador do Estado do Piauí pelo voto direto e secreto dos meus conterrâneos. Quero dizer que, desde a campanha de 1974, Sr. Presidente, defendi ardorosamente a extinção do AI-5, dos atos institucionais, dos atos complementares e da Lei de Segurança Nacional. Defendi a sua revogação, com a extinção do banimento da prisão perpétua e da pena de morte. V. Exª deve lembrar-se bem, Sr. Presidente Edison Lobão, porque fomos colegas e vice-líderes juntos, e tive a subida honra de desfrutar da sua inteligente companhia e, também, dos seus sábios conselhos, sugestões e orientações. Defendíamos, também, a extinção dessas penas. Enfim, eu era um liberal dentro do meu partido. Naquela época, havia efetivamente televisão, horário eleitoral gratuito, só que o programa não era produzido, era direto e ao vivo. Mais adiante, veio a Lei Falcão, já proibindo, em 1978, como em 1982, que nós, candidatos, aparecêssemos ou comparecêssemos diante das câmeras. Então, sempre me considerei liberal, até porque na universidade onde estudei, Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fui representante de turma, vice-presidente, presidente do diretório e orador da turma, sempre defendendo, ardorosamente, as idéias de renovação e de mudança do sistema de então. E essa bandeira levei, também, para o escritório do ex-ministro Vítor Nunes Leal, de quem fui colega – obviamente ele era meu chefe – no seu escritório do Rio de Janeiro.

Lá, tive, inclusive, a subida honra, embora num momento difícil, de ser advogado do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ainda há poucos dias, enviei uma cópia dessa procuração, apenas para conhecimento, ao eminente jornalista Marcos Moreira Alves. A procuração era outorgada para Heráclito da Fontoura Sobral Pinto, para Cândido de Oliveira Neto, Evaristo de Moraes Filho, Noé Azevedo e o modesto orador que assoma à tribuna neste instante, perante a Comissão Geral de Investigações, numa investigação sumária feita em função do AI-5.

Então, sempre me considereei um liberal na acepção política do termo. Nunca, embora alguns pudessem assim pensar, tive a pecha de um reacionário ou de um direitista conservador. E foram essas idéias que levei para o governo do Piauí, onde, politicamente, fui advogado da campanha de Tancredo Neves para Presidente de República.

A Assembléia Legislativa do meu Estado, sob a minha orientação e meu comando – sabe bem o Senador José Coêlho, aqui presente, que sempre me honrou e distinguiu com a sua amizade –, foi a primeira do Brasil a eleger os seis delegados ao Colégio Eleitoral, todos eles do PDS, mas para votar em Tancredo Neves. Afinal, era um rompante daquele jovem liberal ainda, que, desejando ver as coisas modificadas no Brasil, estava a defender o regime democrático e eleições limpas.

No Governo, tive a felicidade de ter tido uma obra, da qual me dispensei de falar, mas que foi marcante, atuando em favor do funcionalismo público, que sempre defendi, pagando rigorosamente em dia bons salários, até que, nos idos de 1996, candidatei-me ao Senado, onde, novamente, voltei a encontrar V. Exª, Sr. Presidente, nesta Casa, como Senador pelo seu querido e glorioso Estado do Maranhão.

Novamente, percorri estradas. O Presidente José Sarney, por quem nutro grande admiração e profunda estima, nomeou-me para dois Ministérios – o da Cultura e o da Educação. No primeiro, entre Celso Furtado e José Aparecido; no segundo, sucedendo Marco Maciel e Jorge Bornhausen, dois dos meus mais diletos e queridos amigos. O primeiro, não há dúvida, é uma espécie de ideólogo do Partido da Frente Liberal, Marco Maciel. Homem reconhecidamente de vida limpa, ilibada, correta. Inclusive, Srªs e Srs. Senadores, S. Exª tinha mais noticiário quando era Senador da República do que hoje, como vice-presidente, porque é discreto. Ele usa da discrição para não trazer, de forma alguma, o menor embaraço ao Senhor Presidente da República. Mas, como dizem, é um “senhor político”.

E o que dizer do Senador Jorge Bornhausen? Fui Presidente Nacional do PFL por duas vezes. Eleitos em convenção, o primeiro foi o Senador Jorge Bornhausen; o segundo, o vice-presidente; e eu, o terceiro. Tive a honra de presidir o Partido da Frente Liberal, após haver sido, como já havia dito, Senador por duas ocasiões.

Candidatei-me novamente às eleições como Senador em 1994. Já, aí, tive a felicidade de ser sufragado por mais de meio milhão de piauienses, o que me trouxe muito estímulo e muita força. Fui também

Ministro de Estado das Comunicações no Governo do Presidente Itamar Franco, na época em que o Senador Pedro Simon era o seu líder nesta Casa.

Em todos esses postos – não vou alongar-me nas ações que fiz – procurei servir ao Brasil e, servindo ao meu País, também servir ao Nordeste e ao meu querido Estado do Piauí, de povo glorioso, sofrido, mas aguerrido, forte, corajoso. Procurei servir, também, por meio da dinamização do sistema de comunicações.

Vejo aqui, também, a estimada amiga Senadora Maria do Carmo Alves, cujo esposo, Governador João Alves Filho, um dos bons amigos que a vida me deu, foi Governador do Estado de Sergipe quando fui Governador do Piauí.

Este é, portanto, um momento de sentimentos, porque é um momento de despedidas. Todos têm conhecimento – não vou mais moer e remoar os fatos – de que anteontem, terça-feira, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, fui levado à condição de assumir amanhã novamente o Governo do Estado do Piauí.

O que aleguei à época? Aleguei as benesses, desenfreadas em todos os campos, em todos os sentidos, em todos os setores; aleguei que houve corrupção eleitoral e abuso do poder econômico por parte do ex-governador do Piauí, cujo mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral nessa decisão de anteontem, juntamente com o seu vice-governador. E demonstrei, à saciedade, com documentos, com provas, com depoimentos pessoais de testemunhas, a verdadeira aberração que se constituiu a ação do Governo do Piauí no ano de 1998, quando me candidatei a Governador do Estado e não fui eleito por uma diferença ínfima, no final.

E o Tribunal Superior Eleitoral declarou que houve nexo de causalidade, ou seja, houve, nas ações desenvolvidas em torno da corrupção eleitoral e do abuso do poder econômico, alteração nos resultados das eleições. No entanto, não me aprofundei, exatamente, naqueles elementos do processo, para não remoar e não revolver coisas do passado.

Na verdade, Sr. Presidente, estou assumindo um governo que ganhei. Estou assumindo o Governo do Estado do Piauí, que me foi outorgado pela escolha livre dos meus queridos conterrâneos para uma missão árdua, dura. Fui aguerrido e sou reconhecido pelas pesquisas de opinião pública como o opositor autêntico ao Governo anterior e ao ex-governador do Estado do Piauí, porque levei as denúncias à televisão, ao rádio, ao jornal, aos órgãos de imprensa do meu Estado, não abdicando desse direito, um mo-

mento sequer, embora sob ameaças e constantes aleivosias do Chefe do Poder Executivo de então.

Porém, repito, não vou remoer esse assunto, porque vamos cumprir a decisão da Corte Eleitoral do nosso País. Chegarei ao meu Estado amanhã para receber uma missa em ação de graças que será rezada pelo padre João, na Igreja de São Cristóvão, às 9h da manhã. Fui comunicado oficialmente pelo Tribunal Regional Eleitoral, que irá diplomar a mim e ao ex-Deputado Federal Felipe Mendes de Oliveira, do PPB, candidato a vice-governador, e que, às 11h da manhã, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, seremos empossados. Estará no exercício um dileto e muito estimado amigo, o Deputado Estadual Sebastião Leal Júnior, que também tem representado essa luta de oposição junto com outros colegas da Assembléia Legislativa. Finalmente, às 12h30min, no Palácio do Karnak, em Teresina, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Kleber Dantas Eulálio, fará a transmissão. Já conversei com S. Ex^a pelo telefone e acertamos essas solenidades.

Percebo que vários Srs. Senadores desejam apartear-me, porém, antes de conceder, com o maior prazer, o aparte ao eminente Senador Edison Lobão, que passou a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, a presidência dos trabalhos desta Casa, saúdo tantos e tão brilhantes colegas, como o nobre Senador Artur da Távola, Líder do Governo, o Senador José Agripino, que foi meu colega de Governo, quando fui Governador, o Senador Geraldo Melo e Senador Gerson Camata, que também foi colega. Concederei a todos um aparte.

Gostaria de dizer que chegarei com os olhos da paz, da concórdia e da bonança. Parafraseando o meu amigo Juscelino Kubitschek, lançarei os olhos sobre o amanhã do meu Estado, pensando no seu desenvolvimento glorioso, nos grandes programas, a fim de transformá-lo em um celeiro de alimentos. Desenvolverei o Projeto Grande Teresina, que foi aprovado nesta Casa e na Câmara dos Deputados e sancionado pelo eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso, que me deu a alegria de telefonar-me, antes de sua viagem a Nova Iorque, cumprimentando-me. Enfim, chegarei com os olhos da concórdia.

Tenho sido atizado, desafiado, provocado, mas a tudo isso responderei com ações que procurarei converter em créditos junto à opinião pública e ao povo do Piauí.

Nesse espírito de concórdia, repito, de pacificação, de harmonia, de entendimento, tomarei as medidas moralizadoras que forem necessárias – não abri-

rei mão disso —, sem alarido, com eficiência, sem vinditas nem vinganças.

Sr. Presidente, sou um homem em cujo coração não cabe o sentimento do ódio. Desse sentimento, Deus poupou-me.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo, com muito prazer, o aparte ao eminente Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Hugo Napoleão, pedi ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Jefferson Péres, que assumisse a Presidência dos nossos trabalhos, já que eu não poderia apartear-lo naquela condição, porque não poderia deixar de fazê-lo. Aqui estou para dizer que sou seu companheiro de Partido, seu colega no Senado e seu amigo há tantos e tantos anos. Temos convivido ao longo desse tempo todo — antes de ser 1º Vice-Presidente do Senado, fui seu 1º Vice-Líder —, e muito aprendi com V. Ex^a, inclusive em alguns aspectos hoje pouco usuais na vida pública, que é a renúncia. V. Ex^a mais me entregava a Liderança do que desejava exercê-la, num preito de confiança e amizade. Exercia-a, sim, mas desejava que eu a exercesse também. Devo contar, pela primeira vez, um episódio, e vou fazê-lo apenas porque isso honra V. Ex^a e demonstra o quanto o nosso Partido tem um sentimento de solidariedade para com esse nobre político que nos veio do Piauí. Quando V. Ex^a foi eleito Líder, por nós, há sete anos, e eleito por unanimidade, ficou acertado que a cada ano elegeríamos um outro líder. E o que aconteceu? Todos os anos, por unanimidade, reconduzíamos V. Ex^a ao mesmo cargo; e eu, seu 1º Vice-Líder, tomava a iniciativa de ser o primeiro subscritor sempre da lista que o reconduzia. E por que o fazíamos? Porque tínhamos a consciência de que V. Ex^a, mais do que qualquer de nós, era o Líder que melhor representava as aspirações do nosso Partido. O que é o líder? O líder é aquele que sabe ser tolerante com os seus companheiros, que sabe ouvi-los, que sabe ser solidário com todos nos momentos mais difíceis. Todas essas qualidades e todos esses predicamentos tem V. Ex^a. Neste momento em que V. Ex^a se retira do Senado, para nossa tristeza — embora, também para nossa alegria, porque V. Ex^a retoma aquilo que lhe foi tirado, que é o Governo do Estado —, nós queremos dizer que V. Ex^a irá para o Governo do Piauí, mas levará sempre a nossa lembrança da sua presença, da sua correção, da sua decência, da sua dignidade e levará a nossa mais absoluta solidariedade. Político jovem, ainda, pode-se di-

zer que é um homem caminhado pelas grandes posições da vida pública e a nenhuma delas chegou se não pelo absoluto merecimento. V. Ex^a, como acabou de relatar, foi Ministro três vezes, Governador de Estado, Senador duas vezes, Deputado Federal e Presidente do nosso Partido, e tudo isso por absoluto merecimento. Todos nós, nesta Casa, nos lembramos, ainda, de Petrônio Portella. Ainda há pouco, eu conversava com o nobre Senador Jefferson Péres sobre ele, sobre aquela personalidade marcante da vida pública brasileira.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Eu fui seu liderado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – E V. Ex^a foi liderado dele e, na época, eu era jornalista. Ele foi um dos mais importantes homens públicos que este País já produziu, e veio do Piauí. Pois V. Ex^a foi seu sucessor, com todos os talentos que tinha, com toda a inteligência e com toda a decência com que Petrônio Portella exercia o seu mandato. Senador Hugo Napoleão, V. Ex^a tem sido um exemplo para nós, do PFL, e sei que também para esta Casa, pela forma com que exerce o seu mandato. V. Ex^a foi um extraordinário Governador e não tenho dúvida que voltará ao Piauí para exercer novamente um grande governo para o povo da sua terra. E digo isso com a experiência que hauri no exercício do mandato de Governador do meu Estado. Seja feliz e faça com que aquele templo, que é o Palácio de Karnak, volte a ser o templo que sempre deveria ter sido.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Recolho, emocionado, Senador Edison Lobão, as observações de V. Ex^a. Procede o fato de que estou há sete anos na Liderança do Partido da Frente Liberal no Senado Federal com a benevolência, a boa vontade, a atenção, o desvelo e a amizade dos meus pares, dentre os quais avulta V. Ex^a.

O Sr. Artur da Távola (Bloco/PSDB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Hugo Napoleão?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Artur da Távola. Vejo também chegar ao plenário o Senador Alberto Silva, ex-Governador do Estado do Piauí, que me honra com a sua amizade.

O Sr. Artur da Távola (Bloco/PSDB – RJ) – Senador Hugo Napoleão, hoje é um dia complexo para o espírito de V. Ex^a e ao afeto dos seus pares. Disse bem o Senador Edison Lobão, que ficamos, ao mesmo tempo, alegres e tristes, esse intercâmbio de emoções variadas de que a política é pródiga. V. Ex^a acabou de fazer uma conclamação à concórdia. V. Ex^a en-

tra novamente no Governo do Piauí num momento traumático para o Estado, e, nesse caldeirão de ódio e pequenas paixões – “paixiúnculas”, se houvesse essa palavra – que é a política, V. Exª não toma o que a Justiça lhe concedeu como um instrumento de vinda, de violência, porque é isso que empobrece a política. Só fica na história o gesto generoso. Ademais, se fizéssemos um raciocínio prático, eu diria a V. Exª que quem ganha não briga; quem ganha pacífica, porque essa é a vitória. A vitória não está no ganhar e sim em saber ganhá-la, e sabe ganhá-la quem a utiliza na direção da concórdia, do avanço, nada obstante a sua necessidade de agir como Governador nos casos que lhe pareçam insuperáveis. É uma conclamação muito importante de ser ouvida, fora do nosso âmbito também, por jovens que queiram fazer política, porque o normal da política é o ódio contra o ódio; e o ódio que substitui o ódio nada cria. Agora, isso faz parte – a meu juízo – de algo a que quem convive com V. Exª aqui já se habituou. V. Exª é um mestre da cordialidade. Com essa sua cara de garoto e essa alma e essa sabedoria de Matusalém, que também é uma outra mistura muito interessante na personalidade de V. Exª, faz parte daqueles políticos que fazem a diplomacia da política, que implica a compreensão do outro, que implica estender a sua tolerância para o próximo, conceber as razões de todos e buscar um ponto comum. Essa não é a figura mais exaltada, porque, em geral, se quer da política a heroicidade, a grandeza, a voz tonitruante. Fazendo aqui uma comparação: quer-se da política não o brado retumbante do nosso hino, mas o bardo retumbante, aquele poeta dos grandes vãos. V. Exª opera numa direção distinta, na direção desse trabalho anônimo, a que aludia agora mesmo o Senador Edison Lobão, facultando a liderança para os vice-líderes, ouvindo todo mundo e obtendo as respostas desse trabalho ao ser eleito por unanimidade, respeitado por seus pares. Esse caráter sutil da atividade política de V. Exª é uma marca também do Partido de V. Exª, que é muito interessante desse ponto de vista, porque é um Partido extremamente unitário, em que todos se entendem como que magicamente, é o único Partido que não precisa se reunir. Então, essas características fazem de V. Exª uma pessoa extremamente estimada, porque tudo isso não é posto a serviço disso mesmo. A sutileza de V. Exª não é posta a serviço da sutileza, a cordialidade de V. Exª não é posta a serviço da cordialidade, mas são postas a serviço do País, da causa. É uma forma até de ajustar-se às dificuldades do dia-a-dia da política e buscar sempre o avanço, o passo adiante, o novo caminho. Por tudo isso, nós, seus companheiros de

trabalho, ficamos, de antemão, com a saudade, mas certos de que V. Exª vai cumprir o seu desígnio, o seu destino, vai fazer um belo trabalho no tempo que lhe cabe. A nós, cabe-nos, sim, talvez, fazer uma reflexão para que possamos dar condições permanentes – no momento em que estamos votando a reforma da Justiça, e é verdade que o caso de V. Exª tramitou na Justiça Eleitoral – para que a Justiça não seja tão demorada no Brasil. Veja V. Exª, a Justiça, afinal, consagra as teses que V. Exª defendeu na representação três anos e meio depois! É realmente um prazo terrível para quem é dono de direito, sobretudo no caso de um governador de Estado. Bem, a lista de aparteados é muito grande e ficaria muito tempo nesta despedida. Vá V. Exª com Deus!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Eminentemente Senador Artur da Távola, nosso querido e estimado Paulo Alberto, realmente essa carga de diplomacia em mim é muito forte, vem de três gerações – é genética, como diz V. Exª –, o meu querido pai, Aluizio Napoleão; o meu avó, Edmundo Quinto Alves; e o meu bisavô, Pecegueiro do Amaral, que foi Chefe de Gabinete do Barão do Rio Branco, a quem se atribuía a frase: “Dinheiro haja, Sr. Barão”, porque o Barão, eventualmente, seria um homem propenso a gastar. Sempre fui admirador de V. Exª e tive a ventura de embeber-me em suas palavras plenas de humanismo, de cultura e de conhecimento. Se eu tivesse que definir V. Exª, eu diria: Artur da Távola, um homem que sabe das coisas. Muito obrigado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Pela ordem, concedo o aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Meu caro Senador e amigo Hugo Napoleão, se estivéssemos numa sessão de quarta-feira, V. Exª passaria quatro horas em pé, porque o plenário estaria cheio e não tenho nenhuma dúvida de que cada um dos seus Colegas iria querer lhe dirigir uma palavra, que seria uma palavra de apreço sincero, pela sua atuação neste Senado sempre profícua, competente e, acima de tudo, amena, que é a marca de sua presença na vida pública do País. Quando eu aqui cheguei, vindo da reunião da Executiva Nacional, ouvia V. Exª dizer que voltava ao Piauí com os olhos da concórdia.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – É verdade.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – É muito bom que isso seja dito aqui, porque V. Exª está voltando ao Governo do Piauí por decisão da Justiça. Quem deci-

diu isso foi o Tribunal Superior Eleitoral, que, à luz de fatos e à luz de evidências, achou que V. Ex^a deveria ser o Governador do Estado do Piauí. Minha opinião pessoal é: graças a Deus e para a felicidade do povo do Piauí! Mas quero dirigir a palavra ao meu Líder, que, como disse o Senador Edison Lobão, foi Líder durante esses quase sete anos em que aqui estamos juntos. Líder é aquele que é capaz de interpretar o sentimento dos seus liderados. O líder pode ser bom e pode ser ruim. O líder bom é aquele que, como V. Ex^a, pauta o seu comportamento pelo cumprimento da palavra e dos compromissos; que não é arrogante, é tolerante e sabe conduzir as coisas com isenção. Essa é a marca fundamental da personalidade de V. Ex^a como político, que já foi Governador do Piauí, que é um homem cercado de êxitos, e que agora volta a governar o seu Estado, deixando no Senado a marca de sua presença, pela amizade demonstrada nos depoimentos que lhe são prestados. E essas amizades vão lhe ser úteis no exercício do novo cargo. Eu não o invejo, Senador Hugo Napoleão, pois V. Ex^a vai receber uma carga pesada. Não sou eu quem diz isto, são opiniões diversas, de ponta a ponta: o Piauí não vai bem. Tenho certeza de que o seu talento e a sua competência vão ser colocados à prova no limite máximo. Se V. Ex^a precisar de ajuda, toque o trombone que seus amigos de Brasília vão ajudá-lo. Eu vou estar ao seu lado, em Teresina, amanhã, na hora em que V. Ex^a estiver sendo diplomado, na hora em que estiver assumindo o Governo do Estado. Estarei lá para, como seu amigo – e somos amigos há muito tempo, os meus filhos são amigos dos seus filhos –, levar-lhe o meu testemunho, o testemunho do seu Partido e também os votos de bons augúrios para que o Piauí entre numa nova jornada, passe a ser de novo bem-conduzido pelo novo Governador Hugo Napoleão. Que Deus o proteja e guie seus passos!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Amém, Senador José Agripino! A V. Ex^a, Presidente em exercício do meu Partido, que me dará orgulho de estar presente às solenidades de investidura no Governo do Piauí, quero dizer que me recordo, com exatidão, daqueles tempos idos e vividos quando, juntos, pela democracia – V. Ex^a, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, e eu, do Piauí –, procurávamos a defesa do que considerávamos o melhor para o País. Seguramente, aquele passo que demos juntos, em momentos sofridos, foi um passo vigoroso para o nosso País. Muito obrigado, Senador José Agripino.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Senador Hugo Napoleão, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Senador Hugo Napoleão, à semelhança do Senador Artur da Távola, divido-me hoje entre a alegria de ver V. Ex^a viver um momento de afirmação e de reafirmação de seu talento e do seu merecimento na vida pública, e o desapontamento de ver V. Ex^a nos deixar. Lamento porque isso acontece quando eu – já havia lhe dito isso pessoalmente – estou praticamente estreando na condição de Líder do meu Partido e desejava ter a sua companhia como Líder do PFL.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Já havíamos combinado algumas conversas.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – A experiência parlamentar, a experiência anterior de V. Ex^a, principalmente nos momentos mais difíceis, sempre foi construída numa trajetória positiva de superação de crises e de dificuldades. Vejo V. Ex^a como uma espécie de tecelão de harmonias. Por isso, não me surpreende a afirmação de que V. Ex^a vai para o Piauí, imbuído de um grande espírito de concórdia. Sou dos que acreditam, como Senador de um Estado pobre como o de V. Ex^a, que nós todos, da nossa região, somos muito pobres para nos dar ao luxo de nos dividir em relação às questões essenciais. Talvez, além da rotina administrativa de um Governador, a grande tarefa e o grande exemplo sempre virão de pessoas capazes de dar a essa função e ao exercício dessa tarefa uma dimensão superior às pequenas questões que às vezes nos dividem tanto, porque todos sabemos que a vida é, como já foi dito em muitas ocasiões, um assunto local. V. Ex^a leva para o assunto local a sua dimensão de homem público, de envergadura nacional, de experiência nas várias hierarquias e nos vários níveis das funções que desempenhou. E deixa aqui, nesta Casa, uma trajetória marcante de competência, de seriedade, que não posso deixar de assinalar. Sirvo-me da ocasião para, secundando as palavras do meu Líder, Senador Artur da Távola, dizer, em nome do meu Partido, que o momento em que V. Ex^a se despede do Senado é o momento em que o meu Partido deve registrar, com alegria e sentimento de justiça, a homenagem ao seu desempenho. Ao mesmo tempo, desejo a V. Ex^a um grande êxito nas tarefas difíceis, nos desafios que terá de enfrentar, para o que peço a Deus que lhe dê a luz, a serenidade e a sabedoria que nunca lhe faltaram. Felicidades, Senador Hugo Napoleão!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sou-lhe muito grato, eminente Senador Geraldo Melo, Líder do Partido da Social Democracia Brasileira nesta

Casa e uma das mais raras inteligências do nosso Nordeste, que também governou o seu Estado.

Lamento que eu tenha de sair agora, quando já havíamos encetado diversos compromissos.

Consigno, com prazer, a presença no plenário dos Deputados Federais Heráclito Fortes, Ciro Nogueira Filho e Paes Landim, todos do PFL do meu querido Estado.

Ouçõ o aparte, pela ordem, do Senador Ricardo Santos e, em seguida, o do Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB — AP) — Senador Hugo Napoleão, como tenho uma audiência, vou à tribuna dar-lhe um abraço, enquanto V. Ex^a ouve o aparte do Senador Ricardo Santos. Eu gostaria realmente de me pronunciar, mas deixarei para outra oportunidade.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI) — Perfeitamente. V. Ex^a, indiscutivelmente, é uma das mais afetivas e afetuosas personalidades do Senado Federal, Senador Gilvam Borges.

Ouçõ, com prazer, o aparte do Senador Ricardo Santos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB — ES) — Senador Hugo Napoleão, durante este ano e meio em que estou no Senado Federal, conheci V. Ex^a de uma maneira mais estreita e mais próxima na Comissão de Educação. Sempre admirei a sua posição de alta cordialidade e de equilíbrio, mesmo nos momentos tensos e críticos que vivemos no Senado Federal. Confesso a V. Ex^a que, na Comissão de Educação, sempre que nos deparamos com problemas de maior complexidade, a minha principal referência sempre foi a personalidade de V. Ex^a, pela sua cultura, pela sua qualificação de ex-Ministro da Educação e pela sua sensibilidade de homem público. Portanto, eu não poderia deixar de dar este testemunho neste momento em que V. Ex^a assume novas responsabilidades perante o valoroso povo do Piauí. Também desejo-lhe felicidades. Que V. Ex^a continue como o grande homem público que sempre foi! Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI) — Agradeço ao valente capixaba, Senador Ricardo Santos, as palavras de entusiasmo. Agradeço-lhe, sobretudo, por me haver concedido projetos da maior importância para relatar na Comissão de Educação.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Alberto Silva, obedecendo a ordem de inscrição. S. Ex^a é o Presidente Regional do PMDB do meu Estado, cujos conselhos, como também bom engenheiro que é, procurarei seguir.

O Sr. Alberto Silva (PMDB — PI) — Meu caro Senador, ouvi bem as palavras do nosso Artur da Távola e de outros companheiros seus que aqui lhe saudaram e lhe desejaram êxito. Há uma singularidade neste aparte: o Governador que deixa o Governo é do meu Partido, mas se trata de uma decisão da Justiça; V. Ex^a ganhou na Justiça e, naturalmente, tem que obedecer o que está escrito. V. Ex^a assume o Governo do Estado para terminar o mandato, que talvez seja de um ano e dois meses. Conhecemo-nos há muito tempo, durante as minhas duas gestões no Governo. V. Ex^a era Governador, e eu, Senador. Entendemo-nos muitas vezes a respeito dos interesses do nosso Estado. Quando Governador, cheguei a propor um governo de união em torno do Piauí. Lembro-me de que V. Ex^a e a maioria dos membros do seu Partido concordaram com isso, mas alguns disseram “não”, e essa união não foi possível.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI) — O Deputado Federal Paes Landim bem sabe disso.

O Sr. Alberto Silva (PMDB — PI) — Quero dizer-lhe neste instante — e V. Ex^a o sabe bem, porque foi Governador duas vezes, no período entre os meus dois Governos — que sabemos do que o nosso Estado precisa. Está tão atrasado em relação aos outros, que dá pena! Sou engenheiro de eletricidade e mecânica e digo: enquanto o Ceará consome 1.400 megawatts de energia — e fui eu quem eletrificou aquele Estado —, o meu Estado, que também eletrifiquei juntamente com V. Ex^a, consome 200 megawatts. Mede-se o grau de desenvolvimento de um povo, em primeiro lugar, pelo índice de consumo de energia elétrica, e ele está lá em baixo! Portanto, para grandes males, grandes remédios. Há potencialidade no cerrado, um rio a ser navegado, uma estrada de ferro, um porto, uma cidade conturbada, empobrecida e violenta. Como eu disse a V. Ex^a, quero colocar, primeiro, um engenheiro à disposição de V. Ex^a, e, em seguida, dependendo dos acordos políticos, quem sabe o PMDB não formaria uma coalizão em benefício do Piauí no seu Governo?! Que V. Ex^a seja feliz! Esses são os meu votos, em favor do Piauí. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI) — Eminente Senador Alberto Silva, recolho, sensibilizado, o aparte de V. Ex^a. Consigno que, conquanto tenhamos sido de partidos diferentes e adversários, sempre mantivemos uma relação pessoal de amizade, em extremo nível de respeito, de consideração e, por que não dizer, até de confiança. Praza aos céus que o que V. Ex^a está a dizer agora seja um vaticínio. Farei tudo para agir sob a inspiração desse pensamento e nesse sentido. Sou-lhe efetivamente muito grato.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Hugo Napoleão, V. Ex^a me olha, eu olho nos seus olhos, e V. Ex^a há de compreender o ineditismo desta cena. Temos a mesma origem terrena.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – O Piauí.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – O Piauí. Quando deixei o Piauí, para fazer de Minas a minha pátria – somam-se dezoito milhões de mineiros em quase novecentas cidades –, vi à distância a nossa Capital, Teresina. A cidade não ia ao rio Poty, não ia além da Vermelha, mal chegava ao Porenquanto e não chegava ao aeroporto, à Praça Marechal Floriano, à Imprensa Oficial, à Assembléia Legislativa, ao Palácio do Karnak. Mudou o homem, mudou o cidadão, que fez de Minas a sua terra, a sua pátria, sem perder a identidade, em nenhum momento, com a origem terrena, com a minha família, com a minha contemporaneidade piauiense. Por isso mesmo é que estou aqui. Todo homem público deseja governar o seu Estado. Eu também desejava governar Minas e governei. E destinei às Minas dos mineiros o Governo que exerci à frente do maior símbolo da democracia no Brasil: o Palácio da Liberdade. Ao mesmo tempo, imaginava que o Piauí deveria ter sempre uma administração completa, correta. Não penetro na intimidade da Justiça, que, para mim, é um mito. Quando a Justiça decide, não se discute. Portanto, estou aqui para louvar a decisão da Justiça, que não se discute, que se respeita, que não pode ser violada, pelo seu retorno ao Palácio do Karnak, ao Palácio do Governo do meu Estado de origem. V. Ex^a também sempre desejou governar o seu Estado. E já o fez, assim como Expedito Resende, que lá não chegou, mas terminou morrendo em Roma, o seu outro grande amor. Hoje, V. Ex^a retorna à sua pátria, e, naturalmente, nesta hora, devo concordar que a política é a mais nobre das atividades humanas, como bem dizia o nosso amigo íntimo e companheiro Petrônio Portella, o maior homem de Estado que o Piauí deu ao Brasil. Essa sua nova missão, na linha da concórdia e do entendimento, representa um passo decisivo para a vida e a projeção de um Estado que necessita cada vez mais do apoio do Brasil. Desejo felicidades mil a V. Ex^a. Não irei hoje. Ao amanhecer, chego e vejo os rios Poty e Parnaíba, olho lá pela ponte e vejo Timom, chego ao Palácio do Karnak, passo pelo Clube dos Diários e pela rua Paissandu, lembrança dos velhos tempos...

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Coisa tão bonita!

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – E vou voltar exatamente para abraçar o meu Líder. Desde o dia em que cheguei a este Senado da República, dis-

se-lhe que V. Ex^a seria o nosso Líder na vida partidária. V. Ex^a continua Líder no Piauí. Por isso mesmo, quando amanhecer, estarei lá. Vou pela manhã e volto ao meio-dia para Minas Gerais, para abraçar os mineiros e dizer-lhes que admiro muito o nome de Hugo Napoleão, um dos cidadãos mais ilustres e competentes da vida pública deste País, inclusive das minhas Minas Gerais. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – O aparte de V. Ex^a, eminente Senador Francelino Pereira, é uma verdadeira benção.

V. Ex^a tem uma rica vida. De maneira semelhante a Juscelino, menino pobre que saiu de Diamantina para vencer, o menino também pobre, de vida ilibada e de reputação exemplar, foi para as Alterosas, para Belo Horizonte, para a sua nova pátria, Minas Gerais, como bem disse, tendo sido, inclusive, Governador daquele grande Estado, o Estado da libertação. Desse modo, fico extremamente sensibilizado e muito agradecido.

Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha. Posteriormente, ainda farão apartes, além do Senador José Coêlho, os Senadores Gerson Camata, Emilia Fernandes e Romeu Tuma.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Eminente Senador Hugo Napoleão, quando nos decidimos a assumir a condição de homens públicos, temos que estar preparados para mudanças bruscas na nossa vida, guinadas de cento e oitenta graus. V. Ex^a se programou para governar o Piauí há três anos, mas injunções as mais diversas fizeram com que permanecesse no nosso convívio, defendendo os interesses do seu Estado e do Brasil. Eis que, de repente, essa notícia faz com que V. Ex^a tenha que repensar novamente a sua programação de vida, mas, seguramente, atendendo a um sentimento que cala fundo no seu coração, vai mais de perto defender os interesses da valorosa gente piauiense e governar, mais uma vez, o seu Estado. É claro que vamos sentir muito a falta do Senador fidalgo no trato, solidário, firme nos seus posicionamentos, mas estaremos gratificados por saber que à frente do Estado do Piauí estará um homem com elevado espírito público, pensando, sobretudo, na promoção social e na valorização de sua gente e no desenvolvimento do Piauí e do Brasil. Conte, Senador Hugo Napoleão, com a nossa solidariedade, o nosso aplauso e a nossa contribuição, para que a sua gestão seja seguramente embasada nas plenas condições que conquistou ao longo da sua trajetória de vida pública. Nesta Casa, V. Ex^a conquistou não só o respeito, mas também a admiração dos seus

Pares. Por isso, conte com todos nós nesse enfrentamento de mais um desafio em sua vida.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a, em suas palavras, sintetizou a ação que pretendo ter. É exatamente isso.

Convidei V. Ex^a para ser meu colega na Liderança do PFL, mas não vou poder desfrutar das suas sempre boas intenções e dos seus sábios conselhos. No entanto, ficam registrados esse companheirismo e essa amizade com que me distingue. Muito obrigado.

Ouçó, com prazer, o Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Hugo Napoleão, creio que serei até redundante naquilo que todos já acentuaram sobre a personalidade de V. Ex^a. Todos aprendemos, na convivência com V. Ex^a – tenha sido ela breve ou longa –, a admirá-lo pela fidalguia, pela delicadeza, pelo **aproche**, pelo **savoir-faire**, pela amabilidade. Aprendemos também a gostar muito de V. Ex^a. E creio ser esse o mesmo amor que o povo do Piauí lhe tem. V. Ex^a conquistou aquele povo e o coração dos seus companheiros. Quando V. Ex^a subiu à tribuna, a sua primeira palavra tocou o coração de todos nós e acredito que também o da sua gente piauiense. V. Ex^a disse que vai desarmar, sem ódio, no sentido de construir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Exatamente.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Quem abre o Evangelho de São Lucas, no Sermão da Montanha, encontra nele as Dez Bem-aventuranças. Elas prometem ao bem-aventurado nove prêmios no paraíso e um prêmio na terra: “Bem-aventurados os mansos de coração, porque eles possuirão a terra”. V. Ex^a, com a mansidão de coração que o caracteriza, possui a admiração dos seus companheiros e o amor dos seus conterrâneos. Parabéns!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI.) – Senador Gerson Camata, a bela imagem bíblica citada por V. Ex^a me faz evocar os dias passados em que estive em Israel em companhia de alguns Colegas, dentre os quais o Deputado Nelson Marchezan, e fui justamente ao local do Sermão da Montanha, olhando para as Colinas de Golan.

Quero recordar que, quando éramos Governadores, telefonávamos um para o outro, de Teresina para Vitória e vice-versa, para sugestões, opiniões, troca de idéias e impressões sobre a realidade brasileira, embora fôssemos de Estados pertencentes a regiões diferentes e com problemas diversos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. José Coêlho (PFL – PE.) – Senador Hugo Napoleão, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo um aparte ao Senador José Coêlho.

O Sr. José Coêlho (PFL – PE) – Meu prezado Senador Hugo Napoleão, não sei se devo cognominá-lo de Líder, de timoneiro ou de **gentleman**, porque tantas são as qualidades que ornaram a sua personalidade que fica difícil fazer um quadro sobre a figura extraordinária do Líder do meu Partido, que é V. Ex^a. No Piauí, duas vezes marchamos juntos quando da inauguração e da ampliação de uma indústria, oportunidade que tivemos o privilégio e a satisfação de tê-lo presente. O Piauí é um Estado rico, de gente que tem determinação e que quer crescer. É um Estado que tem, em seu subsolo, o maior lençol freático que se conhece neste País. Falta apenas a compreensão, o sentimento, esse espírito aberto que V. Ex^a tem demonstrado, na alegria que tem ao receber qualquer pessoa. Ninguém se aproxima de V. Ex^a sem sair contagiado pela alegria e o entusiasmo que V. Ex^a transmite. Estas são as qualidades que eu lhe atribuo, assim como também lhe atribuem – acredito – todos os demais Senadores. Acredito na determinação de um grande governo que V. Ex^a vai empreender no Estado do Piauí, porque possui o desejo de fazer com que aquela terra continue crescendo. Deus proteja e guarde o seu Governo!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Amém!

E quero dizer: eis, Senador José Coêlho, a tempera de um verdadeiro “guararape”, de um pernambucano de escol, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do meu Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Hugo Napoleão, depois dos apartes recebidos por V. Ex^a por parte dos eminentes Senadores, creio que pouco ou nada eu teria a acrescentar, porque, a cada aparte, novas emoções vão se somando no coração e na alma da gente. O Senador Francelino Pereira foi poético ao descrever o Estado que V. Ex^a governará, descrevendo-nos os locais por onde V. Ex^a passará amanhã antes de sua posse; locais esses que tive a oportunidade de conhecer.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Estava o Senador Francelino realmente com a veia poética.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Senador José Agripino referiu-se à concórdia. Realmente V. Ex^a é um homem admirável, que revoga, antes do início de sua gestão à frente do governo do Piauí, o ódio, a discórdia e a intolerância. V. Ex^a estará à frente do Estado do Piauí para dirigi-lo com todos esses princípios revogados. A harmonia, sem dúvida, lhe dará a estabilidade para colocar em ordem o seu Estado, conforme a descrição feita pelo Parlamentar do PMDB, Senador Alberto Silva. Quanto às dificuldades e a violência, tenho a certeza de que V. Ex^a as administrará com tranquilidade. O Senador Gilvam Borges, com o seu espírito aberto, levou o seu coração e sua alma, em nosso nome, para sentir as batidas do seu coração nessa emoção da despedida, e na certeza de sucesso na nova missão que Deus lhe concede. Senador Hugo Napoleão, dando o meu testemunho, quero dizer que aprendi a admirá-lo durante esses sete anos em que fui liderado por V. Ex^a, principalmente pela maneira como trata os seus companheiros de trabalho, sua amizade e seu carinho para com todos, enfim, um conselheiro de primeira grandeza! Sempre tivemos em nosso Pai Celestial o amor ao seguirmos os seus conselhos. E, por quantas vezes, na minha visão de espiritualidade, ao conversar com V. Ex^a, pude sentir a presença do meu pai – talvez a pouca idade de V. Ex^a não me permita pensar isso de V. Ex^a, mas o Senador Artur da Távola disse que V. Ex^a tem a cabeça de Matusalém. Assim sendo, posso considerar como paternos os conselhos dados por V. Ex^a. V. Ex^a nunca se negou a receber quem quer que seja, tampouco a mim. Aprendi a respeitar V. Ex^a, um homem de mãos limpas, que governará o Estado do Piauí com o espírito de revolucionar a administração pública em busca do emprego correto do dinheiro público. Nobre Senador, todos, sem exceção, pediram a Deus que o abençoe e o acompanhe nessa nova jornada. Mas tenho a certeza de que Deus não o abandonará, porque Ele está com V. Ex^a desde o instante em que V. Ex^a buscou a vida pública para seguir o seu caminho de servir ao seu semelhante. Ao passar por Ministérios e por várias situações em que se exigia a dignidade e o respeito à coisa pública para bem administrá-la, e V. Ex^a foi sempre um exemplo. Deus está com V. Ex^a e jamais o abandonará! Temos a certeza de que os 81 membros desta Casa, inclusive o nosso Presidente Ramez Tebet, serão o sustentáculo, o respaldo, sempre que necessário, a todas as reivindicações do Piauí, a fim de que aquele Estado seja bem administrado – e o será – para exterminar a pobreza descrita pelo nobre Senador Geraldo Melo. Deus estará com V. Ex^a, tenho a certeza disso!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a comoveu-me profundamente com a imagem bela que fez. Fico realmente profundamente sensibilizado. Quem neste País não admira Romeu Tuma, o intrépido Bandeirante paulista que, desassombradamente, enfrentou toda sorte de crimes, dirigindo a Polícia Federal, sendo um nome nacional e internacionalmente respeitado na passagem pela Receita Federal, igualmente, e no brilho de suas permanentes intervenções, eivadas de sapiência, de sabedoria, de bondade, de correção, de lhanza e de tẽmpera! V. Ex^a também hoje, como o Senador Francelino Pereira, com a veia poética, a mim, realmente, me emocionou.

Muito obrigado.

Quero também agradecer a benevolência do Presidente da Casa, Senador Ramez Tebet, que, aliás, a ela chegou com o mesmo sentimento que eu pretendo chegar ao Governo do Piauí: chegou com os braços da concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa nada mais tem feito, Senador Hugo Napoleão, Sr^s e Srs. Senadores, do que seguir o ritual de sempre desta Casa em momentos dessa natureza, apenas pedimos aos Srs. Senadores a maior brevidade possível nos seus respectivos apartes.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo, com prazer, à Senadora Emilia Fernandes, o aparte.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Senador Hugo Napoleão, em nome do Bloco de Oposição, queremos também fazer algumas considerações no momento em que V. Ex^a renuncia ao seu mandato de Senador para assumir o governador do Estado do Piauí, logicamente que pressionado, vamos dizer, exatamente por esse resultado judicial, mas que está diante do quadro de sua trajetória política. Registramos o bom convívio que os integrantes do Bloco de Oposição tiveram com V. Ex^a, uma figura sempre respeitosa. Ressalto a fidalguia de V. Ex^a não apenas no trato pessoal, mas, também, no encaminhamento das questões aqui debatidas. Neste momento, questionamos algo que deve ser corrigido no âmbito do Poder Judiciário: a morosidade com que são tomadas as decisões. Esse questionamento quanto ao Governador que foi eleito estendeu-se por mais de dois anos e meio para que se chegasse a uma conclusão. Essa decisão poderia ter sido mais rápida, mais ágil. Entretanto, acontece neste momento. Temos que respei-

tá-la e nos somar àqueles que desejam que o povo do Piauí seja respeitado e ouvido em seus anseios do ponto de vista econômico, social e político. Fazemos uma conclamação a V. Exª no momento em que vai assumir esse cargo de Governador: que chame o povo para participar das decisões do Governo. O povo é a voz da sabedoria e a voz do Piauí necessita ser ouvida cada vez mais. Cumprimento V. Exª e que Deus lhe acompanhe nesse novo desafio. Esses são os votos do Bloco de Oposição.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Senadora Emilia Fernandes, consigno que, do meu programa de 1998 constavam dois pontos básicos do partido de V. Exª, que eram o orçamento participativo e a bolsa escola, que defendi com ardor e cheguei a dizer, na comemoração dos 20 anos do PT, em aparte à Senadora Marina Silva, que houve efetivamente essa decisão de minha parte.

Agradeço a V. Exª que, nos idos de 1998, me aparteou. Eu estava na outra tribuna e narrava as barbaridades que estavam ocorrendo na campanha do meu Estado. V. Exª me aparteou dando-me grande estímulo. Sou admirador de V. Exª. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (Bloco/PSDB – TO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (Bloco/PSDB – TO) – Meu Líder, eminente Senador Hugo Napoleão, V. Exª já recebeu, sem dúvida nenhuma, os mais importantes apartes no dia de hoje. Mas, dono de um grande coração, vai receber também os de menor importância mas – tenha certeza – de igual sinceridade...

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Apoiado na sinceridade, mas não na menor importância.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (Bloco/PSDB – TO) – V. Exª, que tem toda essa experiência relatada de vida pública, essa respeitabilidade, soube também ter paciência com os mais novos. Senador Hugo Napoleão, recebi de V. Exª todo o apoio e amparo na chegada a esta Casa. V. Exª, dispondo de um plantel de nomes ilustres, de uma bancada dos nomes mais importantes da vida pública nacional, me fez seu Vice-Líder, teve comigo a paciência de quem soube ensinar, encaminhar, conduzir. Juntamente com o Senador Edison Lobão, posso dizer que o pouco que fiz nesta Casa eu o fiz com o apoio de V. Exª. Dou aqui também o depoimento e o testemunho do povo tocantinense, que comemora nas fronteiras com o glorioso Piauí a chegada de V. Exª, que, sem dúvida nenhuma,

terá as condições de dividir com o Governador Siqueira Campos as preocupações e desenvolver as ações mais importantes, frutos do clamor do povo de sua terra, que passará a ter agora não só oportunidade de tê-lo no Governo do Estado mas de propiciar a reeleição de V. Exª, já que foi notadamente sabido por todos de sua região a sua vitória já nas eleições passadas, apenas empanada pela ação que a Justiça bem reparou na data de ontem. Senador Hugo Napoleão, não apenas desejo sucesso a V. Exª, porque sei que V. Exª terá, mas estaremos, não apenas no Tocantins, mas, também, junto com os seus pares na Bancada do Senado, prontos a apoiá-lo. Neste momento, o Piauí retoma um caminho grandioso, tendo à frente este grande Líder de tanta tradição nesta Casa, em seu Estado e na história política brasileira. Parabéns a V. Exª.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Senador Siqueira Campos, V. Exª trouxe a esta Casa as luzes da inteligência e do brilhantismo que lhes são peculiares, acompanhados de uma oratória impecável daquele que foi Líder também na Câmara dos Deputados, daquele que é filho do meu estimado amigo e colega há praticamente 30 anos, o Governador Siqueira Campos. V. Exª traz essa alma tocantinense com fibra, vigor e coragem. Muito obrigado.

A Srª Maria do Carmo Alves (PFL – SE) – Senador Hugo Napoleão, V. Exª me concede um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo o aparte a V. Exª, Senadora Maria do Carmo.

A Srª Maria do Carmo Alves (PFL – SE) – Senador Hugo Napoleão, eu não poderia deixar de saudar V. Exª neste momento, embora tome como minhas as saudações e os elogios feitos aqui. Mas há um aspecto que quero ressaltar em sua fala, quando V. Exª diz que vai para o Piauí com os olhos da paz. Parabenizo V. Exª por essa expressão porque, na verdade, o que estamos precisando não só no Piauí mas no mundo inteiro são desses olhos da paz. Parabenizo V. Exª por essa assertiva, desejando-lhe muito sucesso que, com certeza, a sua competência o fará.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Muito obrigado, nobre Senadora Maria do Carmo. Recolho o aparte de V. Exª, tão singelo e, ao mesmo tempo, tão profundo. São os olhos da paz realmente que devem mover o mundo. Agradeço a V. Exª, que é um exemplo de companheira de Partido. Muito obrigado.

O Sr. Sérgio Machado (PMDB – CE) – Senador Hugo Napoleão, V. Exª me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Sérgio Machado.

O Sr. Sérgio Machado (PMDB – CE) – Senador Hugo Napoleão, na qualidade de Líder, convivi com V. Ex^a durante sete anos, aqui, no Senado Federal, discutindo todo esse processo de mudança por que passou o nosso País. Nos momentos de dificuldade e de angústia V. Ex^a sempre teve aquele papel de olhar para o futuro, de pensar no País, de lutar pelo País, sempre com esse jeito singelo, amigo e em todo o tempo com muita coragem. Essa foi uma convivência extremamente importante para mim. Hoje V. Ex^a nos abandona para governar o seu Estado. Neste momento, registro a amizade que tivemos. Tenho a certeza de que, em seu Estado, V. Ex^a continuará exercendo o papel que desempenhou no Senado. Vá e tenha consciência da amizade que construímos no Senado. Estou certo de que, embora em Partidos diferentes, sendo filhos da mesma região, continuaremos sonhando e lutando pelo Brasil que desejamos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Quero dizer a esse alencarino ilustre que, quando fomos colegas de liderança, todos os compromissos assumidos por S. Ex^a foram cumpridos. O Senador Sérgio Machado não deixou de cumprí-los em momento algum. Sou grato a V. Ex^a pelo aparte, pelo seu testemunho e pela sua amizade.

O Sr. Carlos Wilson (PTB – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. Carlos Wilson (PTB – PE) – Senador Hugo Napoleão, não poderia deixar de apartear-lo nesta hora em que V. Ex^a deixa o mandato de Senador para assumir o governo do Estado do Piauí. Iniciamos as nossas carreiras políticas juntos na Câmara dos Deputados, em 1974.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Isso mesmo.

O Sr. Carlos Wilson (PTB – PE) – Sempre tive por V. Ex^a uma admiração muito grande. Sempre olhei para V. Ex^a – todo o Plenário do Senado é testemunha disso – com muita admiração, pela maneira inteligente, cavalheira e, acima de tudo, fidalga com que trata os correligionários, os aliados e os adversários. V. Ex^a vai assumir o governo do Estado do Piauí, com certeza, em um momento de muitas dificuldades, quando mais da metade do tempo desse Governo já foi concluída. Mas V. Ex^a já foi Governador do Piauí uma vez, tendo sido reconhecido nacionalmente como um dos melhores governadores do nosso País. Como amigo e admirador de V. Ex^a, não tenho dúvida do sucesso de V. Ex^a como Governador do Piauí novamente.

Externo a minha satisfação e o meu orgulho de poder privar da amizade de V. Ex^a, bem como a certeza de que V. Ex^a, lá no Estado do Piauí, nunca deixará a convivência de seus Pares no Congresso Nacional. Portanto, Senador Hugo Napoleão, receba os meus votos de sucesso à frente do Governo do Estado do Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Eis aí que fala outro “guararape” valoroso, cuja amizade me distingue há muitos e muitos anos, o qual, diante de todas as posições que assumiu, incluindo a de Senador pelo Estado de Pernambuco, assumiu-as sempre com a marca reconhecida da coragem, da têmpera, aliada a uma indiscutível tolerância.

Muito obrigado.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Hugo Napoleão, não desejo entrar, absolutamente, no mérito da questão judicial. Quero apenas dar meu testemunho da convivência de sete anos aqui no Senado com V. Ex^a, pessoa de relações diplomáticas em todos os Partidos, que alegra e aconselha a todos. Além disso, quero relembrar que, quando eu governava Santa Catarina, nos idos de 1990, V. Ex^a era Ministro da Educação e visitou o Estado, mais precisamente a cidade de Brusque, ocasião em que conheci V. Ex^a um pouco mais de perto e aprendi a admirá-lo. Desde aqueles tempos idos, V. Ex^a já começou a encantar a nós, catarinenses, pelas relações cordiais, simpáticas, animadoras e diplomáticas. Nossos cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Muito obrigado, eminente Senador Casildo Maldaner. Recordo-me, com emoção e saudade, da visita que fiz, entre muitas, ao Estado de V. Ex^a quando eu era Ministro da Educação. De lá para cá, temos mantido uma convivência que me dá realmente motivo de satisfação e até de vaidade.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Hugo Napoleão, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Nobre colega Senador Hugo Napoleão, da mesma maneira que o Senador Casildo Maldaner, não quero entrar no mérito da questão, até porque V. Ex^a sabe que sou do PMDB, e, como partidária que sou, temos de considerar esse caso sem analisar-lhe o mérito. Mas eu não

poderia deixar de apartear V. Ex^a, porque já temos onze anos de convivência neste Senado. Nunca fomos do mesmo Partido, mas posso dizer que me considero amiga de V. Ex^a, já que tive convites até para ir à residência de V. Ex^a por ocasião de seu aniversário. Essa maneira gentil com que V. Ex^a trata a todos, a maneira como se porta como político, respeitando o ser humano como ele é e não por olhar a qual Partido ele pertence, faz com que eu não me furte, nesta hora, de lamentar que o Senado não terá mais a presença de V. Ex^a, pelo menos até o final desta Legislatura. E não importa como V. Ex^a assumirá o Governo. Ouvi, com cautela, suas palavras. Quando o ser humano tem pureza no coração, seu destino é sempre abençoado por Deus. Temos a obrigação de respeitar a todos. Nesta hora, quero dizer a V. Ex^a que amigos há bastantes aqui neste Senado e em toda Brasília. Então, mais uma vez, fico feliz pelos onze anos de convivência com V. Ex^a neste Congresso, onde muito aprendi com esse seu jeito ameno, com essa educação que lhe é peculiar, que todos aqui, homens e mulheres, admiram – tenho certeza disso. Por isso, faço votos de que leve em frente a sua luta, as suas conquistas, que sempre serão bem-vindas, porque partem de um coração sem ódio. O ódio nada constrói, só destrói. Parabens V. Ex^a. Mesmo como peemedebista, sentirei a falta de V. Ex^a neste plenário.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Nobre Senadora Marluce Pinto, respeito profundamente o sentimento partidário de V. Ex^a. Quero dizer que, também nesta tribuna, em nenhum momento fiz referência desairosa ao ex-Governador. Eu realmente disse que irei com os olhos da paz e com a mente da concórdia. Mas sempre recolhi de V. Ex^a um tratamento impecável e percebi as ações de V. Ex^a nas Comissões e no plenário, sempre voltadas para o seu querido Estado e para o nosso País.

Muito obrigado, Senadora Marluce Pinto.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Hugo Napoleão, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Hugo Napoleão, a figura de V. Ex^a, um diplomata com experiência e com muita sabedoria, bem como a sua cultura fazem com que todos nós nos resintamos um pouco pela sua ausência a partir de hoje. Mas toda essa qualificação pessoal V. Ex^a terá que colocar a serviço da realização do grande sonho do povo do Piauí. Abrimos mão de V. Ex^a, porque o so-

nho de V. Ex^a e do povo do Piauí é muito mais importante do que o nosso. O Congresso Nacional perde uma grande figura, respeitável, de bom trato, que dignificou e honrou a Casa por muito tempo. O Brasil o conhece, o Brasil o respeita, e nós o amamos muito, no sentido congressual de que o Brasil muito precisa para que o nosso Parlamento tenha, cada vez mais, um maior prestígio. E a presença de V. Ex^a angariou muito prestígio para o Congresso Nacional. Um abraço! Que V. Ex^a tenha o maior sucesso no Piauí!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Reconheço em V. Ex^a jurista dos mais eminentes, que sempre traz uma palavra abalizada em seus pronunciamentos, nas intervenções, nas participações, com aquela impecabilidade jurídica também peculiar ao Senador Moreira Mendes, a quem ouvirei a seguir.

Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Eminente Senador Hugo Napoleão, o Regimento assegura-me o direito de apartear V. Ex^a sentado, mas quero fazê-lo de pé, para demonstrar, de forma inequívoca, o respeito, a consideração e o carinho que tenho por V. Ex^a. Eu, que cheguei aqui no Senado sem jamais imaginar que um dia pudesse ocupar tão honroso cargo, tenho a felicidade de contar que uma das pessoas que primeiramente me recebeu aqui de braços abertos foi V. Ex^a, sempre carinhoso, sempre com o sorriso largo. Aprendi muito com V. Ex^a e quero dizer que, enquanto o povo do Piauí está feliz por recebê-lo como Governador, nós, aqui no Senado, certamente ficaremos tristes – pelo menos eu – porque seremos privados da sua convivência, da sua liderança aqui no nosso Partido. Tenho certeza de que outros Senadores terão competência para exercer esse tão importante cargo de Líder do nosso Partido, mas certamente nenhum deles conseguirá suplantar a sua dedicação, o seu carinho e a forma como se portou sempre à frente do nosso Partido aqui no Senado. Que Deus ilumine V. Ex^a nessa nova missão à frente do Governo do Estado do Piauí!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Eminente Senador Moreira Mendes, o gesto de V. Ex^a a mim me emociona profundamente, pela lhanza que teve neste instante, como tem tido em todos os dias da passagem brilhante de V. Ex^a por esta Casa. Agradeço-lhe pela amizade, que pretendo continuar a cultivar. E sou admirador do seu impecável trabalho.

Sr. Presidente, em seguida ouvirei os últimos apartes: os Senadores Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Marina Silva, Romero Jucá, Ney Suassuna e Jorge Bornhausen.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino. Aliás, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional teve a alegria de aprovar um projeto de V. Ex^a, com o meu parecer favorável.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – O seu brilhante parecer, que muito me orgulhou. Devo agradecer-lhe esse serviço ao meu trabalho nesta Casa. Quero subscrever tudo o que os Colegas disseram a respeito de V. Ex^a. Aos retardatários sobra pouco o que acrescentar ao tanto que já foi dito, e com muita justiça, sobre a personalidade de V. Ex^a. V. Ex^a é um exemplo de dignidade, de brilhantismo, de honradez, de cidadão democrata. O maior dever do homem público que exerce a atividade política é precisamente dar o exemplo. V. Ex^a constitui um exemplo para a Nação, para esta Casa, para o Parlamento brasileiro, para a opinião pública brasileira e, obviamente, para o povo do seu Estado. De forma que nos sentimos orgulhosos com a missão que V. Ex^a recebe neste momento. Trata-se de uma missão difícil, sim, árdua, V. Ex^a vai encontrar um Estado muito desorganizado, mas tem as condições, as credenciais, as aptidões para enfrentar isso e sair-se bem, reorganizar o Piauí e dar ao seu povo um rumo de progresso, de justiça, enfim, de democracia e cidadania. Cumprimento V. Ex^a por tudo o que tem feito em sua vida pública e pelo muito que ainda fará. Nós, seus colegas do Senado, ficamos orgulhosos com a missão que vai desempenhar no Piauí. Meus cumprimentos e, evidentemente, o nosso sentimento pela sua ausência aqui, mas a nossa certeza de que lá o chamamento é indeclinável e de que V. Ex^a vai cumprir muito bem essa missão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, da mesma maneira que recordei a minha ida a Santa Catarina quando o Senador Casildo Maldaner era Governador, tive a felicidade, quando era Ministro da Educação, de ir assinar um convênio com o então Prefeito do Rio de Janeiro, no Palácio da Cidade, naquela velha embaixada britânica. Eu, quando estudante, passava na rua São Clemente todos os dias para ir ao Colégio Padre Antonio Vieira e, mais adiante, para ir à Pontifícia Universidade Católica estudar Direito. Agradeço a V. Ex^a o estímulo, sobretudo partindo de quem parte. Muito obrigado.

Ouçõ, agora, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Hugo Napoleão, a Justiça brasileira é citada como uma das mais demoradas do mundo, há uma procrastinação dos processos judiciais. No entanto, finalmente aparece uma luz no fundo do túnel, e a Justiça se reúne e decide uma causa que tem muito a ver

com o momento que estamos atravessando: a crise de credibilidade, a corrupção que se alastra em nosso País. Veja V. Ex^a que o Estado do Piauí foi presenteado com uma pessoa cujas qualidades e virtudes, aqui enaltecidas por Parlamentares dos mais diferentes partidos, são reconhecidas por todos nós. V. Ex^a está se despedindo do Senado nesta fase difícil por que está passando o Brasil, mas tenho certeza absoluta de que, se perdemos a convivência diária de um homem que se comporta com a maior dignidade e lisura, dentro de uma ética invejável, temos certeza de que o Estado do Piauí vai reingressar no regime salutar da honradez, do trabalho e do desenvolvimento, porque conheço V. Ex^a há muito tempo. V. Ex^a esteve no Estado de Sergipe muitas vezes, inclusive na minha posse como Governador pelo mesmo partido de V. Ex^a. Hoje, estamos em partidos diferentes – V. Ex^a, apoiando o Governo, e eu, fazendo oposição –, mas nunca deixamos de reconhecer a eficiência do seu trabalho e, acima de tudo, a dignidade do seu comportamento, que deve ser um exemplo não apenas para aqueles que estão ingressando na política no Estado do Piauí, mas para todos aqueles que, no próximo ano, vão enfrentar as eleições para o Senado Federal e devem se espelhar na forma cordial, honrada e digna com que V. Ex^a trata os seus companheiros. Portanto, desejo que o Estado do Piauí ganhe muito – tenho certeza que vai ganhar – com a sua ação administrativa, política e, acima de tudo, de respeito ao cidadão. Deus o ajude!

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Muito obrigado, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, tive, realmente, a subida honra de ir a Aracaju para a posse de V. Ex^a, que se tem revelado um dos mais eficientes, combativos e ardorosos companheiros nesta Casa.

Ouçõ a minha muito querida amiga Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Hugo Napoleão, em primeiro lugar, desejo a V. Ex^a boa sorte nessa empreitada que vai levar a cabo. V. Ex^a, como Líder do PFL nesta Casa, durante todo esse tempo de nossa convivência, exerceu essa Liderança de uma forma muito particular, que batizaria de não-ansiosa. Sempre muito discreto, nem por isso deixando de ser eficiente na defesa de suas posições. Assim, desejo que a correria do Executivo, todo o processo de desorganização que vai encontrar não tirem de V. Ex^a essa forma tranqüila de operar politicamente. Como Governador, espero que V. Ex^a faça um bom trabalho e leve para o seu Estado aqueles sonhos de combate à exclusão social, expressos durante os tra-

balhos da Comissão de Erradicação e Combate à Pobreza, que V. Exª acompanhou não como membro, mas como nosso parceiro. Que V. Exª tenha êxito naquilo a que se está propondo e permaneça com essa liderança não-ansiosa, que opera com convicção, mas, ao mesmo tempo, com uma forma muito particular de disputar politicamente. É um estilo que, de certa forma, nos educa. Muito obrigada.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Quero consignar que tudo farei para desempenhar minha missão exatamente nos termos das palavras que V. Exª tão generosamente profere, pensando também nas questões sociais e nos problemas que afligem a população do meu Estado. Muito obrigado a V. Exª.

Ouç o Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Meu caro amigo, Senador Hugo Napoleão, não poderia deixar de juntar minha voz a todas as vozes que aqui fizeram um reconhecimento unânime da personalidade, do caráter, da seriedade e da competência de V. Exª. Quero, como amigo e companheiro, registrar que o povo do Piauí ganha muito. O Senado perde, é verdade, mas dá ao Piauí a condição de se recuperar de problemas que, sabemos, vinha enfrentando com muita dificuldade. Só quero lamentar o atraso dessa decisão, pois V. Exª, se tivesse mais tempo, sem dúvida poderia recuperar mais rapidamente o seu Estado. Desejo-lhe felicidade e coloco-me à disposição de V. Exª, com a certeza de que, com a experiência de dois Ministérios, de Liderança do PFL, de uma vida pública irretocável, V. Exª saberá retomar os destinos do Piauí e fazer com que aquele Estado possa avançar, melhorando a qualidade de vida de toda a sua população. Meus parabéns e sucesso ao povo do Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Que assim seja, nobre Senador Romero Jucá. Vejo em V. Exª o combativo defensor das causas que sempre abraça. Muito obrigado.

Ouç o Senador e futuro Ministro Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência insiste na brevidade dos apartes, por gentileza.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Hugo Napoleão, é uma satisfação saudá-lo. Mesmo sabendo que V. Exª assume o Governo do Estado do Piauí em detrimento do meu Partido, eu não podia deixar de louvar esses seis anos de convivência nesta Casa, bem como a lisura, a lhaneza e o cavalheirismo de V. Exª, mas principalmente a sua capacidade de trabalho, que a todos nós encanta. Eu

não podia deixar de fazer essa louvação, dizendo que sentiremos a sua falta no Senado, com certeza. Muito sucesso.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Muito obrigado a V. Exª, representante eminente do Estado do “Nego”, das virtudes democráticas, com os cumprimentos pelo trabalho operoso que desenvolve, durante todos esses anos, nesta Casa.

Vou ouvir então o último aparteante. Deixei-o para o final exatamente pelo respeito e admiração que lhe nutro, o Senador Jorge Bornhausen.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Eminente Senador Hugo Napoleão, desejo, nesta oportunidade, manifestar-me como Presidente do PFL, como Senador e como amigo. Como Presidente do PFL, trago a mensagem de toda a Comissão Executiva Nacional, que, hoje reunida, manifestou os votos de sucesso na sua próxima e árdua tarefa. Todos irão sentir, temporariamente, a sua falta nas reuniões semanais de quinta-feira, mas, como ex-Presidente do Partido, terá sempre V. Exª o lugar devido e de respeito, com voz e voto em todas as reuniões que puder participar. Quero, como Senador, trazer o meu abraço pelo fato de ter compartilhado como seu liderado nesta Casa, e ter assistido a maneira muitas vezes combativa – sempre diplomática, mas firme – com que liderou a Bancada do nosso Partido no Senado até o dia de hoje. Todos lhe reconhecem isso e certamente não lhe faltará a correspondência naquilo que, como Governador do Estado, vier a necessitar de aprovação nesta Casa. Como amigo, quero dizer que fico muito feliz ao ver a Justiça corresponder ao cidadão que disputou um pleito para governar o seu Estado e não chegou ao resultado a que merecidamente deveria chegar em razão dos obstáculos que encontrou no curso da campanha eleitoral e que, finalmente, foram estirpados pelo Tribunal Superior Eleitoral, e por unanimidade. Mas quero dizer que essa amizade, de mais de 20 anos, eu a tenho e a conservo como patrimônio, porque acredito que a amizade é o maior patrimônio que se pode ter nesta vida. E V. Exª, Senador Hugo Napoleão, é um homem leal, sério, solidário e tem sempre correspondido aos seus amigos nas boas e nas difíceis horas. Por isso, nas três condições, levo o meu abraço e o meu desejo de amplo sucesso na chefia do Estado do Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Senador Jorge Bornhausen, Presidente do meu Partido, estávamos juntos nos idos de 1985, na fundação da Frente Liberal e igualmente do Partido da Frente Liberal. Nessa trajetória toda em que acumulei essa riqueza que constitui a sua amizade, vi em V. Exª sempre um

impecável homem público, seja como Ministro, Parlamentar, Vice-Governador, Governador ou em todas as funções em que abraçou a “causa Brasil” com muito patriotismo.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concede o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Hugo Napoleão, gostaria de desejar a V. Ex^a um governo de frutos muito positivos para o Estado do Piauí, e sobretudo gostaria de transmitir a V. Ex^a que possa, como Governador daquele Estado, manter, com aqueles que porventura sejam seus opositores, o mesmo espírito de diálogo que V. Ex^a aqui tem tido para com seus Colegas de Oposição. Sou testemunha de que foram muitas as vezes que, mesmo discordando, mantivemos um diálogo construtivo – isso posso transmitir aos meus Colegas do Partido dos Trabalhadores – na nossa relação pessoal desde 1991, quando aqui passamos a ser Colegas. Que este clima de diálogo construtivo possa caracterizar a sua relação com seus opositores, o que normalmente ocorre numa democracia. O Partido dos Trabalhadores está representado na Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Como Senador de São Paulo, sempre que o Estado do Piauí necessitar, como aconteceu durante a gestão do Governador Mão Santa, quando foi preciso que examinássemos com atenção, olhando o interesse público, as solicitações daquele Estado, com o senso do dever a ser cumprido, analisarei as dificuldades e as necessidades do Estado, e assim procurarei continuar agindo enquanto V. Ex^a for também o Governador do Estado do Piauí. Minhas congratulações.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Nutrirei pelo Partido dos Trabalhadores no Piauí o mesmo respeito que sempre tive. Sem dúvida alguma, reconheço em V. Ex^a um Parlamentar atuante e não apenas um bandeirante; mais do que isso, um brasileiro de muito respeito. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Pois não. Ouço, com prazer, para encerrar, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Eminentíssimo Senador Hugo Napoleão, eu gostaria de usar esta oportunidade que V. Ex^a me concede até para, peran-

te V. Ex^a, me penitenciar por não tê-lo procurado para dar as satisfações que V. Ex^a merece por ocasião do meu desligamento do Partido da Frente Liberal. Mas quero prestar o meu testemunho do grande Líder que V. Ex^a foi desse Partido, certamente um dos seus sustentáculos maiores no Brasil. Desejo a V. Ex^a toda a sorte de sucesso e de êxito frente ao Governo do Estado do Piauí, Estado que, infelizmente, ainda mantém um PIB muito aquém daquilo que nós esperamos para um Estado próspero do nosso Brasil. Sei que V. Ex^a, como já fez em outras oportunidades, haverá de ser o grande empreendedor de vitórias e conquistas sociais para aquele querido povo piauiense. Portanto, receba as minhas escusas por não ter sido tão lhano com a sua pessoa como V. Ex^a sempre foi para com o seu liderado. Desejo-lhe e ao povo piauiense tudo que for melhor para aquele pedaço querido do nosso País.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Agradeço, eminente Senador Carlos Patrocínio, a colaboração e o trabalho que sempre teve quando no nosso Partido e que continua a ter em favor desta Casa, de Tocantins e do Brasil.

Vou encerrar, Sr. Presidente, com três palavras. Em primeiro lugar, com palavras de agradecimento e de pedido de perdão pelos erros eventualmente cometidos, já que posso ter sido injusto em algum momento com algum Colega; em segundo, dizendo que, no livro **Minha Vida**, do grande Estadista Winston Churchill, em uma magnífica tradução de Carlos Lacerda, ele dizia, referindo-se à Câmara dos Comuns, “como foi bom ter participado daquela Casa”. Pois como foi bom ter participado do Senado Federal da República do Brasil.

Encerro, nesta hora, neste instante, lembrando o poeta maior do Piauí, Da Costa e Silva, da mesma maneira, Sr. Presidente, como fiz na Câmara dos Deputados quando me despedi e fui para o Governo do Estado pela primeira vez, referindo-se ao rio Parnaíba, que é um símbolo da nossa terra. “Parnaíba, o velho monge, as barbas brancas alongando e, ao longe, o mugido dos bois da minha terra.”

Muito obrigado.

(Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

Durante o discurso do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira

da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Hugo Napoleão, a manifestação do Plenário em favor de V. Exª foi unânime, portanto a Mesa se associa às justas homenagens que lhe foram prestadas, rogando muitas felicidades no desempenho de sua nova missão no Governo do Estado do Piauí.

Srªs e Srs. Senadores, embora o tempo esteja amplamente esgotado, vamos prorrogar a Hora do Expediente a fim de ouvirmos três Srs. Senadores para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Roberto Requião, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores, permito-me dirigir os comentários que farei, nesses cinco minutos que me foram concedidos, ao Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Ontem, em Curitiba, depois das denúncias insistentes feitas pela Folha de S.Paulo sobre o caixa 2 da campanha do PFL, de Jaime Lerner e Cássio Taniguchi, para a Prefeitura da cidade, chegou ao meu conhecimento, ainda pela manhã, que um fato inusitado havia ocorrido em razão da aprovação das contas do Prefeito eleito tempos atrás.

A juíza, Senador Renan Calheiros, que homologou as contas do PFL assim o fez sem audiência do Ministério Público, e o Ministério Público se insurgiu com o seu afastamento e requereu a anulação da homologação da contabilidade do PFL. O Tribunal Regional Eleitoral anulou a sentença e novo prazo e novo processo foram estabelecidos.

A Folha de S.Paulo denuncia o caixa 2 da campanha: R\$ 29,6 milhões revelados, dinheiro sem origem, mas com a utilização comprovada por documentos que foram confirmados por depoimento do contador da campanha, Sr. Francisco Paladino, em entrevista à Folha de S.Paulo.

Ora, a diplomação, Senador Lauro Campos, só é possível depois que a contabilidade é aprovada. Não aprovada a contabilidade, nula seria a diplomação.

Pois muito bem. Ontem, às 15 horas, depois da publicidade nacional dada ao caixa 2 à irregularidade

da campanha, ao abuso do poder econômico, um Juiz da 1ª Vara da Justiça Eleitoral, mesmo diante do escândalo, dá uma sentença homologando a prestação de contas.

Que efeito tem essa sentença? O efeito de que, se o promotor que havia procurado o juiz para mudar o seu parecer, que era favorável à aprovação, diante das notícias da Folha de S.Paulo, tivesse modificado o seu parecer, o juiz não poderia jamais homologar a contabilidade. Diplomado não estaria o Prefeito e o segundo colocado, Ângelo Vanhoni, do PT, assumiria a Prefeitura de Curitiba. Mas o juiz homologou a contabilidade, mesmo diante das denúncias, convalidando, dessa forma, a diplomação e criando uma situação que só poderá ser dirimida depois de uma sentença transitada em julgado, que passará por todas as instâncias da Justiça brasileira, em um tempo extraordinariamente dilatado, uma vez que lenta é a nossa Justiça. Então, o juiz consolidou a posse do Prefeito corrupto, mesmo depois das denúncias serem públicas e notórias no País inteiro.

Dirijo este meu pronunciamento ao Ministro Marco Aurélio Mello, porque para se mudar uma realidade, precisamos conhecê-la em profundidade. E é oportuno, inclusive, que o Senado tome conhecimento desses fatos no momento em que se discute a reforma do Judiciário.

Segundo tópico do meu pronunciamento, Sr. Presidente Ramez Tebet, descubro ontem, na Internet, acessando a Folha de S.Paulo, no UOL, que o Supremo Tribunal Federal determinou a abertura de um inquérito para apurar suposto crime eleitoral praticado por mim. Cheguei em casa e os meus filhos estavam aterrorizados, dizendo: pai, quem é você? Você é o Jader Barbalho, o Fernando Henrique? Você anda privatizando estatais no Brasil?

Acesso o site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e descubro que o referido Tribunal solicitou abertura do inquérito porque eu, supostamente, teria usado na campanha ao Governo do Estado, em 1998, em panfletos eleitorais, a bandeira do meu Estado, o Estado do Paraná. Não me recordo de tê-la usado. Rebusquei na memória e nenhuma peça publicitária da minha campanha utilizou a bandeira.

Mas, cá entre nós, Sr. Presidente Ramez Tebet, Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, se eu usasse uma bandeira, que bandeira deveria usar? A dos Talibãs, a bandeira dos Estados Unidos ou a bandeira do meu Estado, uma vez que era candidato a governá-lo?

Não tem nenhum cabimento a medida do Tribunal Regional Eleitoral. É evidente que o Supremo não

poderia, do ponto de vista formal, deixar de atender ao apelo, uma verdadeira retaliação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Mas ser impedido de usar a bandeira do Estado – e não usei –, mas impedir alguém de usar a bandeira, que é um símbolo nacional e não um símbolo ligado a um órgão governamental, é um absurdo.

Até rememoro aqui a campanha do Presidente Fernando Henrique, Avança Brasil, dizia na reeleição. O Avança Brasil era suportado no vídeo pela bandeira do Brasil estilizada. Lembrei-me da campanha do Collor, o verde e o amarelo, símbolos da Pátria, puxando o seu processo eleitoral. Lembrei-me do Brizola, quando disputou eleições, abrindo o seu programa com a bandeira do Brasil e o Hino Nacional. Mas os apedeutas e os mirmidões do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná resolveram pedir ao Supremo Tribunal Federal a abertura do inquérito para me indiciar por crime eleitoral por ter utilizado a bandeira do meu Estado. Qual é, Ministro Marco Aurélio de Mello, a bandeira do Judiciário do Paraná? Isso é o que eu indago neste momento de perplexidade. Se um brasileiro não pode utilizar a bandeira nacional e a bandeira de seu Estado, que bandeira poderia utilizar e que bandeira empunha o Tribunal Regional do Paraná e que bandeira empunha a Justiça Eleitoral para dar prosseguimento a uma bobagem dessa natureza? Ocuparam o tempo do Supremo Tribunal Federal. Será que o Supremo não tinha coisa melhor a fazer do que determinar a abertura desse inquérito?

Ficam aqui algumas sugestões, Presidente: determinem a quebra do sigilo o Eduardo Jorge Caldas Pereira, determinem a investigação das privatizações, procurem verificar os escândalos denunciados no Brasil em profundidade. Cai no ridículo a Justiça brasileira. Eu perguntaria, como de Gaulle: que Justiça é esta? A Justiça brasileira **c'est ne pas sérieuse**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de trazer uma informação boa do Paraná. Mas, hoje, vou fazer como o Senador Requião: vou trazer uma informação terrível para os interesses do povo do Paraná.

O povo saiu vitorioso: a Copel não foi privatizada, o leilão não ocorreu porque as empresas interessadas desistiram, atendendo à lógica do mercado. Vários foram os fatores que fizeram as empresas interessadas na compra da Copel desistirem, mas há um fator que o Senado da República precisa conhecer.

Esta denúncia eu quero fazer, porque já a fiz à Aneel, a agência reguladora de energia elétrica do País, para que ela possa investigar os contratos feitos, a partir principalmente de 1998, entre a Copel, que ficou minoritária nesses contratos, e ex-funcionários da Copel, ex-integrantes do Governo Jaime Lerner e ex-financiadores de campanha do Governador Jaime Lerner. Essa história do financiamento de campanha no Paraná não é apenas uma denúncia feita na Folha de S.Paulo, mas um fato que precisa ser investigado pelo Ministério Público.

Darei só dois exemplos, porque o tempo não me permitirá avançar no assunto, Sr. Presidente, mas tenho certeza de que as empresas interessadas na compra da Copel desistiram por causa deste fato que revelarei. Há um número enorme de contratos como este que detalharei: uma empresa recebeu o nome de Escoelectric e foi constituída em 1998, para início de operação em 1999, com a participação acionária minoritária da Copel de 40%. Essa empresa foi constituída com um contrato celebrado para transferência de tecnologia. A Copel é uma das maiores e melhores empresas de energia elétrica do País e uma das que possui o mais alto nível de tecnologia, e ela contratou ex-funcionários, pessoas ligadas ao Governo do Estado, que nunca trabalharam no setor elétrico, sem nenhuma experiência, para comprar tecnologia dessa empresa. É claro que esse é o típico contrato de participação do lucro da Copel sem fazer nada, porque é clara a intenção quando esse contrato recebeu uma cláusula de uma multa de R\$18.750.000,00. Ora, em 1998, já se discutia – e eu fiz aqui a denúncia – a privatização da Copel. Fizem esse contrato, como dezenas de outros, para ensejar depois o cancelamento desses contratos e o pagamento de multas milionárias.

Vou dar um outro exemplo, pior ainda: foi constituída uma empresa chamada Tradener, com capital social de R\$10 mil. Essa empresa foi constituída com 45% de participação da Copel e 55% de participação de ex-diretores da Copel, ex-integrantes da equipe do Governo Lerner e um dos proprietários da empresa de transportes de Curitiba, tradicional contribuinte das campanhas do Governador Jaime Lerner. Ora, o que fez essa Tradener? Ela é responsável pela comercialização do excedente de energia elétrica da Copel. E existe uma cláusula no contrato que diz o seguinte: "Objeto do contrato: intermediação de venda de energia, sujeitando a Copel ao pagamento de taxas de intermediação, sem prejuízo da obtenção pela Tradener de um percentual de 2% sobre qualquer comercialização direta efetuada pela Copel". Ou seja,

com ou sem atuação da Tradener, ela receberá 2% de comissão sobre a energia elétrica vendida pela Copel.

Esse é um escândalo que está denunciado à Aneel. A Aneel se comprometeu, nos próximos dias, a fornecer um relatório a respeito da análise desse contrato, que é uma forma de retirar da Copel parte do lucro que ela sempre dá. No ano passado, R\$430 milhões. Projetado para este ano, R\$800 milhões. É claro que fazem parte desse lucro os 2% que a Tradener recebe de qualquer comercialização de energia elétrica da Copel. Agora, o pior é que o valor atribuído ao contrato, que é a multa que pagará a Copel, caso esse contrato seja revogado, é de R\$20 milhões. Esse contrato foi assinado, também, em 1998.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha)

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Quando as empresas interessadas notaram esse número enorme do contrato, com muitas contratuais de R\$18 milhões, R\$20 milhões, elas analisaram que estavam comprando uma empresa e que teriam muitos sócios, de uma forma completamente absurda, inaceitável. Não é porque a Copel deixou de ser vendida que nós vamos desistir de verificar, de investigar a fundo esses contratos e os seus participantes, porque, talvez, o que possa explicar tanto dinheiro nas campanhas eleitorais do Paraná sejam esses contratos firmados entre empresas do Estado e amigos do Poder.

Sr. Presidente, trata-se de uma denúncia grave, que espero esteja sendo ouvida pelo Ministério Público do Paraná, a fim de que aquele órgão possa tomar as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon, último orador inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um dito popular que diz assim: “Até nas flores se nota a diferença de sorte: algumas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte”. Quero ler a “Nota do PMDB” sobre a cassação do mandato do Governador Mão Santa:

Em decisão inédita na História Política Brasileira, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, na noite de ontem, cassar o mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí Francisco Moraes Sousa – o Mão Santa, bem como o do seu vice, Osmar

Ribeiro Junior. Figura exponencial do nosso PMDB, o Governador Mão Santa exercia o seu segundo mandato conferido pela vontade soberana do povo do Piauí. Nesses dois mandatos, Mão Santa vinha executando trabalho do mais alto alcance socioeconômico, fato reconhecido pelo povo piauiense e por todo o país. Neste momento, nós, peemedebistas, estamos unidos e solidários ao nosso Governador e ao povo do Piauí que o elegeu democraticamente.

Não obstante esse imenso apoio popular, o Tribunal Superior Eleitoral resolveu cassar essa vitoriosa administração do PMDB, decisão que será contestada na via judicial com os recursos ainda cabíveis.

Nossa solidariedade, portanto, ao povo do Piauí, que, por duas vezes, elegeu o Governador Mão Santa pelo voto.

Michel Temer, Presidente do PMDB

Quero manifestar meu carinho pelo Senado Hugo Napoleão. Também convivi com ele aqui, e lá se vão 16 anos. S. Ex^a é um homem digno, um homem correto, um homem pelo qual tenho a maior admiração e o maior respeito. Hoje deveria ser um motivo de festa reconhecermos que o Tribunal Superior Eleitoral agiu. Afinal, freqüentemente, vou à tribuna para cobrar ação do Judiciário: “Onde está o Judiciário que não funciona?” E, neste caso, ele agiu.

Mas o engraçado na nossa Justiça Eleitoral é a maneira como ela age. O que há de denúncias de corrupção em campanha eleitoral, o que se noticia de abusos em eleições, pelo Brasil inteiro!...

O Senador Roberto Requião acaba de contar um fato a respeito da Prefeitura de Curitiba. E o Tribunal Superior Eleitoral, nos últimos 40 anos, cassou dois cidadãos, tendo sido o primeiro o Presidente Humberto Lucena, por ter usado a Gráfica do Senado para fazer sua campanha. Isso é mentira, porque o que o Senador Humberto Lucena fez – eu nunca fiz –, como a maioria dos Parlamentares, foi imprimir, na véspera do Natal, um calendário com sua fotografia desejando Feliz Natal. Cassaram-no e levaram seu nome à humilhação, dizendo que ele tinha feito sua campanha eleitoral usando a Gráfica do Senado. Isso é mentira. Tanto que o Senado, por unanimidade, concedeu anistia ao então Presidente do Senado.

No caso presente, as pessoas que assistiram à reunião contam que, das várias considerações apresentadas, o Sr. Relator teria aceito duas, sendo que

uma dava conta de que a Polícia Federal encontrou duas caixas de remédio abertas; não havia fila, não havia ninguém, mas como a caixa estava aberta, devia ter sido usada. Da outra, eu não me lembro. E casaram o mandato do Governador e do seu vice.

Se é uma decisão para valer, tudo bem. Mas, se vale para uns e não vale para o resto, não consigo entender. Se é a mesma Justiça Eleitoral, por que uma hora funciona e outra não funciona? E o caso da eleição na Bahia, em que o Valdir Pires foi prejudicado porque houve fraude comprovada na apuração? Os oito anos vão se esgotar, e o Tribunal Superior Eleitoral não reconheceu a fraude! Nesse caso não valia, não contava. A fraude foi escancarada, mas ali não valia.

Então, vamos aguardar a decisão do Supremo. Eu volto a repetir: que bom que o Judiciário aja! Cassa e, se for o caso, coloca na cadeia. Que bom que o Judiciário funcione! Mas não pode ser de acordo com a veneta, o estado de espírito, de 10 em 10 anos.

Não deveria ser um momento de festa tão grande como a que se fez aqui, embora se faça justiça. A maioria dos apartes foi de solidariedade ao Senador Hugo Napoleão, que é um grande Senador; ao seu desempenho, que é um belo desempenho; e S. Ex^a agiu como deveria, fez o recurso, ganhou e merece respeito.

Um segundo assunto, Sr. Presidente, é sobre a saída do Governo do Assessor Especial da Presidência da República, ex-Deputado Moreira Franco. Diz ele, nos jornais de hoje, que sai porque não pode servir a dois senhores: ao Governo e ao PMDB. Levou muito tempo para descobrir isso. Mas descobriu e está saindo. Na próxima terça-feira, sairá o Ministro dos Transportes. Com essas duas saídas, o PMDB desembarcará do Governo, com tranqüilidade e serenidade.

Não concordo com a linguagem usada pelo Itamar. E não acredito que o Quércia seja a pessoa mais indicada para pegar o chicote de Cristo e entregar ao Itamar para que venha aqui expulsar os vendilhões. Não vai ser o Quércia quem vai dar esse chicote ao Itamar. Não me parece que seja o homem mais indicado. Não aceito essa linguagem. Não aceito a linguagem do Itamar no sentido da radicalização, de que vai ser Oposição, de que vai abrir guerra contra o PMDB ou coisa que o valha. Não aceito isso. Pelo amor de Deus! O meu desembarque do Governo é da maneira como foi feito! Nós não estamos no Governo. Vamos ter o nosso candidato, vamos fazer a nossa campanha e desenvolver a nossa atividade, da maneira como entendermos deva ser feita.

Ontem, saiu o Sr. Moreira Franco e, terça-feira que vem, sairá o Ministro dos Transportes. Assim, convém esclarecer que se o Sr. Ney Suassuna assumir o Ministério estará preenchendo a quota pessoal do Presidente. Não houve reunião da Bancada do PMDB indicando o Ney Suassuna. O Presidente do PMDB deixou claro que não quer indicação de nenhum Ministro do PMDB. Portanto, se o Senador Ney Suassuna for indicado Ministro, fará parte da quota pessoal do Presidente da República, que pode escolher quem quiser, na hora que quiser, e as pessoas do PMDB podem até aceitar, desde que não digam que estão aceitando em nome do PMDB.

Em o Senador Ney Suassuna assumindo, será o mais novo Ministro do Presidente Fernando Henrique. Não será da quota do PMDB. Mas poderá se dizer que o Governo de Fernando Henrique, no seu final, terá a cara do Senador Ney Suassuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/45, de 2001 (nº 3604/2001, na origem), de 5 do corrente, solicitando, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, licença prévia para que possa apreciar a queixa-crime constante dos autos do Inquérito nº 1591, oferecida contra o Senador Renan Calheiros.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 662, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais que o Senado Federal encaminhe ao Tribunal de Contas da União – TCU solicitação de auditoria no Metrô do Distrito Federal para efeito da verificação dos quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada.

Justificação

Consta do Voto do Ministro-Relator do TCU, Adylson Motta, que tratou da inspeção naquela obra no período de agosto de 1997 a março de 2000, a seguinte afirmação:

"... não foi objeto de verificação os quantitativos das medições de serviço reali-

zadas, pois seria um tempo bem acima do utilizado" (grifamos).

Destaco, ainda, que a Decisão do TCU nº 440/2000-Plenário determinou a inclusão do Metrô do Distrito Federal na amostra das obras a serem fiscalizadas pelo TCU.

Nesses termos, é inadmissível que o Senado Federal deixe de cumprir o que determina a Constituição Federal em seu art. 71, inciso VI:

"Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo ajuste, ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município". (grifamos)

Afirma o autor do requerimento de criação da chamada Subcomissão do Metrô/DF, que o próprio Tribunal de Contas da União já constatou, em trabalhos fiscalizatórios, em vista e diversas irregularidades na obra consoante se infere no resumo das Decisões nºs 469 e 1.011, de 1997 e 2000, respectivamente.

Portanto, a intenção básica da auditoria aqui requerida é a necessidade de alcançarmos a efetiva verificação dos citados quantitativos das medições de serviço realizados na obra do Metrô do Distrito Federal e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2001. – **Heloísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será votado na sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 240, DE 2001-COMPLEMENTAR**

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interes-

tadual e Intermunicipal e de Comunicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os dispositivos, a seguir mencionados, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passar a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º

§ 3º A incidência do imposto sobre energia elétrica alcança todas as etapas, desde a produção ou importação até a sua destinação final tais como a transmissão, a distribuição, a conexão, a conversão e a comercialização.

Art. 9º

§ 1º

II — às empresas de geração, importação, transmissão, distribuição, ou comercialização de energia elétrica, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a sua destinação final sendo seu cálculo efetuado sobre o valor total cobrado do adquirente, nele computados todos os encargos, tais como os de geração, importação, conexão, conversão, transmissão e distribuição, assegurado seu recolhimento ao Estado de localização do destinatário final.(NR)

Art. 13.

VIII – na hipótese do inciso XII do art. 12. o valor:

a) da operação de que decorrer a entrada de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo;

b) total cobrado do adquirente, nele computados todos os encargos, tais como os de geração, importação, conexão, conversão transmissão e distribuição em relação à entrada de energia elétrica; (NR)

§ 1º

II — o valor correspondente a:

c) todos os e encargos cobrados do adquirente no fornecimento da energia elétrica, tais como o de geração, importação, conexão, conversão, transmissão, distribuição e comercialização, mesmo que devidos a terceiro.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O texto constitucional estabelece a incidência do ICMS nas operações com energia elétrica, com sua receita destinada por inteiro a Unidade da Federação onde ocorrer o seu consumo. A legislação infra-institucional, em especial a Lei Complementar nº 87, de 1996, havia estabelecido adequado disciplinamento tributário, considerando a estrutura de mercado então existente.

Entretanto, após a privatização das empresas distribuidoras de energia elétrica e o surgimento da Aneel, estão ocorrendo modificações significativas nesse mercado notadamente com o fracionamento da operação do fornecimento da energia elétrica, em face da introdução de novos agentes no processo.

Diante da expressividade da receita que as unidades federadas obtêm com a tributação da energia elétrica, nasceu a preocupação das mencionadas unidades, diante de possíveis questionamentos judiciais que possam surgir, com sérios reflexos na manutenção da integridade da receita do ICM, referente as mencionadas operações.

O projeto que ora apresentamos é o resultado de estudos complexos e, finalmente, da deliberação do CONFAZ — Conselho Nacional de Política Fazendária, com o objetivo de adaptar a legislação aplicável à nova realidade do mercado.

Sala das Sessões, – **Lúcio Alcântara.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º O imposto incide sobre:

I – operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II – prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III – prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV – fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V – fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeita incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I – sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;

II – sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III – sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

§ 2º caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

Art. 9º A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

§ 1º A responsabilidade a que se refere o art. 6º poderá ser atribuída:

I – ao contribuinte que realizar operação interestadual com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes;

II – às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final, assegurado seu recolhimento ao Estado onde deva ocorrer essa operação.

§ 2º Nas operações interestaduais com as mercadorias de que tratam os incisos I e II do parágrafo anterior, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na operação será devido ao estado onde estiver localizado o adquirente e será pago pelo remetente.

Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

I – na saída de mercadoria prevista nos incisos I, III e IV do art. 12. o valor da operação;

II – na hipótese do inciso II do art. 12. o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III – na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV – no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 12.:

a) o valor da operação, na hipótese da alínea a;

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea b;

V – na hipótese do inciso IX do art. 12. a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 14;

b) imposto de importação;

c) imposto sobre produtos industrializados;

d) imposto sobre operações de câmbio;

e) quaisquer despesas aduaneiras;

VI – hipótese do inciso X do art. 12. o valor de prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII – no caso do inciso XI do art. 12. o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII – na hipótese do inciso XII do art. 12. o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX – na hipótese do inciso XII do art. 12. a valor da prestação no estado de origem.

§ 1º Integra a base de cálculo do imposto:

I – o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II – o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

§ 2º Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

§ 3º No caso do inciso IX, o imposto a pagar será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto.

§ 4º Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é:

I – o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II – o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III – tratando-se de mercadorias não industrializadas o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

§ 5º Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Art. 36. Esta lei complementar entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação, observado o disposto nos arts. 32 e 33 e no anexo integrante desta lei complementar.

Brasília, 13 de setembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

OF. Nº 149/01-GSSM

Brasília, 8 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tendo sido eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por indicação do Partido da Social Democracia – PSDB e, em virtude do meu desligamento daquele partido, renuncio ao mandato que ora exerço neste Conselho.

Atenciosamente, – Senador **Sergio Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB/I/Nº 1.016/01

Brasília, 7 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de indicar a Vossa Excelência os Deputados Antonio Kandir e Luiz Carlos Hauly, como membros titulares, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 8/01, que “altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385/76, que dispõe o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários”.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

OF. Nº 393/01

Brasília, 7 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro _ PPB, os Deputados Enivaldo Ribeiro como titular e Fetter Júnior como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, que “estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF. Nº 468/01

Brasília, 7 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro _ PPB, os Deputados Antônio Joaquim Araújo, como titular e José Linhares, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.230, de 6 de setembro de 2001, que “Altera a Lei nº 10.213/01, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos — FPR cria a Câmara de Medicamentos”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF. Nº 600/01

Brasília, 6 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro _ PPB, os Deputados Márcio Reinaldo Moreira, como titular e Fetter Júnior, como suplente em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 8, de 31 de outubro de 2001, que altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF. Nº 601/01

Brasília, 6 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro _ PPB, os Deputados Hugo Biehl, como titular e Luís Carlos Heinze, como suplente em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 9, de 31 de outubro de 2001, que “dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 e dá outras Providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 2001

Acrescenta parágrafo ao art. 300 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina à votação de projetos de decreto legislativo para a outorga ou renovação de autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 300 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 300.... ..

Parágrafo único. Serão votados em bloco os projetos de decreto legislativo para a outorga ou renovação de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salvo deliberação do Plenário, podendo a Presidência dividi-los em grupos, quando conveniente. (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nosso objetivo é permitir que o processo de votação de projetos de decreto legislativo para a outorga ou renovação de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária seja simplificado, pois trata-se de um volume bastante elevado de projetos para a apreciação do Plenário, ocupando, assim, a maior parte da pauta da Ordem do Dia.

Ademais, todos esses projetos são apreciados pela Comissão de Educação antes de serem submetidos à discussão em Plenário. Trata-se de projetos em sua maioria, de renovação de autorização para a exploração dos referidos serviços cuja aprovação pela citada Comissão é pacífica, se forem observados os aspectos formais e regimentais atinentes à matéria.

O Serviço de Radiodifusão Comunitária é a radiodifusão sonora, em frequência modulada operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

A Câmara dos Deputados já vem adotando procedimento simplificado na tramitação desses decretos legislativos, pois a mensagem do Poder Executivo que submete ao Congresso Nacional o ato de outorga ou permissão é encaminhada à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) daquela Casa que, se opinar pelo acolhimento da mensagem, conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo o qual será apreciado, em decisão terminativa, salvo recurso ao Plenário, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) conforme disciplina o Ato Normativo nº 1, de 1999.

No entanto, neste Senado Federal, não obstante a uniformidade e padronização que tais projetos de

decreto legislativo se revestem, a sua apreciação em Plenário obedece, injustificadamente, a nosso ver, aos mesmos procedimentos regimentais estabelecidos para projeto de lei ordinária que abrange assuntos de toda ordem.

Por conseguinte, pretendemos, mediante a alteração regimental ora proposta, adotar sistemática de votação em bloco, específica para os referidos projetos de decreto legislativo com o objetivo de outorgar ou renovar a autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária, sem prejuízo da análise aprofundada de determinado projeto quando assim deliberar o Plenário e do conhecimento pelos Senhores Senadores dos pareceres que foram exarados pela Comissão de Educação para cada um desses projetos.

Diante do exposto, esperamos contar com a compreensão dos nossos Pares para a aprovação deste projeto de resolução que, a nosso ver, vai ao encontro do princípio da economia processual.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2001. –
Senador **Carlos Patrocínio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

SUBSEÇÃO IV

Do Processamento da Votação

Art. 299. A votação realizar-se-á imediatamente após a discussão, se este Regimento não dispuser noutro sentido.

Art. 300 Na votação, serão obedecidas as seguintes normas:

I – votar-se-á em primeiro lugar o projeto, ressalvados os destaques dele requeridos e as emendas;

II – a votação do projeto, salvo deliberação do Plenário, será em globo, podendo a Presidência dividir a reposição, quando conveniente;

III – a votação das emendas que tenham pareceres concordantes de todas as comissões será feita em grupos, segundo o sentido dos pareceres, ressalvados os destaques; as demais e as destacadas serão votadas uma a uma, classificadas segundo a ordem estabelecida no art. 246, II;

IV – no grupo das emendas de parecer favorável incluem-se as de comissão, quando sobre elas não haja manifestação em contrário de outra;

V – serão incluídas no grupo das emendas de parecer contrário aquelas sobre as quais se tenham

manifestado pela rejeição as comissões competentes para o exame do mérito, embora consideradas constitucionais;

VI – as emendas com subemendas serão votadas uma a uma, salvo deliberação do Plenário, mediante proposta de qualquer Senador ou comissão; aprovado o grupo, serão consideradas aprovadas as emendas com modificações constantes das respectivas subemendas; VII – a emenda com subemenda, quando votada separadamente, sê-lo-á antes e com ressalva desta, exceto nos seguintes casos, em que a subemenda terá precedência:

- a) se for supressiva;
- b) se for substitutiva de todo o texto da emenda;
- c) se for substitutiva de artigo da emenda e a votação desta se fizer por artigo;

VIII – o Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Senador, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma;

IX – serão votadas, destacadamente, as emendas com parecer no sentido de constituírem projeto em separado;

X – quando, ao mesmo dispositivo, forem apresentadas várias emendas da mesma natureza, terão preferência:

- a) as de comissões sobre as de Plenário;
- b) dentre as de comissões, a da que tiver maior competência para se manifestar sobre a matéria;

XI – o dispositivo, destacado do projeto para votação em separado, precederá, na votação, as emendas e independerá de parecer;

XII – se a votação do projeto se fizer separadamente em relação a cada artigo, o texto deste será votado antes das emendas a ele correspondentes, salvo se forem supressivas ou substitutivas;

XIII – terá preferência para votação o substitutivo que tiver pareceres favoráveis de todas as comissões, salvo se o Plenário deliberar noutro sentido.

XIV – havendo mais de um substitutivo, a precedência será regulada pela ordem inversa de sua apresentação, ressalvado o disposto no inciso X, em relação aos das comissões;

XV – o substitutivo integral, salvo deliberação em contrário, será votado em globo;

XVI – aprovado o substitutivo integral, ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele oferecidas;

XVII – anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento de destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da comissão, tomando a matéria estacada

a sorte das demais constantes do grupo a que pertencer;

XVIII – não será submetida a votos emenda declarada inconstitucional ou injurídica pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, salvo se, não sendo unânime o parecer, o requererem líderes que representem, no mínimo, a maioria da composição do Senado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2001

Cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 72 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 72.

VI-A. Comissão de Legislação Participativa — CLP (NR)

Art. 77.

VI-A. Comissão de Legislação Participativa — CLP, 19;

§ 2º Ressalvada a participação, da Comissão de Legislação Participativa, cada Senador poderá integrar somente duas comissões como titular e duas como suplente. (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o seguinte art. 100-A ao Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 100-A. À Comissão de Legislação Participativa compete opinar sobre:

I — sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

II — pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso I.

§ 1º As sugestões legislativas que receberem parecer favorável da comissão serão transformadas em proposição legislativa

de sua autoria e encaminhadas à Mesa, para tramitação.

§ 2º As sugestões que receberem parecer contrário serão encaminhadas ao arquivado, nos termos do art. 254.

§ 3º Aplicam-se às proposições decorrentes de sugestões legislativas, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões. (NR)

Art. 3º O art. 246 passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

Art. 246.

§ 5º As proposições decorrentes e sugestões legislativas serão identificadas pelas iniciais SL, acrescentadas a sua numeração, nos termos deste artigo. (NR)

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao afirmar, no art. 1º, parágrafo único, que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, a Constituição brasileira combina representação e participação direta, consagrando, nesse dispositivo, os princípios fundamentais da ordem democrática representativa, tendendo para a democracia participativa.

A democracia representativa assenta-se sobre um conjunto de instituições que disciplinam a participação popular no processo político, configura os direitos políticos que qualificam a cidadania, tais como as eleições, sistema eleitoral, os partidos políticos etc., como constam dos arts. 14 a 17 da Constituição. O art. 14, que inaugura o capítulo dos direitos políticos determina que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto, direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I — plebiscito;

II — referendo;

III — iniciativa popular.

A Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, ao regulamentar os incisos I, II e III do art. 14 da Constituição, definiu iniciativa popular, em seu art. 13, como a apresentação de projeto de lei a Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. O projeto de lei de iniciativa popular deve tratar de apenas um assunto e não poderá ser rejeitado por vício de forma. Eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação serão corrigidas pelo órgão competente da Câmara aos Deputados. Cumpridas essas exigências, a Câmara dos Deputados dará prosseguimento à iniciativa popular, de acordo com as normas de seu regimento Interno.

O referendo popular significa a submissão de projetos de lei aprovados pelo legislativo ao exame direto dos cidadãos, atendidos certos requisitos tais como pedido de determinado número de eleitores, de certo número de parlamentares ou do próprio chefe do executivo: O projeto será considerado aprovado somente se receber votação favorável do corpo eleitoral. A Constituição estabelece que a autorização para a realização do referendo é da competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme determina no art. 49, XV, mas não disciplina as condições de seu exercício. Assim, o Congresso Nacional fica livre para autorizá-lo, até mesmo em matéria constitucional, podendo, também, formular uma lei definindo os critérios e requisitos para o seu exercício.

O plebiscito tem sido utilizado nos regimes representativos como instrumento de decisão popular sobre matéria política específica, empregando-se outros institutos, como o referendo para a consulta popular sobre atos normativos, matérias constitucionais e a manutenção de decisões políticas ou administrativas já tomadas.

A utilização desses institutos como forma de participação direta dos cidadãos na atividade política brasileira tem ficado restrita ao plebiscito, até o momento atual. Todavia, além da iniciativa popular, a participação da sociedade no processo legislativo pode ser estimulada mediante o estabelecimento de procedimentos que facilitem acolhimento de sugestões legislativas provenientes de setores organizados da população. É o que acontece na Câmara dos Deputados, desde a criação, em 30 de maio de 2001, da Comissão de Legislação Participativa. Instalada em 8 de agosto, com 31 titulares igual número de suplentes, sua atividade principal é facilitar a apresentação de sugestões legislativas de associações e órgãos de

classe, sindicatos e entidades organizadas, exceto partidos políticos. As sugestões que tece receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa, que será encaminhada à Mesa, para tramitação.

O Senado também poderá acolher sugestões legislativas, mediante a criação de uma comissão de legislação participativa, objeto da presente proposta. A idéia é permitir a participação popular no processo legislativo, mediante a aceitação de sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, com exceção de partidos políticos. Também serão apreciados pela comissão, com vistas a se transformarem em proposições, pareceres técnicos, exposições e propostas dessas entidades assim como de entidades científica e culturais.

As sugestões legislativas que receberem parecer favorável da comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa, para tramitação. As rejeitadas serão encaminhadas para arquivo. A tramitação das proposições decorrentes de sugestões legislativas obedecerá, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões.

Espera-se, com a aprovação desta proposta, não apenas contribuir para melhorar a imagem da Casa, extremamente desgastada ao longo deste ano, como estimular os grupos organizados a apresentarem sugestões legislativas, o que certamente contribuirá para democratizar a participação popular no processo legislativo.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2001. – **Marina Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

Regimento Interno do Senado Federal

TÍTULO VI Das Comissões

CAPÍTULO I Das Comissões Permanentes e Temporárias

Art. 72 As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.
- II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS;

- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;
- IV – Comissão de Educação – CE;
- IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle – CFC;
- V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;
- VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI.

CAPÍTULO II Da Composição

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- II – Comissão de Assuntos Sociais, 29;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- IV – Comissão de Educação, 27;
- IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle, 17;
- V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23.

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2º Cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.

Art 100. À Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

I – relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e proteção à infância, à juventude e aos idosos;

II – proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde;

III – normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água;

IV – outros assuntos correlatos.

CAPÍTULO V

Da Numeração das Proposições

Art. 246. As proposições serão numeradas de acordo com as seguintes normas:

I – terão numeração anual, em séries específicas:

- a) as propostas de emenda à Constituição;
- b) os projetos de lei da Câmara;
- c) os projetos de lei do Senado;
- d) os projetos de decreto legislativo, com especificação da Casa de origem;
- e) os projetos de resolução;
- f) os requerimentos;
- g) as indicações;
- h) os pareceres;

II – as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem dos artigos da proposição emendada, guardada a seqüência determinada pela sua natureza, a saber: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas;

III – as subemendas de comissão figurarão ao fim da série das emendas de sua iniciativa, subordinadas ao título “subemendas”, com a indicação das emendas a que correspondam. Quando à mesma emenda forem apresentadas várias subemendas, estas terão numeração ordinal em relação à emenda respectiva;

IV – as emendas da Câmara serão anexadas ao processo do projeto primitivo e tramitarão com o número deste.

§ 1º Os projetos de lei complementar tramitarão com essa denominação.

§ 2º Nas publicações referentes aos projetos em revisão, mencionar-se-á, entre parênteses, o número na Casa de origem, em seguida ao que lhe couber no Senado.

§ 3º Ao número correspondente a cada emenda de comissão acrescentar-se-ão as iniciais desta.

§ 4º A emenda que substituir integralmente o projeto terá, em seguida ao número, entre parênteses, a indicação “substitutivo”.

.....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Resolução n.ºs 56 e 57, de 2001, lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 8, DE 1995

(Votação nominal)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (isenção de ICMS), tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs as

- 205, de 1998, de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

- 486, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 324, de 1998), Relator: Senador Jefferson Peres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 11 de outubro passado, quando teve sua discussão adiada para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 663, DE 2001

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III, do art 279, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que “dá nova redação ao inciso X do parágrafo segundo o art. 155

da Constituição Federal”, a fim de ser feita na sessão de 4 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2001. — Senador **Geraldo Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Em votação o requerimento de adiamento da votação da matéria para o dia 04 de dezembro próximo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que é bastante oportuna a apresentação desse requerimento de adiamento da votação, até porque se trata de uma matéria de extrema importância, que deverá ser votada em uma ocasião em que haja um quórum altamente qualificado.

Reconhecemos que existia o quórum, mas, tendo em vista a homenagem mais do que merecida prestada ao eminente homem público Senador Hugo Napoleão, o melhor seria, efetivamente, que adiássemos essa matéria. Portanto, o nosso encaminhamento é favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Em votação o Requerimento n.º 663, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A matéria constará da pauta da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 04 de dezembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2001** (nº 682/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes, por parte do “Japan Bank for International Cooperation” (JBIC) para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.245, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 328, DE 2001

(Nº 682/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento, de Y46.286.000.000,00 (quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes) por parte do “Japan Bank for International Cooperation” (JBIC) para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo por troca de Notas, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de Y46.286.000.000,00 (quarenta e seis bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões de ienes) por parte do “Japan Bank for International Cooperation” (JBIC) para implementação de cinco projetos de desenvolvimento no Brasil, celebrado em Brasília, em 14 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos dos quais possam resultar alteração ou revisão do referido Acordo, ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 3:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2001** (nº 774/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi – AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável sob nº 1.229, de 2001, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marina Silva.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já tive oportunidade de solicitar à Mesa Diretora dos trabalhos do Senado Federal a possibilidade de que as matérias referentes à concessão e renovação de outorga para rádios comunitárias fossem votadas em globo. Hoje mesmo, cerca de nove emissoras comunitárias receberão a sua outorga, evidentemente por deliberação do Senado Federal.

Estou encaminhando um projeto de resolução que trata desse assunto, mas consulto a Mesa se existiria algum instrumento mais eficaz, mais ágil, para que votássemos essas matérias de maneira global, a fim de proporcionar um tempo maior para que outros oradores pudessem pronunciar-se.

Estive recentemente com o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Teremos que apreciar cerca de nove mil outorgas de emissoras comunitárias.

Portanto, no sentido de agilizar os trabalhos do Plenário, estou enviando esse projeto de resolução. Sei que já existe outro semelhante, de autoria do eminente Senador Moreira Mendes, mas eu gostaria de saber se um requerimento apreciado pelo Plenário pode nos propiciar a votação de maneira global dessas matérias relativas à outorga de emissoras comunitárias em nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Senador Carlos Patrocínio, a Mesa informa a V. Exª que o projeto está em tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria objetiva averiguar se há possibilidade de o assunto abordado por V. Exª ser decidido na respectiva Comissão, em decisão ter-

minativa. Não obstante, se V. Exª insistir em apresentar o seu projeto de resolução, a Mesa o receberá e o enviará para a competente publicação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) — Sr. Presidente, encaminharei o meu projeto à Mesa, até porque ele difere da proposta apresentada pelo eminente Senador Moreira Mendes, já que pretendo que as matérias referentes às emissoras sejam submetidas ao Plenário, mas votadas em globo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Continua em discussão a matéria referente à autorização para a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2001. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 251, DE 2001**

(Nº 774/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi – AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 12 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Maragogi – AL a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. — Deputado **Santos Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Item 4:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2001** (nº 775/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcínópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.208, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar à votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2001**

(Nº 775/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcínópolis, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 169, de 12 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcínópolis, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2001** (nº 777/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos de Guapiara - SAG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiara, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.209, de 2001, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Não havendo oradores para encaminhar à votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 253, DE 2001**

(Nº 777/2000, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o Ato que autoriza a Sociedade Amigos de Guapiara - SAG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiara, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 176, de 6 de maio de 2000, que autoriza a Sociedade Amigos de Guapiara — SAG a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiara. Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 6:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2001** (nº 778/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.210, de 2001, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam
queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 254, DE 2001**

(Nº 778/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187, de 17 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Item 7:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2001** (nº 787/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.211, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, está encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam
permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PPOJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 258, DE 2001**

(Nº 787/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186, de 16 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Item 8:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2001** (nº 792/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campestre - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.230, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Teotônio Vilela Filho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, está encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam
queriam permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 260, DE 2001**

(Nº 792/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campestre — FM, a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Campestre, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 207 de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campestre — FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Item 9:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2001** (nº 813/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaretama, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.133, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Não havendo quem queira encaminhar a matéria, está encerrado o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2001**

(Nº 813/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaretama, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 277, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Jagua-

retama a a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaretama, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 10:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2001** (nº 819/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico Caraíbas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraíbas, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.143, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, está encerrado o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 274, DE 2001**

(Nº 819/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico Caraíbas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraíbas, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 295, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico Caraíbas a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraíbas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 11:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2001** (nº 822/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Ebenezzer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não propriamente sobre essa rádio comunitária, mas gostaria de formular uma sugestão a V. Exª, Presidente do Senado Federal que há pouco assumiu essa função tão importante.

Já de algum tempo, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos instado a Presidência do Senado no sentido de colocar em prática o que está previsto no art. 224 da Constituição Federal, que diz:

Art. 224 - Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Há poucos dias, na Comissão de Educação, houve um diálogo em que foi ressaltado, inclusive pelo próprio Presidente daquela Comissão, Senador Ricardo Santos, que isso é algo pendente, que o Congresso Nacional está por fazer.

Nós, há alguns anos – V. Exª tem ouvido -, temos, muitas vezes, dito “abstenção” na hora da votação, não para as concessões de rádios comunitárias, mas para as concessões de outras emissoras, pois não há, ainda, a formação do Conselho de Comunicação Social. Então, gostaria de propor a V. Exª que, como Presidente do Senado, assumia essa difícil responsabilidade, relativa ao que se fazer com o Conselho de Comunicação Social, algo que, repito, foi objeto de reflexão da Comissão de Educação há poucos dias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a Presidência esclarece a V. Exª que, há poucos dias, recebeu uma Comissão formada

por Senadores e membros da Câmara Federal, que fez o mesmo pleito.

A Presidência está no firme propósito de, realmente, criar o tão importante Conselho de Comunicação Social. Sabemos da dificuldade, mas vamos agilizar e fazer força nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2001. (Pausa)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, vou encerrar o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 276, DE 2001**

(Nº 822/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Ebenezzer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 317, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Fundação Cultural Ebenezzer a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 661, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em regime de urgência, para emitir o seu parecer,

devendo constar da Ordem do Dia da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, que falará como Líder, em seguida fará uso da palavra a Senadora Marina Silva e, posteriormente, o Senador Ademir Andrade.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, felizmente, não é e em momento algum foi considerado um alvo potencial para as deploráveis ações terroristas como as que indignaram o Mundo, no dia 11 de setembro, contra várias cidades norte-americanas, exatamente por vitimarem civis inocentes, que não tinham ascendência sobre os rumos das políticas externas dos Estados Unidos.

Na memória de todos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ficaram eternas as cenas dignas do cinema catástrofe. Na consciência, a dura certeza de que ninguém está seguro, em nenhum quadrante do globo. Poucas datas assinalaram de maneira tão indelével a História da Humanidade com a marca amarga do sangue e do sofrimento de milhares de inocentes. São imagens, Sr. Presidente, que ainda hoje continuam assombrando o Mundo, com a conseqüente retaliação militar contra o Afeganistão.

O mundo mergulha, assombrado, numa zona sombria de apreensão, em virtude dos desdobramentos desse conflito. Na economia, Srs. Senadores, as sombrias projeções apontam para uma recessão mundial, baixíssimos índices de crescimento das nações e uma retração mundial no fluxo de investimentos internacionais. A instável economia mundial ganha, portanto, mais um elemento de crise e os fragilizados países do Terceiro e do Quarto Mundo irão sofrer, de maneira perversa, as piores conseqüências desse belicismo primitivo.

Em função desse conflito, o Mundo tomou conhecimento de uma das miseráveis zonas do Planeta, uma cruel realidade repetida em todos os países subdesenvolvidos, que os economistas preferem denominar, eufemisticamente, como nações em desenvolvimento - miséria vista aqui no Brasil que, de acordo com último levantamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, tem 37,5% da população vivendo abaixo da linha da pobreza.

Poderíamos até tomar como consolo a comparação desses índices com os do continente latino, onde 43,8% da população vivem com menos de

US\$2 por dia, ou seja, Sr. Presidente, absolutamente na miséria. Esse conceito não envolve apenas falta de acesso à renda, mas também ausência de educação, saúde, saneamento, água e eletricidade. Se ampliarmos a estatística para o mundo, constatamos que 20% da população mundial sobrevivem com apenas um dólar ao dia, ou seja, indigência absoluta.

As nações desenvolvidas, paralelamente ao enérgico e continuado combate ao terrorismo, crime inominável, precisam com urgência fazer uma profunda reflexão sobre os desacertos e desigualdades na condução da economia mundial. Sem repensar esta atuação, sem programas e ações que visem eliminar a pobreza, reduzir a miséria e patrocinar uma solução para a inclusão social, as tensões, claro, sobreviverão e eclodirão em todo o mundo. Não que a pobreza legitime a violência, mas países arrasados economicamente são sítios permeáveis e generosos à instalação da intolerância. Após a resposta militar, o Primeiro Mundo precisa adquirir a consciência exata da miséria no planeta e que a dimensão do problema exige soluções rápidas, globais e múltiplas. A retração das nações desenvolvidas, em momento de crise, sem dúvida nenhuma, é um complicador neste cenário.

Mas o fato de não sermos alvos da barbárie terrorista não nos permite ficar alheios a recalcitrâncias deste conflito. Cada vez mais globalizado, independentemente da empatia que se tenha por essa ordem mundial, o mundo reclama por soluções integradas, sejam elas econômicas, políticas, administrativas, judiciárias ou sociais. Sem cooperação e ações multilaterais, todos os esforços em prol de uma vida mais próspera, feliz e segura serão vãos.

No campo interno, nós temos uma tarefa de casa a ser executada, sendo ou não o Brasil território potencial de ataques da intransigência terrorista. Nunca é demasiado rememorar a vizinha Argentina, que nunca esteve na mira dos terroristas e sofreu dois atentados em 1992, que objetivaram exatamente atingir organizações judias naquele país.

O Brasil tem, em várias esferas da Administração Pública, projetos, decretos, leis e ações aguardando deliberações ou regulamentações. Se até agora fomos extremamente tímidos na tentativa de diminuir nossas vergonhosas estatísticas de criminalidade, convém agora, sem dúvida nenhuma, mudarmos de postura. Precisamos ser mais agressivos, fazendo valer leis que auxiliariam no combate à violência e representariam uma significativa contribuição no combate ao terrorismo internacional.

Sr. Presidente, o Governo tem, embolorando em suas gavetas, a lei já aprovada no Congresso Nacio-

nal disciplinando o abate de aeronaves hostis em espaço aéreo brasileiro. Falta o Executivo caracterizar detalhadamente em que momento um avião pode ser considerado hostil e se a autorização de destruí-lo será do Presidente da República ou delegada a alguma outra autoridade. Trata-se de instrumento, sem dúvida, fundamental no combate ao contrabando, narcotráfico, espionagem e a outras práticas delituosas. A lei foi publicada no **Diário Oficial**, em 06 de março de 1998. Uma regulamentação foi sugerida por mim, quando estava no Ministério da Justiça. Se ainda o Governo não a acatou, que apresente uma alternativa ou explique à Nação esse retardamento incompreensível.

Sr. Presidente, ainda no Ministério da Justiça, iniciamos a modernização do passaporte brasileiro, apontado, no mundo todo, como um dos mais vulneráveis à falsificação e adulteração. A miscigenação do País permite que qualquer pessoa passe por brasileiro em qualquer lugar deste planeta. A vulnerabilidade e a mistura de raças tornam o passaporte brasileiro um dos documentos mais requisitados no mercado negro internacional. Alguns jornais chegaram mesmo a publicar que terroristas envolvidos nos atentados dos Estados Unidos utilizaram o documento brasileiro falsificado. Se há pendências jurídicas atrasando a modernização do passaporte – e há, porque uma empresa de saneamento de São Paulo ganhou a licitação para emitir os novos e seguros passaportes brasileiros e, depois de ganhar a licitação, pediu para indexar o contrato em dólar –, se há problemas jurídicos, que o Judiciário priorize essa decisão para que possamos modernizar e, mais do que modernizar, tornar seguro o passaporte que – repito – é o mais requisitado, o mais procurado no mercado da falsificação.

No Congresso Nacional, Sr. Presidente, dois projetos importantes para o combate à criminalidade aguardam também apreciação. A proposta que proíbe a venda de armas no País e o projeto que tipifica penalmente e pune delitos cometidos através da informática, entre eles a difusão e prática do conhecido ciberterrorismo, que há muito tempo é motivo de preocupação de governantes de todo o planeta.

O mundo todo tem uma legislação que tipifica os chamados crimes da informática. No Brasil, não. Este é um crime que ocorre em todos os países e, na medida em que não temos, no Brasil, uma legislação que o entenda como crime, conseqüentemente, barramos qualquer outra investigação de qualquer país que, por um motivo ou outro, depare-se no Brasil.

A idéia do registro único, inspirada pelo Senador Pedro Simon, importante no combate à falsificação de

documentos, foi inexplicavelmente abandonada sem também a correta regulamentação. Igualmente foram esquecidas as promessas do Plano de Segurança de ampliar o efetivo da Polícia Federal, que responde, simultaneamente, como agente portuário, marítimo e judiciário. Para termos uma idéia do que isto significa, a Polícia Federal tem hoje em atividade 6 mil homens e mulheres. A Polícia Federal argentina, com atribuição constitucional semelhante, tem mais de 40 mil homens e mulheres. Os Estados Unidos, por exemplo, têm 13 Polícias Federais. Uma especializada praticamente para cada ramo do crime.

Mas, Sr. Presidente, se a violência interna não consegue tirar da paralisia estas propostas, espero sinceramente que a comoção mundial o faça.

Aguardo também que o já anunciado novo Ministro da Justiça, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, que toma posse na próxima quarta-feira, se empenhe – e tenho certeza absoluta que se empenhará – para fazer com que essas idéias evoluam.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço, desta tribuna, um apelo para que o Governo brasileiro adote as providências para que possa readquirir a ascendência no cenário mundial o tema segurança e não seja apenas um alvo de cobranças por parte dos dirigentes dos países desenvolvidos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Ouço o aparte, com muito prazer, de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a recordou hoje a tragédia do dia 11 de setembro, quando aviões se chocaram contra os edifícios do World Trade Center e o Pentágono, levando à morte quase 6 mil pessoas. O povo brasileiro e todos nós aqui, no Senado, solidarizamos-nos com o povo norte-americano diante da perda de vidas inocentes de maneira trágica. Mas, a propósito deste assunto, seria importante refletirmos sobre o fato de que, hoje, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está na cidade de Washington, conversando com o Presidente George W. Bush, e, nesta mesma semana, ainda fará um pronunciamento perante a Assembléia Nacional das Nações Unidas. Há poucos dias, o Prêmio Nobel de Literatura, Gunter Grass, disse algo de extrema relevância ao afirmar o seguinte: “Se sou amigo de alguém, devo ser capaz de deter sua mão e contradizê-lo quando ele faz algo de errado. Algo diferente disso seria a solidariedade cega, que limita o poder do pensamento”. Senador Renan

Calheiros, V. Ex^a como eu e toda a nossa geração não apenas ouvimos, mas também cantamos a bonita canção de Bob Dylan, que Joan Baez e outros cantores, dos melhores do mundo, cantaram. Refiro-me à canção **Blowing in the Wind**. À certa altura, os versos dizem: “Quantas vezes um homem deve olhar para cima antes de poder ver o céu? Quantos ouvidos um homem precisa ter antes de conseguir ouvir o choro das pessoas? Quantas mortes precisam ocorrer antes que ele perceba que muitas pessoas morreram? A resposta, meu amigo, está sendo trazida pelo vento (**The answer, my friend, is blowing in the wind**)”. Qual o significado dessas palavras, Senador Renan Calheiros? Quantas mortes de pessoas ali, no Afeganistão, deverão ainda ocorrer antes que se possa ver o céu? O que desejo lembrar, neste momento em que o Presidente Fernando Henrique se encontra nos Estados Unidos da América, é que, quem sabe, Sua Excelência possa dizer o mesmo que disse Gunter Grass, como amigo. Quem sabe possam os Estados Unidos aprender das lições de uma das pessoas que eles próprios resolveram homenagear, ao designar como um dos seus feriados a data em homenagem a Martin Luther King Junior, que lutou bravamente para convencer os seus concidadãos de que não era necessário a violência como forma de transformar ações, procedimentos, situações injustas. Que seria necessário se fazer de tudo da forma mais assertiva, jamais aceitando ações graduais, evitando-se a violência. O que espero – e digo isso dado o pronunciamento de V. Ex^a – é que possa o Presidente Fernando Henrique Cardoso falar no mesmo espírito das palavras que disse, há poucos dias, na Assembléia Nacional Francesa, quando afirmou sobre a importância de haver um Estado Palestino, assim como nós, brasileiros, apoiamos a criação do Estado de Israel, como uma das ações que se fazem necessárias para que haja paz no mundo. Mas também é preciso que os Estados Unidos compreendam as razões que levaram algumas pessoas, infelizmente, a agir com tanta violência, para reagir a alguma situação que precisa ser melhor conhecida. E seria importante que nós, aqui no Senado Federal, também estivéssemos dizendo ao nosso Presidente: procure dizer aquilo que é da alma, do coração e da nossa tradição de nunca procurar resolver pela guerra problemas que podem ser resolvidos, como mostrou Martin Luther King Junior, seguindo Mahatma Gandhi, de outra forma. Com respeito ainda à regulamentação da lei que V. Ex^a mencionou, quero observar que são muitos os pilotos brasileiros que temem alguma impropriedade na forma de regulamentar essa lei, porque eles se sentem

ameaçados quanto à possibilidade de erro na hora de a Força Aérea ou qualquer força de defesa brasileira abater um avião. Se, porventura, for cometido um erro, uma vida inocente será abatida. Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy. Sem dúvida nenhuma, somente a regulamentação criteriosa pode desfazer qualquer risco que houver com relação à hipótese, dentre outras coisas, de erro. Agradeço, sinceramente, a intervenção de V. Ex^a, sempre oportuna, poética, engajada e inteligente.

Apelo, finalmente, desta tribuna, para que o Governo brasileiro nos ajude a avançar nessas questões, porque, sem dúvida, isso ajudará a firmar o Brasil mundialmente e, com isso também, sairemos desta triste condição de sermos sempre cobrados por ações que já poderíamos ter concretizado, como aliás outros países já o fizeram.

Agradeço a todos e à Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão neste momento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, pela Liderança do Bloco.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um registro que, com certeza, nos entristece a todos e deve fazer parte de uma série de questionamentos que estão sendo feitos pela sociedade brasileira, que está acompanhando o julgamento dos jovens Max, Antonio Novely, Tomás e Eron, que foram responsáveis por aquele lamentável episódio, que resultou na morte do índio pataxó Galidino. Esse julgamento está acontecendo em Brasília.

Estamos vivendo, no Brasil, um momento privilegiado para uma grande reflexão. O julgamento dos quatro jovens que, na madrugada de 21 de abril de 1997, avistaram alguém que dormia num banco de parada de ônibus, na 703 Sul, e decidiram procurar um posto de gasolina para comprar combustível.

Já em adiantada hora da madrugada, os jovens tiveram que se deslocar até um posto de gasolina distante. Localizaram esse posto na 205 Sul. Tiveram que justificar para o empregado do posto – e, com isso, acabaram contando uma mentira – a compra da gasolina e seu transporte em vasilhame de plástico, alegando que estavam fazendo isso porque havia um outro carro parado em local diverso que necessitava do combustível. Em seguida, esses jovens chegaram até o local onde estava o índio Galdino, onde jogaram o combustível em seu corpo e atearam fogo.

Os argumentos que se seguem à justificativa desse ato são tão dramáticos e tão assustadores quanto o próprio ato, pois os jovens, quando identificados, no desespero, disseram que pensavam tratar-se de um mendigo e não de um índio. Qual a diferença entre um ser humano índio e um ser humano mendigo? Qualquer pessoa em quem se jogasse combustível e atearse fogo sofreria os danos e as consequências desse ato criminoso. O índio estava coberto com um cobertor que, por si mesmo, é inflamável. Imaginem esse cobertor ensopado com combustível! As chamas invadiram o corpo do índio, que veio a óbito.

Argumentar que esses jovens não agiram intencionalmente é não querer ver a realidade ou, no mínimo, é querer distorcer a realidade, porque eles tiveram tempo para pensar. Não era apenas um jovem. O material inflamável não estava dentro do carro. Eles tiveram que pensar: vamos comprar um combustível, em que lugar vamos comprar o combustível, e ainda inventaram uma mentira para poder levar o combustível num vasilhame; só então dirigiram-se ao local onde tinham identificado a vítima e executaram a ação.

Falo isso sem nenhum prazer porque me dá muita tristeza. À época, senti muita tristeza sob dois aspectos: primeiro, pelo índio que perdeu a vida, pelos seus familiares, pelos seus parentes, pelos seus amigos, por todas as pessoas que viveram o drama de alguém que saiu lá do interior da Bahia, veio a Brasília comemorar o Dia do Índio, foi recepcionado na capital do País por seus parentes – como eles se chamam entre as várias tribos – e, logo em seguida, foi assassinado, queimado vivo. Sofro e lamento por isso. Mas também sofro e lamento por esses jovens, por serem jovens, e pelos seus familiares, porque qualquer um de nós estaria sofrendo como mãe, como pai, por ver o filho praticar um ato desses.

Mas não posso, em hipótese alguma, aceitar a tese de que não houve intencionalidade na prática desse crime. É verdade que existia um menor, mas os

outros eram maiores e planejaram essa ação. Meu Deus! Era um grupo de quatro pessoas que, com seus valores, seus referenciais, poderiam ter questionado e refletido sobre o que iriam fazer! Mas havia uma decisão tomada. E essa decisão foi tomada em nome de um equívoco: eles não sabiam que a pessoa que estava embaixo do cobertor era um índio; imaginavam ser um mendigo. Então pode-se atear fogo em um mendigo que está dormindo numa parada de ônibus, numa calçada, para ver o fogo pegar? E isso pode ser considerado uma brincadeira? Ora, até uma criança de sete, oito anos de idade sabe que não pode atear fogo em uma pessoa! Imaginem jovens de 16 a 19 anos! Ao cometerem esse ato, eles tinham plena consciência disso, inclusive pelas condições sociais em que viviam. Trata-se de jovens bem informados, que tinham escola, tinham certamente uma relação de referência entre o que é certo e errado. Não existe essa “inocência”, essa brincadeira como estão querendo caracterizar uma ação seguida de morte. Não é isso.

Em nome dos familiares de Galdino, de sua mãe, de todos os seus parentes brasileiros e em nome da cura que a sociedade brasileira precisa efetivar em relação à Justiça, não podemos aceitar essa tese. Com certeza, se isso não acontecer, estaremos praticando uma grande injustiça. Vamos pensar em uma situação contrária: suponhamos que alguns jovens índios, de repente, não digo nem com gasolina ou álcool, mas com uma palha de uricuri, de jaci ou de coco, resolvessem tocar fogo em um filho de algum juiz, advogado ou grande fazendeiro. O que aconteceria com esses índios? Com certeza, iriam mofar na cadeia porque todos estariam mostrando o lado selvagem, abominável dos índios que não tiveram compaixão e tocaram fogo em uma pessoa.

Não podemos praticar a justiça própria, e isso é um exercício da justiça própria. Essa é a pior forma de injustiça porque, quando os outros erram, nós nos colocamos como juizes e julgamos o que é certo ou errado; mas quando somos nós que cometemos um erro, imediatamente purificamos esse erro que passa a ser encarado de outra forma. A justiça própria é a pior forma de injustiça, inclusive porque é uma blasfêmia; é como se tivéssemos o poder divino de decretar o que é certo ou errado para os outros e para nós mesmos, sendo que, quando ocorre conosco, estamos sempre prontos a compreender, a absolver e a ser bem mais flexível do que seríamos quando julgamos o outro.

Nesse caso, não se trata apenas do julgamento dos jovens que cometeram esse crime contra o índio

Galdino. Diria mesmo que é a nossa justiça atuando em relação a outra cultura, a outra forma de pensar e agir, julgando a partir de uma visão equivocada da nossa sociedade em relação aos completamente despossuídos e sem nenhuma referência, os mendigos que estão a nos envergonhar por todas as ruas da nossa cidade e em todos os cantos do nosso País, seja por pobreza ou por loucura. Independentemente da razão pela qual encontram-se nesse estado, isso não nos dá o direito de pensar que seja normal esse tipo de atitude que vem sendo praticada também com os mendigos. Há algum tempo, em São Paulo, um mendigo acordou sem os olhos. Alguém aplicou-lhe uma anestesia, fez uma cirurgia técnica, profissional e tirou-lhe os olhos. E ele amanheceu sem os dois olhos.

Esta é uma sociedade completamente doente. Se não dermos o exemplo pela justiça – seja pelo filho do grande ou do pequeno – em relação a essa atrocidade que nosso processo civilizatório e nossa cultura produzem, não nos estaremos curando. E digo isso porque faço parte desta sociedade. Devemos curar nossa sociedade realizando a justiça não por vingança em relação a esses jovens; esse ato de justiça tem que ser necessariamente um gesto de amor.

Gostei muito da frase que li certo dia de que o contrário de injustiça não é justiça por justiça; o contrário de injustiça é amor, porque toda justiça que não se realiza por amor é vingança. E percebo esse fato como um gesto de amor, em primeiro lugar, para que esses jovens paguem pelo erro que cometeram. E para que, pagando pelo erro que cometeram, possam recompor-se diante da sociedade, de Deus, da sua família e deles próprios. Portanto, trata-se de um gesto de amor para que essa conta não seja debitada pelo resto da vida em suas consciências, na consciência de quem julga e daqueles que sofrem e gostariam muito de ver seus filhos absolvidos ou com uma pena menor. Permitir que a injustiça permaneça não é a melhor forma de amar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Marina Silva, quero cumprimentar V. Ex^a pela maneira como analisa a tragédia que, infelizmente, levou quatro rapazes a assassinar o índio Galdino. V. Ex^a analisou bem como seria próprio que mesmo os familiares, os pais desses quatro rapazes, se tiverem – e acredito que tenham – sentimento de profundo

amor para com seus filhos, reconhecessem que há que se proceder com justiça. Por outro lado, é preciso que desse episódio venhamos a tirar lições, sobretudo se pensarmos naqueles adolescentes pelo Brasil afora que por vezes são levados a ações tão graves quanto essas. Isso, sei bem, ocorre com muita frequência. Também já fui adolescente e sei que pessoas que estão relativamente melhor em suas vidas pensam que podem agir como donos do mundo ou decidir sobre quem deve viver ou não, quem pode ser objeto de uma ação de ofensa ou de destruição. E são aqueles destituídos de quaisquer direitos, pessoas marginalizadas nas metrópoles afora, por vezes, ali, nas praças e jardins, que acabam sendo objeto de violência, como aconteceu com o índio Galdino. Esse julgamento que se realiza, hoje, em Brasília, tem como advogado de acusação o Sr. Deputado Luis Eduardo Greenhalgh, que tem grande experiência na defesa dos direitos à cidadania e dos direitos humanos e está procurando agir com muito equilíbrio, seriedade, assertividade e disciplina, ao observar que os argumentos da defesa – como V. Ex^a está mostrando – não guardam razão, já que justificam a morte do índio Galdino como, simplesmente, um ato de natureza culposa. V. Ex^a bem mencionou que esses rapazes tiveram todo o tempo de refletir, trocar idéias. Não era apenas um, eram quatro. Às vezes, a conversa entre quatro pessoas acaba contribuindo para que uma ação seja até mais grave, como parece ter ocorrido. Não houve um que dissesse aos outros: “estamos cometendo uma bobagem que vai acabar custando-nos muito caro”. Mas quão importante será esses jovens reconhecerem que o seu ato foi algo que não pode ser repetido. Quão importante será não apenas assumirem a responsabilidade por seu ato, mas também advertirem outras pessoas de que devem pensar muito antes de causarem outras tragédias, como as que, infelizmente, têm ocorrido nas ruas e praças das cidades pelo Brasil afora. Cumprimento V. Ex^a, portanto, pela maneira tão equilibrada e justa com que analisa o julgamento do índio Galdino, pessoa tão amada por seu povo, que veio a Brasília justamente como um dos principais representantes dos Hã-Hã-Hãe, para demonstrar ao povo brasileiro e às autoridades que eles têm direito à terra na Bahia. Por essa razão, não apenas a sua mãe, os seus parentes, os seus companheiros Hã-Hã-Hãe e toda a comunidade indígena recebem a solidariedade do povo brasileiro, mas também o índio Galdino. Esperamos que essa tragédia sirva – daí a importância da sua reflexão, Senadora Marina Silva – para que tais atos jamais sejam novamente cometidos em nosso País.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e incorporo-o ao meu pronunciamento, Senador Eduardo Suplicy.

No início, falei que sou mãe: tenho dois filhos jovens e duas crianças. É claro que penso no drama tanto dos pais quanto daqueles jovens que tiveram sua vida cortada, altamente prejudicada por um ato que nos aterroriza. Mas, pelo bem desses jovens, pelo bem da sociedade brasileira, não se pode arranjar um subterfúgio para fugir da pena, da realização da justiça. Esta tem que ser realizada em nome da verdade, dos interesses maiores da humanidade, que é o direito à vida, à liberdade, à busca da felicidade.

Com certeza, já houve a interrupção da vida do índio Galdino, mas também da busca da felicidade dos familiares que o perderam, da busca da felicidade dos jovens e de seus familiares. Houve interrupção da liberdade, com a privação do ente querido, que teve a sua vida ceifada prematuramente, de uma forma perversa e não pelo processo da morte natural, por que todos nós passaremos.

Assim, Sr^a Presidente, quero somar a minha solidariedade a todos aqueles que hoje estão buscando o cumprimento e a realização da justiça e dizer que todos os brasileiros devem fazer, neste momento, uma reflexão sobre os valores com os quais estão contribuindo, sobre os referenciais que os nossos jovens estão recebendo, para que, em determinado momento, não se manifeste algo patológico. Se em algum momento isso acontecer, será como um cisto ou um tumor que deve ser tratado sob o olhar cirúrgico de quem quer aplicar o remédio correto. E o remédio correto, neste caso, é a realização da justiça da forma como deve ser realizada.

Lamentavelmente, os prejuízos são irreparáveis para os que perderam o seu ente, para o índio Galdino que perdeu a própria vida e para aqueles que praticaram esse ato e que hoje têm que pagar pelas consequências.

Fiquei vendo o depoimento emocionado da mãe do índio Galdino, quando alguém perguntou se ela perdoava aqueles jovens. Ela respondeu, a sua maneira, nos seus referenciais, na sua cultura - não estamos aqui para julgar - que não perdoava de jeito nenhum. Mas o perdão espiritual é um ato unilateral de Deus. E se há arrependimento, independentemente do meu perdão pessoal, humano, as pessoas são perdoadas. Mas o perdão espiritual não revoga o erro que foi praticado; e o erro praticado tem que ser reparado. E não existe outra forma de reparar o erro para a sociedade a não ser pelo cumprimento da pena na forma em que deva ser aplicada.

Trata-se de um crime que foi planejado. Os estudiosos do Direito afirmam que foi um homicídio doloso; mais que isso, preterdoloso, porque tiveram um tempo para pensar, preparar algo que poderia ter tido os questionamentos, que tanto eu quanto o Senador Suplicy já colocamos. Mas, infelizmente, não houve esse questionamento e o ato foi realizado.

Agora, só nos resta fazer aquilo que compete à Justiça e à sociedade brasileira: punir, para que esse crime não seja motivo para que as pessoas continuem a pensar que, por terem uma condição melhor e poderem pagar um advogado, podem brincar com a vida de pessoas indefesas, que talvez não contem com os mesmos meios, mas que nem por isso são inferiores, que devem ser tratados com o mesmo respeito, enquanto seres humanos, para que possamos continuar a realizar os objetivos maiores da humanidade — a preservação da vida, a nossa ética, o nosso **ethos**, o cuidar da nossa casa, desse nosso interior que realiza a moral, a ética, valores —, para que não sejam profanados por um ato impensado, que aparentemente pode ser de compaixão e de amor, mas que nos joga na vala comum da injustiça, da impunidade e, sobretudo, daquilo que não é amor.

Ao não darmos a oportunidade a esses jovens de cumprirem a pena pelo erro que praticaram, não estaremos contribuindo para que se refaçam diante deles próprios, da sociedade e da Justiça, já que a vida do Galdino é irrecuperável, pelo menos do ponto de vista humano, porque acreditamos que há um plano maior para todos nós, em todas as circunstâncias.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que qualquer ação nossa, como Parlamentares, enquanto sociedade, não deve ser a de um olhar raivoso de vingança para com esses jovens. Não, deve ser um olhar, sobretudo, amoroso, de compaixão. E, do meu ponto de vista, a compaixão e o olhar amoroso se realizam pelo cumprimento da justiça na medida certa, nem mais e nem menos, como um crime que foi praticado e que não tem nenhum respaldo para as atenuantes que estão querendo dar. A sociedade brasileira não pode aceitar e todos nós temos que nos somar pela realização da justiça, não como um gesto de vingança, mas como um gesto de amor, porque o contrário de injustiça, como falei anteriormente, não é justiça, é amor, porque quando ela se realiza dessa forma tem única e exclusivamente o objetivo de reparar, de corrigir para que a pessoa se restabeleça diante de si mesma e diante da sociedade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr.^a Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Eu a concederei em um minuto.

Quero, em nome do Senado e, tenho certeza, em nome de todo povo brasileiro, ser solidária ao pronunciamento da Senadora Maria Silva e do Senador Eduardo Suplicy no sentido de que, efetivamente, seja feita justiça. Uma sociedade que supostamente se intitula de civilizada não pode compartilhar com as mais diversas formas de impunidade, até por ser a impunidade a seiva maldita para a árvore da violência. Esperamos até não apenas em solidariedade ao índio Galdino, aos índios, aos mendigos, aos povos oprimidos, mas também à juventude, até porque é o exemplo dado que possibilitará que a nossa juventude, os nossos filhos não tenham como exemplo a impunidade.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, pedi a palavra para fazer, rapidamente, um registro que considero importante.

Com o fechamento das contas de exportação e importação do País, em outubro, verificou-se um saldo na Balança Comercial de US\$248 milhões, levando o superávit deste ano para US\$1,5 bilhão. Esse superávit deverá chegar a US\$2 bilhões, até o final do ano, e, no próximo ano, a previsão inicial é que tenhamos um superávit de US\$6 bilhões no mínimo. Portanto, é um dado extremamente importante, que demonstra que, desde 1995 para cá, é a primeira vez que no mês de outubro se tem uma posição positiva na balança de pagamentos.

Ao fazer esse registro, peço a transcrição da matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, “Saldo da Balança Comercial chega a US\$ 1,5 bi”.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO:

Saldo da Balança Comercial chega a US\$1,5 Bi

José Ramos

Brasília _ A balança comercial terminou em outubro com um superávit de US\$248 milhões, o que aumentou o saldo acumulado desde o início do ano para US\$1,498 bilhão. Foi a primeira vez desde 1995 que a balança teve um saldo positivo em outubro, um mês em que normalmente há o pico das importações do ano. Segundo analistas, o recente bom desempenho comercial

deve-se à combinação da desaceleração da economia e da desvalorização do real, que tem derrubado as importações. Em outubro, porém, as exportações também aumentaram. O saldo de US\$248 milhões surpreendeu o mercado _ somente na última semana do mês, em três dias úteis, o superávit foi de US\$75 milhões. No mês de outubro, as exportações chegaram a US\$5,002 bilhões, um valor 7,8% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado, enquanto as importações atingiram US\$4,754 bilhões _ uma queda de 8,11% em comparação a outubro de 2000.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, as exportações alcançaram US\$47,878 bilhões de janeiro a outubro, um recorde histórico para o período. Em relação ao mesmo período do ano passado o crescimento das exportações foi de 7,3%. As importações, por sua vez, chegaram a US\$47,878 bilhões, um pulo de 4,3%. A previsão do governo é a de que a balança registre este ano saldo positivo de US\$2 bilhões.

O economista-chefe do HSBC Investment Bank, Alexandre Bassoli, diz que o resultado da balança em outubro foi “excepcional”, principalmente porque é um mês em que as compras costumam ficar 10% acima da média do ano. Bassoli lembra que a queda nas importações segue num ritmo “forte e consistente”. Segundo ele, eliminado fatores sazonais, a média diária das importações, que atingiu US\$250 milhões no primeiro trimestre, foi de US\$ 95 milhões em outubro, um número 22% menor. Uma boa notícia é que as exportações também melhoraram, ainda que de maneira tímida. Bassoli cita um outro indicador para mostrar a evolução das vendas externas: nos três meses terminados em outubro, as exportações mensais ficaram em US\$4,83 bilhões, 2,98% a mais que os US\$4,69 bilhões registrados nos três meses encerrados em julho. A questão é saber se essa melhora das exportações é duradoura, diz o economista-chefe da BBA Corretora, Alexandre Schwartsman.

O destaque do mês foram as exportações de produtos básicos, que somaram US\$1,361 bilhão, valor 28,8% maior que o de outubro de 2000. Já as exportações de produtos industrializados chegaram a US\$3,559 bilhões, ficando apenas 1,6% acima do registrado em outubro do ano passado. Desse grupo de produtos, os semimanufaturados foram responsáveis por US\$783 milhões, com crescimento de 12,8%. Já as exportações de manufaturados, de US\$2,776 bilhões, sofreram queda de 1,2% ante o mesmo mês de 2000.

Bassoli e Schwartsman dizem que boa parte da melhora da balança se deve realmente à queda do nível de atividade, que provoca uma retração das importações. Mas os dois entendem que a desvalorização do real também tem um papel relevante nessa virada da balança. Bassoli lembra que há um processo de investimento em aumento de exportações e substituição de importações em curso desde 99, que se aprofundou neste ano. (Colaborou Sergio Lamucci).

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento Interno. Esperamos todos nós que o superávit não seja viabilizado para continuar pagando juros e serviços da dívida, mas para investimentos importantes que o povo brasileiro realmente merece.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade pela Liderança do PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero comentar dois assuntos: o pri-

meiro, de caráter nacional. Creio que o povo brasileiro precisa compreender, já que o Congresso Nacional não consegue enxergar e cumprir com a sua obrigação, o que está acontecendo.

Fico observando o noticiário, a imprensa e a briga que existe, hoje, no Brasil, das universidades públicas federais no sentido de garantir um salário razoável aos seus professores e funcionários. Esse problema, ao longo dos últimos seis anos, tem trazido enormes prejuízos às universidades brasileiras e principalmente aos seus estudantes. E o Governo é absolutamente insensível, não escuta, não dialoga, não ouve e não apresenta solução para o problema. Este ano, a greve foi mais consistente do que em qualquer outra época. Ela foi uma greve tão firme, tão forte e em cima de realidade, do atendimento de uma necessidade do professor universitário brasileiro que ela conseguiu resistir até hoje.

O que quero chamar a atenção é que a proposta final dos professores, no Brasil inteiro – 53 universidades públicas federais –, envolve recursos da ordem de R\$350 milhões para que esse reajuste possa ser feito. Veio o problema, através de uma lei encaminhada ao Congresso Nacional – foi aprovada – e, de repente, o próprio Congresso Nacional alega que seria difícil encontrar esses R\$350 milhões; só haveria possibilidade de dispor de R\$100 milhões. Portanto, faltariam R\$250 milhões. Parece até que é uma importância grande, um valor absurdo e difícil de se conseguir. Fico imaginando a falta de lógica da discussão.

As universidades estão paradas, prejudicando milhares de estudantes em todo Brasil, um semestre, na vida de milhares de estudantes, praticamente perdido, pela intransigência do Governo e pela falta de posicionamento do Congresso Nacional no sentido de intermediar e forçar o Executivo a uma posição. Quando digo que o Legislativo também tem muita culpa nesse processo é porque somos nós que aprovamos o Orçamento da União, somos nós que definimos transferências de recursos. E é inacreditável, enquanto os professores do Brasil inteiro brigam por R\$ 350 milhões, o Governo brasileiro compromete, no Orçamento da União do ano que vem, exatamente R\$141 bilhões com o serviço da dívida pública e com o pagamento do seu principal. Ora, isso significa R\$12 bilhões por mês. No entanto, briga-se e permite-se que 53 universidades públicas federais permaneçam cinco meses paralisadas por causa de R\$350 milhões. O Governo propõe um gasto no Orçamento do ano que vem de R\$141 bilhões com o serviço da dívida, e as universidades estão paralisadas, no Brasil inteiro, por causa de R\$ 350 milhões. Vejam a dife-

rença, a quantia destinada ao serviço da dívida é praticamente 420 vezes maior do que o problema criado com as nossas universidades. E ninguém questiona isso, porque mexer no dinheiro destinado à dívida não é competência do Congresso Nacional. Mas mexer, por exemplo, na destinação do superávit é competência do Congresso. E o superávit é todo destinado ao pagamento da dívida. Só que ele não paga nem um terço dos juros da dívida; os dois terços restantes se somam a essa dívida, que cresce de maneira monstruosa e assustadora.

É aí é preciso chamar a atenção para a incompetência desse Governo. Estamos observando os Estados Unidos diminuírem os seus juros, que, há nove meses, eram da ordem de 4.5% ao ano. Mas, na medida em que a crise veio se implantando, na medida em que ocorreu o ato terrorista de 11 de setembro, o que os Estados Unidos fizeram para salvar a sua economia e permitir a continuidade do seu crescimento econômico? Reduziu esses juros para 5%, para 4.5%, para 3.5%, para 3%, para 2.5% e, agora, na semana passada, para 2%, ou seja, os menores juros dos Estados Unidos, desde a década de 40. E o Brasil continua pagando 19% ao ano. Chegamos, há algum tempo, a 15.25% – os menores juros da nossa história –; depois, foi aumentando para 15.5%, 16%, 16.5%, 17%, 18%, 18.5%, e agora estamos aí, há uns seis meses, com a taxa Selic de 19% ao ano, o que faz essa dívida crescer astronomicamente.

E o Governo, no seu desespero de captar recursos da sociedade e principalmente dos fundos internacionais, está vendendo títulos com correção cambial. Já quase um terço da dívida brasileira é de títulos com correção cambial, que significa que o cidadão emprega o seu dinheiro nos títulos do Governo, não importando quanto o real se desvalorize em função do dólar, essa correção é certa e líquida dele e, além disso, mais 19% ao ano, o que são juros astronômicos, comparados aos demais países do mundo.

Então, não se pode compreender esse tipo de discussão.

Lamento profundamente; temos, permanentemente, chamado a atenção do Congresso Nacional para esse problema, mas, infelizmente, somos minoria nesta Casa e não conseguimos resolvê-lo.

O Brasil deveria se espelhar na atitude protetora do Governo dos Estados Unidos, neste momento. O Brasil deveria observar o que está acontecendo com a Argentina, que agora finalmente busca uma reestruturação da sua dívida. A Argentina faliu, fez tudo o que os países desenvolvidos mandaram que fizesse, vendeu tudo o que tinha para vender, não tem mais nada para

vender, não tem como pagar sua dívida, reduziu o salário dos aposentados, reduziu o salário dos funcionários públicos, cortou gastos de toda ordem, está com uma taxa de 17% de desemprego, e, agora, chegou a hora de reestruturar a dívida. E o desespero é tão grande que o Presidente Fernando de la Rúa manda seus enviados pedirem apoio dos bispos da Igreja Católica argentina, dizendo que se valia de uma determinação bíblica de que a usura é uma prática condenada pela doutrina cristã. Ele quer o apoio da Igreja à sua proposta de reescalonamento da dívida.

Recentemente, até o próprio Banco Mundial propôs que o Brasil já trabalhasse no sentido de pedir o reescalonamento da sua dívida, a reestruturação da sua dívida. Mas o Ministro Pedro Malan, cioso como é do pagamento dessa dívida, ainda que enfurque o Brasil e o povo trabalhador brasileiro, pois para ele o compromisso com essa dívida é sagrado, está acima de qualquer questão, disse que isso é loucura, que o Banco Mundial está errado e o Brasil não precisa reestruturar a sua dívida.

A Argentina já admite a reestruturação, a renegociação da sua dívida, está buscando recursos de toda ordem, inclusive o apoio da Igreja. E o que a Igreja disse para o Presidente Fernando de la Rúa? “Ora, vocês deveriam pedir o perdão da dívida e não ficar atrás de reestruturação; deveriam se impor diante das nações envolvidas e pedir o perdão da dívida”. Isso foi o que os bispos disseram. Mas vão se reunir agora, mais de 90 bispos, para tomarem uma posição de apoio ou não ao “pacote”. E o “pacote” é a diminuição dos recursos federais para os Estados da Argentina e a transferência em títulos – para receber só Deus sabe quando –; pegar esse dinheiro para cumprir os compromissos externos. Os próprios bispos, de antemão, já disseram: “Por que não pedem o perdão?; Por que falar em reestruturação?” Por que pagar uma dívida para a qual, em épocas passadas, foram cobrados juros altíssimos? E todos sabem que todos os países do Cone Sul foram submetidos a ditaduras militares para ficarem presos à essa armadilha dessa dívida externa, que nos é comum, e que sacrifica a todos nós. E a nossa economia segue as ordens e as orientações, em função dessa prisão à qual estamos submetidos: o pagamento da dívida a qualquer custo e a qualquer preço.

De forma, Sr^a Presidente, que é preciso chamar a atenção da sociedade para que cobre mais dos seus Parlamentares, tenha mais atenção na escolha dos mesmos e nos Partidos políticos, uma vez que estamos próximos de uma eleição geral. É preciso ter atenção para o comportamento da maioria daqueles

que, hoje, respaldam o Governo, daqueles que, aqui, neste Congresso Nacional, votam um superávit de R\$31,5 bilhões, e, depois, porque vêm as ordens do FMI, passam esse superávit primário de R\$31,5 bilhões para R\$46 bilhões, como se isso não significasse nada, como se não fosse um dinheiro que tivesse sendo arrancado do bolso do povo brasileiro para pagar essa ganância internacional, cega, míope. E o Presidente fala tanto em míope. Acho que ele é mais míope do que todos os brasileiros somados, até porque não consegue nem compreender o que faz a sua Equipe Econômica.

Era isso que eu tinha a comentar sobre esse assunto.

Com relação ao Congresso Nacional, não dá para ter fé na sua capacidade de realização, até porque a sua maioria respalda as decisões do Governo. Mas é preciso que o povo pressione. Tenho mais confiança na capacidade do povo de realizar do que nas ações da maioria dos políticos, aqui no Congresso Nacional.

Finalmente, quero me congratular com o povo do Pará, com o povo da Amazônia, pela demissão do Sr. José Diogo Cyrillo, da ADA, que substituiu a antiga Sudam. Realmente, foi uma falta de visão e de capacidade do Presidente da República, que não tem tamanho, colocar um cidadão – não pelo fato de ser riograndense, porque os riograndenses merecem do povo brasileiro toda a nossa consideração pela sua bravura, pela sua história e pela sua coragem – mas por tirá-lo lá do Rio Grande do Sul para administrar uma Agência de Desenvolvimento na Amazônia. E esse cidadão foi um desastre para a nossa região. Na verdade, ele foi o grande coveiro da Sudam e da Região Norte do nosso País.

Agora, olhem bem, ele está sendo nomeado como Corregedor da Advocacia-Geral da União. Acho que esse é o cargo que compete a ele mesmo, de corregedor – aquela pessoa que fiscaliza a ação dos advogados da União, em todo o Brasil; se estão agindo corretamente, se estão agindo certo. Ele é um funcionário de carreira, competente, que está muito mais para auditor e para corregedor. Agora, sim, ele vai para o cargo certo, o de Corregedor, mas jamais o de administrador de uma Agência de Desenvolvimento ou da extinta Sudam, como ele foi no Estado do Pará.

Espero que o Governo Fernando Henrique tenha mais senso, mais competência, seja mais presente no Brasil e saiba enxergar as necessidades do País. A Região Norte precisa de subsídio para o seu desenvolvimento. O setor produtivo da nossa Região precisa de apoio, para que possamos, pelo menos,

chegar perto do desenvolvimento de outras regiões do Brasil. Para isso, precisamos de alguém mais competente e capaz à frente dessa nova ADA do que aquele cidadão, que exerceu apenas o papel de auditor e paralisou todos os projetos da Sudam no período em que ele esteve à frente daquele órgão – de março do ano passado até este ano, que não teve a competência ou a capacidade de dizer quais os projetos que estavam certos e quais os que estavam errados, porque não chegou a fiscalizar nem um terço dos projetos em andamento; está dando um prejuízo àqueles que aplicaram corretamente os recursos da Sudam, àqueles que estão desenvolvendo com seriedade o seu projeto e poderiam gerar emprego e impulsionar o desenvolvimento da nossa Região.

Quem está errado deve ser punido e deve restituir o dinheiro desviado. Existe muita gente séria, que está fazendo projetos com dedicação, com competência, enquanto esse cidadão só fez prejudicar o povo da Amazônia e do Pará.

Portanto, fico feliz com a sua demissão da Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Espero que tenha um bom retorno a Porto Alegre, que viva muito bem com sua mulher e seus filhos e deixe em paz o povo da Amazônia, porque ele não tem competência, não teve capacidade e não tem qualquer conhecimento sobre nossa região para ter assumido o posto para o qual, lamentavelmente, foi nomeado pelo Presidente Fernando Henrique e, quem sabe, por indicação do ausente Governador do Estado do Pará, que não enxerga nada e nada vê do que o Governo Federal faz lá, que não toma conhecimento do que está acontecendo no nosso Estado.

Espero, portanto, que o Governador e o Presidente escolham, agora, uma pessoa capacitada para assumir a Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

Encerro o meu pronunciamento para ouvir a brava Senadora pelo Rio Grande do Sul, nossa companheira Emilia Fernandes.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, por cessão do Senador Casildo Maldaner.

A SRª EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente. Realmente, temos assuntos importantes e inadiáveis a tratar, sobre os quais devemos dar conhecimento não somente à Casa, para constar dos Anais, mas principalmente ao povo brasileiro, que precisa saber o que está acontecendo em todos os recantos do País.

A nossa palavra, neste momento, é para ressaltar um evento que ocorreu na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e que mobilizou a atenção e a presença praticamente do mundo inteiro no nosso Estado. Refiro-me à realização do Fórum Mundial de Educação, uma experiência inédita que vivemos em relação à educação brasileira, precisamente entre os dias 24 e 27 de outubro.

Na ocasião, estiveram presentes, na capital gaúcha, representantes de mais de 60 países, discutindo, debatendo o significado da educação sob a ótica de um mundo globalizado. Também estivemos lá, representando, inclusive, esta Casa e a Comissão de Educação do Senado. Discutimos as políticas públicas internacionais, o acesso à educação, os financiamentos para a área e as diferenças culturais entre as populações do nosso Planeta.

O Fórum foi, sem dúvida, o maior encontro de educadores e instituições de todos os tempos: 15 mil participantes das três Américas, da Europa e da África. Educadores, representantes governamentais, entidades, sindicatos, políticos, pesquisadores, trabalhadores e, inclusive, empresários e empregadores estiveram discutindo a questão da educação nessa ótica globalizante, que sabemos que massacra, exclui e não valoriza, realmente, o conhecimento, o saber, a Ciência e a Tecnologia, como gostaríamos. Eram pessoas dos mais diversos países e culturas, mas que tinham um só ideal: enriquecer um debate amplo sobre a educação no mundo.

Para Aurélio Buarque de Holanda, excluir quer dizer afastar, desviar, eliminar, pôr de lado, abandonar, privar. Longe dos dicionários, sabemos que milhões de seres humanos do Terceiro Mundo estão excluídos do direito a uma vida digna, a um sistema educacional democrático.

A exclusão escolar pode ser vista sob vários ângulos: uma criança pode estar excluída por falta de recursos financeiros para ser mantida na escola, por falta de visão prioritária da família, porque tem de trabalhar – sabemos que milhões de crianças deixam de praticar o lazer e freqüentar a escola porque precisam trabalhar, o que é um crime –, porque a escola é distante de casa ou por outros fatores diferentes, não menos cruéis como a discriminação de gênero e raça, o que ainda existe no mundo.

Em vários países do Oriente Médio, por exemplo, onde muitas vezes as mulheres nem sequer têm o direito à certidão de nascimento e estudar, por incrível que pareça, é um privilégio estritamente masculino. Garantir o acesso universal à educação, portanto, é uma luta prioritária de educadores, governos e enti-

dades civis, que realmente sabem o prejuízo causado a um povo devido à dificuldade de acesso à educação e à cultura.

Na grande discussão, travada em Porto Alegre, o questionamento foi o seguinte: como combater o mal da exclusão? E os participantes do Fórum Mundial da Educação concluíram que a exclusão da área educacional deve ser combatida com respeito às diferenças, à pluralidade, à diversidade entre as pessoas e as raças. Se quisermos realmente alcançar a paz social, temos que trabalhar pela conquista do respeito à diversificação. Não adianta fugir. A solidariedade se constrói com o respeito à diversidade, como pensava o grande educador Paulo Freire.

Essa é a bandeira que os participantes do Fórum empunham agora, neste mundo globalizado e cheio de contradições.

A utilização da tecnologia para o desenvolvimento do sistema educativo também fez parte das discussões. Foram apresentados 786 trabalhos escritos, sendo que mais de cem enfocando a tecnologia na construção da educação no mundo.

Relatos de experiências concretas chegaram tanto de países pobres, como os da África, quanto de países desenvolvidos, como os da França, sobre o uso da tecnologia a serviço da solidariedade. Uma das experiências apresentadas foram os Telecentros de Porto Alegre. Para quem não os conhecem, os Telecentros são postos informatizados, localizados no centro da capital gaúcha, pelos quais o cidadão comum pode ter acesso à **Internet** e a cursos que ajudam na capacitação, na pesquisa e no acesso a bancos de dados virtuais.

Paralelamente ao Fórum, foram realizados 29 encontros de educadores, organizados pelas mais diferentes entidades. Estavam presentes entidades como a Associação de Pesquisadores Caribenhos e Latino-Americanos e a de Pesquisadores Negros.

Foi lançado também, na ocasião, o Mosaico de Livros, que é uma biblioteca especializada em educação e em temas que serão abordados no Fórum Social Mundial, que será realizado no ano que vem, também em Porto Alegre. Já foram doados mais de cinco mil livros, nas mais diversas línguas, sobre economia, sociologia e diversos outros temas. E as doações continuam; pessoas do Brasil e de outros países podem continuar doando.

O Fórum Mundial de Educação mostrou a nós, educadores, as responsabilidades que temos de assumir neste período de ampla transformação mundial. Chegou-se ao consenso de que o trabalho do educa-

dor num mundo globalizado, mas carregado de diferenças, extrapola os limites das salas de aula. Os educadores são trabalhadores pela paz. Lutam contra a exclusão. Uma responsabilidade apartidária, mas política.

Isso ficou marcado durante a Caminhada dos Sem, organizada pela Central Única dos Trabalhadores, quando os participantes do Fórum se juntaram à população da cidade e do campo, a entidades não-governamentais, sindicatos, movimento de trabalhadores sem terra, sem-teto, numa caminhada que reuniu aproximadamente 50 mil pessoas, para protestar, nas ruas de Porto Alegre, contra as políticas neoliberais, que excluem, desempregam, discriminam e empobrecem o povo brasileiro e o povo de todo o planeta.

O resultado de toda essa troca de informações e experiências durante o Fórum pode ser encontrado na Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos, que será entregue ao Comitê Executivo do Fórum Social Mundial, no início do ano que vem. Essa Carta não tem a pretensão de ser um documento fechado, tanto que, com espírito democrático, está aberta para receber sugestões do mundo inteiro até janeiro do ano que vem, quando receberá redação final. A partir daí, então, ela será entregue como um documento do Fórum Social, que já garantiu um espaço privilegiado para discussão da educação neste mundo globalizado e neoliberal.

Para tanto deixarei, aqui, o endereço na Internet, que todas as pessoas poderão acessar e mandar a sua contribuição, que será recebida e analisada por um comitê permanente que está trabalhando sobre o resultado do Fórum Mundial de Educação. Muitas idéias podem ser ainda incorporadas. Portanto, os educadores, professores e estudantes que quiserem fazer a sua contribuição podem acessar o **site**, onde irão localizar a Carta na íntegra.

Na oportunidade, solicito a V. Ex^a, Sr^a Presidente, que determine seja transcrita na íntegra a Carta de Porto Alegre.

Ao concluir, não poderia deixar de registrar o que considero seja ponto marcante que diferencia e qualifica Porto Alegre e o Rio Grande do Sul nesse contexto. Cada vez mais, o Rio Grande do Sul e, em especial, a nossa capital gaúcha têm sistematicamente reafirmado o compromisso com a educação. Porto Alegre, posso afirmar, é uma cidade educadora, é uma cidade movida pelo prazer de ensinar e aprender, uma cidade que valoriza a educação em todas as suas formas, ampliando o acesso da população aos espaços públicos destinados à aprendizagem, incen-

tivando a participação, a pluralidade de idéias e de pensamentos.

Em Porto Alegre, o saber se multiplica, não apenas nos espaços formais, como as salas de aula e o mundo que envolve a escola, mas também nas ruas e avenidas, nos bairros, nas quadras esportivas e nos locais de lazer, nos parques e nas praças.

Nessa cidade gaúcha, educar crianças, jovens, adultos, trabalhadores, homens ou mulheres de todas as idades traduz-se em democracia, cidadania e políticas de inclusão social.

A educação em Porto Alegre protagoniza transformações e faz com que cada indivíduo possa ser arquiteto do seu próprio destino, interferindo no presente e construindo o futuro.

Portanto, o Rio Grande do Sul e Porto Alegre dão o exemplo para o restante do Brasil e, tenho certeza, para o mundo.

Desde que assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, há doze anos, a Administração Popular, na liderança do Partido dos Trabalhadores, tem desenvolvido uma série de iniciativas e ações voltadas ao exercício da cidadania.

O orçamento participativo, onde os moradores decidem investimentos e os rumos da cidade, foi o início desse processo e transformou Porto Alegre em referência nacional e internacional em termos de gestão democrática e transparência administrativa.

A educação dos habitantes de Porto Alegre para que se tornem protagonistas do seu próprio destino tem sido o principal elemento na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Por isso, além de ser um símbolo de resistência às políticas de exclusão social, com ações permanentes de combate à miséria, Porto Alegre destaca-se como uma cidade educadora para a cidadania, que semeia novos desafios e acredita que um outro mundo é possível.

Esse é o registro que queria fazer, Sr^a Presidente, ressaltando que, como representante do Rio Grande do Sul nesta Casa, orgulhamo-nos de que Porto Alegre tenha sediado um evento tão significativo para a educação de todo o planeta, como foi o Fórum Mundial de Educação.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Compartilhamos da saudação feita por V. Ex^a e a sua solicitação será atendida na forma do Regimento.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Lúcio Alcântara, Carlos Bezerra, Edison Lobão, Sérgio Machado, Maria do Carmo Alves e Romero Jucá envia-

ram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos na forma do Regimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último mês de outubro, em reunião preparatória do Fórum Internacional Rio + 10, sobre os dez anos da Rio 92, um dos temas dominantes dos debates foi a adoção de medidas protecionistas contra as exportações brasileiras impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para a OMC, as exigências atingem produtos cujo processo de produção podem afetar seriamente o meio ambiente. Todavia, na opinião de muitos participantes do Fórum, a atitude da OMC não tem qualquer sentido, reveste-se de discriminação e causará ainda impacto negativo sobre o mercado de trabalho nacional, que ficará privado da criação de milhares de postos de trabalho.

Muitos empresários que participaram dos debates dessa reunião preparatória também fizeram coro contra essas exigências injustificadas da OMC. Segundo eles, o balanço das ações empresariais ligadas ao meio ambiente, desde a Rio 92, mostrou que foram estas extremamente benéficas para a economia brasileira como um todo, tendo contribuído de maneira decisiva para amenizar o quadro de miséria do País, mantido sempre o cuidado de não causar grandes danos ao meio ambiente. Eles afirmam que esses resultados são mostrados inclusive nos relatórios anuais da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que o Brasil tem aparecido sempre com melhoras significativas em seus indicadores sociais.

É importante ressaltar que, seguindo esse raciocínio, os empresários brasileiros estão preparando um documento detalhado que abordará as responsabilidades empresariais destacadas em inúmeros projetos de combate à pobreza e de proteção ao meio ambiente. O trabalho deverá ser apresentado por ocasião da Conferência Rio + 10, que ocorrerá na África do Sul, no ano que vem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos sabemos que a OMC é uma entidade em que os países economicamente mais fortes, que dominam praticamente as rédeas do comércio internacional, têm o maior poder de decisão. Portanto, as barreiras impostas ao Brasil, sob o pretexto da preservação ambiental, são orquestradas por interesses poderosos, que manipulam as regras do jogo da economia internacio-

nal e empurram a maioria dos habitantes do planeta para o abismo da miséria.

Em todos os continentes são milhões de pobres e miseráveis que vivem com menos de dois dólares de renda diária. Tal situação está se revelando cada vez mais cruel aos nossos olhos. Basta ligar a televisão a qualquer hora do dia ou da noite para vermos imagens chocantes de miséria humana e o estado desolador de destruição em que se encontra o Afeganistão. Enquanto isso, os países desenvolvidos acumulam bilhões de dólares em suas transações comerciais com os países pobres e impõem pesadas barreiras protecionistas aos produtos originários do Terceiro Mundo.

Torna-se portanto necessário denunciar de maneira veemente que as barreiras protecionistas, tarifárias, alfandegárias e ambientais impostas aos países em desenvolvimento, bem como os bilhões de dólares em subsídios que as grandes economias mundiais aplicam para proteger as suas produções, estão acentuando a desigualdade nos países pobres. Milhões de empregos anuais deixam de ser criados nas regiões mais carentes do mundo, principalmente na agricultura, setor em que os países mais fracos têm condições de competir.

Qualquer tratado elementar de economia internacional ensina que o empobrecimento das nações ao longo de décadas se deu de forma lenta e gradual, porque os pobres tornaram-se exportadores de divisas e importadores de produtos de alto valor agregado dos países industriais. Além disso, existe ainda a sangria permanente praticada pelas empresas dos países ricos que remetem lucros fabulosos para as suas matrizes. É justamente essa forma de dominação e esse movimento de capitais injusto que têm provocado déficits crônicos nas balanças comerciais dos países pobres, desequilibrado completamente as suas contas públicas, elevado suas dívidas a patamares praticamente impagáveis e resultando crises periódicas em seus sistemas econômicos. A situação caótica da Argentina é o exemplo mais recente dessa forma de exploração, que é comum a todas as economias periféricas.

Assim, todas as vezes que um país fraco entra em crise e procura ajuda no exterior, as portas desses mercados se fecham para os seus produtos que teriam condições de competir com os similares das economias desenvolvidas.

Recentemente, tive a oportunidade de ler um artigo sobre esse assunto que dava como exemplo o algodão, a soja, o milho, o arroz, o trigo e a carne produzida nos Estados Unidos. Um produtor americano,

mesmo sendo totalmente incompetente em sua atividade, não sabe o significado da palavra prejuízo em sua lavoura porque o Tesouro americano é o seu grande protetor. Naquele país, o algodão, que é uma cultura com imensa capacidade de geração de oportunidades de trabalho, recebe cerca de 1.145 dólares de subsídio por tonelada, totalizando mais de 4 bilhões de dólares por ano. É importante ressaltar que a produtividade do cotonicultor americano é de apenas 760 quilos de algodão em pluma por hectare, contra 1.340 quilos obtidos pelo produtor de Mato Grosso. Finalmente, se incluirmos a soja, o milho, o arroz, o trigo e a carne, a conta dos subsídios aos produtores americanos chega perto dos 30 bilhões de dólares anuais.

Diante desse quadro que acabamos de pintar, restam ainda alguns comentários que merecem ser feitos. Na hora em que o produtor de algodão do Mato Grosso ou de qualquer outro país subdesenvolvido colhe o seu produto e o leva ao mercado internacional, a decepção não tarda. Os produtores dos países ricos já inundaram o mercado, os preços são aviltantes e impostos segundo as conveniências dos países desenvolvidos, e o montante das vendas insuficiente para cobrir os custos de produção nos países dependentes. O resultado é o abandono da atividade, a falência do agricultor e o desemprego para milhares de pessoas que dependiam daquela atividade econômica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não tem qualquer cabimento as medidas ditadas pela OMC contra os nossos produtos. Na verdade, durante séculos, a Europa desenvolvida e os Estados Unidos destruíram completamente as suas florestas, poluíram os seus rios e dizimaram as suas faunas com a prática de atividades econômicas extremamente agressiva e assassina.

Assim, depois de acabarem com os seus patrimônios ecológicos, espalharam a destruição ao resto do planeta. Até hoje, os Estados Unidos continuam poluindo impunemente e aparecem como os maiores predadores. Assim, em todas as conferências mundiais sobre a proteção ambiental, são os primeiros que se posicionam contra qualquer medida que tenha como objetivo a proteção do meio ambiente e a contenção de suas ações nocivas ao equilíbrio ecológico.

Dessa maneira, por serem os maiores responsáveis pelas agressões à natureza, as medidas impostas ao Brasil pela OMC deveriam recair sobre os Estados Unidos, que têm, na prática, muito pouco respeito ao projeto de desenvolvimento sustentável e ao futuro da humanidade.

Para finalizar, de acordo com estudo recente realizado pela Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex), é de cerca de 20 bilhões de dólares a redução das exportações brasileiras provocada pelas barreiras impostas aos nossos produtos nos mercados dos países desenvolvidos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi realizada ontem, 7 de novembro, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa Legislativa, a audiência pública intitulada *as Estratégias das Instituições Financeiras Multilaterais, as Políticas de Ajuste e o Papel do Parlamento no Brasil*.

O referido debate estabeleceu a abertura do Ciclo Nacional de Debates sobre as Instituições Financeiras Multilaterais, uma realização da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal com o apoio da Rede Brasil e do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – INESC.

Gostaria de trazer a este Plenário, comentários que apresentei àquele Ciclo, tratando de uma análise ao documento original *“Building Institutions for Markets”*, editado como Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2002, pelo Banco Mundial, onde procurou-se sumarizar a temática das instituições junto aos mercados de atividade econômica.

No entanto, mesmo a síntese aqui apresentada, demonstra ser o assunto abordado digno de maiores investigações e aprofundamentos, que são relevantes e conseqüentes para qualquer modelo de desenvolvimento que se procure criar e implementar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

CONSTRUINDO INSTITUIÇÕES PARA MERCADOS*

Lúcio Alcântara**

“As instituições estabelecem os limites e determinam a forma de realização das atividades humanas.”

Walton Hamilton, *Instituições*, 1932.

I – Introdução

Nos últimos dez anos, o Banco Mundial vem apresentando o seu Relatório de Desenvolvimento Mundial sobre temas considerados relevantes para a instituição, elaborados como resultado de estudos teóricos e observações práticas colhidas em diversos países do Mundo.

O Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2002, denominado “Construindo Instituições para Mercados”, assume o complexo tema das instituições básicas necessárias ao correto funcionamento dos mercados. O relatório vai além de um simples exame da estrutura institucional e explora as funções das instituições.

Inicialmente, numa abordagem sintética e abrangente, o relatório analisa a forma como as instituições apóiam os mercados, como elas apóiam o crescimento e a redução de pobreza, e como devem ser construídas, para ser efetivas.

A seguir, são analisados os três grupamentos que compõem o cenário global das instituições: as empresas, o governo e a sociedade.

Quanto às empresas, são detalhadas questões relativas ao uso da terra, como a estrutura de registros agrários, de crédito agrícola e de acesso à inovação em tecnologia agrícola. Igualmente, são detalhadas as questões de apoio às pequenas e médias empresas, o cooperativismo, o associativismo classista e o mercado de capitais, bem como o sistema de intermediários formais, como os terceirizados, os auditores e outros. Finalmente, são analisados especificamente os sistemas financeiros, sua regulamentação e fiscalização, a forma de interação financeira internacional, o fenômeno das *e-financeiras* e como universalizar o acesso a serviços financeiros.

Quanto ao governo, são detalhadas as instituições políticas e de governo, seus mecanismos de escolhas de políticas, a corrupção e a tributação dos mercados. São também analisados os principais modelos de sistemas judiciários, enfatizando os aspectos de rapidez e custo, ao lado dos objetivos de reformas judiciárias modernizadoras. Da mesma forma, são detalhadas questões relativas à concorrência, interna e externa, e dos seus sistemas de proteção e direito econômico. Finalmente, é abordada a questão da regulação da infra-estrutura, destinada a garantir sua competitividade e o acesso a seus principais serviços pelos mais pobres.

Quanto à sociedade, são detalhadas a tipologia e a finalidade das instituições não governamentais, formais ou informais, para influenciar os mercados. São exemplos as associações comunitárias, as igrejas e seus movimentos, e as instituições de finalidade temática específica, entre outras. Igualmente, é analisada a influência da disponibilidade da informação, tanto por meio da mídia convencional como da Internet.

* Documento apresentado na Audiência Pública AS ESTRATÉGIAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS, AS POLÍTICAS DE AJUSTE E O PAPEL DO PARLAMENTO NO BRASIL. Abertura do Ciclo Nacional de Debates sobre as instituições Financeiras Multilaterais. Realização Co-

missão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Apoio: Rede Brasil, INESC, sala Vilson Kleinübing, Senado Federal. Brasília (DF), 7 de setembro de 2001

** Eleito Senador da República (1995-2003), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (2001-2003).

II – Uma Visão Sintética

A proposta-síntese do relatório é a formulação de algumas diretrizes gerais para aprimoramento de todas as instituições citadas na introdução, no sentido de sua atuação sobre os mercados de atividade econômica, e de induzir o comportamento dos agentes para resultados sociais mais positivos; sob a premissa de que a atuação dos mercados é o caminho fundamental para garantir o desenvolvimento social, gerando riqueza e empregos para melhorar a vida dos menos favorecidos, por sua atuação direta, pela atuação indireta do governo, com o resultado dos tributos, e pela atuação da sociedade, com os excedentes de riqueza e com a voluntariedade dos mais favorecidos.

Quando a pergunta é como as instituições se relacionam com os mercados, a resposta é simples: as instituições canalizam informação, definem e garantem direitos de propriedade de todos os bens e serviços, e aumentam ou previnem a competição. Entender quais as funções que as instituições atuais provêm e quais as que as substituições propostas a elas proveriam é o primeiro passo para o aprimoramento de tal relacionamento. O relatório propugna que, uma vez identificadas as funções institucionais que estão faltando ou não estão cumprindo o seu papel, você pode então construir instituições efetivas, seguindo alguns princípios básicos:

A – Complemente o que já existe, em termos de outras instituições de apoio, analisando as capacidades humanas e a tecnologia necessárias.

B – Inove para se adequar a normas e condições locais. Experimentar novas estruturas pode proporcionar a um país soluções criativas que funcionem.

C – Conecte as comunidades de participantes do mercado, com fluxos de informação abertos e comércio livre. Comércio livre e fluxos de informação criam demanda para instituições novas e melhoram o funcionamento de estruturas existentes.

D – Gere competição entre jurisdições, empresas e indivíduos. O aumento da competição cria demanda para instituições novas, na medida em que as velhas perdem sua efetividade. Também afeta o modo

como as pessoas se comportam, melhorando a qualidade institucional.

Algumas questões típicas são descritas a seguir, como exemplos de teses que são detalhadas no Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2002 – “Construindo Instituições para Mercados”.

Ficou claro, nas pesquisas realizadas, que instituições fracas, leis ineficientes, tribunais corruptos, sistemas de crédito profundamente influenciados e requisitos muito burocratizados para registro empresarial prejudicam as pessoas pobres e postergam o desenvolvimento.

Países que sistematicamente lidam com tais problemas e criam instituições novas servindo a necessidades locais podem aumentar dramaticamente a renda e reduzir a pobreza. Estas instituições variam de costumes e tradições não escritos a códigos legais complexos que regulam o comércio internacional.

“Sem instituições efetivas, são excluídas as pessoas pobres e os países pobres dos benefícios de mercados”, diz o economista Nicholas Stern, vice-presidente sênior do Banco Mundial, que revisou o relatório. “Este relatório oferece princípios para reformas, baseados na experiência das pessoas ao redor do mundo que estão lutando com o desafio de construir instituições mais efetivas.”

Instituições complexas e ineficientes são um problema comum, especialmente para pessoas pobres em países pobres. Em Moçambique, por exemplo, registrar um negócio novo requer dezenove passos e cinco meses, e custa mais do que a renda anual *per capita*. Em contraste, registrar um negócio novo na Austrália requer só dois passos, dois dias, e dois por cento da renda anual *per capita*. Na Eslovênia, solucionar uma disputa relativa a um cheque devolvido pode levar quatro anos; em Cingapura leva apenas trinta e cinco dias.

“Regulamentos demasiadamente complexos são especialmente problemáticos em países pobres”, diz Roumeen Islam, diretor do Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2002. “Em lugar de proteger os consumidores e negócios, esses regulamentos conduzem à mais alta corrupção, ao desperdício de energia e baixa a produtividade”.

A simplificação dos procedimentos judiciais pode aumentar a eficiência, sem sacrificar a justiça. Sistemas alternativos de resolução de conflitos, como esses baseados em normas sociais, também podem

melhorar o acesso de pessoas pobres a serviços legais. Por exemplo, em Bangladesh, uma organização não governamental oferece, para as mulheres, serviços de mediação grátis que resolvem a maioria das disputas em uma aldeia em menos de dois meses, comparados a três anos para um caso semelhante no tribunal.

“Para resolver disputas que ultrapassam as transações normais de negócio, as pessoas precisam de acesso a tribunais eficientes e a juízes que sejam confiáveis”, diz Islam.

O relatório apresenta um arcabouço analítico baseado na análise cuidadosa de detalhes do contexto institucional, em seu nível micro. Esses detalhes incluíram novas pesquisas de sistemas jurídicos, regulamentos empresariais e propriedade da mídia em cerca de 100 países. Baseado nessa pesquisa, afirma o relatório que as instituições que apóiam os mercados executam uma ou mais de três funções: elas aliviam ou restringem o fluxo de informação; definem e limitam os direitos de propriedade e os contratos; e aumentam ou diminuem a competição. Reformas e inovações foram muito mais efetivas quando elas satisfizeram essas necessidades de modo compatível às condições do país e quando provocaram aumento de acesso às oportunidades para o pobre.

Em muitos países, os sistemas jurídicos não servem às necessidades de pessoas pobres que não podem pagar honorários advocatícios ou ler documentos judiciais complexos. El Salvador, Tailândia e Uganda estabeleceram tribunais de pequenas causas que se baseiam em procedimentos simplificados, às vezes somente orais. Os procedimentos mais simples solucionam as disputas mais rapidamente e a mais baixo custo do que os tribunais regulares.

Procedimentos de titulação de terras são frequentemente muito caros e complexos para o acesso pelo pobre. Com isso, sem um título firme para a sua terra, os fazendeiros pobres não podem oferecê-la como garantia e são desencorajados de investir em melhorias, como melhor drenagem ou irrigação. O México e o Peru simplificaram os procedimentos de inscrição de terras, de forma que até mesmo proprietários de pequenos lotes podem obter seus títulos, rápida e transparentemente.

Padrões e regulamentos de infra-estrutura excluem os pequenos empresários, aos quais faltam, tipicamente, o capital ou a tecnologia requeridos. No entanto, é precisamente para esses que é fundamental oferecer os mais baixos custos de serviços. O Bra-

sil, a Bolívia e Senegal adotaram, recentemente, regulamentos mais flexíveis, para permitir serviços de baixo custo, como telefone e conexões de água, em favelas, permitindo o crescimento da atividade econômica nessas aglomerações.

O relatório mostra que para que uma instituição em particular seja apropriada a um país, deve-se avaliar suas instituições de apoio, a tecnologia e as habilidades disponíveis, o nível de corrupção e os custos de acessar e manter tal instituição em nível adequado ao cumprimento de suas finalidades.

Os autores também constataram que fluxos abertos de informação aumentaram a demanda pública por instituições mais efetivas, enquanto melhoraram a governabilidade, a participação social e os resultados econômicos. Uma análise das estruturas de propriedade dos meios de comunicação, em 97 países, concluiu que a mídia possuída pelo Estado tende a ser menos efetiva do que a mídia privada para monitorar o governo. Países cujos governos têm domínio nacional prevalente sobre a radiodifusão e a imprensa, tenderam a ter menos direitos políticos, corrupção mais alta, governabilidade econômica inferior, mercados financeiros menos desenvolvidos, e piores educação e saúde.

Países que reduziram a propriedade governamental da mídia experimentaram frequentemente melhorias rápidas na quantidade e qualidade de cobertura. Por exemplo, a privatização parcial da radiodifusão no México, em 1989, deu origem a um aumento acentuado na cobertura de escândalos de corrupção de governo. Em Gana, a introdução de uma estação privada de televisão, em 1997, conduziu a mais informação difundida sobre as atividades do governo, como também uma avaliação mais aberta de seu desempenho.

O domínio particular altamente concentrado também pode restringir a liberdade da mídia. Durante eleição presidencial na Ucrânia, em 1999, por exemplo, companhias de mídia privadas com ligações com o Estado deram, para o candidato à reeleição, mais tempo no ar e cobertura mais favorável do que aos seis concorrentes opositores.

Analisar sucessos e fracassos das experiências de outros países em construir instituições pode significar uma valiosa orientação. No entanto, copiar modelos institucionais sem considerar se eles são necessários e adequados aos que supostamente deles precisam, além das capacidades de sua absorção por

governos e cidadãos, pode desperdiçar recursos escassos e não produzir resultados.

Por exemplo, na primeira metade da década de 90, Gâmbia e Zâmbia tentaram estabelecer mercados de valores construindo bolsas de valores e treinando as pessoas para seu funcionamento. Porém, havia tão poucas companhias e tão pequeno comércio que as trocas não puderam gerar as taxas para tornar auto-sustentável o mercado de valores. Está claro que as condições não eram maduras para a criação de mercados de valores e o esforço teria sido melhor gasto em outras necessidades, como melhorar a contabilidade e os sistemas de informação.

“No negócio de desenvolvimento, há uma tendência a etiquetar abordagens que deram certo em um ou mais países e tentar transplantá-las a outros países”, diz Islam. “Quando se trata de instituições, um só modelo não se ajusta a tudo.”

III – Conclusão

O presente trabalho representa tão somente um extrato do seu documento de origem, o Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2002, denominado “Construindo Instituições para Mercados”, que se configura como um estudo profundo da influência das instituições de todas as espécies nos mercados de atividade econômica.

Sob as premissas de que os mercados podem representar uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres e que as instituições desempenham um relevante papel em tal cenário, canalizando recursos e protegendo direitos, o relatório aborda detalhadamente, em suas mais de duzentas páginas, a forma como devem ser construídas as instituições para garantia de sua eficiência.

Consideram os autores que pode ser debitada à ineficácia das instituições envolvidas a diferença de comportamento e incentivo aos pobres para desenvolver seu potencial de habilidades, para sua inserção econômica e social, uma vez que, em países distintos, métodos relativamente similares produziram resultados flagrantemente diferentes.

Concluindo, considero muito significativa a tese exposta no documento, cuja leitura integral representa um importante referencial para a atuação de qualquer cidadão no sentido de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e propiciar melhores oportunidades aos menos favorecidos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer ao conhecimento desta Casa um fato que considero auspicioso em relação ao Estado do Mato Grosso.

O jornal **Gazeta Mercantil** de 1º de outubro de 2001 noticiou, com destaque, o crescimento das exportações de produtos originários da região Centro-Oeste, que, de janeiro a agosto deste ano, cresceram 33,5% em relação a igual período do ano 2000, atingindo 1 bilhão 685 milhões de dólares.

Nesse contexto, o Estado do Mato Grosso pode ser considerado o maior responsável pelo resultado, pois saltou de 766,1 milhões de dólares em 2000 para 941,3 milhões de dólares em 2001 no período em análise. Portanto, mais da metade das exportações da região Centro-Oeste se devem a esse Estado.

O carro-chefe das exportações do Mato Grosso é a cadeia da soja – grãos de soja, bagaço e óleo – que responde por aproximadamente 80% das exportações do Estado. Além disso, temos uma participação significativa da madeira e da carne bovina desossada na carteira de exportações mato-grossense.

Pode-se prever que a carne bovina conquistará em breve uma posição de maior destaque nas exportações, pela forma como vem crescendo o rebanho. Esse crescimento é estimado em cerca de 3.200 cabeças ao dia, pois o rebanho vem apresentando um aumento anual de mais de um milhão de cabeças e hoje já é o terceiro maior do Brasil, atrás apenas de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais.

Desde 1993, quando o Estado apresentava um rebanho bovino que contava cerca de 9 milhões de cabeças, esse rebanho cresceu mais de 10 milhões, o que significa um aumento superior a 100%, atingindo, hoje, mais de 19 milhões e 600 mil cabeças. É interessante realçar que 95% da pecuária mato-grossense se destina a corte e apenas 5% à produção de leite. Portanto, trata-se de uma produção quase que inteiramente voltada para o comércio de carne.

Dada essa posição de destaque que o Estado vem assumindo, a capital, Cuiabá, foi escolhida para sediar, entre 12 e 14 de março de 2002, o I Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária – ENIPEC, que constará de feira de tecnologias, insumos e equipamentos e rodada de negócios para o setor. Países como a Nova Zelândia e a Austrália já confirmaram presença e espera-se que esse evento provoque um grande incremento no turismo de negócios. A realiza-

ção do ENIPEC envolve a participação de diversas entidades: Federação da agricultura do Estado de Mato Grosso – FEMATO, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola – IMEA, e governo do Estado, com o apoio do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Confederação Nacional da Agricultura – CNA e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Mas a quantidade do rebanho ou a capacidade de gerar riquezas para o Estado não são as únicas preocupações do setor da pecuária mato-grossense, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Os produtores e os órgãos públicos estão cientes da responsabilidade de investir na produção voltada para o comércio exterior e mesmo para competir no mercado brasileiro. Por isso, já estão sendo adotadas medidas que colocarão o Estado de Mato Grosso definitivamente na vanguarda da produção de artigos de origem pecuária.

A idéia, que obteve o consenso de todos os segmentos de produção de carne no Estado, é a adoção da tipificação da carcaça e da classificação do couro. A previsão é de que, já em janeiro de 2002, pelo menos dois frigoríficos coloquem esse sistema em prática.

A tipificação da carcaça permite aos frigoríficos classificar a carne segundo parâmetros objetivos: idade, sexo, cobertura de gordura, peso e conformação da carcaça (que é a relação músculo/osso).

Em matéria do jornal **Gazeta Mercantil** de 8 de outubro de 2001, consta afirmação do médico-veterinário Alexander Estermann, membro do Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-MT, segundo o qual “Com isso, o frigorífico saberá exatamente que produto tem em mãos, qual a aceitação no mercado e para onde deve direcioná-lo”.

Estermann acredita, também, que o resultado da tipificação se fará sentir a curto prazo. Diz ele: “A tipificação em si não prevê remuneração diferenciada, já que é uma forma de classificar tecnicamente a carne. Mas o mercado certamente vai remunerar diferentemente produtos de qualidade diversa.”

Quanto à produção de couro, trata-se de aproveitar o programa, já existente no Estado, de incentivo à sua industrialização e de criar um padrão de classificação também para esse produto. Com base nesse sistema, serão analisados os defeitos da peça e a

contribuição de cada segmento (produtor, transportador e indústria frigorífica) para o produto final.

O envolvimento de todos os segmentos ligados aos setores de carne e de couro é fundamental para que se atinjam os objetivos previstos e se obtenha o sucesso correspondente. Por isso, o grupo de estudos que prepara os programas de tipificação de carcaça e de classificação do couro tem a participação de representantes do setor produtivo e do governo. Além do Conselho Regional de Medicina Veterinária, estão representados o Sindicato dos Frigoríficos de Mato Grosso – SINDIFRIGO, a Associação dos Supermercadistas – ASMAT, a Federação da Agricultura – FAMATO, a Associação dos Criadores – ACRIMAT, o Sindicato dos Produtores de Couro – SINDICOURO, a Cooperativa dos Médicos Veterinários – UNIMEV, a Sociedade dos Veterinários – SOMATOVET, os Departamentos de Veterinária da – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e da Universidade de Cuiabá – UNIC, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, as Secretarias Estaduais de Agricultura e de Indústria e Comércio, o Instituto de Defesa Agropecuária – INDEA e a Delegacia do Ministério da Agricultura no Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Estado de Mato Grosso está sendo o pioneiro em nosso País na adoção desses programas voltados para a produção de carne e de couro, com a observância de padrões de qualidade, devendo-se ressaltar que a tipificação, normalmente restrita aos novilhos precoces, na proposta mato-grossense aplicar-se-á a toda a bovinocultura de corte.

O Brasil está atrasado, pois a tipificação já é adotada pela maioria dos países produtores de carne.

Depois do quadro que apresentei sobre as atividades de bovinocultura no Estado de Mato Grosso, os nobres Colegas hão de convir comigo em que há soberbos motivos para a cidade de Cuiabá ter sido escolhida para sede do I Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária – ENIPEC.

O melhor aproveitamento das atividades que caracterizam a vocação do Estado de Mato Grosso, a agricultura e a pecuária, acompanhadas de atividades agroindustriais a elas relacionadas, poderão contribuir efetivamente para o progresso do Estado, viabilizando o aumento permanente das exportações. É exatamente do que o Brasil necessita na atualidade, para a retomada do crescimento.

E é isso que todos desejamos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho em mãos “Os Meandros do Congresso Nacional – Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras”, de autoria do Deputado Josué dos Santos Ferreira.

Trata-se de uma obra de grande fôlego, com 900 páginas, que inova, de maneira didática, o processo de conhecimento do Processo Legislativo brasileiro. O autor obteve o aval, registrado no livro, de instituições brasileiras e internacionais de mais alta qualificação, notadamente de juristas, que reconheceram o mérito do difícil trabalho realizado por Josué dos Santos Ferreira.

Basta lembrar aqui quem é o Deputado Josué dos Santos Ferreira, nascido no Rio Grande do Norte: formado em Administração de Empresas pela *University of California Berkley* – EUA, cursou, na Fundação Getúlio Vargas, o Programa de Direção Estratégica e Planejamento Empresarial. Participou em Genebra dos Seminários “Saúde, Educação e Moradia nos Países do Terceiro Mundo” e “Ciências Políticas”, promovidos pela ONU. Em Londres, participou do Seminário “Ecologia no Brasil sobre a Floresta Amazônica”, promovido pela BBC-1 e a Rede Globo. Ex-diretor-adjunto do Departamento de Comércio Exterior para Assuntos ligados ao Mercosul, da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Peruano-Brasileira, também representou a Revista AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil. Ex-assessor parlamentar do Senado Federal, é atualmente Suplente de Deputado Federal pelo PPB do Rio Grande do Norte.

O livro que ora comento é o resultado da longa experiência do Autor na vida pública.

O Sr. Mário Garnero - empresário e Presidente da Associação das Nações Unidas – Brasil/ONU –, no prefácio da obra, ressalta sua “relevância para a Nação Brasileira, no aspecto político, social, cultural e informativo, que é decisiva na formação dos Direitos Humanos e conscientização civil e democrática para pleno exercício do povo brasileiro no Estado Democrático de Direito”.

Josué dos Santos Ferreira incluiu importantes artigos em sua obra, procurando esclarecer judiciosamente as teses nela expostas, tornando-a um importante repositório de conhecimentos.

O livro “Os Meandros do Congresso Nacional”, portanto, constitui um projeto de caráter social, cultural, acadêmico, histórico, educacional e informativo que disponibiliza para a sociedade brasileira todas as informações sobre o processo legislativo. Contribui para a formação de uma cultura de cidadania participativa junto ao Parlamento Nacional. É uma iniciativa que seguramente vem fortalecer a instituição, porque promove a aproximação da sociedade ao Poder Legislativo Federal, com ênfase no conceito social voltado à cidadania participativa em nosso país.

Preenche, pois, uma lacuna. Mantém a sociedade informada de todos os trâmites operacionais da estrutura orgânica do Poder Legislativo, que é o guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar.

Surgiu da obra a proposta de criação da cadeira de “Direito Parlamentar”, idéia já adotada pela Escola Superior de Direito Constitucional – ESCD, que se espera seja ampliada nos cursos de extensão e pós-graduação em Direito. Ensejará, sem dúvida, um novo conceito de cidadania participativa junto ao Parlamento Nacional.

É uma obra, enfim, que se incorpora às lides jurídicas e parlamentares como uma referência da maior importância para consultas dos interessados em assuntos que se vinculam à história política brasileira.

Considero muito oportuno, Sr. Presidente, que se faça tal registro em nossos Anais, com os justos aplausos ao Deputado Josué dos Santos Ferreira pela importância da obra que oferece à cultura do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho manifestado, sempre que possível, minha preocupação com o quadro atual da atividade agropecuária no Estado. A realidade dos trabalhadores e dos produtores no meio rural cearense torna-se ainda mais angustiante, quando lembro que apenas o investimento prioritário no campo, no interior, promoverá o desenvolvimento e encurtará o caminho para a redução da pobreza e da indigência do Ceará.

Final, de acordo com o Banco Mundial, 56% de todos os pobres do Ceará vivem – ou melhor – sobrevivem em áreas rurais. O índice de pobreza nas áreas rurais, conforme essa mesma fonte, é de 77%, contra,

por exemplo, 20% em Fortaleza – quase 4 vezes menos!

E há muita pobreza por uma razão muito simples: a produtividade da nossa agropecuária é baixíssima – 15,84% da produtividade média da economia como um todo ou 10% da produtividade industrial. Um trabalhador rural em nosso Estado só consegue produzir, em média, 6% do que seu colega paulista!

Para entender melhor as razões de tão baixa produtividade, cito o Censo Agropecuário de 1995/96. Dos estabelecimentos rurais: somente 1% usa trator e 12,5%, fertilizantes; 40% controlam pragas e doenças e 29,3%, doenças nos animais; apenas 3,8% recebem assistência técnica e 1,6% têm a assistência técnica governamental; 8,5% são irrigadas; 28,4% possuem energia e irrisórios 2% recorrem ao crédito.

Mesmo com a evolução ocorrida após o Censo, essa realidade não sofreu alterações significativas, apesar, por exemplo, de o Banco do Nordeste ter pulverizado o crédito, e o Projeto São José ter aumentado a rede de energia rural.

Tanto isso é verdade que o setor só tem perdido posição relativa no PIB estadual: de 15% em 1986, atualmente, não passa de 6%. De 1985 para cá, diminuiu a área das principais lavouras sem ser compensada pelo aumento de produtividade. O mesmo ocorreu com o efetivo dos plantéis mais importantes – bovinos, suínos, ovinos e caprinos. E o dramático é que esse pequeno PIB é gerado por 40% da população ocupada da economia !

Um dos melhores caminhos para se empreender uma mudança qualitativa na triste realidade que hoje vive o meio rural cearense é retirar das prateleiras das universidades e centros de pesquisa, para levar ao campo, o que existe de biotecnologia pronta para revolucionar a atividade agropecuária do Estado.

Diz *Pólan Lask* que “o subdesenvolvimento, mais que um problema de recursos, é um problema de insuficiência de conhecimentos”. O pior é que, sinceramente, não acredito que haja, hoje, falta de conhecimento na minha região. O que não está ocorrendo corretamente é a ponte entre a produção da pesquisa e o campo.

A nossa agropecuária, em suma, ao longo do tempo, sempre esteve marcada pela vulnerabilidade ao fenômeno climático, pela tecnologia rudimentar e pelo despreparo e fragilidade do produtor rural – e

aqui me restrinjo aos poucos que vão além da subsistência.

Como se vê, a agropecuária cearense não cumpre nenhuma de suas funções clássicas: fornecer alimentos e matérias-primas; ampliar e disponibilizar divisas com as exportações; transferir mão-de-obra para os outros setores; produzir, via impostos e capital, recursos para investimentos em outros setores e, por fim, expandir o mercado interno.

Se não fossem as transferências – aposentadorias do Funrural, FPM, cotas do ICMS e emendas do orçamento público –, o interior, que depende muito da agropecuária, não se sustentaria. Daí, *Gustavo Maia Gomes*, diretor do IPEA, em “*Novos sertões e velhas secas*”, ter cunhado para essa situação absurda o termo “economia sem produção”, tão absurda como saco vazio se pôr em pé.

É claro que está faltando uma coisa imprescindível para isso: o espírito empreendedor!

Há grandes demandas sobre a agropecuária do Ceará – como é o caso de caprinos – que não são atendidas por falta justamente daquilo que *Schumpe-ter* considera a mola-mestra do processo de desenvolvimento: o empresário, a iniciativa empresarial para, sob uma tecnologia, juntar os fatores de produção e produzir na quantidade e na qualidade que o mercado pede.

Mas, como fazer isso, se 44% da população rural é analfabeta, contra 20,4% da população urbana e, ainda por cima, vive sob condições muito precárias de saúde e alimentação?

Como fazer isso com essa tecnologia da reza para curar bicheira e do cabo da enxada para plantar, sem qualquer defesa diante da seca?

No entanto, há mercado, há conhecimento, há talentos, há recursos e outras precondições. Até a capacidade empresarial existe! O que falta é integrar tudo isso. É combater a dispersão. Colocar em prática, nas ações de governo, a visão do conjunto, da cadeia produtiva.

O erro dos erros, sempre repetido, é querer resolver problemas novos com as antigas soluções...

Temos de partir de um zoneamento agrícola. E, com isso, definir pólos, considerando-se a pesquisa, a tecnologia, a capacitação técnica e gerencial, o crédito e a comercialização, buscando criar, para cada produto, o selo com a marca “Ceará”.

Deveriam constituir prioridades as atividades nobres de alto valor agregado. No campo das lavouras, o caju, o algodão, a mamona e o sorgo. Na pecuária, a aquicultura – peixes e camarão –, a apicultura, a bovinocultura de leite e a ovinocaprinocultura.

Não devemos esquecer do turismo rural – os hotéis-fazendas, as fazendas-hotéis, as trilhas ecológicas e outras atividades não-agrícolas.

São todas atividades que já reúnem condições de mais rápido desenvolvimento, cabendo apenas, para lhes dar impulsão, um novo arranjo institucional, uma nova forma de organizar o sistema, dentro da visão de cadeia produtiva.

Vamos ver o caso da caprinocultura... Ela possui: mercado insatisfeito para carne, leite e pele; capacidade de gerar emprego e renda em curto espaço de tempo; tecnologias disponíveis; grande dimensão quanto a área e expressividade da produção; alta adaptabilidade das espécies e baixa produtividade dos rebanhos.

Pois bem, considerada prioritária, como agora desenvolvê-la? Identificando, de acordo com o zoneamento agrícola, um pólo este se formaria em torno de frigorífico e curture.

Políticas dirigidas são imprescindíveis para dar sustentabilidade ao desenvolvimento agropecuário: preços mínimos, ações governamentais que incrementem o mercado interno – como a compra da produção regional para a merenda escolar -, formação de estoques reguladores para enfrentar abundâncias ou carências sazonais, criação de novas linhas de crédito e outras garantias voltadas para o mercado rural do estado.

Todos os projetos e ações deveriam obedecer, no campo econômico, a políticas e diretrizes que priorizem a renda local, como a redução dos altos e baixos da atividade econômica – efeitos sazonais e da seca; o fortalecimento das vantagens competitivas – incentivos reais como educação, infra-estrutura mais incentivos fiscais; ou a captação de investimentos externos, já que a nossa poupança é insuficiente e incentivar as exportações, principalmente as de produtos com maior valor agregado possível.

Mas não basta, apenas, dar atenção aos aspectos econômicos do desenvolvimento agropecuário. É preciso, também, investir em outros campos. Na área social, promovendo o trabalho e a renda, o desenvolvimento humano em áreas como saúde e educação,

regionalizando o conteúdo do ensino, de modo que o aluno conheça o seu meio e como transformá-lo.

No âmbito político, deve-se estimular a cidadania de massas, a vacina decisiva contra o patrimonialismo e o clientelismo, que funciona em prejuízo da qualidade do gasto público.

No âmbito cultural, deve-se promover a mudança de mentalidade, tão necessária no caso da agropecuária, além, obviamente, do desenvolvimento da indústria cultural, do turismo rural, da preservação do patrimônio histórico e cultural, que deverá ser resignificado no tempo – uma casa de fazenda passa a hotel-fazenda e um convento, a um centro de treinamento, por exemplo.

No que diz respeito ao meio ambiente, deve-se preservar o capital natural, sem deixar de melhorá-lo e aperfeiçoá-lo com as conquistas da ciência, de maneira responsável.

Enfim, para realizar tudo isso e, principalmente, atacar a pobreza, como dizia *Montaigne*, “*Não se deve estar acima dos homens, mas junto com eles*”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL - SE) –

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 29 de outubro p.p., publicou no caderno “Folha Turismo” reportagem de Fábio Eduardo Murakawa intitulada “*Velho Chico dá charme rústico a Sergipe*”.

A reportagem descreve, de forma singular, uma das regiões mais belas de nosso país: a foz do rio São Francisco. O jornalista, com grande mestria, discorre sobre o cenário, a vida da população ribeirinha, suas dificuldades e em especial as atrações turísticas do Baixo São Francisco.

A matéria, trata de um dos pontos turísticos de Sergipe, onde a beleza natural, o artesanato, e os festejos das cidades são seus principais atrativos.

Como se vê, Sr. Presidente, a reportagem destaca o potencial turístico do Estado de Sergipe e que, hoje, é uma das nossas principais fontes de renda.

O Brasil é privilegiado por suas belezas naturais. De norte a sul, de leste a oeste, em todo o território, vemos o encanto da natureza com sua exuberância. O Nordeste não é diferente. Com clima quente, pouca chuva, boa comida, povo hospitaleiro e praia de águas mornas atrai turistas brasileiros e estrangeiros.

O turismo é a indústria mais barata e limpa que temos e encontra-se em larga escala no nosso país. Por isso, deve ser apoiado, estimulado e divulgado em todos os seus aspectos.

Em *“Velho Chico dá charme rústico a Sergipe”*, diz o jornalista:

Ao sul, na Bahia, o cenário onde se desenrola a trama de *“Tieta do Agreste”*, obra de Jorge Amado. Ao norte, a foz do rio São Francisco, na divisa com Alagoas.

São dois pontos mais belos do litoral brasileiro e entre eles estende-se o solo de Sergipe.

Apesar de sua pequena extensão, o Estado abriga cenários variados. Possui 174 km de praias, cidades históricas, como São Cristóvão, e a rusticidade do sertão.

O que diferencia Sergipe, e também Alagoas, de qualquer outro local no Nordeste, porém, é o privilégio de guardar o último trecho de um dos rios mais importantes do país: o São Francisco.

Um pequeno vilarejo no município de Brejo Grande, é o ponto final do trajeto de 2.700 km que o Velho Chico percorre entre o sul de Minas Gerais e o oceano Atlântico. É também um dos pontos mais bonitos de todo o rio.

Na margem sergipana, entre o rio e o mar, está a Vila do Cabeço, onde cerca de 80 famílias vivem de maneira ainda rudimentar. As casas são feitas de folhas de coqueiro, e seus moradores vivem sobretudo da pesca e da caça.

Do outro lado do rio, em Alagoas, estende-se uma longa faixa de dunas. Existem ali pequenas lagoas formadas pelas cheias do rio São Francisco, que são usadas como balneários pelos turistas.

Entre uma margem e outra, barcos a vela deslizam no silêncio, quebrado apenas pelos motores das lanchas dos pescadores, conhecidas como *“tó-tó-tó”* devido ao ruído que produzem.

Mas a beleza desse cenário ganha contornos inusitados se o turista tem conhecimento do que está acontecendo com o rio e, por consequência, com a rotina dos moradores da região.

A mão do homem fez a natureza enlouquecer, e fenômenos curiosos ocorrem no encontro do São Francisco com o mar.

O ano é de seca severa, e as usinas hidrelétricas retêm as águas em seus reservatórios. Com isso, a vazão do rio na foz, já enfraquecida por causa das barragens, está ainda menor, e o mar avança em direção ao continente.

Os moradores do Cabeço foram os primeiros a sofrer as consequências. Já há cinco anos o vilarejo foi invadido pelo mar, e os ribeirinhos reconstróem as casas a cada ano, fugindo das águas do oceano.

Ao turista que chega para uma visita, os nativos oferecem passeios de charrete pela vila, cobrando cerca de R\$ 1,00 por pessoa.

O dinheiro, segundo os moradores, será usado para compra de materiais de construção. Eles pretendem construir uma igreja, pois a antiga também se encontra embaixo d'água.

O único ponto visível da velha Cabeço é o farol antes usado para orientar as embarcações. Ele está hoje dentro do mar.

Cerca de 40 km rio acima, fica o vilarejo de Carrapicho, no Município de Santana do São Francisco. Quase toda a população local vive do artesanato, cujas peças são elaboradas com a argila retirada da várzea.

Nesse trecho do São Francisco há outra prova do que o rio está enfraquecendo. Os pescadores da vizinha Penedo, cidade histórica de Alagoas, pescam constantemente peixes de água salgada.

Outro belo trecho está logo acima da usina hidrelétrica de Xingó. Ali, o São Francisco é formado por um cânion.

O acesso é feito pelo Município de Canindé de São Francisco, no semi-árido sergipano.

No caminho entre Aracaju e Xingó, cerca de duas horas de carro, a paisagem vai se alterando. Primeiro o litoral, onde predominam os coqueiros. Aos poucos, eles dão lugar aos arbustos e às plantações de cana-de-açúcar, na zona da mata.

Já próximo ao ponto de chegada, o que se vê são os cactos e as imensas for-

mações rochosas. Canindé de São Francisco está em pleno sertão. O Mais belo passeio ali é subir o rio até a gruta do Talhado, no meio do cânion do São Francisco”.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em um mundo que experimenta um presente tão sombrio e desalentador, com a retomada do pessimismo e, em alguns segmentos, até mesmo do niilismo, é verdadeiramente gratificante conhecer um pouco do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comunidade Ativa.

Integrante do Comunidade Solidária, esse programa teve seu lançamento realizado em 1999 e aposta, fundamentalmente, no desenvolvimento local integrado e sustentável como forma de minorar os graves problemas sociais e econômicos das povoações brasileiras mais destituídas de recursos.

Estamos, na realidade, diante de um programa inovador, que supera o assistencialismo primário e seus reprováveis desdobramentos, ao convidar a própria população a tomar decisões relativas às ações de desenvolvimento.

Tudo começa com ampla mobilização popular, estimulando os participantes a identificar as vocações, necessidades e prioridades comunitárias, firmando então um compromisso coletivo que se vem mostrando amplamente positivo. Um compromisso que reclama e conquista a participação direta das distintas esferas de governo, da iniciativa privada e de organizações não-governamentais.

Como que assinalando o seu segundo ano de atividades, o Comunidade Ativa acaba de ingressar em nova fase de expansão com a assinatura de termos de compromisso em 252 municípios brasileiros, o que permitirá dar início ao processo denominado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Em números, isso significa a inversão, pelo Governo Federal, de R\$7 milhões, o que permitirá a capacitação de lideranças em 550 comunidades até o fim deste ano. Essa ação implicará o envolvimento direto de mais de 10 mil pessoas nos Fóruns locais, que são os órgãos responsáveis pelo programa nas diversas localidades atingidas.

Aliás, detendo-me um pouco no DLIS, é importante salientar que esse propulsor da ação comunitária gera, simultaneamente, mobilização, capacitação, produção e acesso ao conhecimento, parcerias, no-

vas oportunidades de trabalho e renda, que redundam em significativa elevação da qualidade de vida da população.

Um incentivo extra foi estabelecido para que os municípios adiram ao Comunidade Ativa: é a redução da contrapartida exigida para a celebração de convênios com o Governo Federal. Isso tem um significado prático e multiplicador fantástico. Veja-se, por exemplo, que os municípios com até 25 mil habitantes, que antes precisavam desembolsar entre 5% e 10% sobre o valor do convênio, passam a comparecer com apenas 1%.

Essa é uma maneira efetiva e não demagógica de o Governo Federal auxiliar as municipalidades no combate real à pobreza e à exclusão social.

Um outro relevante aspecto do Comunidade Ativa, que merece destaque, é a recente criação do Comitê de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância – Codipi, responsável pelo estímulo à política de atenção especial às crianças de zero a três anos. Em um projeto piloto, o Comitê atua em 28 municípios e mostra-se importante instrumento de integração das políticas setoriais de educação, saúde, assistência e cultura no município, ampliando também o espaço da criança nas propostas locais.

Finalmente, Sr. Presidente, esse rápido registro tinha o objetivo único de dar um pouco de visibilidade a mais uma importante ação social do Governo Fernando Henrique Cardoso. Por todas as razões, o Comunidade Ativa é merecedor de nosso estímulo e reconhecimento.

Se concordarmos com uma das teses centrais do pensamento de Amartya Sen, o festejado economista indiano, prêmio Nobel em sua especialidade, de que o desenvolvimento tem como um de seus principais produtos o aumento substantivo das liberdades pessoais, penso que o Comunidade Ativa, ao propor o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, permitirá aos brasileiros mais humildes a conquista de novos âmbitos de escolha e eleição. E isso, na história, tem-se mostrado fundamental para o indivíduo e para toda a coletividade e, enfim, para o próprio processo civilizatório.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Hora do Expediente:		Comemorar o "Dia do Aviador", nos termos dos Requerimentos nºs 249 e 577, de 2001, de autoria do Senador Gilvân Borges e outros senhores Senadores, aprovados, respectivamente, nas sessões deliberativas ordinárias de 16.05 e 09.10.2001.	
		<i>Oradores inscritos:</i> Senadores Romeu Tuma, Ney Suassuna	
		<i>(continuum abertas as inscrições)</i>	
Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações	
Requerimento nº 602, de 2001 Senadora Heloísa Helena	Requer ao Tribunal de Contas da União auditoria no Metrô dos Distrito Federal para efeito de verificação dos quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantado.	Votação, em turno único.	
1 Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2001 (nº 308/96, na Câmara dos Deputados)	Dá nova redação à alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados).	Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.	de
2 Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2001 (nº 389/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o texto do Acordo Multilateral de Segurança Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo, celebrados em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997.	Discussão, em turno único.	
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2001 (nº 399/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o texto do Protocolo Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 24 de junho de 1998, por ocasião da XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum.	Discussão, em turno único.	
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2001 (nº 790/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.	Discussão, em turno único.	
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2001 (nº 796/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Praia de Mariscal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina.	Discussão, em turno único.	
6 Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2001 (nº 808/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a ACITA, Associação Comunitária e Cultural de Itarana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo.	Discussão, em turno único.	
7 Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2001 (nº 815/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Wagner FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wagner, Estado da Bahia.	Discussão, em turno único.	
8 Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2001 (nº 816/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Rifaina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rifaina, Estado de São Paulo.	Discussão, em turno único.	
9 Requerimento nº 604, de 2001 Senador Álvaro Dias	Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2000, de sua autoria.	Votação, em turno único.	

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 8 minutos.)

(OS 20763/01)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR PAULO SOUTO, NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 6-11-01, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SE PUBLICA NESTA EDIÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com o poder de síntese característico dos Senadores da Bahia, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi duas advertências quanto à necessidade de que meu discurso fosse curto: uma da Senadora Marina Silva e a outra do Presidente. A S. Ex^{as} agradeço o fato de estarem presentes, mesmo sabendo que a presença se deve muito mais à necessidade de se inscreverem para a sessão de quinta-feira do que propriamente de assistir ao que vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Presidente está aqui para aplaudir V. Ex.^a e os demais Senadores.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA) - Sr. Presidente, falarei rapidamente sobre um assunto que entendo ser importante e que tem relação entre a questão que o País todo está acompanhando, que é a crise de energia, e o próximo verão.

São dois assuntos absolutamente correlatos e que precisam receber a atenção do Governo. Sabemos que a Câmara de Gestão de Crise de Energia presidida pelo Ministro Pedro Parente tem tomado medidas importantíssimas para que o País possa conviver com crise tão difícil para nossa economia. S. Ex.^a é realmente um técnico da mais alta capacidade e tem realizado trabalhos importantes no Governo e tem-se saído excepcionalmente bem dessa missão extremamente difícil que é gerir a crise de energia pela qual passa o País.

Quero, todavia, referir-me ao Nordeste. Espera-se a recuperação dos reservatórios de todas as Regiões do País, mas principalmente no Nordeste, porque estamos sofrendo muito com a crise. Esperamos a recuperação do lago de Sobradinho. E, felizmente, a vazão está aumentando, mas o nível ainda está baixo, porque as chuvas têm sido insuficientes. E, apesar dessa expectativa que temos de melhorar essa situação, a realidade é que estamos hoje vivendo ainda a possibilidade de novos feriados, que são realmente muito prejudiciais à economia de nossa região.

Era absolutamente previsível que tivéssemos um aumento do consumo de energia no Nordeste, a partir do mês de outubro, porque, hoje, estamos praticamente no verão nordestino, com as temperaturas mais altas, exigindo, portanto, para um maior conforto, o uso de

aparelhos que consomem energia. E era absolutamente previsível que não pudéssemos, no Nordeste, fazer face àquele racionamento de 20%, que é um grande sacrifício e que também prejudica muito, diria, sobretudo, as atividades produtivas. No setor residencial o consumo per capita da população nordestina já é muito baixo de modo que a redução é dramática.

A reação, portanto, a esses feriados, é normal. É uma reação de uma classe produtiva, que quer continuar produzindo, e é uma reação de uma população que, efetivamente, tem sido prejudicada em seu bem-estar.

Entendo que as medidas do Governo são compreensíveis. O Governo tem responsabilidade nisso, precisa evitar os apagões, que seriam realmente a pior de todas as soluções. Mas quero dizer que era de se esperar esse aumento de consumo no Nordeste, dadas as características climáticas de nossa região.

Sinto, entretanto, um certo conformismo, como que se dissesse que não temos outras soluções. Fiquei muito alegre com a possibilidade que o Ministro Pedro Parente deu à Comissão Mista que se formou no Senado e na Câmara, com vistas à possibilidade de pôr em prática uma operação de geração emergencial que evitasse esses problemas que o Nordeste está sofrendo. Mas ele mesmo confessou que havia algumas dificuldades administrativas e burocráticas. E agora, recentemente, o Governo anunciou a contratação da geração de energia emergencial, mas disse que pode demorar ainda cerca de 90 dias, prazo que considero extremamente alto para as necessidades do Nordeste, principalmente a partir do mês de dezembro, mês muito importante do ponto de vista de uma atividade significativa para a região, que é o turismo.

Por essa razão, renovo um apelo que fiz no sentido de que o Governo, por meio de sua Câmara de Gestão, envie todos os esforços possíveis a fim de antecipar a entrada da geração de energia emergencial, sobretudo para o Nordeste, que possui os reservatórios em situação mais crítica. Muito pior do que o efeito imediato dos feriados é a expectativa que pode causar com relação ao verão, nossa alta estação turística, extremamente importante para a economia da região. Pois este será um verão excepcional do ponto de vista do turismo. Diria que este verão significará um grande crescimento no turismo interno. A alta do dólar dificulta a saída de brasileiros para o exterior e facilita a vinda de estrangeiros, o que, aliado ao turismo interno, não tenho dúvida, significará o crescimento do turismo no Nordeste, com hotéis cheios e a atividade de lazer muito mais intensa, representando uma grande possibilidade de recuperarmos a nossa atividade econômica durante o próximo verão.

Portanto, é esse o apelo que desejo fazer à Câmara de Gestão, principalmente ao Ministro Pedro

Parente. Senti que S. Ex^a disse à nossa Comissão que havia dificuldades administrativas. Tenho certeza de que essa Comissão Mista do Senado e da Câmara, seguramente, dará todo o apoio possível no que for necessário, para que medidas administrativas sejam justificadas para antecipar essa geração emergencial, sobretudo no Nordeste, para que não tenhamos ainda um verão mais sacrificado e para que não tenhamos uma atividade econômica reduzida, o que, tenho certeza, não é o que o Governo deseja.

A Embratur faz uma estimativa de 50 milhões de brasileiros viajando dentro do próprio país no próximo verão, e não podemos dar a impressão de que essa estação pode ser prejudicada por dificuldades de abastecimento de energia na região do Nordeste.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB - TO) – Senador Paulo Souto, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO SOUTO (PFL - BA) – Ouço-o com prazer, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB - TO) – Seirei o mais breve possível, justamente para não comprometer nem o tempo de V. Ex^a, nem a bela exposição que traz à Casa nesse final de expediente. Mas eu não poderia deixar passar tão brilhante exposição sem trazer nossa solidariedade às preocupações de V. Ex^a. É claro que a Câmara de Gestão, na busca de mitigar os efeitos da crise energética, trouxe de certo modo algum benefício para o povo brasileiro. A economia do consumo, principalmente do consumo energético nas residências, foi algo que mudou o perfil do comportamento do povo brasileiro; nesse aspecto, trouxe benefício. E compreendo que V. Ex^a traz as preocupações do povo nordestino, que já vinha sentindo os efeitos das dificuldades de geração de energia na própria região e já vinha diminuindo o seu uso. Daí a razão de não alcançar, no momento exigido pela Câmara de Gestão, os patamares, os níveis para a redução proposta, mas entendo que o Nordeste já vinha reduzindo o seu consumo. Felizmente a Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, construída no Tocantins, com a inauguração da sua primeira turbina em 5 de outubro, vai dar sua contribuição para que o Nordeste aguarde o período chuvoso, que seguramente vai começar no fim deste mês ou em dezembro, e poderemos ver as águas do rio São Francisco se avolumarem, os reservatórios crescerem de modo a levar uma certa tranquilidade à brava gente nordestina.

O SR. PAULO SOUTO (PFL - BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Não há dúvida alguma de que o empreendimento é extremamente importante, que vai trazer um certo alívio, embora continuemos a depender bastante do reforço do sistema de transmissão, que é uma outra medida importante, da qual tenho certeza de que a Câmara de Gestão está cuidando para poder antecipar esse transporte de energia das regiões que têm mais energia para a região do Nordeste.

Mas, voltando ao assunto, o turismo é essencial para todo o Nordeste, e muito importante para a Bahia. Temos 6 ou 7 áreas turísticas da maior importância. Temos 6 aeroportos espalhados por todo o nosso litoral, facilitando a ida de todos os brasileiros. Temos aeroporto em Caravelas, em Porto Seguro, em Comandatuba, em Ilhéus, em Valença, em Salvador, isso só na costa. E refiro-me a aeroportos que suportam operações de aviões de grande porte, sem falar, por exemplo, em Lençóis, na Chapada da Diamantina, em Paulo Afonso, na região do São Francisco. Enfim, estamos preparados para isso. Recentemente uma revista especializada considerou que entre os cinco melhores **resorts** do Brasil, 4 estão situados na Bahia. De modo que estamos preparados para o turismo.

Já estamos vivendo um clima de verão. Na quinta-feira passada, quando da comemoração dos 500 anos da Bahia de Todos os Santos, Salvador viveu uma noite memorável com o **show** de Gal Costa, um **show** de cores, de luz, de muito som, que homenageou Jorge Amado. Foi realmente uma belíssima comemoração dos 500 anos da descoberta da Bahia de Todos os Santos. O prefeito de Imbassaí, que contou com a colaboração de muitas empresas baianas, pôde realizar um espetáculo digno do povo de Salvador, que assistiu à apresentação daquela grande cantora baiana, a qual conseguiu evocar Jorge Amado também com suas músicas sobre o mar, sobre aquele ambiente tão ligado à obra desse excepcional escritor baiano.

Agora, já nos preparativos para o verão, teremos um torneio de pesca na cidade de Canavieiras, que tem hoje, próximo à costa, um dos maiores pesqueiros do Brasil do marlin azul. Da mesma forma, no dia 29, teremos em Valença, uma cidade do baixo sul, um festival de camarão. Valença já é hoje o principal pólo de cultivo de camarão no Brasil, uma atividade extremamente importante que pode render muitos milhões de dólares para o País – já está rendendo, mas pode render ainda muito mais.

Informo tudo isso para dizer que o Brasil, principalmente o Nordeste, tem a expectativa de um verão excepcional, que proporcionará empregos novos, criação de renda, enfim, uma grande transição para intensificação do turismo interno. Não podemos frustrar isso, com a expectativa com a possibilidade de acontecer algo com o suprimento de energia.

Por isso, renovo à Câmara de Gestão da Crise de Energia o meu apelo para que ela abrevie ao máximo o processo de geração de energia nova. Ao invés dos 90 dias, creio que 45 dias são suficientes, para termos, em janeiro, maior folga na geração de energia elétrica e para que a atividade econômica nessa região, tão importante do Brasil, seja intensificada com o turismo, com a agricultura, com o comércio, com a indústria e com todas as demais atividades econômicas relacionadas ao desenvolvimento da região.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS COMPLEMENTARES À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 009, ADOTADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 1º DE NOVEMBRO DO MESMO ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O ALONGAMENTO DE DÍVIDAS ORIGINÁRIAS DE CRÉDITO RURAL, DE QUE TRATA A LEI Nº 9.138 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado LUIZ CARLOS HEINZE	020 021 022 024 025 026 028
Deputado SILAS BRASILEIRO	023 027

SACM

MP 009

000020

EMIENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 31/10/2001

Dá-se nova redação § 7º do Artigo 1º da Medida Provisória nº 9, de 31 de outubro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º.

§ 7º “Na hipótese de liquidação antecipada do total da dívida, aplicar-se-á, além do bônus descrito no § 5º, desconto de trinta e cinco por cento sobre saldo devedor existente na data da liquidação”.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo assegurar aos mutuários com dívidas securitizadas e alongadas ao amparo da Lei nº 9.138/95, o direito, a qualquer tempo, de liquidar os seus débitos, garantindo aos devedores destas operações, a possibilidade de aproveitar oportunidades de bons negócios, seja quando da recuperação dos preços dos produtos agropecuários, ou na venda de algum bem ou patrimônio.

Brasília - DF, 06 de novembro de 2001

Deputado Federal  **LUIZ CARLOS HEINZE (PPB/RS)**

MP 009

000021

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA n.º 9, DE 31/10/2001

Acrescenta-se o seguinte inciso III ao Artigo 2º da Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação:

Artigo 2º.

Inciso III. "Aplicar-se-á um rebate de 50% sobre a Taxa de Juros pactuadas para as operações alongadas até a data da publicação desta Medida Provisória, ao amparo do § 6-A da Lei n.º 9.138/95, quando a referida taxa for inferior ao limite mínimo estabelecido no referido § 6-A".

JUSTIFICATIVA

Antes da aprovação da Lei n.º 9.866, de 09/11/99, inúmeras operações foram contratadas com encargos inferiores ao limite de 6%, não sendo beneficiadas com o bônus de 2 pontos percentuais aplicados às operações da espécie. Esta Medida Provisória estabelece como teto para as taxas de juros, o total de 3, 4 e 5 por cento para taxas de 8, 9 e 10%, prejudicando mais uma vez, os mutuários que contratarão taxas inferiores.

Esta Emenda visa assegurar o tratamento isonômico aos mutuários do crédito rural, permitindo rebate nas taxas antes pactuadas em 50%, possibilitando que taxas aplicadas para estes contratos também sejam adequadas às condições contidas nesta Medida Provisória, possibilitando assim uma equidade no tratamento dos mutuários do crédito rural com débitos alongados ao amparo do § 6-A da Lei n.º 9.138/95.

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001

Deputado Federal LUIZ CARLOS HEINZE (PPB/RS)

MP 009

000022

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA

Acrescenta-se os seguintes §§ 4º, 5º e 6º ao Artigo 2º da Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação:

Artigo 2º.

§ 4º. "Incluem-se nas condições de renegociação de que trata o § 6-A, do Artigo 5º da Lei n.º 9.138, de 1995, as operações contratadas entre 31/12/1997 e 31/12/1998, desde que contratadas com encargos pós fixados".

§ 5º. "Fica autorizada a inclusão no alongamento de dívidas de que trata o § 6-A do Artigo 5º da Lei n.º 9.138, de 1995, as parcelas de juros não pagas nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001, das operações alongadas nos termos do respectivo § 6-A".

§ 6º. " Na hipótese de liquidação antecipada do serviço da dívida (juros), aplicar-se-á, além do bônus descrito no inciso II, desconto equivalente ao percentual estabelecido para a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP definida pelo Banco Central do Brasil, a ser incidida sobre as novas parcelas devidas de juros, renegociadas com base nesta Medida Provisória, existente na data da liquidação".

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo assegurar aos mutuários de crédito rural com débito contratado após 31/12/97 com encargos vinculados à TR, TJLP, Variação Cambial e outros indexadores, o mesmo tratamento concedido aos produtores com dívidas contratadas até 1997, com encargos pós-fixados e que foram beneficiados pela renegociação de que trata o § 6-A do artigo 5º da Lei n.º 9.1238/95.

Não há diferença entre a atividade rural desenvolvida pelos mutuários que tiveram seus débitos contratados até 31/12/97, daqueles que tiveram contratação ocorrida em 1998, com indexadores que apresentam percentuais de descasamento elevado em relação à renda do setor agropecuário. Esta medida procurar tratar com equidade os produtores rurais e possibilitar aos produtores rurais as condições adequadas para liquidação de seus débitos, já que foram penalizados pelas variações elevadas ocorridas principalmente para as operações contratadas com variação cambial e aquelas contratadas com TJLP.



É importante destacar também, que após a formalização do alongamento regulamentado pela Resolução n.º 2.471/98, a variação do IGP-M foi muito superior aos índices de inflação, comprometendo o pagamento dos juros, já que o saldo da dívida alongada continuou sendo corrigido pelo IGP-M, acumulando a inadimplência para estas operações, em mais de 40%, justificando a apresentação da presente emenda para que estes produtores que, não tiveram condições liquidar a parcela de juros, não se beneficiando das medidas antes adotadas, possam continuar em situação de normalidade e a partir da publicação desta Medida Provisória, serem alcançados pela redução da taxa de juros e limitação do IGP-M, condição admitida apenas para a situação de inadimplência.

A liquidação antecipada da dívida também é uma prerrogativa que deve ser concedida ao mutuário, para que em menor espaço de tempo ele possa cumprir o seu compromisso, aproveitando uma oportunidade de bons negócios, seja quando da recuperação de preços dos produtos agropecuários, ou na venda de algum bem ou patrimônio para aqueles que desejarem deixar a atividade ou não dispõem de condições necessárias para continuar produzindo em suas propriedades.

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001


Deputado Federal LUIZ CARLOS HEINZE (PPB/RS)

MP 009

000023

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVIS

Acrescenta-se o seguinte § 1º e § 2º ao Artigo 3º da Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação:

Artigo 3º.

§ 1º. "Nas hipóteses de não pagamento da parcela da dívida nos novos vencimentos alongados ao amparo do contido nos artigos 1º, 2º e 4º desta Medida Provisória, a inscrição em dívida ativa somente poderá ocorrer decorridos 180 dias após verificada a inadimplência."

§ 2º. "A inscrição em dívida ativa será efetivada apenas em relação à parcela da dívida em que se verificar a inadimplência, quando o débito será submetido ao tratamento de dívidas com a União".

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo assegurar aos mutuários de crédito rural, um tratamento mais adequado em relação às dificuldades de pagamento que por ventura venha a ocorrer, cujos mecanismos de renegociação estão contidos na legislação do crédito rural, mas que, em função da alteração das características dos débitos, passaram a ter tratamento como dívidas fiscais.

A atividade rural é susceptível a riscos decorrentes de intempéries, mercadológicos e outros fatores alheios à vontade do devedor, e o tratamento fiscal que se pretende dar aos produtores rurais, pelo simples fato das referidas dívidas terem sido transferidas a União, enseja uma situação muito gravosa aos mutuários, ao ocorrer a inscrição em dívida ativa sem levar em consideração o período agrícola e a nova possibilidade de receita que pode ser alcançada pelos produtores.

O que procuramos com esta Emenda, é a implementação de um período de carência, antes que a dívida não paga seja inscrita na dívida ativa, prazo este que correspondente praticamente à uma safra, de forma que o produtor possa obter receita e honrar os seus débitos com a União, já penalizados com a alteração dos encargos e a aplicação da Taxa SELIC como forma e atualização dos débitos após verificada a inadimplência.

Ainda em relação à inscrição na dívida ativa, entendemos que apenas a parcela não paga deve ter o tratamento de inadimplência, e não a dívida como um todo, por isso a redação contida no § 2º acima, pois, não sendo o devedor capaz de honrar uma parcela, por fatores alheios à sua vontade, impossível será honrar todo o débito inscrito na dívida ativa.

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001


Deputado Federal SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG)

MP 009

000024

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA

Acrescenta-se o seguinte § 1º e § 2º ao Artigo 3º da Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação:

Artigo 3º.

§ 1º. "Nas hipóteses de não pagamento da parcela da dívida nos novos vencimentos alongados ao amparo do contido nos artigos 1º, 2º e 4º desta Medida Provisória, a inscrição em dívida ativa somente poderá ocorrer decorridos 180 dias após verificada a inadimplência."

§ 2º. "A inscrição em dívida ativa será efetivada apenas em relação à parcela da dívida em que se verificar a inadimplência, quando o débito será submetido ao tratamento de dívidas com a União".

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo assegurar aos mutuários de crédito rural, um tratamento mais adequado em relação às dificuldades de pagamento que por ventura venha a ocorrer, cujos mecanismos de renegociação estão contidos na legislação do crédito rural, mas que, em função da alteração das características dos débitos, passaram a ter tratamento como dívidas fiscais.

A atividade rural é susceptível a riscos decorrentes de intempéries, mercadológicos e outros fatores alheios à vontade do devedor, e o tratamento fiscal que se pretende dar aos produtores rurais, pelo simples fato das referidas dívidas terem sido transferidas a União, enseja uma situação muito gravosa aos mutuários, ao ocorrer a inscrição em dívida ativa sem levar em consideração o período agrícola e a nova possibilidade de receita que pode ser alcançada pelos produtores.

O que procuramos com esta Emenda, é a implementação de um período de carência, antes que a dívida não paga seja inscrita na dívida ativa, prazo este que correspondente praticamente à uma safra, de forma que o produtor possa obter receita e honrar os seus débitos com a União, já penalizados com a alteração dos encargos e a aplicação da Taxa SELIC como forma e atualização dos débitos após verificada a inadimplência.

Ainda em relação à inscrição na dívida ativa, entendemos que apenas a parcela não paga deve ter o tratamento de inadimplência, e não a dívida como um todo, por isso a redação contida no § 2º acima, pois, não sendo o devedor capaz de honrar uma parcela, por fatores alheios à sua vontade, impossível será honrar todo o débito inscrito na dívida ativa.

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001

Deputado Federal  **LUIZ CARLOS HEIZE (PPB/RS)**

MP 009

000025

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º

Acrescenta-se o seguinte §§ 1º e 2º ao Artigo 3º da Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação:

Artigo 3º.

§ 1º. "Nas hipóteses de não pagamento da parcela da dívida nos novos vencimentos alongados ao amparo do contido nos artigos 1º, 2º e 4º desta Medida Provisória, ficará assegurado aos mutuários, que os débitos terão o mesmo tratamento a que são submetidas as dívidas de crédito rural, reguladas pelo Decreto - Lei n.º 167/67 e regulamentação do Banco Central do Brasil".

§ 2º. "Para os crédito transferidos à União em conformidade com o disposto na Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, fica a União autorizada a promover a liberação das garantias que compõem as operações, ou a substituição da garantias por valores equivalentes, respeitando o limite de 30% do valor do principal para dívidas alongadas ao amparo da Resolução n.º 2.471/98 e de 100% para os demais débitos, desde que a respectiva liberação seja solicitada pelos mutuários cujos débitos foram alcançadas pela respectiva Medida Provisória".

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo assegurar aos mutuários de crédito rural, um tratamento mais adequado em relação às dificuldades de pagamento que por ventura venha a ocorrer, cujos mecanismos de renegociação estão contidos na legislação do crédito rural, tendo em vista que os contratos inicialmente firmados, foram realizados ao amparo da Legislação de crédito rural, não podendo unilateralmente, ser alterado para débito fiscal.

A atividade rural é susceptível a riscos decorrentes de intempéries, mercadológicas e outros fatores alheios à vontade do devedor, e o tratamento fiscal que se pretende dar aos produtores rurais, pelo simples fato das referidas dívidas terem sido transferidas a União, enseja uma situação muito gravosa aos mutuários, ao ocorrer a inscrição em dívida ativa sem levar em consideração o período agrícola e a nova possibilidade de receita que pode ser alcançada pelos produtores.

O que procuramos com esta Emenda, é a implementação de medidas que possibilitem ao mutuário que tiverem condições de honrar em dia o vencimento de alguma das parcelas, em caso de fatores alheios à sua vontade, a prorrogação da parcela não paga e a liquidação do referido débito em condições compatíveis com sua atividade..

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001


Deputado Federal LUIZ CARLOS HEIZE (PPB/RS)

MP 009

000026

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 9, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Acrescenta-se o seguinte Artigo 4º a Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação, renumerando os demais:

Artigo 4º. “Fica a União autorizada a dispensar o tratamento estabelecido nos artigos 1º e 2º desta Medida Provisória às operações contratadas com recursos do Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, etapas II e III”.

JUSTIFICATIVA

Os mutuários do Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, beneficiados em parte (saldos de até R\$ 200 mil reais) apenas com a securitização das dívidas rurais estabelecido pela Lei.º 9.138, de 29/11/95, não tiveram suas dívidas contempladas pelos programas complementares ocorridos após a edição da citada lei, representando um tratamento diferenciado a mutuários que, embora tenham fonte de recursos diferenciada, padecem dos mesmos problemas inerentes à agropecuária nacional, e que conforme comprovado pelas instituições financeiras, não dispõe de capacidade de pagamento na forma dos cronogramas originais.

Devemos ressaltar ainda que PRODECER é um programa de elevada importância na relação entre o Brasil e Japão, por seu significado de integração e amizade entre estas nações, sem considerar a contribuição que este Programa deu e tem dado para o desenvolvimento da agricultura brasileira, somando ao todo, 21 projetos espalhados pelo Cerrado Brasileiro, com reflexos no aumento da produção de grãos, colonizando regiões inexploradas, gerando mais de 20 mil empregos diretos, a criação de logística de comercialização, a disseminação de tecnologia de ponta, além de outros objetivos alcançados.

Com esta Emenda, procuramos tratar de forma isonômica os mutuários do PRODECER em relação às demais dívidas rurais, cujos mecanismos de alongamento vem sendo implementado desde a edição da Lei.º 9.138/95, e que não tem beneficiado estes mutuários que merecem o mesmo tratamento dispensado aos demais mutuários do crédito rural.

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001

Deputado Federal LUIZ CARLOS FEINZE (PPB/RS)

MP 009

000027

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA

Acrescenta-se o seguinte Artigo 4º a Medida Provisória n.º 9, de 31 de outubro de 2001, com a seguinte redação, renumerando os demais:

Artigo 4º. “Fica a União autorizada a dispensar o tratamento estabelecido nos artigos 1º e 2º desta Medida Provisória às operações contratadas com recursos do Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, etapas II e III”.

JUSTIFICATIVA

Os mutuários do Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, beneficiados em parte (saldos de até R\$ 200 mil reais) apenas com a securitização das dívidas rurais estabelecido pela Lei .º 9.138, de 29/11/95, não tiveram suas dívidas contempladas pelos programas complementares ocorridos após a edição da citada lei, representando um tratamento diferenciado a mutuários que, embora tenham fonte de recursos diferenciada, padecem dos mesmos problemas inerentes à agropecuária nacional, e que conforme comprovado pelas instituições financeiras, não dispõe de capacidade de pagamento na forma dos cronogramas originais.

Devemos ressaltar ainda que PRODECER é um programa de elevada importância na relação entre o Brasil e Japão, por seu significado de integração e amizade entre estas nações, sem considerar a contribuição que este Programa deu e tem dado para o desenvolvimento da agricultura brasileira, somando ao todo, 21 projetos espalhados pelo Cerrado Brasileiro, com reflexos no aumento da produção de grãos, colonizando regiões inexploradas, gerando mais de 20 mil empregos diretos, a criação de logística de comercialização, a disseminação de tecnologia de ponta, além de outros objetivos alcançados.

Com esta Emenda, procuramos tratar de forma isonômica os mutuários do PRODECER em relação às demais dívidas rurais, cujos mecanismos de alongamento vem sendo implementado desde a edição da Lei .º 9.138/95, e que não tem beneficiado estes mutuários que merecem o mesmo tratamento dispensado aos demais mutuários do crédito rural.

Brasília - DF, 06 de Novembro de 2001


Deputado Federal SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG)

MP 009

000028

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 31/10/2001

Dá-se nova redação ao Artigo 5º da Medida Provisória nº 9, de 31 de outubro de 2001 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 5º. “Para as operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, que estão sujeitas contratualmente a encargos financeiros com base no IGP-DI acrescido de quatro por cento ao ano, fica assegurado, a partir da data da publicação desta Medida Provisória e desde que as prestações sejam pagas até a data do respectivo vencimento pactuado, teto de cinco virgula setenta e cinco por cento (5,75%), compreendendo a variação do IGP-DI mais a taxa de quatro por cento ao ano”.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP é um programa de Governo criado desde 1998, com o objetivo de revitalizar o Sistema Cooperativo Agropecuário, constituído, em sua grande maioria, por Cooperativas formadas por pequenos Agricultores. Entretanto, a taxa de juros de 4% acrescida da correção com base no IGP-DI, tem se mostrado bastante danosa, além de ser incompatível com a atividade agropecuária, que hoje dispõe de taxa de juros fixos de 8,75% ao ano para diversos programas, de 1,14% até 10,75% para recursos dos Fundos Constitucionais e de até 4% para recursos do PRONAF, não podendo ser admitido que um programa cujo objetivo é revitalizar este Sistema Cooperativo Agropecuário, composto basicamente por mini e pequenos produtores rurais, tenha tratamento tão diferenciado, incorporando taxas elevadas que tenderão a inviabilizar futuras amortizações, como já vem ocorrendo.

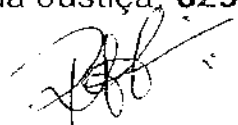
Com a presente Emenda, estabelecemos o tratamento isonômico ao RECOOP, quando comparado às outras linhas de financiamento, disponibilizadas no crédito rural com juros fixos em patamares próximos aos aqui propostos, sem levar em consideração ainda, as próprias medidas implementadas por esta Medida Provisória, concedendo tratamento diferenciado para dívidas securitizadas e aquelas renegociadas ao amparo do § 6-A da Lei nº 9.138/95, conhecido como Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA.

Brasília - DF, 06 de novembro de 2001

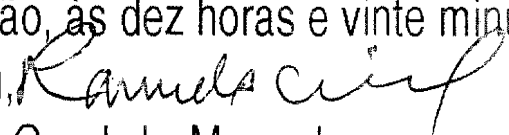
Deputado Federal  **LUIZ CARLOS HEINZE (PPB/RS)**

Ata da 21ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 7 de novembro de 2001

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e um, às dez horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Ramez Tebet, Presidente; Edison Lobão, 1º Vice-Presidente; Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente; Carlos Wilson, 1º Secretário; Antero Paes de Barros, 2º Secretário; Ronaldo Cunha Lima, 3º Secretário; e Marluce Pinto, 2ª Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimentos nºs **546** e **547**, de 2001, de autoria do Senador **Geraldo Cândido**, solicitando informações aos Ministros de Estado de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, respectivamente; **562**, de 2001, de autoria do Senador **Antonio Carlos Valadares**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **573**, de 2001, de autoria da Senadora **Marina Silva**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Senhor Presidente comunica que distribuiu os requerimentos ao Senador Antero Paes de Barros para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Antero Paes de Barros apresenta os seus Relatórios que concluem favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os Relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 2:** Projeto de Resolução nº 6, de 2001-CN, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Parlamentares, que *denomina Salão Senador Antônio Mariz o Salão Negro do congresso Nacional*. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator da matéria anteriormente designado, Senador Carlos Wilson, que apresenta o seu Relatório contrário ao projeto. Posto em discussão e votação, é o Relatório aprovado. A matéria ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a manifestação da Mesa da Câmara dos Deputados. **Item 3:** Requerimentos nºs **623**, de 2001, de autoria do Senador **Roberto Saturnino**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa; **627**, de 2001, de autoria do Senador **Álvaro Dias**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; **629**, de



(continuação da Ata da 21ª Reunião da Mesa do Senado Federal)

2001, de autoria do Senador **Pedro Simon**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; **636**, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social; **651**, de 2001, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde. O Senhor Presidente distribui os requerimentos ao Senador Carlos Wilson para relatar, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, às dez horas e vinte minutos, ao tempo em que determina que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 7 de novembro de 2001.


Senador **Ramez Tebet**
Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2001-SF “DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs.”.

5ª Reunião Realizada em 14-8-01

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezessete horas e quarenta e nove minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Marina Silva, Tião Viana e Nabor Júnior, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito **“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião Administrativa, em caráter reservada, destina-se a discussão e votação de diversos Requerimentos, como também, para tratar de assuntos diversos. O Senhor Presidente comunica aos presentes que, devido a falta de quorum qualificado para a realização de votação, fica transferido para o dia vinte e hum de agosto a próxima reunião e, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

6ª Reunião Realizada em 21-8-01.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Tião Viana, Marina Silva e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito **“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da

reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião Administrativa, em caráter reservada, destina-se a discussão e votação de diversos Requerimentos, como também, para tratar de assuntos diversos. O Senhor Presidente concede a palavra pela ordem, a Senadora Marina Silva e ao Senador Nabor Júnior. Em seguida, o Senador Tião Viana entrega à Mesa dos trabalhos da CPI, matérias jornalísticas a respeito de Organizações Não-Governamentais citadas no depoimento do Sr. Lorenzo Carrasco a esta CPI e, solicita manifestação da Comissão sobre o caso. Em seguida, a Presidência, concede a palavra a Senadora Marluce Pinto, que comunica ao Plenário da Comissão o recebimento de um Fax enviado ao seu Gabinete, remetido pelo Sr. Lorenzo Carrasco, lendo-o na íntegra, após, a Senhora Relatora, lê a sugestão de agendamento de oitivas a serem realizadas no decorrer do mês de agosto e setembro, colocando em discussão e votação. O Senador Bernardo Cabral, de posse da palavra, passa às mãos do Presidente, a sua declaração de voto por escrito, pela aprovação da sugestão de oitivas apresentada pela Sra. Relatora, que o coloca em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a Senadora Marluce Pinto, procede a leitura e parecer dos Requerimentos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 01/01, de autoria do Sen. Moreira Mendes, que requer seja requisitado ao Banco Central as seguintes informações: a) montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de ONG's, constituídos e em funcionamento no Território Nacional; b) entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com respectivos endereços, se possível, e c) os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos. **2)** Requerimento nº 02/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer sejam convidados para prestarem depoimentos a esta Comissão os Deputados Federais Luciano Castro – Pres. da CPI de “Ocupações de Terras Públicas na Amazônia” e Alceste Almeida – Presidente da CPI da “FUNAI”. **3)** Requerimento nº 03/01, de autoria da Sen. Marina Silva, que requer seja solicitado ao Ministério da Saúde a lista de entidades sem fins lucrativos que trabalham no Programa DST-AIDS e as que desenvolvem atividades com povos indígenas; **4)** Requerimento nº 04/01, de autoria da Sen. Marina Silva, que requer seja solicitado à Associação ABONG, a listagem de suas associadas; **5)** Requerimento nº 05/01, de autoria do Sen. Antero Paes de Barros, que requer sejam convidados para debaterem em audiência pública na CPI, as seguintes per-

sonalidades: Dr. Augusto Franco – Conselheiro do Programa Comunidade Solidária; Ministro da Saúde, Dr. José Serra, Tema: “As ONG’s de saúde na Amazônia” e, Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Sarney Filho, Tema: “A atuação das ONG’s ambientalistas na Amazônia”; **6)** Requerimento nº 06/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer a convocação do Dr. Nivaldo Farias de Almeida – Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento a respeito dos inquéritos envolvendo a COOPERÍNDIO – Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro; **7)** Requerimento nº 07/01, de autoria do Sen. Moreira Mendes e outros, que requer sejam convidados os Srs. Deputados Federais Alceste Almeida e Antônio Feijão, Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para prestarem esclarecimentos sobre o resultado da apuração daquela Comissão; **8)** Requerimento nº 08/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Deputado Neivo Beraldin, para prestar depoimento a esta Comissão a respeito da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná/PR, da qual é Presidente; **9)** Requerimento nº 09/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Sr. Clóvis Ricardo Scwrappe, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS, da qual é Diretor-Executivo; **10)** Requerimento nº 10/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Ministro da Casa Civil, Dr. Pedro Parente; **11)** Requerimento nº 11/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Dr. Antônio Ermirio de Moraes, para prestar esclarecimentos a esta CPI, tendo em vista a publicação de artigo publicado na Folha de São Paulo, de sua autoria, em 15 de julho de 2001, intitulado “ONG’s: um novo poder?”; **12)** Requerimento nº 12/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Sr. Miguel Milano, para prestar esclarecimentos a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Fundação Boticário de Proteção à Natureza, da qual é Diretor-Técnico; **13)** Requerimento nº 13/01, de autoria do Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Jorge Pereira dos Santos, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos da COOPERÍNDIO, da qual é Presidente; **14)** Requerimento nº 14/01, de autoria do Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado os Srs. Christopher Juli-

an Clark – Pres. da Associação Amazônia; Francisco Adamor Lima Guedes – Sócio da Associação Amazônia e o Sr. Plínio Leite da Encarnação – Representante da Associação Amazônia; **15)** Requerimento nº 15/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Sr. Deputado Estadual Messias de Jesus - Presidente da CPI das “Terras e assuntos indígenas”, da Assembléia Legislativa de Roraima, para prestar esclarecimento sobre o tema, relacionado com a CPI das ONG’s; **16)** Requerimento nº 16/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Deputado Estadual Urzenir Rocha - Relator da CPI das “Terras e assuntos indígenas”, da Assembléia Legislativa de Roraima, para prestar esclarecimento sobre o resultado dos trabalhos daquela CPI, relacionados com o tema desta CPI das ONG’s; **17)** Requerimento nº 17/01, de autoria do Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado os Srs. Silvestre Leocádio e Evanildo Lima Mota, para prestarem depoimentos a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIURR, da qual são Presidentes e Vice-Presidente, respectivamente; **18)** Requerimento nº 18/01, de autoria do Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Gilberto Macuxi, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Associação Regional Indígena dos Rios Quimô, Cotingo e Monte Roraima - ARIKON, da qual é Presidente; **19)** Requerimento nº 19/01, de autoria do Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Anísio Filho Pedrosa Lima, para prestar esclarecimentos a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima, da qual é Presidente, e **20)** Requerimento nº 20/01, de autoria do Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Jacir José de Souza, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos do Conselho Indígena de Roraima – CIR, do qual é representante. Após a discussão dos Requerimentos, o Senhor Presidente, passa a votação, sendo todos aprovados por unanimidade de seus membros. A Presidência lembra aos presentes que, de acordo com a sugestão de agendamento de oitivas aprovado inicialmente nesta reunião, fica marcado para a próxima terça-feira, dia 28 de agosto do corrente ano, as oitivas dos Srs. Jorge Pereira dos Santos – Presidente da COOPERÍNDIO e do Dr. Nivaldo Farias de Almeida – Delegado da Polícia Federal de Manaus - AM Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar,

eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

7ª Reunião Realizada em 28-8-01.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezessete horas e cinquenta e minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Marina Silva, Nabor Júnior e Leomar Quintanilha, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito ***“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”***. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento dos Senhores: Dr. Nivaldo Farias de Almeida – Delegado da Polícia Federal de Manaus/AM e de Jorge Pereira dos Santos – Presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro – COOPERÍNDIO. A Presidência solicita a entrada do primeiro depoente ao recinto, Dr. Nivaldo Farias de Almeida, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos, comunicando ao Plenário que o depoente preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o em seguida. O Senhor Presidente passa a palavra ao depoente para iniciar sua exposição. Em seguida, o Senhor Presidente, concede a palavra a Senhora Relatora para os seus questionamentos ao depoente. No decorrer do depoimento, a Senadora Marluce Pinto, solicita ao Dr. Nivaldo que encaminhe a esta Comissão, cópia na íntegra, dos Inquéritos nº(s) IPL 263/01 – SR/DPF/AM, IPL 264/01 – SR/DPF/AAAM e IPL 178/01. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Marina Silva e Nabor Júnior. O Presidente, concede a palavra, pela ordem, ao Senador Moreira Mendes que requer à Comissão, solicitar à FUNASA explicações com relação a diferença salarial dos médicos do quadro da FUNASA e dos médicos contratados pelas ONG's (via convênio FUNASA). A Presidência recebe do Dr. Nivaldo Farias, ao final de seu depoimento, documentos que serão autuados pela Secretaria da Comissão. O Senador Mozarildo Cavalcanti, agradece a presença do depoente e comunica ao Plenário que foram entregues a Mesa dos Trabalhos, Requerimentos de autoria dos Senadores: Ma-

rina Silva, Moreira Mendes e Leomar Quintanilha. O Presidente, coloca em discussão e votação, 02 (dois) Requerimentos de autoria da Senadora Marina Silva, a seguir relacionados, 1) Requerimento nº 21/01, que requer seja convidado para participar da oitiva do dia 4 de setembro, o Relator da CPI da Câmara dos Deputados que investiga grilagem de terras na Amazônia, Deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO), aprovado por unanimidade e, 2) Requerimento nº 22/01, que requer seja convidado o Presidente da FUNAI, Glênio da Costa Alvarez, para oitiva do dia 11 de setembro, quando serão ouvidas as organizações indígenas de Roraima: SODIURR, ARIKON, ALIDICIR e CIR, sendo aprovado com a ressalva de alteração do termo: convite para convocação, do Presidente da FUNAI. O Sr. Presidente informa aos presentes que os demais Requerimentos serão colocados em discussão e votação em uma próxima reunião. Em seguida, o Senhor Presidente solicita a entrada do segundo depoente, Sr. Jorge Pereira dos Santos – Presidente da COOPERÍNDIO, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos, comunicando ao Plenário que o depoente preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o em seguida. A seguir, o Presidente concede a palavra ao depoente, que inicialmente solicita a Comissão permissão para depor em reunião secreta, como também, fazer-se acompanhar no decorrer de seu depoimento, do Dr. Carlos Alberto Queiroz Barreto – Procurador Federal da FUNAI. O Sr. Presidente, após consulta a Sra. Relatora e ao Plenário, defere a solicitação do depoente. A seguir, a Presidência suspende a reunião por alguns minutos, determinando a Secretaria que tome as providências necessárias para a continuidade dos trabalhos, tornando-a secreta. Logo após, a Comissão dá início a reunião secreta. A Presidência concede a palavra ao depoente para sua exposição inicial. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Moreira Mendes e Marina Silva. A Presidência lembra aos presentes que, de acordo com o agendamento de oitivas já aprovados nesta Comissão, fica marcado para a próxima terça-feira, dia 04 de setembro do corrente ano, as oitivas dos Srs. Deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, ambos da Assembléia Legislativa de Roraima e os Representantes da Associação Amazônia, Srs.: Christopher Julian Clark, Francisco Adamor Lima Guedes e Plínio Leite da Encarnação. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da

CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da CPI das ONGs, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 21 de agosto, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, considero aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Sr. Jorge Pereira dos Santos, Presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro – Cooperíndio – e do Dr. Nivaldo Farias de Almeida, Delegado de Polícia Federal de Manaus, Amazonas.

Inicialmente, até por uma questão de processualística, convido primeiramente o Dr. Nivaldo Farias de Almeida para prestar o seu depoimento. O depoente preencheu e assinou o termo de compromisso, que passo a ler:

“Termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Nivaldo Farias de Almeida. Identidade nº 1.493.064-1. 36 anos de idade. CPF nº 827.889.527-91. Estado civil: divorciado. Endereço residencial: Rua Alagoas nº 77, Bairro das Flores, Manaus, Amazonas. Profissão: Servidor Público Federal. Local onde exerce sua atividade atualmente: Manaus, Amazonas. É parente, em algum grau, da parte envolvida? Não.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Brasília, 28 de agosto de 2001.”

Concedo a palavra à Sra. Relatora para fazer as suas indagações. As Srªs e os Srs. Senadores que quiserem se inscrever para inquirir o depoente poderão fazê-lo na Secretaria da CPI.

Quero corrigir um equívoco. Passei inicialmente a palavra à Relatora, quando deveria tê-la concedido ao depoente.

A SRª MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, exatamente. É preciso tomar o depoimento primeiramente.

te. Sugiro que o depoente faça a sua exposição de motivos e, posteriormente, façamos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Perfeitamente. Corrigido o equívoco, concedo a palavra ao Dr. Nivaldo para dar início à sua exposição.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Boa noite. Fui convocado a prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, porque estou presidindo, atualmente, três inquéritos policiais instaurados para apurar fatos, em tese criminosos, envolvendo pessoas e a extração irregular de minérios numa região do Amazonas conhecida como Cabeça do Cachorro, especificamente no Município de São Gabriel da Cachoeira.

Esses inquéritos não foram instaurados por mim. Havia um outro delegado que estava conduzindo os trabalhos, e, há quinze dias, fui contemplado com esses três procedimentos, mas já os analisei, considerando que estou há sete anos e meio no Amazonas e conheço um pouco dos fatos, objeto desses procedimentos citados. Portanto, vou aqui falar a respeito deles.

Bem, disse que são três fatos tidos em tese como criminosos. Enumerando um, no Inquérito nº 178, de 2001, este foi instaurado para apurar a extração e comercialização irregulares de tantalita - foram 286 quilos de tantalita -, um minério bastante valioso, e aproximadamente sete toneladas de ametista, uma pedra tida como semipreciosa.

A Polícia Federal compareceu a um porto de Manaus, e, lá, uma embarcação procedente da região em tela trazia, no seu porão, essa quantidade de minério. Ali, a Polícia Federal fez a apreensão, levando as pessoas até a superintendência e ouvindo todos aqueles envolvidos. Foram apreendidas notas fiscais, que, de alguma forma, davam uma idéia de legalidade ou de normalidade à operação feita.

Só que nós fomos à Secretaria Estadual de Fazenda posteriormente e, segundo o Código Tributário local, o que importa é a ocorrência do fato gerador para cobrança do ICMS. Uma vez que a mercadoria está circulando, eles cobram, ou seja, eles não investigam a origem daqueles produtos.

Em princípio, queríamos responsabilizar o técnico da Fazenda Estadual, mas estou convencido agora de que ele nada mais fez do que cumprir o seu papel. Inicialmente, a minha idéia a respeito dele é essa.

Essas pessoas que estavam conduzindo o material foram ouvidas. Uma das quais indiquei, sexta-feira próxima passada, quando fiz uma viagem a São Gabriel da Cachoeira. O nosso entendimento é o

de que a Constituição Federal, no art. 231, no §3º, deixou de recepcionar o art. 44 da Lei nº 6.001/73, o conhecido Estatuto do Índio, que autorizava a apanha e a cata, desde que feitas pelos próprios índios, não se utilizando de equipamentos sofisticados.

Porém, o nosso entendimento é o de que, mesmo assim, de acordo com a ordem constitucional atual, não é possível ser realizada essa exploração. Portanto, quem a praticar vai estar cometendo um delito. Quem recepcionar também vai estar praticando um outro delito, previsto no Código Penal, art. 180, que é o crime de receptação.

Esse é o entendimento da Polícia, que é o momento do procedimento de persecução criminal. Naturalmente, quando chegarem a juízo, eles vão ter condições de se defender, aqueles envolvidos, e a idéia pode ser outra. A defesa pode atuar, diante daqueles princípios do contraditório e da ampla defesa. A Polícia Federal, pelo menos na minha pessoa, está tendo esse entendimento, no caso específico.

Então, este art. 231, que diz o seguinte:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. “

Esse é o **caput**. O §3º complementa: “O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação de resultados da lavra na forma da lei”.

Assim, o Constituinte de 1988, em primeiro lugar, protegeu o índio, dizendo que a terra tinha que ser demarcada e determinou que o Governo demarcasse as terras, o que já foi feito em grande parte das situações. Ao mesmo tempo, colocou esse dispositivo que, em nosso entendimento, veio a proteger as comunidades indígenas para evitar que o esperto influencie o índio a retirar e a vender. O índio tem feito um trabalho de “formiguinha”.

Daí outra vertente da investigação que provavelmente vou tomar, porque pode constituir o delito do art. 149 do Código Penal, que é a redução da pessoa à condição análoga de escravo, uma vez que o índio caminha o dia inteiro com o minério das costas para vendê-lo a R\$0,70 (setenta centavos) o quilo da ametista e a tantalita variará de acordo como teor de tântalo porque ela vem misturada, é um composto de nióbio, tântalo e outros minérios. Quando o teor de pure-

za é alto, vale mais e, quando é baixo, conseqüentemente vale menos. Os índios têm vendido a dois, três ou quatro reais o quilo de tantalita, que varia de acordo com o teor em que a análise é feita pelo próprio minerador, e não é justa, mas estão vendendo.

Os índios caminham o dia inteiro com aquele peso nas costas, depois esse material, esse minério é conduzido, escoado até São Gabriel da Cachoeira e, a partir daí, vai até Manaus e é escoado. A nossa investigação chegou a uma empresa que não precisamos investigar muito, porque na própria nota fiscal aparecia o seu nome, que é a Companhia Industrial Fluminense, no caso das ametistas. Essas empresas naturalmente vendem, mas não sei se o material continua no Brasil ou se vai para o exterior.

No caso da ametista, mesmo de péssima qualidade, é possível aproveitar 1%. Tem-se uma pedra grande, vai-se quebrando, fica a gema e, mesmo assim, se for de péssima qualidade, ainda se aproveita 1%. Com esse aproveitamento da quantidade que foi apreendida, em torno de sete toneladas, teríamos setenta quilos de ametista em gemas. Considerando que um quilate no mercado internacional custa em torno de um real, não oscila muito, haveria 0,2 gramas.

Em setenta quilos, teríamos setenta mil quilates vezes cinco, que daria trezentos e cinqüenta mil dólares, e a empresa pode ter pago setenta centavos na origem. A setenta centavos o quilo, perfaz o valor de cinco mil reais as sete toneladas, e as empresas conseguem vender por trezentos e cinqüenta mil dólares. Isto para mim é exploração absurda e pode caracterizar – não estou dizendo que caracteriza – o crime contra os indígenas que está previsto no art. 149, que é a redução a pessoa humana à condição análoga de escravo.

O DNPM, que é o Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão que fiscaliza a exploração de minérios na região, também dispõe de recursos financeiros e humanos para cobrir toda aquela área. O Estado do Amazonas é o maior estado do Brasil, com dimensões continentais, e a Polícia Federal e o DNPM, com os recursos materiais e humanos de que dispõem, é humanamente impossível cobrir toda a área.

Quanto à atuação das organizações não-governamentais, o objeto principal do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós, enquanto profissionais de polícia, entendemos que devemos nos restringir ao trabalho específico que estamos realizando, o do inquérito policial. Se surgir alguém que pertença

a uma ONG, esse alguém naturalmente será responsabilizado. Se não, não será responsabilizado.

Há sete anos e meio moramos no Estado do Amazonas. Antes era Fuzileiro Naval, atualmente estou na Polícia Federal. Sempre viajando para o interior, encontramos muitas embarcações com brasileiros e estrangeiros, cujo trânsito na região nem sempre é devidamente controlado. A Polícia Federal fiscaliza no momento em que o estrangeiro adentra o território nacional. Colocamos um carimbo com o prazo de visto de turista, por exemplo, noventa dias. Não há um policial para acompanhar esse estrangeiro, até porque não seria lógico, durante toda a sua estada no Brasil. Esse estrangeiro pode entrar como turista e pesquisar, pode entrar como turista e trabalhar e, certamente, nas ONGs atuam dessa forma também. Não há um caso específico, o que seria necessário, para colocar para os senhores. Mas com certeza eles assim agem.

Com relação à assistência à saúde indígena, anteriormente feita pela Funai, recentemente tal atribuição passou para a Funasa. A Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, naturalmente, não presta o serviço diretamente. Repassa para entidades da Igreja Católica, para prefeituras e para as ONGs, cuja natureza é jurídica. Em regra, é uma associação civil sem fins lucrativos, não presta contas, como, na verdade, deveria prestar, na nossa opinião. Talvez uma solução fosse a transformação de todas elas, por intermédio de uma lei que V. Ex^{as} propusessem, em natureza jurídica específica. Dessa forma, seriam transformadas em fundações, cujas atividades poderiam ser fiscalizadas, por exemplo, pelo Ministério Público Estadual. E não apenas a prestação de contas em razão do convênio feito com o Poder Público. Elas teriam a obrigação de, logo na sua constituição, preencher determinados requisitos, o que amarraria melhor sua atuação, pois são integradas por pessoas, e pessoas têm virtudes e defeitos, tanto as nacionais como as estrangeiras, tanto brancos como índios. Se, eu, por exemplo, Delegado de Polícia Federal, tenho fiscalização do Ministério Público, do Poder Judiciário, da nossa Corregedoria, da sociedade, de todos, se os Srs. Senadores têm da Corregedoria, do Poder Judiciário, enfim, trabalhamos sob fiscalização. O ponto fraco das ONGs, na nossa humilde opinião, é exatamente o da prestação de contas: a quem prestar contas, como prestar e de que prestar.

Quando os índios recebem assistência à saúde, por exemplo, lá no rio Tiquié, ou no rio Içana, no Nordeste do Brasil, é uma ONG que presta a assistência.

Eventualmente pode haver estrangeiros, mas é um braço do Poder Público, por meio da verba que veio, na maior parte, da União. Talvez a mensagem que chegue ao índio não seja essa, pois na ponta do galho ele observa que quem presta a assistência é a ONG A ou a ONG B, e não o Poder Público. E nem sempre a mensagem será vendida conforme deveria, dizendo que o dinheiro é, na maior parte, da União, e que a organização apenas leva, estendendo o braço do Estado até aqueles rincões do País.

Com certeza esse aspecto é gravíssimo. E nós, que estamos lá, que fazemos operações com uma certa frequência na região, observamos de perto e sentimos isso não só nessa área da Cabeça do Cachorro, mas em toda a região de fronteira com o Peru, com a Venezuela e com a Colômbia.

Voltando ao inquérito, no meu trabalho, fiz o indiciamento de duas pessoas. No caso do Inquérito nº 178, do rapaz que estava transportando a tantalita, que vendeu parte da tantalita, cujo nome figurava na nota fiscal, e, no caso das sete toneladas de tantalita, que está sendo investigado no Inquérito Policial nº 263, indicamos também mais uma pessoa. É claro que esse trabalho, apesar de ter o prazo de trinta dias, de acordo com o Código de Processo, ainda está na fase embrionária. Com certeza, muita coisa ainda terá que ser feita no inquérito e as pessoas que tiverem envolvimento serão indiciadas, assim como organizações não-governamentais e entidades. **A priori**, não podemos dizer se é entidade A ou entidade B que está envolvida, porque, na investigação criminal, buscamos pessoas envolvidas com fatos. Nasce o fato, a Polícia é chamada, atua, descobre, eventualmente ou quase sempre, pessoas envolvidas e responsabiliza essas pessoas. Esse ato de polícia será, naturalmente, revisto pelo Poder Judiciário, com ampla defesa, contraditório e todos os direitos que o indiciado tem e que, naturalmente, exercerá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, Relatora, para as suas indagações e considerações.

A SR^a MARLUCE PINTO – Dr. Nivaldo, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é como a Polícia Federal tomou conhecimento da exploração de minério em terras indígenas, nesse caso da tantalita, na localidade Cabeça do Cachorro, no Município de São Gabriel da Cachoeira.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Normalmente, pessoas ficam contrariadas, ou porque se deu preferência a um outro comprador, ou porque elas queriam vender por um preço e conseguiram ou-

tro, e denunciaram à Polícia. No caso específico dessa primeira apreensão, que foi de sete toneladas de ametistas e duzentos e oitenta seis quilos de tantalita, houve uma denúncia anônima. Nós deslocamos equipes para o porto de São Raimundo e lá foi realizada a apreensão.

A SRª MARLUCE PINTO – Então, foi anonimamente que vocês tomaram conhecimento. Não há um registro de pessoas que tenham procurado a Polícia Federal para fazer a denúncia?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, ninguém procurou. Na verdade, nós recebemos telefonemas e vamos investigar, porque consideramos, mesmo sendo anônima.

A SRª MARLUCE PINTO – E foram à localidade e deram o flagrante.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Aí deflagramos a operação. Não foi feito o flagrante exatamente pelos questionamentos que se colocam acerca do enquadramento da conduta. Às vezes, o fato está ali, sabemos que é criminoso e, naquele momento, no reflexo, não dá para dizer em que tipo penal é enquadrável. Mas, no flagrante, que é bastante contundente e que retira a liberdade da pessoa. Se não houver convicção da autoridade policial para fazê-lo, ela opta por instaurar o procedimento por portaria, que culminará, também, com a responsabilização dos envolvidos; chega ao mesmo local utilizando um itinerário menos doloroso.

A SRª MARLUCE PINTO – E V. Sª tem conhecimento do efetivo que estava praticando essa atividade de exploração desses minérios?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A primeira apreensão foi feita no porto. Havia apenas uma pessoa conduzindo a mercadoria, acobertada por notas fiscais. Só que o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, que já nos informara que não havia nenhuma autorização para a exploração de minério, tantalita ou ametista, na região da Cabeça de Cachorro, fomos já com a certeza de que aquela atividade era irregular, portanto a polícia teria que atuar.

A SRª MARLUCE PINTO – V. Sª falou no início do seu pronunciamento que três inquéritos foram instaurados e que uma pessoa havia sido indiciada. Então, somente uma pessoa foi indiciada ou várias pessoas?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Duas pessoas, até o momento, foram indiciadas.

A SRª MARLUCE PINTO – Pode falar o nome delas?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Posso, sim. O Sr. José Lopes Filho, que é um técnico em mineração e se disse dono de 286 quilos de tantalita apreendida nos autos do Inquérito nº 178 deste ano, e o Sr. Pedro Fernandes Machado, um cidadão em cuja residência foram encontradas as sete toneladas de tantalita.

Na verdade, em um evento só, tivemos sete toneladas de ametista e 286 quilos de tantalita. Em um outro evento, encontramos, em São Gabriel da Cachoeira, em uma residência, sete toneladas de tantalita.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas o produto que estava na casa do Sr. Pedro Fernandes era o quê? Tantalita ou ametista?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tantalita. As sete toneladas de ametista estavam no barco, fizemos a apreensão dela no barco.

A SRª MARLUCE PINTO – O senhor conseguiu registrar o nome desse barco?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tanaka IV, salvo engano. Daqui a pouco eu confirmo.

A SRª MARLUCE PINTO – Tanaka Neto IV?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tanaka IV. Tanaka Neto IV, para ser mais preciso.

A SRª MARLUCE PINTO – E esse barco foi preso no ato?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, o barco não foi apreendido, porque esse barco recebeu a mercadoria com as notas fiscais, e ele faz o transporte. Ele é apenas o transportador. Se às vezes, para nós, fica difícil enquadrar, acho que para o dono do barco seria mais complicado ainda. Por isso que, em relação a ele, apenas foi ouvido aqui e, por enquanto, nada pesa sobre a sua conduta.

A SRª MARLUCE PINTO – E os 286 quilos de tantalita que foram encontrados na casa do Sr. Pedro Fernandes foram apreendidos e levados para qual local?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Na casa do Sr. Pedro Fernandes, foram apreendidas sete toneladas de tantalita.

A SRª MARLUCE PINTO – As sete toneladas não são de ametista?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, falei sobre duas sete toneladas, vamos assim dizer. No primeiro caso, foram sete toneladas de ametista, que foram apreendidas juntamente com 286 quilos de tantalita. Todo esse material estava no barco Tanaka Neto IV. Num segundo momento, já em São Gabriel da Cachoeira, e não em Manaus, foram apreendidas

sete toneladas de tantalita, que estavam na casa do Sr. Pedro Fernandes Machado, que também é índio. Ele utilizava-se de um barco e passava. Ele vende mercadorias, gêneros alimentícios, etc. e aproveitava, no retorno, para pegar esses minérios que eram explorados pelos índios, fazendo aquele trabalho que falei anteriormente, de formiguinha. Os índios levam até um ponto onde o barco pode apanhar, e esse cidadão trazia até São Gabriel da Cachoeira, de onde pretendia comercializar, segundo ele, através da Cooperíndio, incentivado pela Cooperíndio.

A SRª MARLUCE PINTO – E V. Sª chegou a interrograr alguém da Cooperíndio, na época?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – O único que tentei interrograr foi o Sr. Jorge Pereira dos Santos, que é presidente da Cooperíndio, mas confesso que no interior nem sempre fazemos uma intimação formal, por escrito. É tudo perto ali. Digo: Eu pretendo falar com o senhor, marco o horário. Torna-se informal e chega-se ao mesmo objetivo. Ele marcou que viria num determinado horário, e não veio. Remarqueei, ele não veio de novo. Como eu tive que viajar para cá, deixei uma parte da equipe em São Gabriel, para fazer a viagem até o local da extração do minério, cujo relatório tenho aqui. Os colegas mandaram por fax. Não tive tempo de ouvi-la e acabei não ouvindo. Ao que se sabe, ele vem também prestar depoimento hoje aqui na CPI.

A SRª MARLUCE PINTO – E as notas fiscais que foram encontradas eram já da comercialização do produto?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Exatamente.

A SRª MARLUCE PINTO – Estava destinado a alguma empresa?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim.

A SRª MARLUCE PINTO – E para qual destinatário e destino estava sendo enviada essa mercadoria?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A mercadoria, no caso a tantalita – vou confirmar aqui nas notas fiscais –, foi enviada à Companhia Industrial Fluminense de São João del Rei, Minas Gerais, e pertencia ao Sr. José Lopes Filho, o qual foi por nós indiciado no Inquérito Policial nº 178.

A ametista em escória... escória eles chamam aquela ametista cuja qualidade não é muito boa, mas também esse rótulo escória pode ser para dizer que não tem um determinado valor que, na verdade, tem.

A SRª MARLUCE PINTO – Para mascarar o preço

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim. Mas, no caso específico, como o laudo ainda não saiu, que é produzido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, não posso dizer se era de boa qualidade ou não.

A SRª MARLUCE PINTO – Quer dizer que V. Sª ou alguém da Polícia Federal encaminhou o produto para que fosse feita sua análise.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Foi encaminhado pelo delegado que presidia o inquérito à época ao DNPM e o laudo deve estar quase pronto.

A SRª MARLUCE PINTO – Tenho aqui uma relação que diz que o preço da tantalita, em 1988, era de US\$34.00, em 1994, US\$35.00 e em 2000, US\$191.00, não, é libra.

Como está escrito na nota fiscal? E V. Sª trouxe cópias dessas notas fiscais? Se trouxe gostaria que ficassem com a Comissão.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim, estas que estou manuseando podem ficar com a Comissão.

A SRª MARLUCE PINTO – Porque pode haver a necessidade de saberermos os valores.

Aproveitando a oportunidade, solicitaria que V. Sª encaminhasse o mais rápido possível a cópia do inquérito formalizado, na sua integralidade.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim.

A SRª MARLUCE PINTO – Se V. Sª encontrar a nota fiscal, poderemos saber o quantitativo, se era vendida por quilo, e o valor unitário.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Ele mencionou dois nomes: tantalita tipo *a* e tipo *b*, conforme o grau de pureza. É de excelente qualidade quando há tantalita na mistura, tem o nome de columbita/tantalita, quando o nióbio predomina sobre a tantalita, ou então tantalita/columbita, quando o tântalo predomina sobre o nióbio. Nesse caso, ele colocou a tantalita tipo *a*, 103 quilos, na nota, a um preço unitário de R\$87,50, e tantalita tipo *b*, 180 quilos, preço unitário do quilograma R\$15,00.

O SR. MARLUCE PINTO – E qual é a data de emissão da nota?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Data da emissão da nota é de 5 de abril do ano em curso.

A SRª MARLUCE PINTO – Conforme este relatório, já custava, no ano de 2000, US\$191,00, 400g.

Até o momento estou satisfeita, talvez no final tenha que lhe fazer novas perguntas. Sr. Presidente, retorno-lhe a palavra, para que outros se pronunciem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria, antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores, de tirar uma dúvida que restou.

O Sr. Delegado disse que havia três fatos que, em tese, eram tidos como criminosos, mas só consegui perceber o relato de um: a extração e a comercialização do minério em terras indígenas.

Quais os outros fatos que, em tese, seriam criminosos?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Vou enumerá-los agora. Falarei o número do inquérito e o fato que motivou a sua instauração.

O Inquérito Policial nº 178, de 2001, foi instaurado em razão de uma blitz que a Polícia Federal fez no Porto de São Raimundo, em Manaus, em que encontrou sete toneladas de ametista e 286 quilogramas de tantalita, aproximadamente.

O Inquérito Policial nº 263, de 2001, foi instaurado com o desiderato de apurar responsabilidade sobre a manutenção em depósito, no Município de São Gabriel da Cachoeira, de sete toneladas de tantalita. Esse material estava na residência do Sr. Pedro Fernandes Machado. Então, caso 2, do Inquérito Policial nº 263, de 2001, cujo responsável pela manutenção do material em depósito, das sete toneladas do mineral tantalita, foi o Sr. Pedro Fernandes Machado.

O SR. MOREIRA MENDES – Nesse caso, só para completar, Sr. Presidente, qual a tipificação do depósito.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Esse é o mesmo, porque mantém o depósito de coisa que sabe ou deve saber ser produto de crime. Receptação, art. 180 do Código Penal.

E o Inquérito Policial nº 264, de 2001, cuja finalidade é apurar a responsabilidade acerca também do fato de a Polícia Federal ter encontrado numa residência 180 quilos de tantalita. Então, o terceiro caso, Inquérito Policial nº 264, de 2001, foi instaurado para apurar o fato de a Polícia Federal ter encontrado numa residência, também em São Gabriel da Cachoeira, uma quantidade de 180 quilogramas do mineral tantalita.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, que está inscrito para inquirir o depoente.

O SR. MOREIRA MENDES – Dr. Nivaldo, o senhor é amazonense?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Pernambucano.

O SR. MOREIRA MENDES – Vive há muitos anos na Amazônia?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Há sete anos e meio.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece pessoalmente a região de São Gabriel da Cachoeira?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não conheço na íntegra, porque a região é muito grande.

O SR. MOREIRA MENDES – São Gabriel da Cachoeira, é Alto Rio Negro? Só para eu me localizar.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – É Alto Rio Negro.

O SR. MOREIRA MENDES – Do que eu ouvi, percebo que são três inquéritos diferentes, até com certa dificuldade para o indiciamento, porque se encontrou basicamente o material. O senhor vê alguma relação dos três inquéritos com alguma ONG especificamente, até o momento?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Por enquanto não posso fazer essa afirmação.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece a Cooperíndio?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A Cooperíndio teve oportunidade de conhecer agora, na última viagem que fiz, na semana passada.

O SR. MOREIRA MENDES – Têm alguma relação esses fatos com a Cooperíndio?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Têm genericamente, não posso dizer que há uma responsabilidade específica da Cooperíndio pelo fato “a” ou pelo fato “b”. Mas a Cooperíndio congrega os interesses de organizações indígenas. Ali há 22 etnias no Alto Rio Negro.

O SR. MOREIRA MENDES – Cooperíndio é uma cooperativa integrada por comunidades indígenas.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Há várias organizações nas tribos lá dentro.

O SR. MOREIRA MENDES – Com que objetivo? Exploração mineral?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – O primeiro objetivo que ela coloca no Estatuto é exatamente esse. Eu poderia até ler, se V. Exª permitir.

“A Cooperíndio tem por objetivos:

a) explorar, pesquisar, cubar e fazer relatórios de minerais ferrosos e não ferrosos, pedras preciosas, inclusive ouro.”

O elenco não pára aí, há outros objetivos, mas grifei esses exatamente por serem objeto da nossa investigação.

O SR. MOREIRA MENDES – Continuando nessa linha de raciocínio, a Cooperativa é integrada, por-

tanto, somente de índios de diferentes etnias, mas somente índios?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Inicialmente, sim, mas, hoje em dia, tem ou já teve não-índios integrando a diretoria, a cooperativa.

O SR. MOREIRA MENDES – Nos estatutos, pelo menos, existe a possibilidade estatutária de contratação de mão-de-obra estranha aos índios, a título de consultoria para poder de alguma forma auxiliar na exploração?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Certamente, porque o que o estatuto não proíbe entendemos que é possível ser feito. Neste caso, não há uma cláusula específica proibindo.

O SR. MOREIRA MENDES – Muito bem. V. S^a tem conhecimento de alguma instituição, organização ou pessoa que teria sido contratada por essa cooperativa com qualquer objetivo? Não-índio?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, não conheço.

O SR. MOREIRA MENDES – Não tem conhecimento. Estou fazendo esse questionamento, Sr. Presidente, porque em Rondônia temos uma situação semelhante. Há uma comunidade indígena, da tribo dos Cinta Larga, e existe lá um garimpo de diamantes, dizem que de altíssima qualidade. E os índios, no fundo, acabam sendo instrumentos, manipulados por pessoas inescrupulosas, e vem conluio - à vezes, não estou dizendo que sempre - de Ibama, de Funai, de fiscais que acabam contribuindo para isso, porque o dinheiro que corre é uma coisa assim altíssima. Um dos subterfúgios que usam é exatamente esse de criar uma cooperativa a título de ajuda. Ou seja, fazem os índios criarem a cooperativa e depois contratam um consultor ou um especialista, um garimpeiro especializado que deveria ir lá com o objetivo de ensinar aos índios a explorar de minérios e acabam eles próprios levando a riqueza, ou levando o proveito. Daí por que estou fazendo esse questionamento, pois o que estamos apurando aqui é questão de ONG, para saber se tem alguma organização, seja ela qual for, envolvida com atividade ilícita. É esse o nosso objetivo aqui. E até de repente encontrar aquelas que realmente são boas e estão ajudando e prestando relevantes serviços.

Para o meu conhecimento, V. S^a se referiu aqui - não ouvi em detalhes, por isso vou repetir - que uma ONG que atua no noroeste. V. S^a se referiu a alguma organização?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Até agora eu não, que me recorde...

O SR. MOREIRA MENDES – Aqui, na sua fala hoje?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, não me recordo.

O SR. MOREIRA MENDES – Nenhuma?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não me recordo, mas há as ONGs que atuam lá e eu posso falar sobre elas, só que não recai, **a priori**, nada específico contra determinada ONG. O que investigamos ouvindo pessoas, não o fato específico mas no geral é que determinadas ONGs, a Cooperíndio, por exemplo, não atuaria sozinha, tem o respaldo da FOIRN, que é a Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro.

Como disse anteriormente, cada comunidade indígena constitui a sua organização. Temos "n" organizações. Existe a FOIRN, que é uma federação dessas organizações. Ela dá uma espécie de suporte - não tenho como provar isso por enquanto. Não tenho um fato comprova que elas estão atuando juntas. É o que se diz, até órgãos públicos que consultei falam a respeito disso. E por sua vez, a FOIRN seria assessorada, trabalharia em parceria com o ISA, que é o Instituto Sócio-ambiental, cuja sede está em São Paulo. É uma outra organização governamental.

O SR. MOREIRA MENDES – Então, V. S^a já responde a uma outra pergunta que eu ia fazer: se V. S^a pode declinar nomes de organizações não-governamentais que sabe que atuam na região com os índios e, nesse caso, de que forma eles atuam. Em decorrência da sua função de delegado - portanto, conhecedor da área -, o senhor conhece... O senhor já citou uma aqui.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – ISA, Instituto Socio-Ambiental.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece alguma outra cujo nome pode declinar?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tem a Sequóia, que é uma outra ONG que atua na área dos lanomâmis. Não me recordo da tradução da sigla, mas a organização atua junto aos lanomânis. Não atuariam na Cabeça do Cachorro, mas, sim, mais para baixo.

O SR. MOREIRA MENDES – Como atua o ISA, o Instituto Socio-Ambiental, com sede em São Paulo?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tenho aqui alguns trabalhos com a participação do ISA. O ISA atua há muito tempo na região. Segundo informações colhidas, foi quem forneceu elementos para que houvesse a demarcação das terras indígenas. Eles possuem equipamentos sofisticados, alta tecno-

logia. Fazem levantamento tanto físico, no chão, como remoto, por meio de satélites.

Tenho aqui exemplo de material feito com apoio do ISA. Esse livro aqui é da arte Baniua, uma das etnias da região. Tenho aqui um mapa-livro dos povos indígenas do Alto e Médio Rio Negro, que abrangem os Municípios de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro. A área é muito grande e tem só três Municípios. Os maiores Municípios do mundo estão ali. Aqui, o ISA teve uma participação importante, financiando esse trabalho e dando apoio técnico, por meio de mapeamentos e outras coisas.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor declarou que eles trabalham com alta tecnologia e instrumentos sofisticados. Quem financia isso? O senhor tem conhecimento?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não sei. Ouvi falar do apoio do G7. Acessei o site do ISA e vi também um apoio que eles têm... Deixe-me localizar...

Aqui está um mapa produzido pelo ISA. A riqueza de detalhes é grande.

O SR. MOREIRA MENDES – Conhecem o Brasil melhor que nós, brasileiros.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Conhecem muito bem.

Acessei o site do ISA e há ali o símbolo da Comunidade Econômica Européia. Há outros dois símbolos que são, aparentemente, de organizações não-governamentais internacionais também.

O SR. MOREIRA MENDES – Eu queria saber apenas para meu conhecimento, pois realmente não sei. Tantalita é um minério e o tântalo é considerado pedra preciosa ou o quê? Qual a destinação industrial disso? Por que ele tem tanto valor? O senhor pode me informar isso? Talvez seja algo técnico.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Conversei com um técnico do Departamento Nacional de Produção Mineral e ele disse que esse minério é muito utilizado nas indústrias aeronáuticas, bélicas e eletroeletrônicas. É um material muito caro e escasso.

O SR. MOREIRA MENDES – Para encerrar minha participação, Dr. Nivaldo, há alguma outra ONG que atua nessa área que o senhor julga relevante lembrar-lhe o nome, para que pudéssemos avançar nas investigações?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tenho aqui uma lista de algumas ONGs que atuam na área. Sequóia, como citei, é o serviço de cooperação com o povo lanomâni.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor sabe onde é a sede?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A origem é na Inglaterra, Canadá e Alemanha. As fontes de recursos são 85% da Funase e 15% da Alemanha. Área de atuação: comunidades ao longo do rio Marauí e seus afluentes, na área lanomani. Atua em Santa Isabel e Barcelos; também em Boa Vista, em Roraima. Há outros detalhes aqui não tão relevantes.

A Sequóia também mantém convênios na área de saúde, com a Inspeção Salesiana Missionária, para a importação de medicamentos. A Sequóia mantém convênio com a ONG inglesa - veja bem, esses são fatos que colhemos, mas, **a priori**, não haveria como provar. Agora, existe isso. Foram informações que conseguimos: mantém convênio com a ONG inglesa Sociedade Internacional das Nações Amigas Associadas – Unais, sendo que essa outra ONG envia para as áreas lanomani pessoas, normalmente estrangeiros, técnicos em determinadas áreas, o que responde àquela indagação de V. Ex^a feita anteriormente.

IBDS é outra ONG, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sanitário. A origem é o Brasil; a fonte de recursos é a Funasa, através de convênio são repassados os recursos. Área de atuação: as comunidades ao longo dos rios Cauaburi, Marauí e afluentes, Maturacá, iguarapé Inambú e outras áreas. A atividade se dá na área de saúde.

O SR. MOREIRA MENDES – Permita-me interrompê-lo por um instante, Dr. Nivaldo.

Senhor Presidente, vou me retirar por alguns instantes, apenas cinco minutos. Peço que V. Ex^a passe a palavra para outro Senador inscrito. Eu voltarei posteriormente.

A SR^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de fazer uma pergunta a S. S^a nesse momento, antes que passe o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Sr^a Relatora.

A SR^a MARLUCE PINTO – Doutor Nivaldo, eu gostaria de saber se é do seu conhecimento que a Cooperíndio é filiada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a FOIRN?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não tenho conhecimento. Pode até ser, porque é a Federação das Organizações Indígenas e a Cooperíndio. É uma delas. É bem possível que seja.

Eu pedi até para o Presidente da FOIRN uma cópia. Só que, no apagar das luzes, viajei para São

Gabriel da Cachoeira para atender a convocação da CPI e não chegar aqui sem conhecer a matéria.

Quando eu pedi essa cópia, no sábado próximo passado, ele disse que estava fechado e a secretária que teria as chaves da FOIRN não se encontrava na localidade, no município, na sede e, portanto, não poderia fornecê-la. Assim, não posso dizer que ele omitiu.

O que eu sei é que não consegui o estatuto e nem outros documentos que me pudessem fornecer elementos para que eu pudesse responder a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Algum outro Senador deseja inquirir?

O SR. BERNARDO CABRAL – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Doutor Nivaldo, primeiro o cumprimento por sua presença aqui, Delegado da Polícia Federal da nossa capital. Espero que não lhe pareça estranho um Delegado, acostumado a inquirir ter de responder. Mas aqui, não se trata bem de uma inquirição, e sim de uma contribuição, e essa é a idéia de todos os Senadores que estão aqui.

O senhor citou algumas ONGs – eu ouvi, inclusive, o nome Sequóia. O senhor conhece o número das ONGs que atuam na floresta amazônica? O senhor conhece o número total delas?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não. As ONGs são sociedades civis sem fins lucrativos. Os registros são feitos no cartório de registro de pessoas jurídicas. Isso é genérico. Teríamos de fazer um trabalho mesmo de garimpagem no bom sentido.

Eu ainda não fiz isso, Excelência.

O SR. BERNARDO CABRAL – O que não é censurável, de qualquer maneira. O senhor não mereceu censura por não tê-lo feito. Mas ainda poderá.

O senhor já tomou parte em alguma reunião promovida por alguma ONG? Nunca foi convidado?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não. Eu falei anteriormente – V. Ex^a não havia chegado ainda - que estou com esse procedimento há quinze dias. O delegado que presidia os inquéritos foi transferido para o Espírito Santo, e eu fui contemplado com esse prêmio maravilhoso e estou aqui. A idéia é fazer o melhor no trabalho como em todos os outros. Vamos nos empenhar nesse sentido.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor está há quase oito anos na área, eu ouvi oito.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim, sete anos e meio.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sete anos e meio é uma longa permanência. Nesta sua permanência, a Polícia Federal como um todo examina os passaportes de estrangeiros que participam dessas ONGs, vistos, validade de passaporte ou eles transitam à vontade?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Esse item refere-se a uma outra observação que já fiz e V. Ex^a não se encontrava ainda, mas com prazer falo a respeito. A Polícia Federal carimba os passaportes dos estrangeiros que adentram o território nacional quando passam no aeroporto. Há vários tipos de vistos dentre os quais o visto de turista. Os estrangeiros que eventualmente atuam nas ONGs nem sempre são fiéis ao que está no passaporte, pois alguém pode vir como turista e atuar como médico, como pesquisador, por exemplo, o que dificulta bastante a atuação da Polícia Federal porque o trânsito de turistas que adentram o território nacional é grande, principalmente na Amazônia com o chamado turismo ecológico, que não deixa de ser uma boa alternativa, mas nos traz esses problemas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dr. Nivaldo, o senhor disse que quando estrangeiros passam pelos aeroportos a Polícia Federal carimba o passaporte. E para as fronteiras?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Quando ele entra pela primeira vez...

O SR. BERNARDO CABRAL – Quer dizer que a resposta está incompleta, por isso quero saber quando entra pelas fronteiras.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Este é um detalhe importante que esqueci de falar. Temos longas fronteiras nos Estados do Amazonas, do Acre, de Roraima e esse controle é humanamente impossível de ser feito porque às vezes a entrada do estrangeiro se dá por um rio de 20 metros e às vezes por fronteira seca que consiste em só dar um passo e sai da Colômbia e entra no Brasil, ou sai da Venezuela e entra em território brasileiro, ficando mais complicado ainda.

Falei dos estrangeiros que entram pela porta da frente e há aqueles que preferem entrar pela porta da cozinha, no bom sentido, e não temos a menor condição de controlar. É humanamente impossível fazer esse controle.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu gostaria que essa resposta ficasse registrada, Sr. Presidente, porque, em verdade, é humanamente impossível fazer

isso nas fronteiras inclusive, como ele registrou. Isso é importante para mais adiante chegarmos à conclusão de que não se pode pôr só a culpa na Polícia Federal, até pelo reduzido número do seu contingente, para que sirva de matéria no sentido de que possa haver uma fiscalização. É muito simples, Sr. Presidente, para combater o contrabando, ONGs, por exemplo, basta que se fiscalize as fronteiras, os portos de embarque e os portos aéreos, só que não há **contingente suficiente** para isso, muito menos na nossa área. Então é preciso que se registre que há pessoas que ali estão de forma clandestina.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Se V. Ex^a me permite...

O SR. BERNARDO CABRAL – Claro, estou colaborando. Quero lhe dizer, Dr. Nivaldo, que não tenho nenhuma simpatia nem antipatia por ONG nenhuma, o que quero é destacar – e esta é a nossa idéia aqui – a ONG que é boa, que presta serviço daquela que é irregular, que só causa danos e sobretudo quem é mais atingido neste ponto é a Região Amazônica, sem nenhuma dúvida. De modo que vejo em todos que estão aqui, sem exceção, um pode estar de um lado e outro em lado contrário, mas a idéia é fazer a distinção entre o joio e o trigo. Sabemos que há ONGs que trabalham e produzem, mas há outras que não e são estas que a Comissão Parlamentar de Inquérito quer apanhar.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não é nenhuma defesa em relação ao Departamento de Polícia Federal, mas é bom que todos conheçam – com certeza boa parte dos presentes não conhecem – as carências da Polícia Federal, principalmente em relação ao efetivo, e não é um problema localizado. Mas para fiscalizar no Estado do Amazonas temos, entre delegados, agentes, escrivães, peritos etc. cem pessoas aproximadamente para “proteger” na nossa alçada, na nossa seara de competência e atribuição, o maior Estado do Brasil com uma fronteira de mais de 1.000 quilômetros de fronteiras secas, rios e pequenos igarapés que, muitas vezes, dividem ou separam o Brasil dos países limítrofes.

Nossa fronteira na Região Norte, em regra, é ocupada por índios – as terras foram demarcadas por índios, que têm o hábito tradicional de se reunir em aldeias. Viajei de barco por cinco dias pela fronteira do rio Javari, saindo um pouco do Cabeça do Cachorro, descendo, indo para o sul. Durante horas não enxergamos uma viva alma. Na fronteira do Peru ocorre o contrário: caminhando 200 mil metros ou 2.000 mil metros sempre se encontra uma casa.

A melhor proteção de fronteira – na nossa humilde opinião, não sou especialista no assunto – é exatamente a moradia de caboclos que poderão informar a órgãos como o Exército e a Polícia Federal, e quaisquer outros que tenham a atribuição de proteger nossa fronteira, portanto, nossa soberania, os movimentos que ocorrem, porque pode haver exploração do território brasileiro não só em larga escala, mas, às vezes, em pequena escala. Os próprios moradores de países vizinhos podem nadar, dar algumas braçadas ou pegar um barquinho e atravessar a fronteira para explorar a caça, os vegetais e até os minérios.

Essa questão é complicadíssima. E é engraçado que, mesmo sendo o Brasil, em tese, melhor e mais bem posicionado economicamente do que os países vizinhos, a situação está invertida. Nossa fronteira, na minha opinião, é infinitamente mais vulnerável do que as fronteiras do Peru, da Bolívia, da Colômbia e da Venezuela. Isso verifiquei **in loco**, quando operações foram realizadas naquela área.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor sabe que nossa área dramática é a Cabeça do Cachorro, à qual o senhor se referiu. É pena que não se divulgue no País o que representa para o contrabando, o narcotráfico e inclusive guerrilhas. A Polícia Federal sofre muito por causa dessa área.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Com o perdão da brincadeira, talvez isso ocorra porque o cérebro fica situado mesmo na Cabeça do Cachorro e as outras partes, em tese, são menos importantes. Naquela região há uma grande concentração de riquezas, de minérios. Não sou especialista no assunto, mas os técnicos do DNPM, com quem sempre temos contatos embora não sejam muito freqüentes, informaram-nos a esse respeito. Aquela região realmente é muito rica e onde há riqueza, há o interesse e, por via de consequência, a concentração das atenções.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dr. Nivaldo, o senhor falou sobre o convênio dessas ONGs com a Funasa, não foi?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim, senhor.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor tem conhecimento de convênios realizados entre essas mesmas ONGs e a Funai?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Pode até haver.

O SR. BERNARDO CABRAL – A pergunta tem uma razão de ser: quem cuida de índio é a Funai. A Funasa é fundação nacional de saúde. Por isso repito

a pergunta: o convênio é apenas com a Funasa ou também com a Funai?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Possivelmente há convênios com a Funai, porque esse órgão trabalha com a demarcação de terras. Até enunciei um caso em que o levantamento, em grande parte, foi feito pelo ISA. Nesse caso, naturalmente houve convênio. A Funasa está mais em evidência, porque lida com uma das necessidades básicas dos índios: a saúde.

Serviços médicos e odontológicos são prestados pela Funasa. Anteriormente, a Funai possuía um quadro de médicos, mas não sei por que, se por determinação de lei ou por algum embasamento técnico-jurídico, fizeram essa mudança da Funai para a Funasa e como esta não possuía quadros de médicos suficientes para prestar assistência nas comunidades indígenas, repassou seus serviços, mediante convênio, para as ONGs.

Falei sobre a questão da saúde de propósito, porque é uma necessidade básica e exatamente aí o índio ou o branco, o cidadão brasileiro sentirá a presença do Estado. Se não sente a presença do Estado, mas há alguém fazendo as vezes, de repente ouvirá a mensagem desse alguém, que não é o Estado. E os recursos, 90%, 85% são do Estado. Mas a mensagem que chega ao índio pode não ser – não estou dizendo que não é – e provavelmente não é aquela de que é o Estado brasileiro quem está financiando, que somos nós, com nossos impostos, que estamos prestando assistência aos índios. Essa a questão mais grave de tudo isso de que estamos falando.

O SR. BERNARDO CABRAL – Pelo seus cálculos, a Funai entra com 80% e as ONG's, com 20%?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Vi em alguns casos com 80%, 85%, 90%, e as ONG's entram com menos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nessa sua avaliação desse convênio, quais as ONG's que colaboram de forma efetiva, com eficiência? E se tem conhecimento de algumas que procedem regularmente, apesar de estarem sendo beneficiadas pelo convênio.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A prestação de serviço ao índio melhorou bastante com a mudança, quando se retirou da Funai para a Funasa. Não seria culpa – ousou emitir uma opinião – da Funai, nem a defendo, até porque não disponho de procuração para isso. Mas os recursos eram "x" para a Funai, por exemplo, e agora são "x" mais "y" mais "z". Dez "x". Melhorou a prestação do serviço. E a FOIRN é quem está fazendo isso agora em São Gabriel da

Cachoeira, porque a Prefeitura, a quem cabia uma parcela dessa responsabilidade em razão do convênio que também tinha com a Funasa, houve uma auditoria na Secretaria de Saúde Municipal, e ela se retirou. A FOIRN está abarcando essa questão, inclusive alguns funcionários que trabalham com a FOIRN estavam em greve essa semana, quando estive em São Gabriel da Cachoeira, reclamando de não pagamento de salário ou coisa parecida.

O SR. BERNARDO CABRAL – É uma ONG?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A FOIRN é uma ONG – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. É um serviço. Resumindo: o serviço melhorou. Talvez, na escala, proporcionalmente, não tenha melhorado como deveria. Outra questão em relação à prestação de serviço pelas ONG's é que a verba chega ao destino percorrendo um itinerário mais longo. E um médico da FOIRN recebe, vamos supor, 7 mil reais, enquanto o da Funasa receberia 3 mil. O caminho ficou maior, e na ponta do galho, os profissionais que atuam ainda conseguem ter um salário muito melhor do que aqueles que são servidores públicos da Funasa. Esses detalhes colhi com a própria Funai e pessoas da própria Funasa.

O SR. BERNARDO CABRAL – A minha pergunta é no sentido de se o senhor conhece... O senhor acabou de dizer uma coisa que me agrada muito, o senhor ousou dar uma resposta.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Perdão pela ousadia.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, eu quero outra ousadia. O senhor pode ousar. Eu quero que o senhor me diga se conhece algumas ONG's que são boas, eficientes e se conhece as que não são. Isso é muito importante, sabe por quê, Dr. Nivaldo? Porque a idéia é a contribuição dos que vêm aqui. E ninguém melhor do que o senhor que está lá, em uma missão espinhosa, difícil, saber se observou alguma coisa. A minha idéia é absolutamente imparcial, mas ouvindo alguém prestar uma declaração que merece crédito de nós.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Seria leviano se eu dissesse que a ONG "a" ou "b" tem culpa sobre determinado fato criminoso. Por outro lado, também seria leviano, eu que estou chegando de São Gabriel da Cachoeira agora, e minha atuação é em âmbito de polícia, conduzindo vários inquéritos policiais, não sobra tempo nem de ler um bom livro, dizer que conheço a fundo a atuação das ONG's a ponto de dizer qual delas atuam bem ou mal. Essas informações que estou passando a V. Ex^{as}. foram colhidas in

loco, mas não são suficientes para poder peremptoriamente afirmar que a ONG FOIRN é boa e outra qualquer é ruim. Não me sinto em condições, neste caso, ser taxativo.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor não tem como emitir juízo de valor sobre alguma ONG.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, não tenho, com os elementos de que disponho até o momento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Por enquanto.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor considera – isso já é uma avaliação humana – que o problema indígena seria um problema de assistência social, de saúde, e não de polícia? Essa pergunta é importante.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Concorde com V. Ex^a, só que, quando o fato nos vem, quando ele aparece e, em tese, é enquadrável em determinado dispositivo da lei do Código Penal ou de lei extravagante penal, temos não só o poder, mas também o dever de fazê-lo. E se, independentemente disso, há um índio envolvido, e ele é um índio integrado – a grande maioria desses índios, principalmente das lideranças indígenas da região, são índios integrados –, não podemos fazer nada e temos o dever de autuar, de indiciar, enfim, de proceder conforme o Código de Processo Penal.

O SR. BERNARDO CABRAL – Pois vou dizer-lhe uma coisa: essa sua saída é de apuração de ilícito penal e não está relacionada ao que lhe perguntei. Eu lhe direi o porquê.

Quando fui Ministro da Justiça, fiz tudo para tirar o Ibama e a Funai, da subordinação ao Ministério da Justiça. A Funai não tem por que estar subordinada ao Ministério da Justiça, como a Polícia Federal. A Funai deveria ser um órgão à parte, para tratar do indígena como ele deve ser tratado. E observe que, em determinada hora, ele é tratado como uma questão de polícia. Não é esse o assunto a respeito do qual eu estava lhe perguntando. A Polícia Federal tem de atuar, quando chamada, para apurar os ilícitos penais. A idéia que lhe passo agora, e observe nas suas andanças como isto acaba sendo um despropósito: um órgão como a Funai estar vinculado ao Ministério da Justiça. Tanto é assim que os convênios agora que o senhor tem apurado são muito mais rentáveis com a Funasa, porque é um problema de saúde que não tem absolutamente nada a ver com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Saúde.

Seria preciso buscar um meio termo para dar ao indígena porque, hoje, se não se tomar cuidado, há uma corrente que explora o índio e uma que o combate. Ele fica no meio dessa confusão de correntes e, por não ter um órgão à altura de suas necessidades e destinos, as ONGs começam a entrar. Desloca-se o eixo da proteção do Estado para uma proteção não-governamental.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu não sei – eu não estava aqui – o motivo por que convocaram ou convidaram o Dr. Nivaldo Farias de Almeida para prestar depoimento. Mas, com a parte que ouvi, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago se mais algum Senador deseja inquirir o depoente.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SR.^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, registro que o papel desta CPI é fazer uma investigação que busque aquilo a que ela se propõe: a análise das ONGs que atuam de forma irregular. Entretanto, precisamos conceituar o que é ser irregular, já que as organizações não-governamentais existem no nosso País há muito tempo e somente dois anos atrás aprovamos a Lei das Organizações Sociais e a Lei do Terceiro Setor. Se for por esse prisma, todo mundo estaria irregular, incluindo os convênios que V. S^a acabou de citar que o Governo Federal faz.

Trata-se de um trabalho que, da mesma forma como V. S^a disse, não pode, **a priori**, dar um atestado de bons antecedentes, nem pode condenar. É um trabalho que está sendo realizado.

Uma das coisas que achei muito interessante foi quando V. S^a disse que, ao se explorar determinado minério, se se lança mão disso por alguém que comprou de outrem por um preço inferior ao valor, temos aí a caracterização de uma espécie de trabalho escravo. Se estou errada, corrija-me, por favor. Se eu estiver errada, por favor, corrija-me. Foi isso que V. S^a falou. Essa é uma prática, infelizmente, recorrente – não sei se nas demais regiões do nosso País, mas na Amazônia. Dessa prática que V. S^a acabou de falar, do minério que foi apreendido – provavelmente saiu por 70 centavos e, depois, é vendido por um preço exorbitante. Alguém está ganhando com isso, caracterizando uma outra irregularidade que seria uma espécie de trabalho escravo.

Tenho essa experiência no meu Estado com a exploração da madeira. Por exemplo: uma pessoa vende uma árvore de mogno por R\$ 20. Essa árvore de mogno dá, no mínimo, oito m3 de madeira. Cada m3

de madeira chega no Porto de Paranaguá por R\$800. É algo similar. Estou querendo fazer uma comparação. Infelizmente, existe uma teia de irregularidades, explorando aqueles que, como diz Don Mauro Morelli, não são, não podem, não sabem e não têm. É bom que sintamos que há uma preocupação da polícia e do Poder Judiciário em fazer, digamos assim, um levantamento.

Referentemente ao trabalho escravo e à semi-escravidão, eu poderia dizer que meu pai foi um semi-escravo. Produzíamos um quilo de borracha por um valor que valia quase nada e o vendíamos por um tanto que o seringalista ganhava, podendo, inclusive, fazer ótimas obras, como é o caso do nosso belíssimo Teatro Amazonas, que foi construído graças a essa semi-escravidão dos seringueiros. Infelizmente, séculos se passaram e estamos vendo em plena modernidade um Delegado da Polícia Federal falar que continua a acontecer. E isso, eu poderia dizer, acontece em outros vários segmentos da exploração dos nossos recursos naturais.

A primeira pergunta que farei é a seguinte: quando V. S^a fez referência à Constituição Federal também fez uma referência ao Estatuto do Índio, dando a entender que deveria ter sido feita uma alusão em relação à alguma lei, à algum direito que existe no Estatuto e que não foi observado na Constituição Federal. Se me enganei, pode me corrigir. Qual a visão que V. S^a tem em relação à exploração dos recursos minerais praticada pelos próprios índios, em áreas indígenas? Existe algum mecanismo legal ou qualquer atividade já é caracterizada irregularidade, se praticada pelos índios, em forma de cooperativa, enfim, da forma que for? Pergunto por partes, e não em bloco, para podermos interagir.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA - Essa questão é interessante porque, no Direito, nem sempre podemos falar isso ou aquilo. Às vezes, aquilo é um pouco isso e isso é um pouco aquilo, dependendo da forma como se encara e das partes envolvidas.

Quando falei aqui e dei essa interpretação, salvo engano, fiz questão de dizer que era uma opinião nossa, da polícia em um determinado momento do procedimento de persecução criminal, que pode ser retificada pelo Poder Judiciário. Essa interpretação do Delegado Nivaldo pode não ter importância nenhuma, no futuro, quando a parte tiver direito a uma ampla defesa e ao contraditório. A minha tese é a de que poderá não valer nada. Como técnico do Direito, com as minhas limitações e no momento processual no sentido amplo em que atuo, é essa a posição que declinei aqui para V. Ex^{as}.

A Constituição Federal não teria recepcionado o Estatuto do Índio, quando o Estatuto autorizava a exploração feita pelo próprio indígena com técnicas rudimentares, por meio da faiscação, da cata, etc. É uma opinião minha.

A SR^a MARINA SILVA - A segunda pergunta que faço é qual a sua opinião em relação ao fato de os índios criarem organizações, buscando uma forma de representação, como as do tipo que V. S^a citou, chegando até mesmo a uma forma de federação. Qual é a sua opinião a respeito da criação dessas organizações que representam os interesses das comunidades indígenas, seja por meio da União das Nações Indígenas e por várias formas que vão até a base, de modo bem pulverizado, chegando ao topo da pirâmide?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA - Nesse caso, a minha opinião poderá ser ratificada ou não pelo Judiciário quando falei que a Constituição não recepcionou o Estatuto do Índio referente àquele dispositivo. Agora, posso dizer que, se eu tivesse a opinião de que os índios não podem organizar-se, estaria querendo atentar contra a Constituição, cujo Relator, Senador Bernardo Cabral, se faz presente e certamente não gostaria de ouvir isso. Ficou determinado pela Constituição que todos temos direito de nos associar. No caso do índio, sendo cidadão brasileiro, não poderia ser diferente.

A SR^a MARINA SILVA - Com base nas investigações já feitas, V. S^a já tem alguma conclusão, algum indício? V. S^a já falou sobre alguns assuntos, mas, para contribuir com esta CPI, seria possível manifestar algum tipo de conclusão? V. S^a falou que foi recente e que está atuando em algo que já estava em curso, mas quais as conclusões a que V. S^a chegou até aqui referentes a essa questão da garimpagem de minérios que foram apreendidos e que ainda nem está tipificada? Quem são exatamente aqueles que compõem a tessitura dessa exploração de minérios?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA - A Polícia Federal é a Polícia Judiciária da União, portanto atua quando da ocorrência do fato criminoso que vem ao nosso conhecimento, então agimos. Nesse caso específico, com esses três procedimentos, vamos atuar também ou atuamos preventivamente.

O aspecto mais importante que destaco é o fato de que no local não se está mais extraindo o minério. Uma equipe que eu integrava – tive de vir prestar depoimento aqui e a equipe permaneceu em São Gabriel da Cachoeira – navegou durante um dia de voadeira, embarcação com motor de popa ou deslizador,

chegando a uma das comunidades próximas ao rio Tiquié, caminhou outro dia e depois voltou. Ficou lá um dia fazendo trabalho, navegou e caminhou no sentido inverso. Os colegas que lá compareceram informaram-me, por intermédio de fax, que a atividade terminou. Se cessou naquele ponto visitado por eles, provavelmente também cessou em outro. Surge, assim, a questão da organização: cessa, porque chega a informação de que a Polícia Federal está apreendendo e que o DNPM está atuando.

Esse aspecto é muito positivo. Pararam. Eles são disciplinados. Agora, com certeza, o que eles vão querer, pelo que já pude observar de movimentação, é uma regulamentação da atividade, porque os índios alegam – perdoem-me, mas divagarei apenas um pouco – que, como os brancos, têm as necessidades básicas, considerando a região onde a água do rio Negro é ácida e não dá muito peixe. Há apenas alguns rios claros naquele local. No entanto, na maioria dos rios, a água é escura, há muita acidez e não dá muito peixe. Eles também não conhecem técnicas de exploração de pesca modernas e ecologicamente corretas, praticando, assim, a pesca predatória por desconhecimento de técnicas substitutivas. Eles usam o timbó, uma espécie de cipó venenoso, colocam-no na água e matam o peixe que desejam para toda a sua família. No fim, o rio fica escasso e eles precisam deslocar-se de um local para o outro.

Portanto, a situação do índio, nesse aspecto, é muito difícil. Eles alegam que a alternativa encontrada seria a exploração dos minérios. Já que há muito minério na região, essa seria uma alternativa e não uma conduta criminosa. Estão cobertos de razão.

A SRª MARINA SILVA – Concluindo, farei mais duas perguntas. Na sua opinião, já que V. Sª falou sobre esse problema, que me parece social, eles não dispõem de meios de sobrevivência, havendo, como parte de seus recursos naturais, esses minérios de subsolo e gostariam de ter uma atividade legal, como um empresário branco, dono de uma mineradora, que vai lá, faz as investigações, consegue a licença etc. e faz a exploração de minério. É isso que eles, a partir da inibição daquilo que foi identificado *a priori* como sendo uma irregularidade, estão buscando?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Exatamente. Eles encontram respaldo na Constituição, que diz que pode ser explorado, desde que regulamentado, desde que o Congresso se manifeste, e têm a necessidade, mas não dispõem ainda de regulamentação que possa autorizá-los a explorar as riquezas. Eles ficam num mato sem cachorro, mesmo estando naquela região.

A SRª MARINA SILVA – Ou apenas no mato com apenas a cabeça, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Dr. Nivaldo, durante a sua exposição, o senhor falou sobre a celebração de convênio da Funasa com essas instituições que atuam no interior da Amazônia e que prestavam assistência médica, odontológica aos índios e às populações ribeirinhas da região. Gostaria de saber se esses profissionais, de um modo geral, são brasileiros ou estrangeiros.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Em regra, são brasileiros, contratados pela organização a qual mantém convênio com a Funasa, mas não há impedimento que sejam estrangeiros. Disponho aqui de um ofício, encaminhado ao nosso superintendente regional, Dr. Lacerda Carlos Júnior, lá no Estado do Amazonas, cujo subscritor é o Dr. José Maria de Castro Santana, 1º Secretário do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

Se V. Exªs permitirem, o texto é curto, poderia lê-lo e tem a ver com a pergunta que V. Exª me fez.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – “Sr. Superintendente,

Vimos comunicar a V. S.ª que tivemos conhecimento da presença de 21 pessoas na cidade Parintins, Amazonas, ...”

É uma outra área, mas a situação é semelhante.

“... compondo uma equipe estrangeira, formada por cinco médicos e um estudante de medicina, atuando na área médica.”

Esse assunto já está sendo investigado pelo Departamento de Polícia Federal, através da sua sucursal no Amazonas, Superintendência do Estado do Amazonas.

“Tal equipe pertence uma ONG (Organização Não Governamental), denominada **Helping Hand Medical Mission** e tem como responsável uma médica de origem mexicana/americana, chamada Lupita Assad.

Diante do fato de a referida missão não haver solicitado autorização para atuar no Estado do Amazonas, vimos solicitar a V. Sª providências que o caso requer, no sentido de proibir o ato médico.”

Assinou o Dr. José Maria Castro Santana, 1º Secretário do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

De alguma forma, respondi à pergunta de V. Exª.

O SR. NABOR JÚNIOR – Essa comunicação do Conselho Regional de Medicina data de quando?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – De 4 de agosto de 2001.

O SR. NABOR JÚNIOR – Então, é recente?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Muito recente.

O SR. NABOR JÚNIOR – A Polícia Federal já deve tomar as providências para inteirar-se da presença desses médicos estrangeiros e até o estudante do estudante de medicina praticando a profissão de médico em Parintins, que é uma cidade próxima a Manaus, que tem uma população de cem mil habitantes. Imaginem naqueles interiores em que o Conselho Regional de Medicina certamente não tem conhecimento da atuação desses médicos estrangeiros.

Fiz a pergunta porque no Acre há vários médicos estrangeiros trabalhando em alguns municípios em que os médicos brasileiros não querem trabalhar. Há médicos peruanos e bolivianos que estão encontrando muitas dificuldades, porque o Conselho Regional de Medicina está denunciando à Polícia Federal, que está dando o prazo de sessenta ou noventa dias para que se regularizem ou para que deixem o território nacional. Se essas ONGs estão atuando com esses médicos na região do Amazonas, em Parintins e em outras localidades, sem a devida regularização no Conselho Regional de Medicina, realmente é um fato que deve ser apurado com a devida presteza pela Polícia Federal.

Outra pergunta que gostaria de formular é com relação ao que senhor falou, que esses médicos que trabalham por essas ONGs no Alto Rio Negro, principalmente na região de São Gabriel da Cachoeira, têm um salário de seis mil reais, enquanto os médicos da Secretaria de Saúde do Amazonas ou da Funasa ganham a metade, ou seja, três mil reais.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Citei para ilustrar, no caso de minha exposição, mas não tenho dados precisos a respeito e nem seria da minha alçada. É que, às vezes, no meio de minha opinião técnica, emito algum juízo de valor e peço perdão a V. Ex^{as} quando fizer isso sem a efetiva comprovação, mas não há dúvida de que vi uma lista em que figuravam sete mil reais o salário de um médico da FOIRN que atua naquela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e o comentário é o de que um médico da Funasa não recebe esse valor, mas não está embutida nenhuma crítica até porque não é meu papel fazer isso nem sou tecnicamente preparado

para debater esse tipo de tema, mas é o que os profissionais da Funasa e os da própria Funai comentam.

O SR. NABOR JÚNIOR – Quer dizer que a Funasa mantém médicos pagos por ela sem ser através de convênio com essas instituições?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não sei se mantém no local, mas a Funasa tem um quadro médico e, quando me referi ao salário, é o do médico da Funasa independente da região em que esteja atuando.

Presumo até que não, porque se ela passa a responsabilidade, mediante convênio, para essas instituições, naturalmente não manteria os médicos no local. Foi só uma relação em referência ao salário.

A SR.^a MARLUCE PINTO - V. S^a me permite um aparte?

No Estado de Rondônia, a Funasa faz convênio com as prefeituras que contratam os médicos e dentistas. Assim, é nessa base mesmo. Um médico ganha três mil ou três mil e quinhentos por contrato, mas não feito diretamente pela Funasa nem ela manda os médicos. O convênio é feito com as prefeituras que contratam os profissionais.

O SR. NABOR JÚNIOR – Faço uma última pergunta: esses médicos a que o senhor se reportou, que ganham em torno de sete mil reais, entre eles há médicos estrangeiros também?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A esta pergunta não consigo responder por não dispor de elementos, mas acredito que se o estrangeiro tiver autorização para praticar a medicina no Brasil e resolver trabalhar em uma dessas ONGs o trabalho será igual, sem discriminação.

O SR. NABOR JÚNIOR – O que estranho, Sr. Presidente, é que a Funasa que é um órgão do Ministério da Saúde e que, com toda a franqueza tem prestado assinalados serviços em nossa região, fazendo convênio com os Estados e Municípios para o combate de endemias que assolam aquela região, certamente quando faz um convênio com uma instituição dessas estipula também o salário que deve pagar aos profissionais.

Se paga a um profissional seu três ou quatro mil reais, certamente, no convênio que faz com uma ONG dessas, não permitirá que se paguem seis ou sete mil reais por estar destoando da política salarial da instituição e cria problemas com seus próprios funcionários. Esta é uma questão que deve ser esclarecida melhor para o conhecimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em atenção à colocação de V. Ex^a, solicito à Funasa

que nos remeta uma explicação a respeito do salário. Antes de prosseguir, informo que ainda há outro depoente a ser ouvido. Portanto, apesar do prazer em ouvir o Dr. Nivaldo, informo que ainda há o representante da Cooperíndio, que aqui se encontra para ser ouvido. Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, gostaria apenas que o depoente, Dr. Nivaldo, informasse à Comissão, já que citou o Instituto Sócio-Ambiental, que atividade é desenvolvida por ele na região.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Vou consultar. O ISA, Instituto Sócio-Ambiental, atua na Amazônia na área de saúde e no acompanhamento técnico da demarcação de terras indígenas, pois ainda há uma parte a ser demarcada na região. Nesse caso, é a principal entidade, pelo conhecimento que possui da região, pelos técnicos de que dispõe, segundo informações, e equipamentos também sofisticados para demarcar as terras. Atua principalmente na área de antropologia, biologia, levantamentos topográficos, até por via satélite.

O SR. MOREIRA MENDES – Trabalha com recursos públicos?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Com certeza, para efeito de demarcação de terras indígenas, que é uma tarefa do Estado, atendendo determinação constitucional, por assim dizer, por meio de um convênio. Quem financia, pelo menos a maior parte, é a União.

O SR. MOREIRA MENDES – Finalmente, ao encerrar minha participação, o senhor ouviu dizer, é voz corrente, é boato, ou, de alguma forma, tomou conhecimento de que existe um clima ou, pelo menos, alguém interessado na criação de um novo Estado ou talvez até de um novo país incluindo parte do Brasil (norte do Amazonas e parte de Roraima), parte da Colômbia e parte da Venezuela? O senhor ouviu algo?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não ouvi nada. Houve comentários, inclusive no âmbito da Polícia, das Forças Armadas, da sociedade de maneira geral, a respeito da idéia de internacionalização da Amazônia. Mas nada...

O SR. MOREIRA MENDES – O que o senhor pode dizer a respeito? O que o senhor sabe?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Como cidadão brasileiro, saindo um pouco da minha seara de Polícia, a internacionalização da Amazônia, é claro, interessa a todos, menos ao Brasil. Se eu disser que vou dividir meus bens, todos vão querer uma par-

te, mas ninguém vai querer ceder uma parte de seus bens. Não é fácil. Se a Amazônia é importante, é certo que todos os países que não dispõem das riquezas de que dispomos vão querer uma parcela. Internacionalizar, globalizar a Amazônia é o que estão querendo. Mas há alguns aspectos que nós, como cidadãos que moramos na região, observamos. Por exemplo: uma instituição que é a mais poderosa de todas na área de defesa ambiental, o **Greenpeace**, visitou recentemente o Estado do Amazonas. E a embarcação que utilizava tinha o nome de “Guardião da Amazônia”, em inglês. Isso pode ter um significado muito forte. Entram no Brasil com o visto de turista e são “guardiões da Amazônia”? Como? Que significado isso pode ter? Que não temos condições de guardar a Amazônia? E que aquele barquinho, com – desculpe a expressão – sete, oito gatos pingados, vai conseguir defender a Amazônia? Outra coisa. Se estão defendendo, é porque é deles? Enfim, abre-se um leque de opções. Cada um pensa o que quer. Mas considero extremamente grave. O **Greenpeace** adentrou o território nacional. Foi até o Estado do Amazonas, até as comunidades indígenas, em um barco que tinha esse nome: Guardião da Amazônia. Entendo que é a imagem que o mundo faz acerca dessa parte importantíssima e imensa do território brasileiro, chamada Amazônia. Então é extremamente grave a existência desses institutos, dessas ONGs. Por isso eu digo que há ONGs e ONGs. Com certeza, há aquelas bem-intencionadas, porque são feitas de seres humanos. Há aqueles cujas virtudes superam os defeitos e há aqueles cujos defeitos superam as virtudes, então, naturalmente, há gente boa no meio, mas, talvez, o que falta para nós é o mecanismo legal de separar o joio do trigo, porque, por enquanto, na minha opinião, não existe separação do joio do trigo; não existe esse instrumento.

Então o ponto grave que eu entendo que ocorre é exatamente esse, quando o Brasil não tem condições. E não estou culpando nada, até porque não é o meu papel. Eu estaria absolutamente errado em criticar o Governo, a estratégia. Não, não é isso, não há crítica nenhuma. É uma observação de um cidadão que vive na área e que se depara não raras vezes com situações desse tipo.

Comenta-se que se ensina no mundo que a área da Amazônia é internacional. As crianças, em determinados países do mundo, já aprendem na geografia do mapa-múndi que aquela área é meio neutra, meio **res nullius**, ou coisa de ninguém, ou coisa de todos. Enfim, são comentários que nós, como cidadãos, ouvimos com uma relativa frequência.

O SR. MOREIRA MENDES – Estou satisfeito. Se eu entendi bem, na sua opinião, como cidadão brasileiro, o senhor entende que existem ONGs excelentes, que prestam relevantes serviços ao País, que estão ajudando os índios, ajudando as comunidades ribeirinhas, mas que existem outras organizações que, na verdade, têm outros objetivos que levam a toda essa gama de informações que o senhor tem como cidadão, que eu também tenho e que cada um dos que estão aqui dentro tem.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não enumeraria ONG tal como sendo joio e ONG tal como sendo trigo, mas, com certeza, há a boa ONG e aquela que não tem um objetivo claro.

O SR. MOREIRA MENDES – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, ouvi, ainda agora, o Dr. Nivaldo dizer o problema deste navio Guardiã da Amazônia, que, no entender dele, não existe uma possibilidade de reprimir. O senhor considera um barco desses entrar no nosso território um problema interestadual e internacional? Porque o Dr. Nivaldo pensa que não há condições para reprimir.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Dá asas à imaginação, e nós podemos pensar em várias situações, em várias hipóteses. Uma delas, com certeza, é a impressão de o que aquele indivíduo estava pensando quando grafou no barco “Guardião da Amazônia”, qual é a ideologia do grupo tal ou qual. No caso, estou falando do **Greenpeace** porque o barco pertence a ele. Qual é a mensagem que aquele grupo vende? E, indo àquela localidade, passeando nos rios, eventualmente, vão parar nas comunidades ribeirinhas. Que mensagem eles vendem ali? Enfim, nesse caso, nós monitoramos a distância, até porque não podemos constranger, porque há a questão dos direitos deles como turistas, mas a gravidade persiste.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor pensa que há, portanto, uma repercussão interestadual, internacional, desfavorável?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sob que aspecto, por gentileza?

O SR. BERNARDO CABRAL – Esse da entrada. Como são turistas, o senhor não poderia fazer nada?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Em relação ao Estatuto do Estrangeiro...

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, não fuja da pergunta. O senhor não tem direito de fugir da pergunta.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não estaria muito seguro.

O SR. BERNARDO CABRAL – Pois eu vou dar segurança a V. S^a do Texto Constitucional: “Art. 144, inciso I - É da competência da Polícia Federal apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens”, que ainda não é o caso, “serviços e interesses da União”, ainda não é o caso, “ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas – agora é o caso –, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional” – e essa tem. De modo que, quando o senhor quiser pegar um desses que estão se passando por turistas, mas fazendo um tipo dessa agravante propaganda que tem repercussão contra a gente, não tenha dúvida, porque o senhor sabe que a Polícia Federal – que foi esta mão aqui que a elevou a nível institucional – tem competência para isso.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – E nós agradecemos a V. Ex^a. Mas, em relação à infração, é que fica difícil caracterizar o fato típico. Grafar o nome “Guardião da Amazônia”, ele diz: tenho o direito de fazer isso aqui, qual é o problema? É um nome.

O SR. BERNARDO CABRAL – Isso é outra coisa. Grafar o nome é outra coisa, e fazer o que o senhor disse é outra.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não. Falei que a pessoa pode vender uma idéia. Pode, não estou dizendo que aconteceu.

O SR. BERNARDO CABRAL – O fato de estar agravado, ele já está(fora do microfone)

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Isso. Falei que é um leque de opções, de cada um pensar a sua forma. E se há esse leque de possibilidades, já é um fato grave por si só, na minha opinião. Mas, se houvesse uma infração penal, com certeza a Polícia Federal teria atuado.

A SR^a MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apresentei alguns requerimentos, porque na reunião passada fiquei de fazer, digamos assim, uma seleção para encaixar, dentro do calendário que havia sido aprovado, os requerimentos que eu havia apresentado. E fiz isso juntamente com a minha assessoria.

O que quero ponderar – e V. Ex^a já aquiesceu que vai colocar um deles em votação – é que esse calendário foi aprovado na semana passada, e como

são autoridades que precisam ser avisadas com uma certa antecedência, se não aprovarmos todos os requerimentos hoje, eles poderão ser prejudicados, considerando que essas autoridades poderão alegar que foram convidadas na última hora. De sorte que quero apelar a V. Ex^a que, antes de fazermos a passagem do Dr. Nivaldo para a próxima pessoa que vamos escutar, sejam votados todos os requerimentos, para que as pessoas a serem convidadas, caso esses requerimentos sejam aprovados – até porque hoje parece que temos o maior **quorum** na nossa Comissão – tenham tempo de se organizar. Como vai na modalidade de convite, essas pessoas têm o direito de dizer qual é o dia melhor. E não dá para ser assim. Então quero fazer essa ponderação, porque, quando a CPI está convocando, a pessoa tem que vir, mas, no caso, como se trata de autoridades que vêm colaborar, ou personalidades, não podemos fazer em forma de presença obrigatória e sim de convite. Portanto, eu gostaria que os requerimentos fossem colocados em votação.

Outro aspecto que quero esclarecer, até para que evitemos mesmo o prejulgamento – sei que não há intenção de nenhum dos colegas nesse sentido, mas para que fique bem claro o trabalho que a CPI está fazendo aqui –, é que o fato de uma determinada organização ter competência técnica, ter capacidade de mobilizar esse seu esforço técnico em determinado grupo já não faz dessa organização uma criminosa. Senão vamos ter que dizer que a Pastoral da Criança, porque mobiliza voluntários, esforço, um monte de coisas, já é criminosa, porque tem competência técnica para combater a desnutrição infantil e o faz com muita competência. Se tem alguém que tem essa competência – não estou aqui querendo inocentar absolutamente ninguém –, se tem alguma organização da sociedade que adquire competência e consegue de forma legal angariar recursos e faz bom uso desses recursos a serviço de potencializar os índios, ou seringueiros, ou empresários, para que eles possam também atuar com competência, isso não faz dessa organização, por ter esse capital de conhecimento ou técnica, uma organização criminosa. É só para que não paire nenhuma dúvida. Sei que não foi isso que V. Ex^a quis dizer nem os senhores Senadores. Mas é porque sabemos que existem determinados grupos que se colocam a serviço de determinadas causas ou de determinados segmentos da população e isso não os faz, **a priori**, criminosos só porque tomaram essa posição.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para solicitar do depoente se ele pode colocar à disposição da Comissão o mapa que ele trouxe, elaborado pela ISA – não sei se é de sua propriedade, se ele tem condições de deixar conosco uma cópia –, assim como esses dois exemplares, aliás muito bem feitos, da ISA. Às vezes me questiono sobre produzir livros dessa qualidade enquanto os índios, muitas vezes, estão morrendo em consequência da fome ou de doenças.

Por último, gostaria de perguntar-lhe qual o objetivo desse mapa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao depoente.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – O objetivo do mapa é informar sobre as comunidades do Alto e Médio Rio Negro. Ali aparecem todas as comunidades indígenas e vários aspectos que um mapa normal pode oferecer.

Se me fiz compreender da forma como a ilustre a Senadora Marina Silva entendeu, quero aqui enfatizar que não foi minha intenção em nenhum momento dizer que determinada ONG, por possuir tecnologia em algum setor, seria como o joio. Não foi isso, jamais, nem em relação ao ISA, nem em relação a nenhuma outra ONG que porventura tenha citado aqui. Também, por enquanto, não disponho de nada cabal, material, definitivo em relação às organizações não-governamentais. Tenho, sim, em relação a algumas pessoas ligadas a determinadas ONGs, mas, se houver, o meu trabalho, o inquérito policial, vai chegar a conclusões.

A SR^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Sr^a Relatora.

A SR^a MARLUCE PINTO – Dr. Nivaldo, uma das perguntas do Senador Moreira Mendes dizia respeito ao financiamento do Instituto Sócio-Ambiental, o ISA. V. S^a respondeu que era feito pelo Estado, mas, no meu interrogatório, V. S^a disse que era feito pela União Européia. Então gostaria que V. S^a definisse quem financiava, se um ou outro. Inicialmente foi dito que quase na totalidade o financiamento era feito pelo G7.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Imprimi uma página da **Internet**, do **site** do Instituto Sócio-Ambiental, em que figuram algumas instituições como o ICCO – que não conheço –, NCA, provavelmente ONGs internacionais, e a Comunidade Européia, com nomes, símbolos e logotipos correspondentes.

Se, por exemplo, o ISA, que é o Instituto Socio-Ambiental, vai trabalhar para demarcar terras indígenas, tarefa comandada pela Constituição Federal de 1988, e atendida agora ou daqui a algum tempo pelo Governo Federal, mediante convênio, que, não dispondo da tecnologia e dos recursos para executar tal tarefa, vai pagar, portanto seriam recursos federais que nem sempre chegam a 100% do valor total. E quando citei essas entidades internacionais, disse que elas apóiam institucionalmente, oferecem o suporte financeiro, muitas vezes, de que o ISA precisa para cumprir determinada finalidade.

A SRª MARLUCE PINTO – Então quer dizer que é muitas vezes e não sempre, como foi dito anteriormente. Por isso questioneei, porque tudo fica registrado. Como Relatora, e os assessores aqui presentes, precisamos relatar exatamente o que é discutido nesta Comissão.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Se disse assim, em tempo me corrijo, não teria usado o advérbio sempre. Devo ter mencionado algum aspecto que me foi perguntado e citei que o Instituto Socio-Ambiental, o ISA, recebe apoio dessas entidades estrangeiras, mas, se disse que é sempre que usa recursos dessas instituições, em tempo faço questão de me corrigir.

A SRª MARLUCE PINTO – No ato V. Sª não mencionou as organizações que financiavam, apenas usou a expressão União Européia.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Se V. Exª me permite, quero agora, em tempo, se disse assim....

A SRª MARLUCE PINTO – Não. Agora, eu, como Relatora, e os assessores já podemos fazer um juízo de valor em decorrência da explicação de V. Sª. Embora não tenha ficado bastante claro, já poderemos conseguir informações por meio de outros órgãos ou de outra pessoa que aqui venha aqui depor.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – No que depender de nós, estamos à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já que nenhum Senador mais deseja inquirir o Sr. Delegado da Polícia Federal, eu só gostaria, para encerrar a oitiva do depoente, de indagar se foi instaurado algum inquérito com relação àquela questão da exploração do trabalho escravo nos índios, de acordo com o art. 149 do Código Penal.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Como há um procedimento instaurado, pode ser uma das vertentes, um dos caminhos que o inquérito pode to-

mar. O inquérito é para apurar o fato em si, que é genérico. Pretendo especificar, à medida que o trabalho progredir, e, se tiver que responsabilizar alguém por redução de um ser humano à condição análoga à de escravo, em relação a esses índios que carregam peso o dia todo e recebem R\$1,00 ou R\$0,70 pelo quilo de minério extraído, se eu encontrar alguém, cuja conduta seja típica em relação a esse art. 149 do Código Penal, essa pessoa será responsabilizada, sem necessidade de um procedimento específico dentro do próprio inquérito que foi instaurado para apurar as outras infrações em tese.

O SR. BERNARDO CABRAL – Isso inclui o relatório para o Ministério Público.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer a presença do Dr. Nivaldo e dar por encerrado, portanto, seu depoimento.

Faremos um pequeno intervalo e daremos entrada ao outro depoente.

Solicitamos que se encaminhem à CPI os documentos já disponíveis para que possamos nos debruçar sobre eles. E, obviamente, pedimos que nos mantenha informados do andamento do inquérito e que colabore com os demais procedimentos.

Antes de convidarmos o próximo depoente, atendendo à solicitação da Senadora Marina Silva, embora nossa agenda seja específica, na reunião passada votamos requerimentos, já são quase 20 horas e convocamos esta reunião para a oitiva. Há dois requerimentos da Senadora Marina Silva que realmente têm a ver com os depoimentos do dia 4 de setembro, portanto, a próxima reunião, e do dia 11 de setembro, portanto, a seguinte reunião, mas os outros dois, S. Exª mesma específica, são de 2 de outubro e de 25 de setembro, então, há tempo de apreciarmos na próxima reunião para não retardarmos mais.

Quero, portanto, colocar em votação os dois requerimentos que têm a ver com a próxima reunião e com a seguinte. O requerimento do dia 4 de setembro:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado a participar da oitiva do dia 4 de setembro o Relator da CPI da Câmara dos Deputados que investiga a grilagem de terras na Amazônia, Deputado Sérgio Carvalho. Justificando: a oitiva já programada para esta data abordará questão da grilagem de terras em Roraima e o caso da Associação Amazônia. Estamos propondo o depoimento do Relator da CPI da Grilagem de Terras Públicas na Amazônia, com a

finalidade de comparar os levantamentos realizados pela CPI da Assembléia de Roraima com o que se verificou na Câmara dos Deputados, tanto com respeito àquela, como às outras regiões da Amazônia."

Em votação esse requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento, que diz respeito à reunião seguinte, de terça-feira, dia 11 de setembro:

"Nos termos regimentais, requeiro que seja convidado o Presidente da Funai, Glênio da Costa Alvarez, para a oitiva do dia 11 de setembro, quando serão ouvidas as organizações indígenas de Roraima. Justifica que a presença da Funai poderá ser esclarecedora com referência a eventuais parcerias com entidades presentes, bem como poderá esclarecer questionamentos que porventura ocorram com a atuação do órgão nesta região em conjunto com as ONGs da área indígena também em conferência com oitiva anterior do dia 28/08/01.

Está em discussão o requerimento da Senadora Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA – O que estou fazendo, embora seja de Oposição, é que como estamos tratando as autoridades do Governo na modalidade de convite, não penso que seja justo fazermos diferente para com uma outra pessoa que também exerce uma função pública. Então vamos fazer na modalidade de convidado e tenho absoluta certeza de que o Dr...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Dr. Glênio.

A SR^a MARINA SILVA – No caso da Funai, não vai se recusar. É claro que se recusar usaremos um outro expediente apenas para que não tenhamos dois pesos e duas medidas com iguais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Apenas nessa mesma data estão convocados apenas representantes dessas entidades indígenas citadas.

O SR. BERNARDO CABRAL – (*Intervenção fora do microfone – inaudível*)...Evidentemente não haverá nenhuma descortesia, mas é porque a fim de que ele possa, se houver uma outra obrigação da sua parte, ele dizer que não atenderá lá porque está sendo convocado pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, então, antes de colocar em votação, de ouvir a opinião da Relatora, já que a Senadora propõe o convite e o Senador Bernardo Cabral, com a sua argumentação, propõe que seja convocado.

A SR^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, nobres Colegas, o requerimento da nossa Colega Marina Silva tem razão quando fala em não haver dois pesos e duas medidas. Também entendi o objetivo do Senador Bernardo Cabral, de como é importante que, já que as entidades a serem ouvidas são índios, eles venham na mesma reunião. Creio que seria bastante produtivo. Eu gostaria que a nobre Senadora nos entendesse nessa parte, porque como bem explicou o Senador Bernardo Cabral, ele pode ter um outro convite, uma outra incumbência da própria repartição e pensar que poderá atender ao nosso convite numa outra data, quando, devido à presença de outros depoentes, a vinda dele no mesmo dia será bem mais produtiva para a nossa Comissão.

A SR^a MARINA SILVA – Já que o Senador Bernardo Cabral desenvolveu esse raciocínio e em parte tem razão, não vou fazer nenhuma objeção à modalidade. Só não quis fazer de uma forma diferenciada um procedimento que estávamos adotando com todas as pessoas que ocupam uma função pública e que não estão sendo investigadas. Estão contribuindo com a investigação que estamos fazendo. Faço essa ressalva, a priori, não estão ainda...

A SR^a MARLUCE PINTO – Tenho uma ressalva, nobre Senadora.

A SR^a MARINA SILVA – O Senador Bernardo Cabral está dizendo que será investigado. Então...

A SR^a MARLUCE PINTO – Quero até fazer uma ressalva. A Funai, na prática, é o órgão pelo qual os índios estão tutelados. Sabemos que é o Ministério da Justiça, mas é o órgão que atua diretamente junto aos índios...

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a permite-me um aparte?

A SR^a MARLUCE PINTO – Pois não, com prazer.

O SR. BERNARDO CABRAL – A vinda dele aqui é uma homenagem a essas organizações. Se ele não tiver presente, eventualmente poderá perder a oportunidade...

A SR^a MARLUCE PINTO – E até para se dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir. Tenho certeza de que a nobre Senadora entende, nada de discórdia, somente para facilitar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já que a Senadora Marina Silva concorda que seja convocado, coloco em votação a convocação do Presidente da Funai para o dia 11.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento, convocando.

O SR. BERNARDO CABRAL – Com esta decisão abre-se a oportunidade de fazermos o mesmo com outras autoridades sem que tenhamos dificuldades em sendo da Oposição ou não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não sei se o Presidente da Funai é de Oposição ou de Governo. A autora do requerimento? Então, eu queria, para ganharmos tempo, que fosse convidado o próximo depoente, o Sr. Jorge Pereira dos Santos.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem. Muito rapidamente, já que votamos requerimentos.

Apresentei um requerimento à Mesa que está intimamente relacionado com o que disse o depoente anterior, no sentido de que se requirite à Fundação Nacional de Saúde, Funasa, as seguintes informações e documentos. Primeiro uma pergunta: se a Funasa tem firmado convênios com entidades não-governamentais para a implementação de ações de saúde pública na Amazônia. Caso positivo, informar com que entidades firmou convênio, qual o seu valor, qual o seu objetivo e se houve prestações de contas relativas aos últimos cinco anos. Caso positivo ainda, enviar cópia dos convênios e respectivas prestações de contas. Tem esse requerimento sobre a Mesa, que já podia ser votado e aprovado e ir para a Secretaria providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Moreira Mendes, não coloquei o requerimento de V. Ex^a em votação, como não coloquei os outros dois da Senadora Marina, por que acho que poderíamos apreciá-los na próxima sessão, dado o adiantado da hora, mas, se V. Ex^a insiste, coloco em votação. Vejo que não há o que se discutir em pedido de informação. Se todos estão de acordo, portanto, coloco em votação. Se concordam, está aprovado o requerimento também do Senador Moreira Mendes.

Convido, então, o próximo depoente.

Quero ler o termo de compromisso do depoente, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Nome completo, Jorge Pereira dos Santos; identidade nº253.706, da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas; idade: 46 anos. CPF: 063.639622-34; estado civil: casado; endereço residencial: Avenida Álvaro Maia, 253, Centro, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas; profissão: funcionário público federal; local onde exerce sua atividade atualmente: São Gabriel da Cachoeira.

O depoente compromete-se, nos termos do art.203 do Código de Processo Penal, sob as penas

da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 53, da Constituição Federal.

Já tendo prestado o seu compromisso, concedo a palavra ao Sr. Jorge Pereira dos Santos para que inicialmente faça a exposição que achar conveniente e depois faremos as perguntas, de conformidade com cada um dos Srs. Senadores.

O SR. JORGE PEREIRA DOS SANTOS – Sr. Presidente, demais autoridades, Srs. Senadores, gostaria de pedir permissão a V. Ex^a, se possível, para fazer o meu depoimento em caráter reservado, porque eu me sentiria menos constrangido, e gostaria também de obter a presença do meu advogado, o Procurador-Geral, Dr. Carlos Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Inicialmente, defiro a presença do advogado para que possa sentar ao lado do depoente para assessorá-lo naquilo que for possível, sem no entanto ter direito à palavra.

Agora, quanto à primeira parte do requerimento, de que o depoimento seja reservado, preciso colocar à deliberação do Plenário. Se o Plenário assim concordar, ouvindo antes a Senhora Relatora...

A SR^a MARLUCE PINTO – Nobres colegas, Presidente da Cooperíndio, gostaria primeiro de falar para o Sr. Jorge Pereira que aqui neste recinto o senhor pode se sentir bastante a vontade. Aqui estamos apenas interrogando algumas coisas sobre as quais temos dúvidas para facilitar o trabalho desta CPI. Em nenhum momento, V. S^a se sentirá constrangido, até porque, os que se fazem presente neste Plenário, quando não os Parlamentares, Senadoras e Senadores, são os nossos assessores e os de V. S^a.

Até mesmo com a nossa anuência de o seu Advogado se fazer presente, isso já confere a V. S^a bastante tranquilidade com referência às perguntas que vamos formular.

V. S^a poderá ficar bastante à vontade se não quiser fazer alguma exposição e aguardar que se façam as perguntas. Se for esse o constrangimento a que V. S^a se referiu, estamos aqui para facilitar. V. S^a pode ficar bastante tranquilo.

Nós, Senadores, não temos, jamais, a idéia de deixar qualquer convidado, mesmo convocado, constrangido. Haverá todo o respeito, sem nenhuma discriminação. Penso que V. S^a sairá daqui com uma impressão bastante favorável sobre o trabalho dos Senadores. V. S^a não vem aqui para ser coagido. Pelo

contrário, será mais alguém a contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Deixo a critério da Comissão a decisão e também de V. S^a.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, antes de conceder a palavra à Senadora Marina Silva, que a solicitou pela ordem, de esclarecer ao depoente que V. S^a está depondo na condição de testemunha, e não na de indiciado ou réu. V. S^a vem prestar os esclarecimentos que forem do seu conhecimento sobre a matéria de investigação da CPI das ONGs.

É evidente que V. S^a está colocando uma questão pessoal, pedindo para fazer o depoimento em caráter reservado. Portanto, mesmo com esse esclarecimento quero ouvir os Senadores e fazer a deliberação.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, nesses quase sete anos, embora não tenha feito parte de muitas Comissões Parlamentares de Inquérito como titular, apenas como suplente, mas procurando, na medida do possível, ser atuante naquelas em que atuei, mesmo na condição de suplente, percebo que há dois momentos em que pode ser feito o depoimento em caráter reservado, que é um direito do depoente: quando a Comissão entende que aquele depoimento deva ser processado e digerido por ela e depois exposto à opinião pública ou quando o depoente, por alguma razão, se sente ameaçado e se senti mais seguro em prestar o seu depoimento apenas com os Srs. Senadores, inclusive, sem a presença da nossa assessoria, o que implica que a TV Senado não pode também fazer a sua divulgação para o Brasil do depoimento.

Como não sabemos a natureza do que ele irá dizer e quais as razões pelas quais ele se sente mais seguro fazendo o depoimento em reservado e já que ele está pedindo isso, talvez seja prudente de nossa parte aquiescer o que é pedido para depois, no decorrer do seu depoimento, se a Comissão entender que não é conveniente ir a público sem a devida avaliação, que se interrompa o depoimento para que seja feito em reservado, porque não conhecemos a sua natureza.

Como na prática as Comissões Parlamentares de Inquérito têm adotado esse procedimento, como, por exemplo, a CPI do Narcotráfico. Naquela oportunidade, havia pessoas que só aceitavam depor em caráter reservado. E aquela Comissão aceitava isso, porque estava em jogo a segurança da pessoa, em

função de algo que ela entendia não poder dizer em público.

Eu tenho 100% de confiança no Nilo, mas poderão dizer aqui que foi o assessor do Nilo ou o assessor do Moreira Mendes quem falou. Se permanecerem apenas os Senadores... Ou foi um de nós ou então não sei, foi o próprio depoente. Então, é pela segurança do que ele vai dizer, cuja natureza não sabemos.

Então se, mesmo feitos os esclarecimentos da Senadora Marluce Pinto e de V. Ex^a, como Presidente, de que ele não se sentirá constrangido, ele mantém a tese de que quer falar em caráter particular com a Comissão, pelo procedimento não temos como obrigá-lo, não temos como dizer que ele vai fazer – digamos assim – do jeito que está, transmitido, etc. É só para um esclarecimento que estou dando, já que não conheço nada, em absoluto, da natureza do que ele vai depor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para deixar o Sr. Jorge Pereira dos Santos absolutamente tranquilo. O senhor não é réu, não é indiciado. O senhor está aqui apenas colaborando e prestando informações. Fique tranquilo com relação a isso. Como advogado, sei que, com toda essa circunstância, as pessoas que não são do ramo, quando vêm um negócio desses, realmente ficam meio assustadas, mas fique tranquilo, o senhor não está sendo investigado, está apenas colaborando com esta Comissão.

Mas agora quero repetir o que a Senadora Marina Silva colocou: se o senhor tem alguma coisa muito relevante e importante a comunicar à Comissão e que deva ser objeto de sigilo, assim devemos tratá-lo. Se, por outro lado, quer se sentir mais seguro falando em separado apenas com a Comissão, da minha parte já até antecipo minha posição: também aceito, do mesmo jeito. O senhor precisa, na verdade, sentir-se à vontade para falar com tranquilidade, sem nenhum problema. Era apenas para lhe dar essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, coloco em votação. Se todos concordam que o depoimento...

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, seria conveniente verificar se, com essas colocações, ele ainda mantém a solicitação que fez.

A SR.^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, uma questão de ordem, até quando falei disse que ficaria a critério dos membros da comissão e dele. Vamos ouvir, depois de termos esclarecido, o que ele acha. Se

for realmente questão pessoal dele que seja em caráter sigiloso, nós aceitamos. Agora, quero repetir o que já foi dito pelo Senador Moreira Mendes: não se sinta coagido, absolutamente. Vamos lhe fazer perguntas e o senhor só vai responder aquilo que achar que deve responder. Agora, se há algo que o senhor queira esclarecer para esta Comissão e que ache que é melhor em caráter sigiloso, pode ficar certo de que acataremos com a maior boa vontade. Só queremos que o senhor se sinta muito à vontade, entre amigos. O senhor não é réu, não temos nada contra a sua cooperativa, absolutamente, e só queremos alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago ao depoente se ele mantém a solicitação de depor reservadamente para a Comissão ou se muda de opinião.

O SR. JORGE PEREIRA DOS SANTOS – Sim, Excelência, mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, em atendimento à sua solicitação – embora, se fôssemos nos apegar à letra fria da lei, não fosse permitido –, tomarei o depoimento em caráter sigiloso e peço aos assessores e demais presentes que se retirem, bem como solicito que a **TV Senado** cesse a sua transmissão.

O SR. MOREIRA MENDES – Inclusive a gravação, Sr. Presidente. Com todo respeito ao meu colega, porque também sou advogado, mas, da observação que tenho feito de outras CPIs de que tenho participado – inclusive a mais recente, de roubo de cargas –, o advogado não pode se manifestar com o depoente. Ele, para se manifestar, tem que se dirigir à Presidência e então, através do Presidente, fazer a comunicação que deseja fazer ou a indagação que acha que deve fazer.

A SR.^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, na condição de Relatora, já que fica o advogado do depoente, apenas a assessoria desta Comissão poderia também ficar, porque é quem vai fazer as anotações.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, então, deferir a ponderação da Relatora, já que a assessoria da Comissão inclusive tem compromisso juramentado de não deixar vazarem informações. Ficam, portanto, a secretaria e a assessoria direta da Comissão. Os assessores dos Senadores, inclusive os meus, logicamente, não poderão permanecer.

(Levanta-se a reunião às 20h08min.)

8ª Reunião Realizada em 4-9-01.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, às dezessete horas e quarenta e

nove minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Marina Silva, Pedro Ubirajara, Moreira Mendes, Tião Viana, Nabor Júnior, Leomar Quintanilha e Bernardo Cabral, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “**destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs**”. Presente também, o Deputado Luis Barbosa – PFL/RN. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento dos Deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, respectivamente, Presidente e Relator da CPI de “Terras e assuntos Indígenas” da Assembléia Legislativa de Roraima/RR e, dos Srs. Christopher Julian Clark e Plínio Leite da Encarnação, respectivamente, Presidente e Tesoureiro da Associação Amazônia. O Senhor Presidente passa a leitura dos expedientes recebidos: Ofício em que o Secretário Parlamentar, Raimundo C. de Oliveira comunica a essa Presidência, a impossibilidade do comparecimento do Deputado Sérgio Carvalho a reunião da Comissão no dia de hoje, na qualidade de convidado, conforme Ofício da CPI de nº 227/01, colocando-se à disposição da Comissão para agendamento de futura data, como também, Ofício subscrito pela Chefe de Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, justificando as ausências do Senador, anexando cópia e atestado médico. O Sr. Presidente concede a palavra a Senadora Marina Silva, pela ordem, que solicita o encaminhamento ao seu gabinete, da Ata de reunião anterior, que será discutida e votada em reunião posterior. A seguir, o Presidente convida para entrar no recinto os Deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, para tomarem acento a Mesa, concedendo inicialmente a palavra ao primeiro Deputado e após, ao segundo, para dar início às suas considerações. O Senhor Presidente, concede a palavra a Senadora Marluce Pinto, Relatora da CPI, para questionar aos Deputados. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores: Leomar Quintanilha, Pedro Ubirajara e Marina Silva. Ao final, os Senhores Deputados entregaram à Comissão documentos para análise da CPI. A Presidência agradece a presença dos convidados, solicitando a Secretaria, conduzir ao recinto, os próximos depoentes, Christopher Julian Clark e Plínio Leite a Encarnação que,

após tomarem assento a Mesa dos Trabalhos, a Presidência informa que os mesmos já preencheram e assinaram o Termo de Compromisso, qualificando-os em seguida. Inicialmente, o Presidente concede a palavra ao Sr. Christopher e posteriormente ao Sr. Plínio, para as suas exposições iniciais. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para questionar o Presidente e o Tesoureiro da Associação Amazônia. Fizeram uso da palavra, pela ordem de Inscrição, os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Pedro Ubirajara e Marina Silva. O Senador Bernardo Cabral requer, seja oficiado a Associação Amazônia, solicitando remessa a CPI dos registros contábeis de entrada no País, de volumes de recursos para a Associação Amazônia, tanto, de forma oficial como os de forma espontânea, assim como, requer seja oficiado ao IBAMA, no sentido de se registrar a declaração do Sr. Christopher Clark a esta CPI, quanto a devolução dos 172 mil e 400 hectares de terras, antes áreas devolutas, desde que, o Governo Federal considere essas terras como Áreas de Proteção Ambiental – APA. A Senadora Marluce Pinto, requer seja oficiado ao INCRA, no sentido de remeter a esta Comissão, cópias de Projetos da Prefeitura de Rorainópolis/RR, em interação com aquele Instituto, assim como, requer seja oficiado a Associação Amazônia, cópia de Acordos ou Convênios firmados entre a Prefeitura de Rorainópolis/RR e a Associação Amazônia, na Área de Educação. O Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, acata as solicitações dos Senhores Senadores, determinando a Secretaria as devidas providências. Antes do término da presente reunião, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, pergunta ao Sr. Christopher Julian Clark e ao Sr. Plínio Leite da Encarnação, se os mesmos disponibilizariam a esta CPI, a transferência do sigilo bancário da Associação Amazônia, especificamente, da conta nº 10.700-x, Agência Rio Negro do Banco do Brasil, assim como, a transferência do sigilo fiscal da Associação Amazônia. Os depoentes concordaram com a solicitação e, de próprio punho, redigiram em separado, a autorização das transferências bancária e fiscal da Associação Amazônia. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da CPI das ONGs, criada pelo Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 28 de agosto, ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRª MARINA SILVA – Sr. Presidente, para facilitar os trabalhos, gostaria que a Secretaria providenciasse antes uma cópia das atas para os nossos gabinetes, a fim de que pudéssemos fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Providenciaremos as atas previamente.

Declaro aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico que a presente reunião se destina a ouvir as exposições dos Exm^{os} Srs. Deputados Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, e dos Srs. Christopher Julian Clark e Plínio Leite da Encarnação, representantes da Associação Amazônia.

Há expedientes remetidos à CPI, que passo a ler:

Sr. Presidente, de ordem do Sr. Deputado Sérgio Carvalho, comunico a V. Ex^a que manteve contato, via telefone, com o Deputado, que se encontra na cidade de Porto Velho, Rondônia, tendo em vista compromissos assumidos naquela cidade anteriormente ao recebimento do vosso Ofício nº 227/01, o que torna impossível o seu comparecimento no dia 4 de setembro, nesta Comissão.

O Deputado informa que terá o maior prazer em comparecer, na qualidade de convidado, para prestar esclarecimentos a essa CPI. Poderá ser nos dias 11, 18 e 25 do corrente mês, dependendo de um contato prévio para acerto de data.

Raimundo de Oliveira, Secretário Parlamentar.

Quero também comunicar que o Deputado Sérgio Carvalho telefonou-me exatamente nesse sentido, pedindo escusas por não comparecer, dizendo que realmente preferiria vir em outra data, já que o Relatório da CPI da Grilagem está sendo fechado nos próximos dias. Dessa forma, ele já viria com o Relatório Final da própria CPI da Grilagem.

O expediente seguinte é um documento da Chefe de Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, encaminhando um atestado médico, justificando, portanto, a ausência do Senador aos trabalhos desta CPI.

Solicito à Secretaria da CPI que convide os Srs. Deputados Estaduais Messias de Jesus e Urzeni Freitas Filho para se fazerem presentes. (Pausa.)

Esclareço que os Deputados Estaduais Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho encon-

tram-se nesta CPI na condição de convidados, para prestarem alguns esclarecimentos a esta Comissão.

Para organizar melhor o nosso trabalho, ouviremos os dois Deputados, pois abordarão o mesmo tema, já que um deles foi Presidente e, o outro, Relator da CPI da Assembléia Legislativa do Estado que investigou a Associação Amazônia. Após a exposição dos dois, daremos aos Srs. Senadores a oportunidade de fazerem suas perguntas, após, obviamente, as indagações da Srª Relatora.

Concedo a palavra ao Deputado Messias de Jesus, por vinte minutos, para a sua exposição.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Srª Senadora Marluce Pinto, Srª Senadora Marina Silva, Sr. Deputado Federal Luisinho, da tabela do meu Estado, não tenho palavras para mensurar a alegria que sinto, neste momento, em estar aqui, como convidado desta CPI das ONGs, para dar o meu modesto depoimento e tentar contribuir para que esta Comissão tenha êxito em sua atuação.

Srªs e Srs. Senadores, sou nordestino e, há mais de 25 anos, resido no interior do Estado de Roraima. Iniciei minha vida política como líder da juventude rural. Residindo em Roraima há mais de 25 anos, portanto na Amazônia, sempre tive a coragem de denunciar que algo não estava bem, em se tratando do domínio que o País tem sobre tão importante região, que é Amazônia Brasileira. Admito que seja um Patrimônio da Humanidade, mas não admito que não sejamos capazes de cuidar dela. Também não quero ser xenófobo e dispensar o apoio da comunidade internacional para ajudar a preservar a Amazônia, seus recursos e, principalmente, seus 20 milhões de habitantes, que, hoje, infelizmente, não são tratados com a dignidade que merecem. Como Vereador, em Baliza, acompanhei o sofrimento de dezenas de produtores rurais da Vicinal 29, que V. Exªs, Sr. Presidente e Srª Senadora Marluce Pinto, conhecem bem. De repente, esses produtores viram aparecer indígenas próximos aos seus lotes e, hoje, estão perdendo suas terras para essas comunidades indígenas, após mais de 20 anos de uso ininterrupto.

Acompanhei estranhos casos de ONGs, igrejas de várias denominações, grupos de estrangeiros que, claramente, sempre mandaram naquela parte do Brasil, mais que nossas autoridades. Como cidadão, assisti a tudo isso sem ter condições de mover uma palha. Como vereador, o máximo que consegui foram vários processos movidos pelo então, bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, um protetor de dezenas de ONGs, que intensificaram suas presenças em Rorai-

ma. Como Deputado me senti na obrigação de continuar esse trabalho. Desde os meus primeiros discursos sempre procurei denunciar a presença nociva de ONGs que, visivelmente, atentam contra a Soberania Nacional. Mas, por que, os Governos da Europa e Estados Unidos, as ONGs e os grupos organizados agem com tanta desenvoltura na Amazônia? Por que ONGs se apossam facilmente de terras de áreas maiores que vários países da Europa? Por que vendem, ilegalmente, lotes através da **Internet**? Por quê? Essa é uma resposta difícil, não temos nenhuma pronta. Mas, é elementar que qualquer brasileiro que se interesse por este assunto, saberá que o Brasil nunca teve uma política adequada, para a Amazônia. Na verdade, achamos que o Governo Federal nunca deu a mínima importância para aquela Região.

Por outro lado, sabemos, o peso que tem a palavra Amazônia nas negociações com o FMI, com bancos internacionais e nas rodadas de negociações com autoridades dos países ricos. Infelizmente, todo esse falso cuidado nunca se refletiu em melhorias das condições de vida do povo da Amazônia. O ribeirinho, o pequeno produtor e as comunidades indígenas, continuam desassistidos, passando fome, morrendo à míngua, por doenças que foram exterminadas no Século passado. Mas, se a Amazônia merece tanta atenção, porque a realidade do povo da Amazônia não muda? Por que o Brasil não assume o controle da Amazônia? Por que a cada canetada são retiradas mais verbas de projetos importantes para a Amazônia? Por que os militares não são dotados de todas as condições para que a Amazônia continue pertencendo ao Brasil? Por que tanto poder dessas ONGs, em se tratando da Amazônia?

Por tudo isso, quero louvar a brilhante iniciativa do Senado Federal que, mais uma vez, promove um esforço muito grande, para ajudar a responder essas inquietantes perguntas, e tenho a convicção de que a atuação das ONGs na Amazônia não será mais a mesma, depois que esta CPI aprovar seu Relatório e as devidas providências forem tomadas. Sabemos que essa não deve ser uma luta isolada, que a CPI do Senado sozinha não fará muita coisa. Mas é necessário que, após a conclusão dos trabalhos, todos os Poderes, a sociedade e todos os segmentos envolvidos partam para uma cruzada em defesa da Amazônia, não como fazem aquelas ONGs que, apenas, usam o tema para arrecadarem rios de dinheiro, num esquema de um enriquecimento profissional, às custas da miséria, do abandono e até da perda de Soberania do Brasil, sobre a Amazônia.

Aqui estão algumas publicações sobre Amazônia. Todas elas têm algo em comum, deixando claro, que existe uma conspiração internacional para minar a autoridade brasileira na Amazônia.

Sr. Presidente, trouxe alguns documentos, livros, e ilustrações que provam a veracidade dos fatos: **Roraima no Centro da Internacionalização; A Zona Franca dos foras-da-lei; Terras Compradas Ilegalmente; Amazônia, a Próxima Guerra; OTAN de Olho na Amazônia.**

O escritor roraimense, Luiz Emberê Soares de Freitas, num de seus livros cita trechos de autoridades internacionais:

“O Brasil deve aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” – François Mitterrand, em 1989; “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia a organismos internacionais competentes” – Mikail Gorbachev; “Ao contrário do que os brasileiros pensam a Amazônia não é só dele”- Al Gore, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos.

Isso deixa claro que as ONGs não estão só para fazer filantropia, porque são boazinhas, mas, sim, porque são parte de uma orquestra afinada que tem o objetivo de diminuir a presença do Brasil na região. As ONGs querem deixar o caminho cada vez mais livre para que num futuro bem próximo as riquezas naturais da Amazônia sejam exploradas pelos países ricos e que o futuro da Amazônia brasileira seja entregar sua rica matéria prima, sua biodiversidade para a Europa e Estados Unidos. Aliás, isso já ocorre. E, como esta Comissão já tem conhecimento, a biopirataria e biopirataria correm solto na Amazônia. Já estamos sendo roubados todos os dias, Sr. Presidente, por falsos ecologistas, falsos defensores da minorias e por falsos religiosos que estão praticando todo tipo de crime na Amazônia, com a complacência, infelizmente, de autoridades brasileiras. Essas denúncias e acusações que faço aqui não são infundadas. São baseadas em fatos do conhecimento de toda a opinião pública nacional.

Além de prestar esse modesto depoimento, estou deixando dois volumes de documentos que, bem analisados, mostrarão um pouco mais sobre a farsa que se abate sobre a Amazônia.

Essa é uma questão que envolve muitos interesses. Tivemos essa confirmação quando decidimos criar uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, com o objetivo de investigar a presença de estrangeiros no interior do nosso Estado e a tentativa de uma ONG – Associação Amazônia, de se

apossar de 172 mil hectares de terras na região chamada Baixo Rio Branco, no sul de Roraima.

A CPI das Terras, por mim Presidida, ouviu os dirigentes da Associação Amazônia e desde o início ficou comprovado que um grupo de estrangeiros, apoiados por brasileiros, armaram um esquema, fraudaram documentação, enganaram ribeirinhos, forjaram documentos em cartório de Manaus e conseguiram juntar vários lotes numa só propriedade, chamando-as de Reserva Xixuaúxi(?), Xiparinã(?).

Como está dito neste depoimento, o Sr. João Soares Gomes, que sequer sabia assinar o seu nome, teve a sua assinatura reconhecida pelo cartório, chamado Cartório David, em Manaus, no Amazonas.

Outra denúncia que ficou comprovada, é que a maioria das pessoas que venderam os lotes na área não conheciam a região. Alguns saíram da periferia de Manaus – AM e foram direto para os cartórios, onde assinaram documentos e recibos de compra e venda de lotes que nunca tinham visto. Alguns já conheciam a região.

Os depoimentos prestados pelos dirigentes, membros, assessores, dentre eles jornalistas, advogados da Associação Amazônia, deixam claro que o esquema não se sustentava em nenhuma base legal. Havia até um despreparo por parte desses dirigentes, dando a impressão que não passaram de pobres coitados e que os responsáveis pelas ONGs estavam, como de fato estão, na Europa e Estados Unidos.

A CPI das Terras ouviu quase a totalidade dos dirigentes da Associação Amazônia. Esteve no local e provou que a propaganda feita até hoje, incluindo através da Internet, é mentirosa. Lá não foi encontrado escola, posto de saúde, centro de pesquisa ou qualquer outro item que vocês vêem estampada na página da Associação Amazônia, na Internet.

Os trabalhos da CPI avançaram e não tardaram a chegar as pressões, vindas de todos os lados, para que não concluíssemos os trabalhos da Comissão. Ocorre que o avançar das investigações complicou ainda mais a situação da Associação Amazônia e de seus dirigentes. Solicitamos e recebemos respostas do sigilos fiscal, telefônico e bancário - que foi negado pelo Banco Central – da Associação Amazônia e ficou comprovado que a ONG era formada, em sua maioria, por estrangeiros que ofereciam generosas doações.

Nos chamou também atenção as Atas e Estatutos da criação da Associação Amazônia, Sr. Presidente, devido a presença majoritária de estrangeiros.

O dinamarquês Eric Vall(?), o suíço residente na Itália, Kristopher Klark, e o argentino Hector Garibote. Observamos, posteriormente, que os estrangeiros idealizadores da ONG, sempre usaram brasileiros para aparecerem na linha de frente na administração da entidade.

Foi feita uma mudança na categoria de sócios, criando o sócio produtor e aceito o italiano Roberto Paoli Imperiali, e está escrito no estatuto, registrado no Cartório de Registro Especial – Cartório David, em Manaus, no Amazonas — que Roberto Paoli Imperiali passa a ser dono de 80% da reserva e, mesmo que a associação seja extinta, ele mantém o domínio sobre a área, ou seja, mais de 100 mil hectares de terras.

Além disso, existe a suspeita de que foram reconhecidas as assinaturas de ribeirinhos, como já disse, que, em depoimentos para a CPI da Terra, afirmaram ser analfabetos e jamais terem assinado os seus nomes em nenhum lugar, evidentemente.

Se, por um lado, a Associação Amazônia dá como certa a grilagem de 182 mil hectares de terras, as investigações e as atuações dos órgãos internacionais, como a Interaima – Instituto de Terras de Roraima, o Incra, a Procuradoria-Geral de Justiça e a própria Justiça de Roraima atestaram que a ONG Associação Amazônia estava ocupando a área ilegalmente.

Apesar da negativa do Banco Central em fornecer o sigilo bancário, a Associação Amazônia enviou documentos com os respectivos demonstrativos. As respostas dos sigilos telefônico e fiscal demonstraram que a ONG, apesar da organização, o objetivo de seus dirigentes é servir aos interesses de estrangeiros e idealizadores da mesma.

Sr. Presidente, a CPI da Terra pediu informações aos cartórios de registros de imóveis do Estado, e os dois cartórios, que possuem jurisdição sob a área em questão – Cartório Stela Maris, em Caracaraí e Cartório Félix, em São Luís do Anauá – confirmaram toda a nossa preocupação. As certidões atestam que não há registro da área em questão em nome da União, do Estado ou do Município. Por isso, fica fácil para as ONGs estrangeiras se apossarem de terras na Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Roraima é o único Estado do País que não tem domínio sobre as suas terras, porque, após a transformação do Território em Estado, a União não repassou as terras para o Estado – inclusive aproveitou este momento para pedir ajuda ao Senado, pois o Governo Federal reluta em não nos dar a posse da terra que, por direito, é nossa.

Durante os trabalhos da CPI da Terra, tivemos acesso a um documento da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, em que, por meio de um parecer, assinado no dia 14 de abril, o Procurador Luciano Alves de Queiroz não atende à solicitação da Associação Amazônia e nega o registro da área em seu nome.

Em 26 de maio, o parecer do Procurador foi encaminhado ao Juiz Estadual Helder Gerão Barreto, que, baseado nas ponderações da Procuradoria, proferiu sentença indeferindo o pedido da associação, que tentava, de todas as maneiras, obter um respaldo legal para a sua permanência na região.

No dia 13 de dezembro de 1999, a CPI da Terra da Assembléia Legislativa de Roraima aprovou o seu relatório, apresentou-o ao Plenário do Legislativo roraimense e encaminhou cópias para a imprensa e Ministério Público.

A CPI da Terra chegou a várias conclusões, Sr. Presidente. Com certeza, responderemos na frente — inclusive o nosso Relator Deputado Urzeni Rocha se encontra presente.

Mais recentemente, outra CPI investigou a Associação Amazônia e, certamente, chegará às mesmas conclusões que a CPI da Câmara de Roraimópolis e a CPI da Terra da Assembléia Legislativa de Roraima. Além disso, não tenho dúvida da eficácia do relatório desta CPI, que trata especificamente da atuação das ONGs no País.

A grilagem de terras públicas, presidida pelo Deputado Luciano Castro e relatada pelo Deputado Sérgio Carvalho, chegou a conclusões bem mais amplas que a CPI de Roraima e, certamente, por estar na alçada federal, as suas conclusões terão um alcance mais efetivo.

A região amazônica é composta por 500 milhões de hectares. Destes, pelo menos 100 milhões estão grilados, especialmente no Pará, Mato Grosso e Roraima. A CPI da Grilagem também concluiu que, nos processos de grilagem, sempre há conivência e a participação de cartórios, funcionários a Justiça, do Incra, do Ibama e da Funai, além de juizes que facilitam o registro das terras.

Está certo o Senador Mozarildo Cavalcanti ao cobrar do Governo um maior controle da região amazônica pelas Forças Armadas com o objetivo de combater, com eficácia, a exploração predatória dos recursos naturais, o contrabando e o tráfico de drogas.

Realmente, o Governo brasileiro e as Forças Armadas não podem ser substituídos por ONGs. A Amazônia ainda é tratada como a filha bastarda da

Nação, com omissão, apesar de ser uma das regiões mais ricas do País.

É preciso preservar e garantir os direitos mais elementares para os amazônidas, os ribeirinhos, o produtor rural e o indígena. Mas isso não pode ser feito diante de um prejuízo maior, que é perder definitivamente a Amazônia para as forças internacionais, e o caminho mais eficiente para que isso aconteça é o controle da ação daquelas ONGs, que não passam de braço disfarçado das grandes potências mundiais.

Confio, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, pois minhas esperanças não morreram ainda, uma vez que existem segmentos como esta Casa e, principalmente, o Exército brasileiro que não aceitam a atual realidade da Amazônia. Espero que desta CPI saia uma série de decisões deixando a Amazônia brasileira um pouco mais pertencente a nós, aos nossos filhos, netos e às nossas gerações, acabando de vez com a biopirataria e a pilantropia que faz a Associação Amazônia, grilando uma área de terra, Sr. Presidente, com mais de 172 mil hectares, ou seja, maior que a capital de São Paulo, maior do que a Bélgica e maior do que vários países do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Urzeni da Rocha para sua explanação.

O SR. URZENI DA ROCHA – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^a Senadora Marluce Pinto, Sr^a Senadora Marina Silva, senhores presentes a esta Comissão, como bem disse o nosso antecessor, Deputado Messias de Jesus, tivemos uma missão, eu diria, árdua na questão da instalação, movimentação e do trabalho realizado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do nosso Estado.

As dificuldades e as pressões de todos os lados começaram desde o início da idéia de se fazer uma CPI para investigar a presença de uma ONG denominada Associação Amazônia mais precisamente no Estado de Roraima, na região chamada baixo Rio Branco, no sul do Estado.

A denúncia dizia que essa associação tinha a posse de 172 mil hectares naquela região, terras que não haviam sido documentadas nem cuja posse tinha sido transferida para essa entidade pelo Estado, União ou Município. Na verdade, o que estava se vendo naquele momento com tal denúncia era que a Amazônia, mais especificamente o Estado de Roraima, estava sendo invadida por uma dessas inúmeras ONGs que existem na Amazônia.

Nós, amazônidas, que moramos e vivemos o dia-a-dia na Amazônia, sabemos das dificuldades, o que é realmente a Amazônia para todos os brasileiros, a importância de seu significado para todos nós. Evidentemente, diante de uma informação e uma denúncia como essas não titubeamos nem pestanejamos e fomos, realmente, verificá-la.

Todos nós temos conhecimento – o Brasil sabe disso, as autoridades brasileiras têm conhecimento – de que a Amazônia está sendo paulatinamente ocupada em todas as suas regiões por organizações não governamentais, tendo como pano de fundo o pretexto de preservar e dar ajuda aos moradores das localidades. Enfim, a Amazônia está sendo totalmente invadida, reafirmo aqui, como disse o Presidente da nossa Comissão, de forma nociva pelas organizações não governamentais.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de me posicionar com relação à ONG investigada.

A Associação Amazônia, conforme podemos verificar em documentos, em livros de atas e em tudo que nos foi apresentado, é totalmente composta e comandada por estrangeiros, conforme também disse o orador que me antecedeu: argentinos, dinamarqueses, italianos. Usam apenas alguma figura brasileira para legalizar, eu diria, aquela entidade que, na verdade, de brasileira não tem nada.

No que diz respeito à Associação Amazônia, entrevistamos moradores daquela região e, para que os senhores tenham uma idéia, viajamos de barco, por mais ou menos 12 horas, de uma localidade chamada Santa Maria do Boiaçu* até o Vale do Jauperi*, situada na região de Xixuaú-Xiparinã*, que são as terras em questão na Associação Amazônia. Fomos levados por moradores das regiões, por pilotos, como se diz na região, os quais conhecem a Amazônia a dedo. E nos contatos que fizemos, Srs. Senadores, percebemos a aflição dos moradores, daqueles que vivem sob as condições de vida que Deus os permitiu, além de sua aflição com a presença dessas ONGs na região. Ocorre que eles acreditam que vão ser expulsos, que vão ser, de certa forma, comandados por essas forças presentes na região. Portanto, o desespero de um grande número de famílias é enorme em várias localidades pequenas às margens dos rios que correm o baixo rio Branco.

A relação entre essa Associação e a população que lá existe é promíscua, eu diria, porque é uma relação em que os moradores daquele lugar, o ribeirinho, o amazônida não leva vantagem nenhuma, só des-

vantagem. Ele é usado, manipulado por essas organizações.

Tivemos oportunidade de ver moradores dizem, por exemplo, que aquela ONG dava R\$100,00 por mês para que ele mantivesse e fiscalizasse mil metros de área na beira daquele rio. Por exemplo, a ONG chega lá e diz que fulano de tal vai cuidar de mil metros, e receber R\$100,00; enquanto que beltrano vai cuidar de mais mil metros – essa área é nossa – e ganhar R\$100,00. No caso, eles seriam uma espécie de protetores, de soldados que fiscalizariam o patrimônio dessa Organização.

Sr. Presidente, temos presenciado um festival de mentiras e enganações dos líderes dessas entidades para com os ribeirinhos, as suas propostas no sentido de que as coisas vão melhorar suas vidas, mas que, na verdade, não passam de enganação, de trapaça para com aquelas pessoas humildes que acreditam em qualquer um que vai lá. Tamanha são as dificuldades vividas por eles que qualquer um que chega lá fazendo propostas fantásticas eles acreditam, e essas entidades passam a ser até o braço direito daquelas populações ribeirinhas.

Sr. Presidente, visitamos o quartel-general da Associação Amazônia, aliás a sua sede é até muito simples, portanto, ali, na verdade, é um ponto de referência para estudos da nossa fauna e flora – pesquisas importantes pelas quais o Brasil vai passar e não vai ver nem tampouco ter resultados. Podemos notar pontos de observação, antenas ligadas por todos os lados. No entanto, ao percorremos o rio em uma canoa vemos antenas amarradas no topo das árvores, que estão conectadas com o mundo, tornando-se eficientes mecanismos de comunicação. Na verdade, podemos perceber que a Amazônia está sendo totalmente invadida por essas Organizações Não-Governamentais e de forma nociva e predatória. Não quero aqui dizer nem defender a devastação da Amazônia. Muito pelo contrário. Creio que a preservação é importante, é necessária, é preciso, mas tem que ser da nossa forma, do nosso jeito, do jeito que o Brasil precisa preservar.

Não podemos, por exemplo, aceitar opiniões de americanos. Os americanos venderam filmes para nós, quando eu era jovem eu assistia a filmes onde os federais matavam os índios, ganhou dinheiro até vendendo filmes, mostrando como eles disseminaram as suas comunidades indígenas. E hoje querem vir ao Brasil nos ensinar a proteger índios.

Não é por aí. Ainda não temos a maturidade de que precisamos, mas estamos lutando. E os amazônidas, nós, a Senadora Marluce, a Senadora Marina, o

Senador Mozarildo, que conhecemos a fundo a realidade da Amazônia não podemos de maneira nenhuma deixar que isso aconteça.

Então, o que quero deixar claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que a presença e a invasão dessas ONGs em toda a Amazônia está-nos deixando, como eu disse há pouco, na mesma situação que os ribeirinhos. Estamos ali sem saber o que vai acontecer amanhã.

O Estado de Roraima, por exemplo, tem mais da metade das suas terras demarcadas para serem áreas indígenas, mais um tanto que é para o Exército, mais um tanto para o Ibama, e na verdade ali também existem quase 400 mil pessoas que precisam sobreviver no Estado, que precisam de trabalho, do emprego, precisam do desenvolvimento. E temos que trabalhar, temos que desenvolver o nosso Estado e precisamos das nossas terras.

Senador Presidente, Mozarildo Cavalcanti, Senadora Relatora, Marluce Pinto, a nossa situação no Estado de Roraima com relação a essa ONG precisa e deve ser resolvida. Só para se ter uma idéia – e aqui quero lamentar uma situação que acontece e acho que o poder público no Brasil não está vendo com a importância que merecem essas causas da Amazônia –, terminamos o nosso relatório, apresentamos tudo aquilo que foi constatado durante o trabalho da Comissão e fizemos uma série de sugestões aos poderes públicos constituídos, inclusive ao Senado Federal. Encaminhamos documentações ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, ao Presidente da República, ao Senado Federal, pedindo as providências que cada instituição dessa poderia fazer na questão da resolução do problema.

Nós da nossa Comissão não recebemos nenhum ofício, nenhum comunicado sobre as comunicações que enviamos a cada instituição do nosso País para que fossem tomadas as devidas providências.

Então, o que sentimos? Sentimos que estamos desamparados, não estamos protegidos e que a Amazônia está entregue às baratas e seja lá o que Deus quiser.

Quero dizer que o conhecimento que temos da Amazônia nos leva a dizer com muita tranquilidade que se São Paulo, se o Rio de Janeiro, se o Rio Grande do Sul são importantes para o Brasil, se têm muitos recursos, se geram empregos, geram divisas para o nosso País, a nossa Amazônia representa o futuro de tudo isso. Se pensarmos em São Paulo há 400, 500 anos, vamos chegar à conclusão de que São Paulo era uma Amazônia. Pela sorte, pela geografia do

descobrimiento do Brasil, a região Sudeste, o Sul do nosso País foi contemplado primeiro com o desenvolvimento porque estava geograficamente próxima à região pela qual o Brasil foi descoberto. A Amazônia nem por isso precisa ser esquecida. Ela está sendo tomada, ela está sendo invadida. Essa é uma denúncia que muitas vezes vemos, percebemos, mas a respeito da qual parece que as autoridades brasileiras não tomam providência.

O Sr. Daniel Garibotti, que é o Presidente da Associação Amazônia, disse-nos, com palavras claras, que ele recebia dinheiro dos seus amigos na Itália para conduzir os trabalhos na Amazônia. Eu perguntei a ele como esse dinheiro entrava no Brasil e ele disse-me que era em uma pasta, trazida na mão. Ora, pelos poucos conhecimentos que tenho, acho que qualquer dinheiro tem que entrar em um país pelas vias legais.

Só por aí os Srs. Senadores podem tirar a conclusão de como se apresenta o trabalho dessas ONGs na nossa Amazônia.

De forma alguma se pode dizer que a atividade, que a presença é legal. Quem for a Manaus verá que há procuradores que nem se conhecem, que não têm endereço. Muitos ribeirinhos declararam que venderam as terras e não assinaram documentos. Foi por meio de procuradores, num cartório pirata, em Manaus, como a CPI das Terras, da Câmara, tem demonstrado para o Brasil.

De forma que os dirigentes que ocuparam cento e setenta e dois mil hectares de uma área linda, de uma área belíssima do nosso Brasil, e que se intitulam donos dessa área sem ter documentação comprobatória estão lá, estão com força, estão amedrontando os verdadeiros brasileiros que ali vivem secularmente. E nós, com a força política de que a nossa Assembléia dispôs, tentamos modificar essa história.

Quero fazer um apelo ao Senado, a esta Comissão importante, presidida por um homem conhecedor da Amazônia, que é o Senador Mozarildo Cavalcanti, e que tem como Relatora uma Senadora que também conhece a palmo a Amazônia, o nosso Estado, a Senadora Marluce Pinto. Faço um apelo para que, a partir de agora, mudemos a história da Amazônia, para que façamos que a Amazônia seja dos brasileiros, que não seja dos americanos, dos europeus e, daqui a uns dias, dos asiáticos.

Enfim, se o Brasil não tomar uma providência, hoje é a Associação Amazônia, amanhã é outra, depois de amanhã é outra ONG. Estamos assistindo a isso.

Vi, se não me engano, no ano passado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso demarcar mais uma área de proteção ambiental na Amazônia e a entregar para ser administrada por uma ONG; uma das maiores áreas do Estado do Amazonas, a reserva ecológica de Mamirauá, uma área muito linda na região amazônica.

A Fundação Nacional de Saúde do meu Estado, que cuidava dos índios ianomamis, de repente viu os recursos serem transferidos para uma ONG que passou a administrar as questões indígenas no nosso País.

Fatos como esses nos deixam estupefatos, apreensivos. As nossas famílias ficam apreensivas, porque não sabemos o nosso futuro. O nosso futuro é incerto.

Esta é a minha colaboração para a Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores. Estou à disposição da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à ilustre Relatora, Senadora Marluce Pinto, para as suas indagações.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, demais membros desta Comissão, ilustríssimos Deputados estaduais do Estado de Roraima, Messias de Jesus e Urzeni Rocha, é um prazer muito grande para nós a presença dos dois nesta Comissão. Como somos do Estado, acompanhamos o desempenho da Assembléia Legislativa, especialmente da comissão instalada para o acompanhamento da situação das terras e também dessas reservas sobre as quais os senhores falaram nesta Comissão.

Foi um trabalho profícuo, complementado com a instalação dessa CPI na Câmara dos Deputados e, agora, com a instalação da CPI das ONGs. Esse trabalho será um tripé para que possamos, no futuro, ter resultados mais positivos.

Não farei mais perguntas aos dois convidados porque, em sendo do Estado, darei espaço para os demais senadores, mas gostaria de esclarecer dois pontos a partir da exposição feita. A primeira diz respeito às terras de Roraima, em relação às quais o Deputado Messias(?) solicitou do Senado Federal uma providência no sentido de que fossem oficialmente registradas em nome do Estado. Informo a V. Ex^{as}. que apresentei um projeto de lei, já aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Como na última Casa a ele foi apresentada e aprovada uma emenda, o projeto retornou à Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania para apreciação da constitucionalidade da referida emenda. Esse projeto foi relatado pelo ex-Senador Josaphat Marinho*, como sabemos, um dos maiores constitucionalistas do nosso País. O relatório foi muito bem elaborado e, durante muitos meses, o assunto foi debatido.

Realmente, desde os idos de 1943, a partir do decreto de criação do Território de Roraima, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, as terras que pertenciam ao Estado do Amazonas passaram para a União. E, até hoje, continuam sendo oficialmente pertencendo a ela. Acredito que, quando for aprovado o projeto, muitas coisas poderão mudar em Roraima, muito embora haja a ressalva das terras indígenas, das terras pertencentes ao Incra e das terras pertencentes às Forças Armadas. Entretanto, será um avanço muito grande.

Com relação à ONG que se denomina proprietária dos 172 mil hectares de terras ribeirinhas, isso não pode ocorrer. Existem sempre os “piratas” que fazem clandestinamente registros que não têm validade jurídica, o que nos prejudica e amedronta nosso povo. Conheci Santa Maria do Boiaçu(?) em janeiro de 1980, uma região muito bonita e ampla, de terras férteis, que já poderia ter-se desenvolvido significativamente, o que não foi possível porque essas ONGs levam para lá índios que não são da nossa região, como a comunidade Uai-uai, que não habitava aquela região. Originalmente a região era habitada por lanomames, mas os Uai-uai foram trazidos do Estado do Pará e se consideram habitantes primitivos. E, como foi dito, a fundação repassa recursos para as ONGs para prestar assistência de saúde.

Há pouco mais de um mês, o Ministro da Defesa convidou vários parlamentares a irem a Roraima, incluindo a Senadora Emilia Fernandes, ilustre representante do PT, e outros parlamentares de vários Estados, além da Bancada de Roraima. Lamento pelos demais parlamentares a nossa infelicidade de não chegarmos à reserva lanomames porque chovia muito e fomos obrigados a voltar.

Senadora Marina Silva, V. Exª é uma pessoa muito voltada às comunidades carentes e a todos os problemas da Amazônia e quero dizer-lhe que, tão logo cheguei a Roraima – e informo aos presentes que não sou natural de Roraima, embora o seja de coração, pois estou há 22 anos lá - visitei a região dos ianomâmis e me impressionou muito, porque, mesmo saindo do Nordeste, eu não conhecia tribo indígena, nunca tido ido a uma comunidade indígena. E lá, àquela época, eles já viviam, em janeiro de 1980, num malocão coletivo, todos eles vivem num malocão

muito grande coberto de palha e se dividem por família com fogo – a família, eles ali naquela redinha, e um fogo. E tudo o que eles pegam de caça secam ali dentro, todos juntos, e isso não mudou até hoje. E a única assistência, praticamente, que os ianomâmis têm naquela região é através do Pelotão de Fronteira do Exército*. Isso eu digo com muita convicção porque, embora a minha primeira ida tenha sido em 1980, não ficou só nisso: foram várias e várias vezes, eu até não posso nem denominar quantas vezes lá já estive. Este ano mesmo, no mês de maio, eu e o Senador Mozarildo Cavalcanti fizemos parte de uma comitiva, estivemos lá, e permanece tudo na mesma situação: é a mesma pobreza, a mesma dificuldade que eles enfrentam, não vou dizer que a Fundação não repasse os recursos, mas eles não estão sendo bem administrados, porque não existe uma assistência permanente. Sabemos que a Fundação hoje cobre as despesas para contratação de médicos e de dentistas num valor bem mais alto do que os Governos de Estado podem pagar. Enquanto no Estado o salário de um médico no interior, creio, não ultrapassa R\$4.000 – consulto o Deputado Urzeni da Rocha Freitas Filho*, que é médico -, a Fundação paga um valor bem mais alto. Mas a questão é que eles não permanecem na localidade, eles apenas visitam aquela localidade. É tanto que aproveitei numa Comissão, não sei se a Senadora Marina Silva estava no dia na Comissão de Saúde quando pedi à Agência Nacional de Vigilância Sanitária* para que eles fossem logo acompanhar para ver como era feito o trabalho. E eles estiveram lá.

Então, são essas coisas que a gente vê, que se fala, se faz discurso. Aqui nós criamos Comissão Especial do Calha Norte, que muitos acham que o Calha Norte é um programa militar, quando não é. Quando ele foi instituído desde 1986, se não me falha a memória, eram cinco Ministérios, o Ministério que realmente administrava à época era através do Embaixador Sandemberg. As Forças Armadas prestam apoio logístico porque fica a calha dos rios naquela região de fronteira, e o Calha Norte tem seus pelotões ali, eles prestam assistência às comunidades ribeirinhas e nas fronteiras. Mas a gente acompanha mesmo, de perto, que os recursos que são destinados para a Amazônia, muitas vezes não são gastos lá, e até admiro de o Deputado Urzeni da Rocha Freitas Filho* ter ouvido do próprio representante das ONGs que recebe os recursos numa bolsa, que deve receber até em dólar, porque para vir de fora... E como é que pode entrar, se até mesmo nós, para sair do País, temos uma limitação de quanto poderemos conduzir na nossa pasta em recursos? Então são essas coi-

sas, nós não queremos ser injustos com ninguém, sabemos que existem ONGs brasileiras, ONGs estrangeiras que realmente trabalham com eficiência, essas devem ser preservadas, e no final nós deveremos até, temos certeza, e é a opinião do Presidente e de todos os membros da nossa Comissão, fazer com que se propale através da imprensa brasileira, aquelas que atuam com honestidade como missionários, porque quem se dedica a ficar na região amazônica da maneira que ainda é até hoje precisa ser um verdadeiro missionário. Até para poder ficar lá tanto tempo. Agora, não podemos é deixar que o povo venha de fora para explorar as nossas riquezas e depois achar que a Amazônia tem que ser o patrimônio do mundo, quer dizer, tirar da geografia do Brasil, o Deputado Mecias de Jesus* citou François Mitterrand, da França, Al Gore*, dos Estados Unidos, Mikhail Gorbachev*, da Rússia, mas existiu também já uma frase forte de Margaret Thatcher,* que a dívida do Brasil deveria ser paga com parte da nossa Amazônia. São essas coisas que nos deixam inquietos. Pode até haver um certo exagero, mas sabemos o seguinte: se vivemos num solo tão rico e o povo está passando fome, isso está errado. Se não procurarmos, através dos políticos e de todos os segmentos da sociedade, seja civil, militar, eclesiástica, para contornar esses problemas, nunca vamos conseguir realmente administrar a Amazônia. Foi dito aqui pelo Urzeni a importância de São Paulo. Realmente, lá já tem indústrias, já cresceu demais, já não é mais um Estado que se tenha preocupação pelo seu desenvolvimento. Muito pelo contrário. É de preservar o que já tem e investir na Amazônia que é para não ficar o povo lá desempregado, assaltando toda hora, porque sabemos que é um Estado belíssimo, mas está impraticável até sair na rua. Hoje, todo mundo, quando vai a São Paulo, teme ser assaltado, ter carregada a bolsa, e a gente vê um imenso torrão brasileiro, como é a nossa Amazônia, rico em vários segmentos, em tudo que se possa pensar. Não é exagero de quem vive na Amazônia, mas todo estrangeiro que a visita sai admirado do que vê e nós ainda não tivemos, essa que é a verdade, pulso para administrá-la. Quando fazemos os nossos discursos, que são tantos, todos os parlamentares da Região Amazônica sobem à tribuna para falar sobre a potencialidade, mas fica naquilo. Acho que tínhamos que fazer um trabalho de falar menos e agir mais, de procurar cobrar, cobrar mesmo do presidente, seja o presidente Fernando Henrique Cardoso, seja seu sucessor, não importa quem seja. A maior autoridade que temos no país tem por obrigação ver o Brasil como um todo, como os 81 Senadores têm por obri-

gação olhar pela Amazônia como os amazônidas que lá vivem. Então, meus caros Colegas, como já falei anteriormente, vou deixar que vocês, Senadores, possam fazer perguntas aos nossos dois ilustres Deputados, porque, no meu caso, era eu querer que eles repetissem para mim aquilo que já sei.

Retorno a palavra ao nosso presidente para que possa passar ao primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ouvidas as considerações iniciais da Relatora, concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Eminente Presidente Mozarildo Cavalcanti, eminente relatora, Senadora Marluce Pinto, Srs. Senadores, meus caros Deputados Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas. Lamento, Sr. Presidente, que, em razão da concorrência e da multiplicidade de compromissos, eu não tenha chegado em tempo hábil de ouvir as exposições dos ilustres convidados para nesta tarde, neste começo de noite, trazer o seu depoimento, trazer a sua impressão e o seu sentimento de como agem no seu território, no território que representam, o Estado de Roraima, as organizações não governamentais ali instaladas. Razões muito fortes nos levaram a constituir esta Comissão, porque detectamos, através de denúncias de diversas origens, as mais variadas, de ações inexplicadas de organizações não governamentais em nosso território, ferindo a autonomia brasileira, interferindo nas decisões internas do país e nos preocupando a todos. Recordo-me de uma carta recente, inclusive de admoestação, feita por uma organização não governamental da Holanda, criticando severamente o Governo brasileiro porque se propunha a ampliar a sua produção de soja e aproveitar como modal viária as hidrovias do Araguaia Tocantins.

Ora, para nós que representamos os estados mediterrâneos, os estados interioranos, estados distantes dos grandes centros, se não estabelecermos um modal de transporte que permita a alocação de carga pesada a longa distância de uma maneira mais barata, sempre seremos um Estado periférico, sempre seremos um Estado marginal, sempre seremos um Estado em estágio de subdesenvolvimento, e as nossas populações continuarão pagando caro por isso.

Então, seria preciso que esse tipo de organização, que se propõe a interferir nas decisões internas do País, vivenciasse o drama da nossa população para poder fazer manifestações e desenvolver ações nesse sentido, eis que temos, inclusive, nos deparado

com o envolvimento do Ministério Público ancorado nas avaliações, nas assertivas de várias dessas organizações que estão interditando a implantação das hidrovias sob o pretexto de preservação ambiental.

Ora, ninguém mais do que nós, brasileiros, ninguém mais do que nós que estamos exatamente nessa Amazônia Legal tão cobiçada por todos, quer a sua preservação.

Há equívocos na sua exploração? Há, mas também queremos corrigi-los. Não queremos a depredação desse patrimônio extraordinário que é a Amazônia, mas não vamos também nos esquecer de que o homem, o ser humano faz parte do ecossistema e tem que ser visto e considerado como o que há de mais importante nesse ecossistema.

Portanto, recebemos com muita alegria a presença dos eminentes Deputados e, embora eu não tenha ouvido as explanações preliminares, eu gostaria de indagar se é do conhecimento dos eminentes Deputados se as organizações não governamentais que atuam no território de Roraima têm a sua organização feita da forma jurídica correta, e estabelece exatamente quem são seus mantenedores, já que ouvi uma parte da afirmação de que o principal dirigente de uma das organizações não governamentais que ali funcionam recebe a sua remuneração como se não houvesse um processo legal de remuneração pelo exercício da presidência da instituição que ele administra.

Indago também se as comunidades indígenas existentes no território do Estado de Roraima já têm também as suas áreas delimitadas, ou se essas organizações não governamentais, que são do conhecimento de V. Ex^{as}, têm atuado na lida, na luta por essa delimitação de território sob o domínio indígena.

O SR. URZENI DA ROCHA – Senador Leomar, obrigado pelas palavras durante a nossa presença nesta Casa. Eu responderia, primeiramente, a V. Ex^a com relação à questão jurídica da legalidade da presença dessas ONGs no nosso Estado da seguinte forma.

A Senadora Marluce, Relatora, disse agora mesmo que existem ONGs com propostas claras, propostas de um trabalho resultante de uma avaliação profunda daquilo a que se propõe a fazer e a trabalhar, dentro daquela linha a que ela se propôs quando se instalou.

Então, aquela ONG que tem claras atuações pode buscar na base, na sua estrutura e se verificará que ela está legalizada juridicamente dentro do que a lei determina quanto a sua atuação, por exemplo, a

ONG que está cuidando da questão da saúde dos yanomâmis. A Fundação Nacional de Saúde deixou de atuar nessa área, e o Ministério da Saúde fez um convênio com uma ONG que está cuidando da questão da saúde, fazendo o que a Fundação fazia.

Particularmente, tenho algumas objeções ao tipo, à forma do trabalho que está sendo conduzido. Porque lá, na verdade, não se trata apenas de fazer o trabalho técnico. Estão desenvolvendo apenas o trabalho técnico de colocar lá médicos, dentistas, fornecer remédios, dar assistência preventiva. Na verdade, se V. Ex.^a for visitar os hospitais em Boa Vista, a capital do Estado de Roraima, verá que grande número de leitos dos hospitais estão sendo ocupados por índios Yanomamis. Quando a Fundação Nacional de Saúde cuidava dessa mesma população indígena, os recursos transferidos para a Fundação giravam, salvo algum engano, em torno de dois milhões e meio a três milhões anualmente. Era o orçamento da Fundação Nacional da Saúde para cuidar do Yanomamis.

A partir do momento em que o Ministério da Saúde fez um convênio para que uma ONG fizesse essa tarefa, os recursos pularam de três para sete milhões. E a ONG está fazendo o mesmo que a Fundação faz, talvez com uma eficiência até melhor. O que assistimos é ao fato de que os hospitais de Boa Vista recebem uma grande parte de pacientes vindo dessas comunidades indígenas, dos Yanomamis.

Pergunto: onde é que está tanto dinheiro, como está sendo gasto esse dinheiro, como é feita a prestação de contas? Nesse aspecto, eu diria que tenho restrições com relação à atuação de uma ONG que está devidamente registrada e legalizada, até porque ela tem convênios com o Governo Federal para prestar esse serviço. Mas em outros casos, por exemplo, na questão indígena Raposa Terra do Sol, sabemos que, além da igreja católica, há também algumas entidades não governamentais que trabalham junto com as comunidades indígenas para fomentar esta disputa, essa briga que existe em Roraima entre índio e branco, que historicamente nunca existiu. Secularmente o branco sempre conviveu com o índio harmonicamente, nunca brigaram, viviam às mil maravilhas. De repente, quando começaram a aparecer essas ONGs, Igreja Católica por trás, a coisa andou para uma guerrilha. Nós, que moramos lá, sabemos. Esses dias, talvez V. Ex^{as} não tenham ainda tido conhecimento, o Exército Brasileiro teve que disputar na justiça para construir um pelotão, numa fronteira de Roraima no Município de Uramutã. Foi na justiça, foi via judicial.

Quando teve a autorização judicial para atuar, para construir um pelotão numa área tão enorme, importante e nobre do nosso País, do nosso Estado, montaram uma tocaia à noite e invadiram o quartel. Nessa hora, soldados tiveram que atirar para cima. Ainda se viram vultos. As malocas dos índios são bem próximas uma das outras, e os vultos se dispersaram maloca adentro, de forma que não foram identificados.

O comandante daquela área militar fez um apelo - emocionado até - sobre a questão da soberania nacional. E sabe-se que há ONGs que não estão registradas, que não têm legalização, que não têm registro junto às autoridades brasileiras e estão atuando lá, dia e noite, vivamente, influenciando em ações, em questões como essa que, no dia-a-dia, coloca em cheque a nossa soberania e coloca em cheque a paz, a vida e a tranquilidade das famílias daquela região.

No caso da Associação Amazônia, motivo da nossa investigação, da nossa comissão, os documentos ensinam uma gargalhada, trata-se de uma brincadeira. É um livro velho, onde eles escrevem a mão, cartório pirata, documento falsificado, tudo que sabemos estar errado, e não conseguimos entusiasmar as autoridades brasileiras para que as providências sejam tomadas.

Então, existem algumas entidades que estão legalizadas e trabalhando, de forma boa ou razoável e tem muitas - a grande maioria - instaladas na região amazônica sem conhecimento das autoridades, inclusive com a presença de estrangeiros sem documentos. Se verificarmos a documentação, comprovaremos que há pessoas até sem passaporte. São coisas que nos deixam em dúvida. Espero que eu tenha respondido, Senador.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, a resposta me satisfaz por inteiro e se revela uma denúncia muito grave. Creio que compete a esta Comissão inclusive suscitar os órgãos responsáveis pela fiscalização, já que estão envolvidos recursos públicos na aplicação ao atendimento à saúde e às demandas dos indígenas daquela região. O importante é que foi sancionado por quem de direito, não sei se o Ministério Público ou o próprio Tribunal de Contas, para aferir se esse convênio está sendo realizado, se os índios estão sendo atendidos, já que parte da população indígena, mesmo tendo sido aumentado o volume de recursos que são destinados para atendimento de suas demandas de saúde, ainda busquem os hospitais da capital, seria importante fazer um aferição, não só na legalidade da presença dos representantes dessa instituição no Brasil como também

da correta aplicação dos recursos, com objetivo previamente estabelecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Embora o Senador Leomar Quintanilha tenha se manifestado satisfeito com a resposta, o Deputado Messias de Jesus pede para fazer algumas considerações.

Antes de passar a palavra ao Deputado Messias de Jesus e aos próximos Senadores que desejam se manifestar, gostaria que, dentro do possível, mantivéssemos a discussão na questão da Associação Amazônia, já que temos agendadas para outros dias outras entidades ligadas à questão indígena. Não seria hoje – sem tolher os comentários – o momento mais apropriado de adentrarmos nessa questão de instituições que agem na área indígena. A Associação Amazônia é um caso específico de aquisição de terras no sul do Estado de Roraima, 172 mil hectares, que foi objeto de uma CPI da Assembléia Legislativa e que gostaríamos de hoje nos atermos a esse caso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Messias de Jesus.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Sr. Presidente, gostaríamos de dizer, em relação à pergunta do Senador Leomar Quintanilha, que a Associação Amazônia é totalmente irregular no Estado de Roraima. Irregular ela é juridicamente, porque o endereço dela, o CGC é do Estado do Amazonas e ela começou tudo de forma tão ilegal, mesmo sabendo que as terras eram do Estado de Roraima, que buscou registrar essas terras no Estado do Amazonas. E buscou registrar de forma irregular e obteve para isso a conivência do cartório no Amazonas que reconheceu firma de pessoas que não sabiam assinar, que confessam isso no depoimento, reconheceu firma de pessoas vendendo terras, como é o caso do Sr. Paulo Rodrigues, que diz no depoimento que vendeu dois mil metros de terra, depois de ter sido muito orientado pelos dirigentes da Associação. Mas, no recibo de compra e venda, consta que ele vendeu trinta mil hectares de terras para a Associação Amazônia. Consta ainda que o Sr. Paulo Rodrigues recebeu vinte mil reais por essa venda. No depoimento, ele diz que jamais viu tanto dinheiro na vida dele e que tudo que a Associação Amazônia deu para ele foram R\$2 mil e o conserto de um batelão dele. Para quem não sabe o que é batelão é um motor de popa de barco para ele fazer as pescarias.

Ele confessou que jamais recebeu R\$20 mil, mas assinou um recibo, atestando ter recebido essa quantia. Na nossa frente, ele negou porque não rece-

beu o dinheiro. O Vice-Presidente e um dos mentores da associação, o Sr. Daniel Garibotti(*), afirmou que teria pago os R\$20 mil. Só depois de ter conhecimento da negativa do Sr. Paulo Rodrigues é que ele disse que não se lembrava do valor exato.

Da mesma forma, também é estranho e ilegal que o Sr. Carlos Pereira da Silva diga que não sabe ler, não sabe escrever, mas mesmo assim passou uma procuração para uma senhora que ele nunca viu. E confessa isso no depoimento dele. A procuração era para que ela vendesse as terras, que também nunca foram dele. Ele vendeu as terras, colocou o dedo dele, e a Srª Rosângela, que ele confessa nunca ter visto... Aqui está a assinatura do Sr. Carlos. Ele vendeu essas terras, recebeu uma quantia equivalente a R\$14 mil. Ele nega ter recebido esse dinheiro. Diz que jamais viu tanto dinheiro na frente dele. Ou seja, tudo o que a Associação Amazônia fez para legalizar essas terras é ilegal, imoral e, do meu ponto de vista, indecente.

Sr. Presidente, vou até me adiantar às perguntas, porque esta questão me deixou por demais chateado, nervoso, pois vi claramente a má-fé desses senhores: o Sr. João Soares Gomes foi para essa região - ele diz isso no depoimento dele - juntamente com o Sr. Daniel Garibotti, um dos mentores da Associação. Ele já tinha 18 mil ha de terras lá, mas vendeu-as. Na primeira vez em que ele foi lá, foi junto com o Garibotti, que já chegou demarcando e vendendo 18 mil ha de terras. Do mesmo modo, o Sr. Manoel Nascimento Horta, que tinha apenas 19 anos de idade na época, mas já era um dos maiores latifundiários deste País, sem herdar, sem conhecer a região, vendeu 28 mil ha de terras para a Associação Amazônia!

Pior do que isso, todos esses senhores não tinham nenhum tipo de documento. Eles fizeram a carteira de trabalho, alguns até a carteira de identidade, todos no mesmo dia, levados a Manaus pelo Sr. Plínio Leite da Encarnação(*) e pelo Sr. Daniel Garibotti. Fizeram o documento e, no mesmo dia, fizeram os recibos de compra e venda dessas terras.

Não acredito que essa Associação seja formada por ecologistas ou por defensores da natureza. Perdoem-me se for forte a minha expressão, mas é formada por pilantras que tentam, por orientação de alguém, tomar a nossa Amazônia e passá-la para outros, segundo o interesse deles. É muita terra: são 172 mil ha de terra! Nelas cabem a Capital do Estado de São Paulo e ainda sobra terra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Pedro Ubirajara.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha; Srª Relatora, Senadora Marluce Pinto; Srª Senadora Marina Silva, quando conversamos pela primeira vez sobre ONGs, entusiasmei-me em vir aqui porque, primeiramente, conheci Roraima. Fui proprietário, com mais duas pessoas, da Fazenda Internacional durante dois anos. Vi os cavalos selvagens, conheci os ianomâmis, conheci e vi a vida que levavam os garimpeiros do Estado, conheci a bela Boa Vista. Em segundo lugar, vim aqui porque nossos assuntos parecem ser iguais.

Parece que o Governo Federal, na ânsia de fazer parceria e diminuir seus custos nas regiões mais pobres do País, associou-se a pessoas inescrupulosas, que aqui vendem o Brasil e fora o compram, procurando esconder-se do Fisco de seus países diminuindo, assim, o custo do seu Imposto de Renda.

Dito isso – e como V. Exª pediu para que nós relatássemos e conversássemos só sobre o assunto do momento - quero dizer aos Deputados Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho que, hoje, é para mim um dia muito importante por estar aqui ao lado roraimenses, defendendo aquilo que é o patrimônio nacional não somente como ecossistema, mas também como pessoas, seres humanos como os indígenas.

Lá, em Mato Grosso, também, as ONGs, hoje, estão jogando os índios contra os produtores rurais, pois que até mesmo arma de calibre 12 põem nas mãos dos indígenas. Estão resgatando pessoas de mau caráter que têm um pouco, uma parcela de sangue indígena e que, por exemplo, viveram até os seus vinte e tantos anos na cidade de Curitiba e que, lá, procuram juntar índios até mesmo da República Paraguai, índios guaranis, e invadindo fazendas.

Nós sabemos a realidade do nosso índio. E sabemos e nos revoltamos com a Funai que, hoje, é um órgão completamente apático na condição do problema indígena e que não tem sequer, através dos seus diretores, o nacionalismo que precisa ter um homem público para cuidar do seu País através das suas pessoas, da sua gente, quais sejam: negros, brancos e índios dos quais nós descendemos.

Sr. Presidente, isso falando é para dizer a V. Exª que esta ONG, todas elas, têm usurpado mais o País do que trazido benefício nessa parceria com o Governo Federal. E eles não estão somente onde estão os índios, naturalmente desajustados, cuja mortalidade infantil é altamente contraditória em relação à mortalidade infantil de outras áreas e de outras populações

que, por exemplo, habitam o Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado.

Existe até mesmo entre os índios uma discrepância muito grande. E vejam V.Ex^a - vou citar, Sr. Presidente, só para ilustração. Nós temos a nação kade-weus com seus 534 mil km² na serra da Botoquena, na serra do Pantanal sul-mato-grossense. Isso são mais menos 3 mil índios. Isso é respeitado tanto pelo índios como também Governo brasileiro, seja municipal, seja estadual, seja federal. Temos umas aldeias de índios já completamente ilhadas pelas cidades que cresceram, como Aquidauana e Miranda, que, hoje, na mão das ONGs procuram recuperar as suas terras e que, na realidade, englobaria esses três Municípios, somados ao Município da Bodoquena.

Das autoridades que estão em convívio com os índios, tudo nós temos achado, tudo nós temos tido como troca, mas das autoridades federais, nada. E, agora, as ONGs ameaçam, inclusive, o sistema de vida entre os índios e entre os produtores. Evitam que eles, mantendo a sua cultura, possam sobreviver em pequenas áreas que, hoje, não se pode mais reflorestar, não dá tempo de reflorestar as áreas altas e não dá tempo de povoar os rios e trazer uma população de animais para elas, as ONGs, realmente façam os índios retroceder em tempo e voltarem à caça e viverem somente desta e do extrativismo. Mesmo os kadiwes não podem tirar madeira.

Então, os homens que foram de todas áreas do País para a região amazônica, embora tirassem o ouro, trouxeram-no para dentro do Brasil. E nós soubemos, lá, em Roraima, que os aviões dessem na região amazônica e de, lá, não só levavam as nossa riquezas de fauna e flora, para que pesquisassem e depois registrassem como deles as patentes. Infelizmente, uma das coisas em que a ONU, até hoje, não tocou o dedo na ferida foi exatamente nessa pirataria que se relaciona àquilo que roubam dos países pobres, que roubam dos países que, embora tenham uma extensão territorial muito grande, não tenham a maldade de pôr na cadeia aquelas pessoas que o Deputado de Roraima citou.

Sr. Presidente, gostaríamos de nos estender nesse estudo e pedir a V. Ex^a que se estenda nesse estudo, porque não podemos mais conviver com essa entrega sentimental do Brasil para os outros países.

Queremos fazer duas perguntas: primeiro, essas ONGs todas têm, pelo menos, sede na Capital do Estado de Roraima?

O SR. URZENI DA ROCHA – Sr. Senador, do nosso conhecimento, a Associação da Amazônia, ora

objeto da nossa palestra, das nossas informações aqui, tem sede no Estado do Amazonas. Mas quando fomos fazer as diligências, a Comissão foi fazer as diligências para procurar os integrantes e o endereço que constava na documentação, naqueles endereços apresentados na documentação não existe ninguém.

Então, são endereços fantasmas e a documentação não vale. Fica em nossa imaginação quanta coisa errada começa por aí.

Só para V. Ex^a ter uma idéia, não encontramos o endereço da Associação Amazônia.

Outra situação: algumas entidades, algumas ONGs têm endereço em Boa Vista. Por exemplo, a CCCY, que é essa que cuida da saúde dos ianomâmis, algumas ONGs ligadas ao trabalho dos indígenas. Quero até fazer uma parêntese aqui, corroborando com tudo aquilo que V. Ex^a disse, que é a pura verdade no nosso País: as ONGs que atuam na região Raposa Serra do Sol e até na região de São Marcos, que já foi demarcada em nosso Estado, começaram ações no sentido de incitar. Primeiro, as ações eram no sentido de incitar índio contra branco, historicamente, há 100 anos, 150 anos convivendo índios e fazendeiros, naquela convivência harmônica. Depois que os fazendeiros deixaram, abandonaram as suas fazendas e ali não conseguiram mais sobreviver, ficou a área à mercê dos destinos. Começamos a ver que as ONGs começavam a incitar índios contra índios. Então, em Roraima, hoje, existem duas facções: os índios que são teleguiados, digamos assim, pelas ONGs, que querem demarcações, que querem distância do homem branco, que querem briga, que não aceitam nada, que tudo está errado, que querem se tornar uma nação independente, e têm os mesmos companheiros índios, de uma maloca bem pertinho dela, que já defendem exatamente o contrário.

Existe até aquela história, ouvimos muito falar na Amazônia da questão, por exemplo, que daqui uns dias vai provocar uma guerrilha entre os índios, provocada e capitaneada pelas ONGs, e, de repente, pode descer lá de helicóptero os boinas verdes, os boinas da cor que for, para, numa solução rápida, dar a paz àquela população, que seria pretexto de invasões, enfim, apoderamento da nossa Amazônia, que é tão grande.

Então, essas questões dos endereços, Sr. Senador, é um problema que de uma entidade para outra varia; há umas que são legalizadas e outras não.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – De repente, Deputado (?), a obrigatoriedade de se ter a sede na Capital do Estado onde funciona a ONG seria uma razão

muito forte, muito boa, para elas serem fiscalizadas pelas autoridades do nosso Governo.

O SR. URZENI DA ROCHA – Perfeitamente.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Eu conheci o hospital público de Boa Vista quando estive lá por três vezes. Os índios que são tratados no hospital são sustentados no hospital pelas ONGs ou pelo Sistema SUS?

O SR. URZENI DA ROCHA – Pelo sistema público de saúde. A única participação, Senador, da ONG é utilizar o avião para, em caso de doença, transportar o índio da comunidade onde ele está. A ONG tem um contrato com empresas de aviação, e traz o índio para os hospitais. Depois não temos gasto com mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A questão da ONG, Associação Amazônia, que envolve a compra de terras no Estado de Roraima. Obviamente em outra ocasião em que estivermos investigando outras ONGs que têm a ver com a questão indígena, teremos o maior prazer em debater o tema. Isso porque nossa missão é apurar.

Assim, apelo aos Senadores para serem breves, porque temos ainda de ouvir os representantes da Associação Amazônia que estão aguardando para depor.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Vou terminar solicitando a V. Sª que se lembre nas próximas reuniões dessa extensão. Caso contrário, vamos ficar resolvendo o problema seccional e vamos deixar este Brasil à mercê das outras ONGs.

Vou terminar por aqui, lembrando a importância da vacina e de outras atitudes.

Temos também isso no meio dos brancos, na nossa sociedade de São Paulo, de Mato Grosso do Sul e de outros Estados. Nós temos agenciadores de saúde. Nós não temos convênios, nós não temos firmas que fornecem tratamento de saúde. Há agenciadores que pegam o doente e o levam ao hospital, constrangendo o médico, o hospital a interná-lo e a tratá-lo por um preço irrisório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Sr. Presidente, Srª Relatora, Srs. Deputados que contribuíram nesta tarde e contribuem nesta noite com os trabalhos desta comissão., o relatório de V. Exªs retrata, em parte, aquilo que consta dos relatórios que todos já têm em mãos. Com certeza o relatório já retrata o conjunto das informações que V. Exªs aqui já resumiram.

Por isso, vou formular apenas algumas questões, já que posso dispor desse material para possíveis averiguações.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: qual foi a principal motivação referente à criação desta CPI e às investigações que foram feitas? Vou fazer as perguntas por parte para que V. Exªs possam respondê-las. Vamos estabelecer um ping-pong quanto ao mérito da questão, para não ficarmos com um leque muito amplo de questionamentos.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Senadora Marina, a principal motivação para a Assembléia Legislativa de Roraima criar a CPI foi o fato de termos que o Estado e o Brasil estavam sendo invadidos de forma inescrupulosa por estrangeiros. A Assembléia Legislativa, entendendo ser de sua competência o assunto, criou uma CPI e fomos investigar o assunto. Gostaríamos inclusive de salientar que fomos investigar **in loco**. Nem a sociedade de Roraima acreditava que iríamos investigar isso **in loco**, porque se trata de uma região muito distante, que fica na divisa do Amazonas, nós tivemos que atravessar todo o rio Negro de canoa. Nós tivemos a coragem de ir lá, de ficarmos mais de quatro dias dentro da mata, para verificarmos tudo **in loco** e colhermos algumas informações. Há algumas informações que eles vendem lá fora. Por exemplo, eles vendem belezas da Associação Amazônia lá fora, dizem no canal deles na **Internet** que têm lá posto de saúde, escolas, atendimento odontológico. Mas, na realidade, eles não têm absolutamente nada lá, a não ser um local onde há várias camas e eles levam para lá estrangeiros para fazer pesquisas e patentear plantas nossas e proibem os nossos brasileiros até de pescar lá.

Gostaria de dizer, antes que V. Exª faça a próxima pergunta, que os ribeirinhos lá, os que ainda não venderam as suas terras, estão sendo obrigados a vendê-las ou terão que sair da região, porque já estão sendo até ameaçados de morte por eles.

A SRª MARINA SILVA – Quais as principais suspeitas sobre essa organização que V. Exªs tem como foco, a Associação Amazônia?

O SR. MESSIAS DE JESUS – A principal suspeita?

A SRª MARINA SILVA – As principais suspeitas.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Que eles fazem parte de um plano internacional e que, dentro desse sistema que eles chamam de filantropia e praticam “pilantrópia”, estão lá reservando uma área para mais tarde ganharem muito dinheiro com isso, que eles es-

tão ganhando. Como já disse o Deputado Elzenir, que foi relator, o Sr. Daniel Garibotti confessou que trouxe 70 mil dólares na pasta para pagar a demarcação das terras. Levou um topógrafo, e ele diz no depoimento que pagou 70 mil reais para demarcar as terras, o que na época equivalia a 70 mil dólares.

A SRª MARINA SILVA – Que documentos foram investigados por V. Exª? Que tipos de documentos vocês investigaram para essas conclusões?

O SR. MESSIAS DE JESUS – Os depoimentos deles, as autenticações nos cartórios do Amazonas, no cartório deles, no Amazonas, que não fomos investigar por que foge à nossa jurisprudentia, e os recibos falsos que acabei de citar aqui.

A SRª MARINA SILVA – Esses órgãos que foram utilizados para fazer essas documentações que V. Exªs estão tipificando como falsas, na conclusão do relatório da CPI foi encaminhada alguma medida judicial no sentido de punir essas ações fraudulentas dessas instituições?

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, respondendo à pergunta de V. Exª, tivemos o cuidado de, no final do relatório, fazer as nossas sugestões, aquelas que entendíamos que seriam importantes para solucionar tudo aquilo que a gente considerou de errado e que deveriam ser tomadas providências, encaminhamos, e posso até ler para V. Exª, rapidamente, todos os encaminhamentos que fizemos a todas as autoridades. Por exemplo, fizemos encaminhamentos ao Ministério Público Estadual e Federal, apresentando a cada um desses órgãos, as irregularidades encontradas na Associação Amazônia, ao Ministério do Exército que, entendemos, junto com a Polícia Federal, para investigar a presença e a legalidade desses estrangeiros na Amazônia, porque existe clara evidência de que até a legalidade de permanência desses dirigentes dessas organizações no Brasil, a legalidade de passaportes, enfim, estarem ilegais, não foi apresentado a nós nenhum passaporte que comprovasse isso, mas, também, ao mesmo tempo, não foi negado que estivesse legalizado. Encaminhamos sugestões à Presidência da República sobre as questões que poderiam ser encaminhadas ao Senado, mandamos uma cópia...

A SRª MARINA SILVA – Especificamente com relação a esses cartórios fraudulentos, foi dado conhecimento às autoridades competentes do Estado da Amazônia que eles operam nesse sentido?

O SR. URZENI DA ROCHA – À Assembléia Legislativa do Amazonas, ao Governo do Estado do

Amazonas e ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

A SRª MARINA DA SILVA – Quais foram as conclusões, os resultados que vocês acham que são fulcrais, vertebrais, para deixar aqui, nesta Comissão dos resultados desta CPI?

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, ficou muito claro para nós que, primeiro, a Associação Amazônia está presente, ocupando de forma ilegal uma área de 172 mil hectares de terras no Estado de Roraima, com documentação fraudulenta, com objetivos escusos e de forma totalmente diferente, na prática, daquilo que os seus dirigentes pregam.

Quando é perguntado a eles qual o objetivo da presença deles e por que compraram 172 mil hectares de terra de um ribeirão que nunca foi lá e tem 28 mil hectares, da D. Maria que vendeu dois mil metros... enfim, quando perguntados eles dizem que foram para ajudar, foram para colaborar. E se perguntamos o que foi feito lá, eles dizem que constroem escolas, dão apoio, têm uma função social muito importante à região. E *in loco* não verificamos absolutamente nada disso.

A SRª MARINA SILVA – Quantas pessoas habitam nessa região?

O SR. URZENI DA ROCHA – Números precisos eu não tenho aqui agora para dar a senhora, mas garanto que, pelas localidades, esse número passa muito de dez mil pessoas.

A SRª MARINA SILVA – Pessoas ou famílias?

O SR. URZENI DA ROCHA – Isso, isso.

A SRª MARINA SILVA – Quantas famílias mais ou menos?

O SR. URZENI DA ROCHA – Eu acredito que, mais ou menos, três mil famílias. Esse número requer comprovação, porque eu não tenho esse número.

Veja bem, esses números que estou apresentando a V. Exª são números da região. A Associação Amazônia tem uma sede, onde estão registradas apenas duas localidadeszinhas, uma chama-se São Pedro e outra, Itaquera. Sumaúma, que são comunidades pequenas com talvez 300 ou 400 famílias.

Na região toda do Baixo Rio Branco, na região sul do Estado, seria mais ou menos esse número, com diferenças que eu possa estar agora cometendo.

A SRª MARINA SILVA – Com relação a essa área que teria sido usurpada dessas pessoas humildes que passam por muitas dificuldades, que moram nessa região e vivem da sua atividade produtiva, qual o tipo de trabalho que as populações executam nessa área?

O SR. URZENI DA ROCHA – Agricultura familiar, aquela bem artesanal, típica da região e a pesca. Exclusivamente a pesca.

A SRª MARINA SILVA – Existia algum programa de Governo de atendimento na área de saúde, escola, de apoio técnico à agricultura familiar a essas comunidades?

O SR. URZENI DA ROCHA – Muito frágil.

A SRª MARINA SILVA – Não existe.

Existe alguma indicação por parte das autoridades competentes no sentido de um aproveitamento adequado de projeto de assentamento extrativista ou algo compatível com a natureza da área? Porque, segundo os senhores, a área é linda, é belíssima, fiquei aqui até imaginando como deve ser. Existe algum projeto de como utilizar essa área de forma sustentável, em benefício dessas comunidades, que não seja o modelo tradicional de projeto de assentamento? Existe alguma indicação por parte das autoridades competentes?

O SR. URZENI DA ROCHA – Não; não existe nenhum projeto oficial, nem em andamento. Existem idéias, que estão sendo estudadas para o aproveitamento da área na questão do ecoturismo. O Estado, inclusive, já pensa muito nessa questão do....

A SRª MARINA SILVA – Como a população local seria beneficiada num projeto de ecoturismo dentro dessa área?

O SR. URZENI DA ROCHA – Evidentemente que toda a estrutura que fosse colocada à disposição para implantar um projeto de ecoturismo na região, evidentemente que as população receberiam as benesses, inclusive geração de emprego e atividades paralelas.

A SRª MARINA SILVA – Mas eles são posseiros da área.

O SR. URZENI DA ROCHA – Veja bem – V. Exª também é amazônica -, existem certas regiões que ainda estão tão primitivas que sequer os órgãos públicos ainda estão presentes, como é o caso de Xixuaú, Xiparanã, regiões ainda totalmente primitivas, sem projetos ou qualquer atividade em que estejam presentes as instituições públicas.

A SRª MARINA SILVA – Essas populações moram lá há mais ou menos quantos anos?

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, vou cometer mais algum erro aqui, mas...

A SRª MARINA SILVA – Aproximadamente.

O SR. URZENI DA ROCHA – Acredito que, no mínimo, 50 anos.

A SRª MARINA SILVA – Cinquenta anos.

O SR. URZENI DA ROCHA – No mínimo.

A SRª MARINA SILVA – Cinquenta anos com a ausência do Estado. Creio que sofremos um problema grave na nossa região, em que até a contribuição de V. Exªs nos coloca, como autoridades — governo, prefeito, Governo Federal, enfim —, a pensar uma estratégia de desenvolvimento e de ocupação para a nossa Amazônia que não possibilite que a nossa população continue como presa fácil. Não estou aqui julgando nem prejulgando, mas V. Exªs deram aqui uma série de informações no sentido de que foram fraudados documentos. Pessoas simples e humildes foram enganadas, segundo o depoimento de V. Exª. Mas é claro que observamos que existe uma ausência do Estado no socorro a essas populações; e é claro que — sem querer fazer nenhum juízo de valor — elas acabam tornando-se presas fáceis.

Na minha região, temos um veterano, o Padre Paulino, que enfrenta um problema semelhante ao que me preocupa aqui, mas com os madeireiros, que invadem as reservas dos índios, que invadem as comunidades dos seringueiros. O Padre Paulino, depois de tantos anos de luta, tenta fazer associação de beneficiamento dessas pessoas, mas existem elementos desagregadores que entram exatamente pela ausência do Estado.

Graças a Deus, estamos buscando o governo do Estado para elaborar um programa junto a essas comunidades, a fim de que sejam instalados ali um posto de saúde, uma escola e dar assistência, até mesmo do ponto de vista da orientação dos seus direitos, porque essas populações têm direitos. São aproximadamente 50 anos, o que, com certeza, os constituem em donos dessa área belíssima, onde poderá ser feito um lindo plano de ocupação, caso realmente se comprove, segundo o que V. Exªs dizem, que houve uma usurpação indevida por parte de pessoas inescrupulosas, que tiraram dessas populações.

Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Apenas registro que realmente essa situação de abandono, nos vários Estados da nossa região, possibilita às populações viverem nessas condições de degradação social em todos os sentidos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, ao final, a palavra à Senadora Marluce Pinto, como Relatora, para as suas considerações finais.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Urzeni, Deputado Messias, eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento, com a anuência de V. Exªs, à Senadora Marina.

Senadora Marina Silva, creio que, nas nossas regiões, as situações são mais ou menos parecidas. Até entendendo a situação dos dois deputados, porque, quando aconteceram as denúncias e foi instalada esta CPI na Assembléia Legislativa, eles foram ao local. Mas sabemos muito bem que, quando um grupo, uma associação ou apenas uma pessoa física quer adquirir algo clandestinamente, com se diz, que não seja pelos meios lícitos, procura ficar mais afastada. O que dá para se observar em toda a região Amazônica, o que eles querem é preservar hectares e mais hectares de terras. Haja vista que essa associação, mesmo sem ser juridicamente legalizada, adquiriu 172 mil hectares.

Com referência a essa população, ela não é totalmente desassistida. Na região de Santa Maria do Boiaçu, onde estão encravados esses 174 milhões, que vai até o rio Japari(?), que eles mencionaram, existem sete vilas. Em todas as vilas — digo-lhe com muita consciência e com muita honestidade, porque já fui várias vezes lá —, existe a escola. É uma escolinha de madeira, como na região de V. Ex^a, com uma professora primária. Às vezes, dependendo da quantidade de alunos, uma ou duas salas de aula, que funcionam precariamente, mas funcionam. O posto de saúde, igualmente, é muito precário, mas passa aquela equipe médica supervisionando. Não posso precisar quanto tempo, porque uma coisa era quando eu acompanhava, mesmo como parlamentar, sendo esposa do Governador. Ia até pela obrigação de fazer o serviço social, mas hoje não sei.

Para V. Ex^a e os demais terem uma idéia, lembro-me, não sei se no momento - eles dois podem até falar -, de que existia uma embarcação que levava produtos da capital para trocar naquela região. Por exemplo, trocavam por ovos e outros, porque não tinham lá o óleo, o leite em pó, etc. Também nessas vilas, onde fica localizada essa população, existe plantação. É uma plantação pequena de café, outras culturas permanentes e aquela plantação normal de milho, arroz, etc.

Eu quis prestar este esclarecimento para não se pensar que o Estado é totalmente ausente. Sabemos que não é tão presente, em nenhuma região da Amazônia.

A SR^a MARINA SILVA – Senadora, não se preocupe porque na minha pergunta não vai uma crítica ao Estado, já que o que acontece lá também acontece no Amapá, em Roraima. É só para que a gente sinta.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Não levei, absolutamente, como crítica pessoal de V. Ex^a.

A SR^a MARINA SILVA – Exatamente.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Mas não estamos aqui só entre Senadores, temos todo um público que, sinceramente, muitos eu conheço, outros não. É muito bom que cada um saia daqui consciente, porque, como já falamos desde o início, o objetivo desta Comissão não é caça às bruxas, atrás de denunciar ONGs, não. Aquela ONG cujo trabalho realmente esteja sendo viável e produtivo para a nossa região, vamos louvar e até algumas que, porventura, não estejam sendo assim, mas que possam vir a melhorar. Então, esse é o objetivo.

Nós, parlamentares da Amazônia, já temos uma dificuldade muito grande, na nossa região, de conseguir os recursos e se passamos para a opinião pública – pois, além do público presente ainda tem o público que nos vê na televisão - que existem regiões que não têm a presença do Estado, ou mesmo do Município mais próximo, já estaremos gerando uma dificuldade muito grande de carrear recursos.

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, só para fazer um esclarecimento, interrompendo V. Ex^a. Quando eu disse que a presença do Estado é realmente muito frágil, quis enfatizar mais a área onde está localizada a sede, que é totalmente inóspita. Lá não existe nada, praticamente.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – É praticamente desabitada.

O SR. URZENI DA ROCHA - Se olhado o aspecto global da região, existem, como a Senadora comentou, colégios, postos de saúde e uma certa presença, que não é a ideal, mas que já é alguma coisa que se está fazendo.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – A minha explicação não foi para V. Ex^a, que conhece tanto quanto nós o que representa a região Amazônica, mas para os demais que estão nos ouvindo.

O SR. URZENI DA ROCHA – Permita, Sr. Presidente, só para colocar um fator importante. Essa área já está sendo explorada economicamente por meio da pesca esportiva – está presente aqui o Senador Bernardo Cabral, que é da Amazônia –, principalmente pelas empresas do Amazonas, que já é uma atividade econômica que está presente, de certa forma rentável, na região.

A região é extremamente rica em peixes ornamentais. Eles pagam centavos pelos peixinhos e os vendem por US\$5,00.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a MARINA SILVA – Esse é o problema. Vi uma reportagem inclusive, penso que foi no **Globo**

Repórter, em que eram comprados a centavos. Para se fazer um real é preciso milhares e milhares de peixinhos. Lá fora, esses peixinhos custam de US\$5,00 a US\$20,00. É preciso se verificar também essas empresas, primeiro do ponto de vista da sustentabilidade, porque já existe inclusive uma pressão que está levando à diminuição desses peixes ornamentais, e também de como isso pode ser internalizado para essas três mil famílias.

Entram essas empresas para pesca ou para o peixe artesanal, mas eles ganham em detrimento dessas comunidades.

É essa a preocupação, de que possamos realmente fazer justiça social com essas comunidades, que tomam conta desse patrimônio fantástico, que foi muito bem descrito por V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença dos Deputados Estaduais Messias de Jesus e Uzenir Rocha pelas suas explicações e respostas dadas a esta Comissão, bem como pelos documentos que foram encaminhados, e ficarão à disposição desta Comissão, para serem examinados, não só as conclusões da CPI, que foi presidida e relatada por ambos, mas também outros documentos que S. Ex^{as} estão fazendo encaminhar.

Agora, ouviremos os representantes da Associação Amazônia, que já estão aguardando.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, penso que V. Ex^a deveria convidar os Deputados para aqui permanecerem para que S. Ex^{as} possam ouvir o depoimento do representante dessa entidade. É importante que quem puder permanecer que permaneça.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em não havendo manifestação em contrário, não vejo porque S. Ex^{as} não permanecerem, já que esta é uma audiência pública, aberta e televisionada.

Esclareço que, durante a exposição dos representantes da Associação Amazônia, S. Ex^{as} não poderão se manifestar.

Dando continuidade aos trabalhos, solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto os representantes da Associação Amazônia. (Pausa.)

Encontram-se à Mesa dois representantes da Associação Amazônia, que, na condição de depoentes, farão seus juramentos. Eu os identificarei para que V. Ex^{as} possam saber de quem se trata. Após a

explicação de ambos, V. Ex^{as} poderão fazer-lhes perguntas.

Termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, que presta o Sr. Christofer Julian Clark, identidade: RNEVI 83411-M, de Sergipe, Departamento da Polícia Federal; idade: 40 anos; estado civil: casado; endereço residencial: R. Luiz Antoni, nº 103, casa...

O SR. CHRISTOFER JULIAN CLARK – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Não está aqui, mas S. S^a está esclarecendo que é escocês. Profissão: Presidente da Associação Amazônia; local aonde exercer sua atividade atualmente, na Reserva Xixuaú-Xiparina.

É parente em algum grau da parte envolvida? Diz que não.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que couber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, Inciso LIII da Constituição Federal.

O outro depoente é o Sr. Plínio Leite da Encarnação. Identidade: SSPAM – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, nº 0832 322-4; idade: 33 anos; CPF nº 335066712-00; estado civil: casado; endereço residencial: Município de Iranduba, Estado do Amazonas, bairro Alto de Nazarés, cidade Iranduba; profissão: carpinteiro; local onde exerce sua atividade atualmente: Manaus.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que couber e no que for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Portanto, concedo a palavra inicialmente ao Sr. Christopher, para fazer a explicação que julgar conveniente, podendo, portanto, usar um tempo como foi concedido aos Deputados, anteriormente, de até 20 minutos para explanar sobre a Associação Amazônia e a sua participação na mesma.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Boa-noite, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu me chamo Christopher Julian Clark, sou de nacionalidade escocesa, permanente no Brasil desde 1993. Sou casado com uma italiana e temos duas filhas, uma das quais nascida na Amazônia. Sou o atual Presidente da Associação Amazônia. Antes de começar, queria pedir um pouco de paciência de vocês para o meu Por-

tuguês falado, mas vou tentar ser o mais claro possível e responder a todas as perguntas e esclarecer todas as dúvidas que tenham sobre a atuação da Associação Amazônia na área do rio Jauaperi, entre o Estado do Roraima e Amazonas.

A Associação Amazônia nasceu em 1992, depois de já há oito anos que eu visitava a área, desde março de 1984, época em que conheci o Plínio aqui e vários outros componentes atuais da Associação Amazônia, ribeirinhos da área. Ao longo desses anos que nós viajamos juntos, surgia a idéia de fazer alguma coisa mais concreta para ajudar esse povo que morava, no início, nas áreas do Xixuaú-Xipariná, e depois, a partir de 1993, todas as comunidades que compõem o rio Jauaperi, que atualmente são cinco: três pelo lado de Amazonas e dois pelo lado de Roraima.

Fizemos um convite à Universidade do Amazonas, ao Reitor, para fazer umas pesquisas na área. Ele concedeu dois professores. Um é o professor Luiz Antônio, atual vice-Presidente da nossa Associação, um sociólogo, e o outro era o professor Volney Braga da Silva, médico. Fizemos uma viagem visitando todas as comunidades da área e perguntando a eles qual eram as necessidades maiores que eles passavam. E todos eles falaram unanimemente em saúde e educação, que não teriam um serviço de saúde na área e que não teriam um serviço adequado de educação na área.

E, quanto ao Projeto Jauaperi, eu busco recursos para o mesmo lá na Europa. Nós construímos um posto de saúde na área, que foi inaugurado no início de 1996 e, se não estou enganado, funcionou um ano ou um ano e meio. Parou por falta de recursos, mas, atualmente, está em funcionamento novamente, tendo um enfermeiro brasileiro permanente, que mora na área, que é, inclusive, microcopista.

Em 1995, surgiu uma epidemia de malária na área, atingindo 90% do da região e trabalhamos durante três anos até que a malária sumiu, em fevereiro de 1998, voltando a aparecer, novamente, no ano 2000. No ano 2000, nós, finalmente, conseguimos um enfermeiro profissional brasileiro que, atualmente, está morando e trabalhando na área, como eu disse, que visita todas as comunidades. Segundo os seus últimos relatórios, a malária está, novamente, sendo controlada.

Fora disso, nós fizemos uma escola na Reserva Xixuaú-Xipariná que funcionou durante dois e, posteriormente, por falta de recursos, foi fechada. Há dois anos, nós construímos uma nova escola na comunidade de Samaúma, e nós estamos pagando um pro-

fessor da comunidade para que dê aulas. Essa escola está funcionando direto. Acabamos de construir, há três semanas, uma nova escola no Xixuaú, onde nós pretendemos, conforme um pré-projeto que estamos elaborando com D^a Otília Pinto, que, atualmente, é a Prefeita de Rorainópolis, fornecer para as crianças da área uma escola que vai além da 4^a série. Naquela região, as crianças só têm possibilidade de estudar até a 4^a série. Depois, elas têm que escolher entre abandonar a área ou abandonar os estudos, e nós queremos dar-lhes a oportunidade de estudar além dessa série, coisa que já estamos experimentando na Escola de Samaúma, tendo como professor, o Luiz, que está dando aula para as crianças maiores.

Nós, também, começamos um trabalho de desenvolvimento sustentável com as comunidades da área e conseguimos um contrato com uma ONG italiana que passa R\$4.000.00 a cada 6 meses para essas comunidades, a fim de serem aplicados em projetos em benefício da comunidade. Esses projetos estão modificando as comunidades lá da nossa área e está tendo ótimos resultados. Todas as casas, agora, estão sendo reformadas e a produção agrícola também está aumentando. Enfim, o nosso objetivo é simplesmente melhorar a vida das pessoas naquela região e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, demonstrando que é possível, numa área no interior da Amazônia, fazer com que essas duas coisas caminhem juntas.

Apenas isso era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, em seguida, a palavra ao Sr. Plínio, para o que ele achar conveniente explicar a respeito da associação e aduzir mais alguma a respeito desse ponto.

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Boa noite, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me chamo Plínio Leite da Encarnação, sou do Município de Iranduba, Unidade Alto de Nazaré, Rua das Castanheiras, nº 457.

Como já foi falado, antes, minha profissão é carpinteiro e quero confirmar, com poucas palavras, o que meu companheiro de trabalho acabou de relatar sobre o nosso trabalho na área em prol de dar ajuda às pessoas necessitadas de assistência um pouco mais elevada. V. Ex^{as} já ouviram ele explicar a respeito da Associação Amazônia. Nós conhecemos em 1984 e, desde aquele ano, nós vimos, juntos, lutando a partir de 1992, quando foi criada a Associação Amazônia, para tentar melhorar realmente a vida das pessoas que residem naquela área. Igualmente àquelas pessoas, nasci no interior e lá morei por muito tempo e depois, com as mesmas dificuldades que eles têm, fui obrigado a vir para a cidade mas sem me

desligar do meu vínculo do interior. A cidade me oferece coisas diferentes mas onde gosto de estar é no interior, onde me sinto bem junto à natureza, junto a outras coisas que ela pode nos oferecer.

Atualmente, na Associação Amazônia desde 1997, a minha obrigação é zelar e cuidar dos patrimônios da nossa associação.

Essas são minhas palavras e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo inicialmente a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, para suas perguntas e considerações.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, Senadora Marina Silva, Sr. Christopher Clark, V. Sª já disse que é escocês, começou a viajar para o Brasil em 1984 e constituiu a Associação em 1992. Atualmente, V. Sª vive permanentemente na região?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Passo uma média de seis meses por ano na região e seis meses na Europa.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E os seis meses que passa na região são contínuos e seis meses de ausência ou são intercalados?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Agora estou voltando de três meses na área. Vou passar um mês na Itália e vou passar um mês aqui. Estarei viajando para lá e para cá o tempo todo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A associação tem sede própria na região?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Não. O escritório da Associação Amazônia é em Manaus.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A associação fez alguma aquisição de terra na região do rio Jauaperi?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Nunca.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Não tem nenhuma aquisição de terra feita?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – De terra, não.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E a atuação de V. Sª na região é só prestando assistência, quer dizer, acompanhando uma prestação de serviço na área de saúde e na área de educação, ou V. Sª tem outros meios?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Não. Não tenho capacidade para fazer isso.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Não, não é capacidade. Não é fazendo papel de médico, mas acompanhando, pois V. Sª que lá tem havido investimento principalmente em escola e no posto de saúde. Então o tempo que V. Sª passa lá, nesses três meses seguidos, a sua atividade é na região ou grande parte fica na capital, Manaus?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Não. Nesses últimos três meses eu estava diretamente na região.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Por isso perguntei se V. Sª supervisiona esse trabalho, acompanha a assistência dada atualmente, como V. Sª disse, que já há duas escolas em Xixuaú, não é?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Não, uma na comunidade de Samaúma, abaixo de Xixuaú.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A de Samaúma foi construída posteriormente à primeira. Mas V. Sª disse que já está sendo concluída esta semana mais uma outra escola.

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Foi concluída na semana passada.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A sua atividade é apenas acompanhando esse trabalho na área de saúde e na área de educação ou V. Sª tem outras atividades naquela região?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Nesses últimos três meses, construímos várias casas para moradores do Xixuaú e trabalhamos todos juntos. Nas últimas duas semanas do tempo que eu estava lá, depois de terminar a construção da escola, estávamos trabalhando fazendo farinha. Faço tudo o que o pessoal da área faz. Fora disso, quando recebemos visitantes na área, organizo os interesses deles, exatamente o que eles querem ver, com o pessoal da área. Organizo as atividades de acompanhá-los para ver animais ou os plantios de fruta, de mandioca ou o que for.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Exerce também a atividade de pescaria?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Pescaria? Não.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Nem a título só de... Como sendo, assim, esporadicamente?

O SR. CHRISTHOPHER JULIAN CLARK – Nós comemos peixes todos os dias, lá...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Pescados por vocês?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Mas é uma área muito abundante de peixe, e não dá muito trabalho. Normalmente, com uma hora antes do almoço, uma hora de tarde, conseguimos peixe para comer, no almoço e na janta.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou que recebe, anualmente, da Itália, R\$4 mil, não é isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Por comunidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Por comunidade?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Para as cinco comunidades, então?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Até agora, só as comunidades de Samaúma* e de São Pedro. São duas comunidades.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Só essas duas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Isso.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quer dizer que, das comunidades que falou – duas no Estado de Roraima e três do Amazonas, já na divisa do Amazonas –, nas do Amazonas V. Sª não atua?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim. Samaúma* é em Roraima, e São Pedro, no Amazonas, onde está construído o nosso posto de saúde.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Christopher, com todo o respeito, eu gostaria de me aprofundar em umas perguntas, de acordo com algumas informações que obtivemos por meio desta Comissão.

V. Sª sabe que houve uma CPI instalada na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então, foi constatada pelos membros da comissão a aquisição de 174 mil hectares de terra, mas do lado de Roraima. Porém, o cartório que registrou essas terras é do Estado do Amazonas. É do conhecimento de V. Sª isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Posso explicar que nunca foram compradas terras. Foram compradas posses e benfeitorias, e elas não foram registradas em cartório nenhum.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas houve a compra?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Foram apenas registrados os contratos particulares de cessão de posse e benfeitorias entre os ribeirinhos e a Associação Amazônia, no momento em que os ribeirinhos entraram para ser sócios da Associação Amazônia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Todos que concederam essa cessão de posse são associados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Todos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E a avaliação era feita pelo Presidente da Associação?

Cada um que cedeu aquela posse para a Associação tinha um valor específico por hectare? Como era feito?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tiveram um valor conforme o tamanho da área. Isso foi um conselho que recebemos de um advogado de Manaus, quando fomos tentar legalizar uma forma de preservar aquela área, fomos contratar o advogado Miguel Parrela, de Manaus. Ele conciliou essa forma de juntar as posses de todos os moradores da área para poder preservar as bacias hidrográficas do igarapé Xixuaú e do igarapé Xiparinã.

Eu não estava no Brasil na época em que tudo isso foi feito, mas assisti a uma reunião preliminar com o advogado Parrela, com Daniel Garegoti(?), com Plínio Encarnação e com Paulo Roberto Imperiale(?). O advogado perguntou para nós qual era o nosso objetivo, e nós respondemos para ele que o objetivo era preservar aquela área, porque é uma área que realmente merece ser preservada. Então, ele aconselhou que juntássemos todos os moradores da área, perguntássemos a eles quais eram os tamanhos das áreas, não só onde eles moravam e plantavam, mas os castanhais que eles exploram, as áreas que eles exploram para tirar outros produtos, como buriti, sorva*, cipó, e juntar tudo isso para poder preservar as áreas do Xixuaú* e do Xiparinã*.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E V. Sª tem conhecimento de quanto foi pago para os associados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Se não estou errado, foi gasta nesses contratos alguma coisa perto de R\$70 mil, no total.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Esses R\$70 mil, qual a procedência desse dinheiro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Qual a procedência? Isso foi uma doação do Sr. Paulo Roberto Imperiale(?), da Itália.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Eles fizeram por meio de banco? Como chegou esse dinheiro ao Brasil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em boa parte, foi feita através de banco. Em outras partes, quando eu estava na Itália, ele me dava às vezes US\$3 mil, US\$4 mil para mandar para frente os trabalhos. E, quando ele vinha, também trazia umas quantias desse porte mais ou menos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto a essa parte enviada por ordem bancária, qual foi o banco e a agência?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Se não estou errado, foi o Banco do Brasil.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Foi a agência centro do Banco do Brasil, em Manaus?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Acredito que sim. Eu não estava no País.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Essa ordem bancária vinha em nome de quem, para receber no Brasil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – No início desse processo, a Associação Amazônia não tinha conta bancária. Então, chegava em nome do Héctor Daniel Garibotti* e, quando algum de nós trazia na mão esse dinheiro, foi declarado nos balanços anuais da Associação.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E V. Sª lembra-se de quanto recebeu por meio de banco?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não me lembro.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Na totalidade, foram uns R\$70 mil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, acho que o valor foi de R\$70 mil.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto aos dólares que V. Sª mencionou ter recebido lá e que trazia em mãos, estão incluídos nesses R\$70 mil ou estão além deles?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estão incluídos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª tem algum documento?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tenho as declarações dos balanços da Associação Amazônia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Após ter passado a posse para a Associação, quais os benefícios que já foram feitos nessas terras adquiridas como cessão de posse?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Cada uma das pessoas que moram na área tem uma casa nova agora. Eles não precisam de muita coisa, porque recebem o rancho que trazemos de Manaus para eles. Lá no interior, há um sistema de venda de comida, só que os preços são muito altos. Então, eles se juntaram e pediram a nós que, se fosse possível, trouxéssemos o rancho para eles de três em três meses. Fazendo essa viagem a cada três meses, seria fornecido o rancho de que eles precisavam. Além disso, estão com as crianças estudando, com atendimento médico. Eu passo muito tempo com eles, e eles se declaram muito felizes.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Os médicos são pagos pela Associação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É um enfermeiro profissional que é pago pela Associação.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Tem um enfermeiro e um médico?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, só um enfermeiro. Ele é pago pela Secretaria de Saúde de Novo Airão*, no Amazonas. Recebe um salário de R\$159,00 por mês, e recebe da Associação Amazônia R\$400,00 por mês.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E os professores das duas escolas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A escola que foi terminada agora ainda não está funcionando. Vamos ter que procurar um professor e colocar funcionário.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Só a outra tem o professor Luís?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, o professor Luís está na comunidade de Samaúma e recebe R\$150,00 por mês.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou que não fez registro de terras, porque houve o registro dos contratos de cessão de posse em cartório. V. Sª se lembra do nome do cartório e da localidade?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Foi o Cartório David, em Manaus, e outro em Boa Vista, de que não me lembro o nome.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas foi em Boa Vista, na capital, ou V. Sª registrou no interior?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não me lembro, não fui eu que fiz. Sei que está com o carimbo de um cartório de Boa Vista.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª tem a documentação e vai deixar conosco, aqui na Comissão?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, por hora é só. Talvez no final eu faça mais algumas perguntas ao Sr. Christopher.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao primeiro inscrito para inquirir os depoentes, o ilustre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer algumas perguntas ao Sr. Plínio Leite da Encarnação. V. Sª reside em Iranduba*?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Sim, no Município de Iranduba.

O SR. BERNARDO CABRAL – Precisamente em que local?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – No km 4, na comunidade chamada Alto de Nazaré.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª conhece o Prefeito José Maria Muniz de Castro?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – De vista.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não tem nenhuma relação de conhecimento, apesar de morar lá?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª declarou que a sua obrigação é zelar pelo patrimônio da Associação Amazônia. É essa sua obrigação?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Como tesoureiro, desde 1997.

O SR. BERNARDO CABRAL – Qual o salário que V. Sª recebe da Associação?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Atualmente, temos uma ajuda de custo, dependendo da viagem, que é em torno de R\$ 400,00 a R\$ 600,00.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nessa relação de emprego, V. Sª tem carteira de trabalho assinada pela Associação?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não, não tenho.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª é proprietário de algum pedaço de terra no interior do Estado da Amazonas?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não, nenhum. Só onde moro, um pequeno lote de terra de seis por vinte.

O SR. BERNARDO CABRAL – Como é que V. Sª adquiriu esse lote de terra?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Com muita dificuldade.

O SR. BERNARDO CABRAL – Mas não foi por escritura pública também não?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Qual é a idade que V. Sª tem?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Trinta e três anos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Trinta e três. Depois que V. Sª veio do interior, que V. Sª tem muito apreço pelo interior, quanto tempo V. Sª passou na capital?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Cheguei do interior em torno de dez a doze anos e fiquei residindo na capital do Amazonas, Manaus, até um período, não somente na capital, mas também fazia viagens para o interior, até 1997. Depois fui para o município de Iranduba, onde residem familiares de minha esposa.

O SR. BERNARDO CABRAL – Um total, portanto, de quantos anos na capital?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Acredito que em torno de dez ou doze anos ou mais talvez.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª conheceu o Sr. Christopher Clark em Manaus ou no interior?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Em Manaus.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª se lembra quando?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Em 1984.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª cedeu alguma posse a ele, alguma benfeitoria em algum tempo?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª tem poderes para movimentar as contas bancárias da Associação na qualidade de tesoureiro?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Como tesoureiro, tenho.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª conhece o advogado Miguel Parrela citado aqui pelo ...?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Conheço.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tem visto recentemente?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não ultimamente, não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não tem visto. Vou passar a palavra para o Sr. Christopher, depois volto.

Sr. Christopher, qual é a sua profissão?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Antes de me dedicar em tempo pleno na Associação Amazônia, era construtor. Restaurava casas velhas na Toscana, na Itália. Casas com quatrocentos anos e que passaram por um processo, nos anos 50 e 60. Os agricultores abandonaram essas casas velhas e construíram casas modernas por perto.

Nos últimos vinte anos, na Toscana, estão entrando muitas pessoas de várias nacionalidades, comprando e restaurando essas casas. E até 1996, mais ou menos, essa era a minha profissão.

O SR. BERNARDO CABRAL – Até 1996.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Essa era a minha profissão. Além disso...

O SR. BERNARDO CABRAL – Vou chegar. V. S^a nasceu na Escócia?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Isso.

O SR. BERNARDO CABRAL – E saiu da Escócia com quantos anos?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Dezesseis.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dezesseis anos. E foi para a Itália logo? Porque a Toscana é uma região da Itália que conheço bem.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Fui primeiro para França e depois para Itália. Passei três anos em Milão e depois fui para Toscana.

O SR. BERNARDO CABRAL – Antes passou pela França?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Primeiro pela França, depois passei três anos em Milão e depois fui para Toscana.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quanto tempo V. S^a está no País mesmo? No Brasil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Agora? Nessa viagem agora?

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Tenho aqui uma data que V. S^a deu, da primeira vez em que V. S^a veio aqui.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Era 1984, março.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a disse que conhecia já há oito anos, quando nasceu a Amazônia.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Como?

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a disse que a Associação na Amazônia foi fundada em 1994, que, portanto, ao longo desses oito anos, V. S^a já conhecia o País.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Principalmente a Amazônia.

O SR. BERNARDO CABRAL – O seu visto é permanente?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem o seu passaporte em seu poder?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, mas está na outra sala.

O SR. BERNARDO CABRAL – Queria dar uma examinada no passaporte.

V. S^a teve uma filha na região. A sua mulher, que é de origem italiana, continua italiana. Ela vive na região com V. S^a ou está na Toscana?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ela estava agora comigo, com minhas filhas durante esses últimos três meses. Estávamos juntos na área. Dia 29 de agosto, elas voltaram para a Itália.

O SR. BERNARDO CABRAL – Portanto, não vivem permanentemente.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quanto a esses seis meses na região e outros seis meses na Europa que V. S^a declarou e, depois, confirmou à Relatora Marluce Pinto, como V. S^a consegue sobreviver, em termos financeiros, na Europa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Temos um pequeno hotel de turismo na área de Siena, na Toscana, e eu recebo um salário de 1,5 milhão por mês de uma ONG italiana, uma organização não-lucrativa de utilidade social. Com as duas fontes de renda, eu consigo sobreviver.

O SR. BERNARDO CABRAL – Essa doação que V. S^a recebe na Itália, recebe também de outros Países.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Recebemos da Itália e de outros Países também.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu gostaria que ficasse registrado quais são os outros Países.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Inglaterra e, várias vezes, recebemos doações da Dinamarca. Também recebemos algumas coisas da Suíça.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Christopher, V. S^a recebe R\$1 milhão ou R\$1 mil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. É 1,5 milhão por mês, o que hoje corresponde a, mais ou menos, R\$ 1,4 mil.

A SRª MARINA SILVA - Então, não é 1 milhão da nossa moeda.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. É 1,5 milhão de reais.

O SR. BERNARDO CABRAL – Recebe contribuições da Dinamarca, Suíça e Inglaterra.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – E na Itália.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quer mais algum esclarecimento?

A SRª MARINA SILVA – Fiz a pergunta porque a reunião está sendo registrada.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nesse caso, caberia um aparte, mas cedo sempre à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Desculpe-me, Senador Bernardo Cabral. Fiz isso a bem da verdade.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Isso é grave. Nas minhas perguntas, não tenho nenhuma participação. Estou fazendo tudo de forma clara e quero que fique esclarecido que ele tem um objetivo, que é melhorar a vida das pessoas e preservar o meio ambiente. Isso foi dito aqui e não tenho por que ter nenhuma dúvida a respeito disso. Quero apenas fazer o que desde o começo disse ao Senador Mozarildo Cavalcanti: vamos distinguir quem ajuda e quem não ajuda, e preservar o meio ambiente é uma coisa importante.

Essas doações são feitas em registro contábil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ultimamente todas as doações chegam ao Brasil via banco, fora as doações dos visitantes. Às vezes, vem um grupo de quatro, cinco, seis pessoas que trazem dólares em espécie e os deixam como doações. Quando isso acontece, registramos as doações nos balanços da Associação Amazônica.

O SR. BERNARDO CABRAL – As doações em espécie passaram a ser registradas desde quando?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Desde que recebemos esse dinheiro.

O SR. BERNARDO CABRAL – Antes, recebiam e não registravam, ou sempre houve o registro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não registramos dinheiro antes de recebê-lo.

O SR. BERNARDO CABRAL – Serei mais claro. Desde 1993, se a Associação Amazônica foi criada em 1992, presume-se, há a idéia de que havia al-

guém fazendo doações, ajudando. Havia alguém ajudando ou não?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Algumas pessoas ajudaram.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Christopher, nesses oito anos, têm sido feitos registros das doações recebidas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em todos os anos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho de ser imparcial com V. Sª. Tudo o que V. Sª está declarando está sendo sob juramento.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estamos com as cópias aqui.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Estou apenas esclarecendo.

Complementarei a pergunta da Senadora Marluce Pinto. Quando V. Sª comprou as benfeitorias, V. Sª declarou que houve uma cessão da posse entre ribeirinhos e a Associação Amazônica. Portanto, nunca foi feito com a pessoa física do Sr. Christopher Julian Clark. Sempre com a associação. E V. Sª declarou que a sociedade passa a receber estas pessoas como sócios.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eles entraram como sócios na hora de vender a posse e benfeitorias deles.

O SR. BERNARDO CABRAL – Muito bem.

Esta sociedade tem registro na repartição competente?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A associação?

O SR. BERNARDO CABRAL - Sim, a associação.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – E qual seria...

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, se há uma associação, tem que haver um registro qualquer em um cartório, na junta comercial.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tem registro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Figuram todas essas pessoas como sócios?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – No livro de ata.

O SR. BERNARDO CABRAL – No livro de ata? Há um contrato, como é essa sociedade? É por cota de responsabilidade limitada, é por ações?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, são sócios voluntários.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a viu que o nosso Plínio Leite da Encarnação* conhece o advogado que V. S^a citou, Miguel Barrela...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Miguel Barrela Filho*.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele é bom advogado?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Pode ser que ele é um bom advogado, mas quando nós descobrimos que ele não estava fazendo um trabalho de assessoria da associação, pelos conselhos que ele dava, nós o dispensamos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu convivo muito com pessoas do interior, e não conheço pessoa tão inteligente quanto o nosso caboclo do interior, a quem rendo as homenagens. O Dr. Miguel Barrela morreu há muito tempo.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É o Sr. Miguel Barrela Filho, é o filho.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a não esclareceu isso. Está esclarecendo agora porque vê que eu conheço a história.

O Cartório David é um cartório de notas. Como cartório de notas, V. S^a pode fazer as escrituras em qualquer parte do Brasil. Não tem nenhum... O patrimônio pode ser feito em Manaus, pode se fazer no Rio. Mas o registro disso tem de ser feito no registro de imóveis do lugar onde está situado o imóvel, chama-se registro de ofício de imóveis. Isso foi levado a um registro de ofício de imóveis?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, porque, para se fazer esse registro, não precisa ser proprietário. Pela informação que tivemos, não podemos fazer um registro disto, porque a gente não era proprietário da área.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem então aquilo que se chama contrato de gaveta entre as partes? Que é um contrato de particular, não há nenhuma maldade na pergunta que estou lhe fazendo.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Contrato de particular, sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – E esses enfermeiros, eu não acompanhei bem a pergunta... V. S^a tem um colégio em Samaúma e outro em São Pedro, esses eu ouvi V. S^a dizer que paga aos professores.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não; um professor até agora.

O SR. BERNARDO CABRAL – Um professor. Esse professor, o que ele leciona? É o curso elementar, é o curso básico? A Secretaria de Educação do Estado tem conhecimento disso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A D^a Otília Pinto, que é prefeita de Rorainópolis, estava conosco no final do mês de abril e começo do mês de maio, e o vereador Leocádio, que estava junto, tentou resolver um salário municipal para esse professor também. Agora, não sei como...

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a não tem conhecimento.

V. S^a declarou que, durante três anos, trabalhou na malária, e ela sumiu, conseqüentemente erradicaram, mas agora, no ano 2000 voltou.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Voltou.

O SR. BERNARDO CABRAL – Foi feito algum tipo de pesquisa nessa época, desses três anos, o que causa a malária? Foi retirado algum sangue?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – O que acabou com a malária foi a presença de um enfermeiro voluntário amigo meu, de Grosetto, na Itália, que passou no total uns vinte meses na área, combatendo a malária, e até levou três vezes ele a malária e conseguiu no final...

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a conseguiu, portanto, um enfermeiro, que trabalhou, durante quantos meses? Dezoito?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Vinte meses.

O SR. BERNARDO CABRAL – Vinte meses. Portanto, o visto dele não era de turista.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, porque ele entrava e saía. Não era direto.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele produzia um trabalho profissional sem estar devidamente autorizado para isso.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Mas ele estava colaborando com a FNS de Nova Airon.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu quero só lhe perguntar, porque isso tem que ficar registrado.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ele fez um trabalho voluntário.

O SR. BERNARDO CABRAL – Porque o visto era de turista.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ele fez um trabalho voluntário na área.

O SR. BERNARDO CABRAL – E ele nunca fez nenhuma doação também em dinheiro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em dinheiro?

O SR. BERNARDO CABRAL – Sim.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, ele é enfermeiro, não tem muito dinheiro.

O SR. BERNARDO CABRAL – Então ele era remunerado pela associação, a associação pagava a ele?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, só as despesas das passagens dele, comida e transporte na área.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele veio da Itália e prestou esses serviços.

O seu passaporte é inglês?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É britânico. A Escócia faz parte da Grã-Bretanha.

O SR. BERNARDO CABRAL – Reino Unido. V. S^a foi para a Itália e casou-se com uma italiana. Por isso, estou lhe perguntando.

Em agosto de 1988, V. S^a declarou que o seu passaporte estava perdido?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim. Eu perdi o meu passaporte na Itália. Foi roubado em uma viagem de trem...

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, foi perdido. Aqui não diz que foi roubado.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Porque eu não sabia, na época, que foi roubado, mas, depois, a polícia achou jogado fora da janela do trem.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem o seu registro de estrangeiro no Brasil?

Posso dar uma conferida, por favor?

Quanto mais eu lhe perguntar, mais eu lhe ajudo. Ou mais lhe prejudico, quem sabe.

V. S^a é natural de Glasgow. V. S^a vai fazer 41 anos, não é?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – No mês de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qual foi o motivo que lhe trouxe, Sr. Christopher, ao Brasil, pela primeira vez, e depois à Amazônia?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Durante os três anos que passei em Milão, na Itália, eu estava trabalhando em uma editora. Em uma feira do livro de Frankfurt, na Alemanha, eu já falava bastante bem italiano e recebi uma proposta de traduzir uma enciclopédia de italiano para inglês. Era um contrato de dois anos de trabalho, e o editor falou para mim que eu podia mandar o manuscrito de qualquer lugar do mundo. Então, junto com a minha mulher, na época

– hoje é a minha esposa –, compramos dois bilhetes para passar o ano virando o mundo, e um dos lugares que escolhemos foi o Brasil.

Quando cheguei no Brasil, no Rio de Janeiro, fiz todo o litoral até Belém. Então, subi o rio Amazonas até Manaus. E a primeira saída que eu fiz de Manaus – quando o Sr. Plínio diz que nos conhecemos em Manaus, não é exatamente verdade, porque...

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu sabia que não era verdade. Pode continuar, por gentileza.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós nos conhecemos no rio Solimões, em Campinhos, de onde vem a família dele. Foi a primeira viagem que fizemos, saindo de Manaus. É perto de Manaus, não é muito longe dali. Então, viajamos pelo rio Jauperi juntos, fizemos depois mais uma viagem pela área do rio Uatumã. Nós nos perdemos durante quatro dias e três noites no mato e na saída disso ficamos amigos. Todos os anos depois viajamos juntos para vários lugares da Amazônia até 1990, quando foi a primeira vez que chegamos ao igarapé Xixuaú, no rio Jauperi.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quando veio ao Brasil V. S^a era solteiro ainda?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Era solteiro, mas estava com a minha atual esposa.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a sabe que a Senadora Marina tem um projeto, do qual sou um dos que a acompanham e a ajudam, sobre biopirataria. V. S^a tem conhecimento de alguma coisa naquela área que possa ter como ponto de referência?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu não tive conhecimento de nenhum caso de biopirataria naquela área até um ano atrás quando Daniel Garibaldi me ligou dizendo que um professor norte-americano da Colorado Springs High School tinha levado alguns besouros da área.

Eu, na hora, mandei e-mail para ele. Estou aqui com a cópia da resposta, na qual ele pede desculpas por não ter dito nada a nós. Disse que ele apresentou o vidrinho que ele levou à alfândega de Manaus, e eles o deixaram passar. Ele assume totalmente a responsabilidade por isso. Fora disso, nunca aconteceu nada disso.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a nunca ouviu falar em um cidadão chamado Korinsky?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ah, o Conrad Korinsky. Eu não o conheço, mas ouvi falar dele. É da Universidade de Oxford.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a sabe que ele é de origem bretã, naturalizado roraimense, e conseguiu...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, da Universidade de Oxford.

O SR. BERNARDO CABRAL – E conseguiu patentear dois fármacos nossos: rupunínio(?) e o conanial(?). V. S^a não tem idéia?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Mas sabe da existência dele?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu sabia da existência dele, porque ele fundou, na Universidade de Oxford, a Foundation (???) Biology.

O SR. BERNARDO CABRAL – Isso.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu ouvi falar dessa fundação dele.

O SR. BERNARDO CABRAL – Essa quantia que V. S^a recebe, é claro, ora em dólar, ora em lira italiana, ora em libra inglesa, ou sempre pode ser transformada para em dólar para doação à Associação Amazônica?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Normalmente é transformada em dólar.

O SR. BERNARDO CABRAL – Portanto, eu lhe perguntei no começo – eu já estou encerrando – se tudo isso era feito e levado a registro contábil. V. S^a disse que sim.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu pediria, Sr. Presidente, que fosse encaminhado esse registro à Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, se tiver tudo isso devidamente registrado, ele estará contribuindo para o que ele disse aqui, isto é, que o objetivo é preservar a vida.

Agora, precisamos saber o volume de dólares que entrou no País para a Associação da Amazônia, porque quanto a algumas entradas ele declarou que foram doação pessoal. É claro que ele não deve ter entrado... É mais difícil sair com uma quantia grande, mas entrar, não sei, mas se tiver sido registrado também o que não veio em caráter oficial, Sr. Presidente, V. EX^a poderia fazer depois o ofício à Secretaria da Receita Federal.

Eu pediria à Dr^a Lucide que entregasse ao Sr. Christopher...

Agora, Plínio, cuidado com a declaração que você pode fazer para os outros. Você está sob juramento.

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, Sena-

dor Pedro Ubirajara, a Senadora Marluce Pinto pede permissão para fazer uma indagação.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a pediu agora ao Presidente que solicitasse a documentação e o registro contábil do dinheiro que entra para a associação. Ele declarou, em resposta as minhas perguntas, que parte dele é feita através de ordem bancária, pelo Banco do Brasil.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, solicite dele, porque ele falou que é a agência Central. Mas é era bom saber qual agência do Banco do Brasil recebe, porque diz que já vem em nome da associação.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sim, porque perguntei se o Plínio movimentava conta bancária. Ele declarou que sim. Ambos, portanto, movimentam conta bancária da associação. Ou é da responsabilidade de um, ou de outro, ou uma responsabilidade solidária.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Agora, aqui o Sr. Christopher divergiu um pouco do que respondeu ao Senador Bernardo Cabral e a mim. V. S^a, no seu relato, falou que recebia da Itália – até falei por ano, mas depois lembrei que os R\$ 4 mil eram semestrais. Então são R\$ 8 mil por ano. Então, questioneei: só recebe da Itália? Ele disse que sim.

Nas indagações do Senador Bernardo Cabral, ele falou que recebe também doações da Inglaterra, da Dinamarca e da Suíça.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senadora Marluce Pinto, em determinado instante a pessoa, quando presta um depoimento, pode estar... Levo aí na boa-fé. Agora é bom que sempre apareça e complemente. V. Ex^a faz bem em registrar isso.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Quero saber de V. S^a. Os R\$8 mil são da Itália?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Por cada comunidade, é exclusivamente da Itália.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Então, passa a ser R\$16 mil por ano.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Divididos entre duas comunidades.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – São Pedro e Sumáuma.

Que valores V. S^a recebe através da associação da Inglaterra, da Dinamarca e da Suíça?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Muda de ano para ano. No ano passado, recebemos uma doação de 10 mil libras inglesas, que foram transformadas em US\$15 mil ou US\$16 mil, para comprar uma barco regional, para podermos ir e voltar na re-

gião, inclusive trazer pessoas das comunidades que tinham necessidade de irem a Manaus.

O SR. BERNARDO CABRAL – Esse barco é registrado na Capitania dos Portos?

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Em nome da associação?

O CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Isso.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Só mais uma pergunta: mesmo variando esses valores e de países diferentes, todo o dinheiro que tem vindo para a associação está contabilmente registrado?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Inclusive do Brasil, V. Sª recebe alguma ajuda, do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Recebemos ultimamente uma visita de uma organização de Manaus, num projeto que foi pago pelo Governo do Estado da Amazonas e a Prefeitura de Manaus. Eles pagaram para nós isso também, está tudo registrado.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Com essa pergunta do Senador, lembrei de uma coisa. V. Sª falou também que serve de guia turístico a essas pessoas que visitam lá e que deixam algum dinheiro na região em dólar.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª faz essa troca em Manaus?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Sim. Transformo o dólar em Real e registro o valor em Real.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Até esse extra, que não é permanente, é registrado na contabilidade da associação, ou fica para despesas menores?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Esse extra que recebemos dos visitantes é todo registrado.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Ubirajara.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, anotei várias perguntas e, felizmente, coincidem algumas com as já feitas. Então, só farei as que não constam aqui no meu gráfico.

Primeiro, Sr. Plínio Leite da Encarnação?, V. Sª tem quantos filhos? É casado?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Três filhos.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Que vivem na cidade ou na área ribeirinha?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Vivem na comunidade que moro.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Qual a religião de V. Sª?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Sou católico, não sei...

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Faço essa pergunta para saber se há ligação entre religião e o seu desempenho. V. Sª mantém contas em bancos?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Pessoal ou...

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Pessoal.

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Eram essas as perguntas que queria completar. V. Sª faz declaração do Imposto de Renda?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Desde que foi obrigatória, em 1999.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Estou satisfeito.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, eu gostaria de saber se V. Sª tem religião, e qual é.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Católica.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. Sª declara Imposto de Renda na Itália, na Escócia, na Inglaterra, nos países que doam...

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Na Itália.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. Sª declara, aqui, no Brasil também Imposto de Renda?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Não; está saindo agora o meu CPF.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. Sª trabalha com Banco, no Brasil?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Não tenho conta no Brasil.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Qual o banco que V. Sª usa no Brasil e em que países?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Tenho uma conta na Itália.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Qual banco?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Monte dei Paschi di Siena, o banco mais velho do mundo, fundado em 1472. Banco local, onde eu moro.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S^a tem contrato com as ONGs que V. S^a citou que o ajudam nesses países?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Que trabalham aqui no Brasil?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Lá. V. S^a é ajudado por organizações da Itália, Inglaterra, Dinamarca e Suíça. V. S^a tem contato com essas ONGs separadamente?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Temos o mesmo contrato que tem as comunidades que recebem esse repasse, contrato único, que é entre o Fundo pela Terra, Associação Amazônica e as Comunidades de Samaúma e de São Pedro. É um contrato único.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Então, é um contrato único entre os países e Associação Amazônica?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Entre as comunidades, a Organização Fundo pela Terra na Itália e a Associação Amazônia.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Com a Suíça, Dinamarca e Inglaterra V. S^a não tem contratos.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Não, essas são doações sem contrato.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S^a tem registro das pessoas que visitam a área e doam para V. S^a, e quanto doam para a Associação?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Temos um livro de visitantes na reserva que todos assinam e as doações são registradas nos balanços da Associação.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S^a movimenta conta bancária só na Itália.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA - Vou fazer algumas perguntas ao Sr. Christopher Clark.

Quantas pessoas fazem parte da diretoria da Associação Amazônia?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Atualmente cinco: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretária. Nesse momento são quatro pessoas.

A SR^a MARINA SILVA - Quantas pessoas são beneficiadas por essas ações que V. S^a está falando de escola, posto de saúde e assim por diante.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A população inteira do rio Jauaperi é de mais ou menos 400 pessoas.

A SR^a MARINA SILVA – São 400 pessoas ou 400 famílias?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São 400 pessoas.

A SR^a MARINA SILVA – E elas conseguem ser alcançadas por esse serviço de escola e de saúde?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Pela escola nem todos, mas pelo serviço de saúde sim, porque fizemos o posto de saúde na comunidade central do rio Jauaperi, com a comunidade de Samaúma mais acima e, depois, o Xixuaú e o Xiparinã. Embaixo, a comunidade de Itaquera, Palestina e Tanauá. Agora, o enfermeiro, com o transporte que tem, pode visitar de 15 em 15 dias todas as comunidades ou, em qualquer emergência, eles podem ir ao posto de saúde.

A SR^a MARINA SILVA – O medicamento que é utilizado no posto de saúde é comprado pela Associação ou é fornecido pela Prefeitura, secretaria municipal ou estadual?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É principalmente fornecido pela FNS de Novo Airão.

A SR^a MARINA SILVA – Pela Prefeitura?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Pela FNS.

A SR^a MARINA SILVA – Fundação Nacional de Saúde. Vocês têm convênio com a Fundação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Temos um monte de cartas declarando os trabalhos feitos junto, mas um convênio formal não temos.

A SR^a MARINA SILVA – Não têm um convênio formal.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK - Não.

A SR^a MARINA SILVA – Qual é a avaliação que V. S^a faz do seu trabalho durante esses anos, nessa comunidade? Em rápidas palavras.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em todas as comunidades do rio Jauaperi?

A SR^a MARINA SILVA – É, do trabalho que a Associação Amazônia faz.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Pessoalmente, sou muito orgulhoso do que conseguimos fazer lá. Sei que ainda é pouco, podia ser muito mais, falta acordo com os Poderes Públicos, porque com isso seria muito mais fácil captarmos recursos para ajudar o povo daquela área. Mesmo assim, o pouco que conseguimos fazer para aquelas pessoas não é tão pouco. Quando uma pessoa está com malária e não tem como fazer uma lâmina, não tem o remédio

para curar sua malária, tendo alguém que faça esse trabalho já melhora muito a situação. Melhorou muito.

A SRª MARINA SILVA – Os membros da Associação têm alguma atividade produtiva ou vivem do salário que é pago pela própria estrutura da Associação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ninguém paga salários na Associação.

A SRª MARINA SILVA – Digo alguma contribuição.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Todos trabalham e têm o seu roçado. Antigamente, na época da castanha, passavam até três meses no mato quebrando castanha.

A SRª MARINA SILVA – Não estou me referindo aos beneficiários, mas às cinco pessoas da diretoria. Elas têm uma atividade profissional ou vivem do trabalho na própria Associação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Luiz Antonio é Professor na Universidade do Amazonas. Adamor trabalha na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, em Manaus, é assessor do Governo, em Manaus. Eu tenho o meu hotel na Itália e Plínio faz o seu trabalho aqui.

A SRª MARINA SILVA – Qual é a percepção que os moradores da comunidade têm do trabalho de vocês?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ouvi falar várias vezes nos últimos anos, em todas essas CPIs e investigações, que os moradores eram contra nós. Mas eu gostaria, nesta ocasião, de convidar V. Exªs, quem possa ir lá, para constatar a veracidade da nossa relação com a comunidade do rio Jauaperi. Inclusive a nova Prefeita de Rorainópolis, a Dona Otília Pinto, estava conosco no final do mês de abril, começo de maio, quando elaboramos uma série de possíveis projetos que podemos fazer juntos, e ela falou com todos os ribeirinhos. Ela só criticou a Associação Amazônia, porque, naquele momento, os recursos financeiros que estavam chegando pelo Fundo pela Terra estávamos repassando diretamente às mãos dos comunitários. Estava dando um pouco de confusão. Então, ela me pediu que, daqui para a frente, perguntemos quais os objetos, os materiais de que precisamos para melhorar a sua vida, para que nós mesmos compremos. Daqui para a frente vamos fazer isso.

Ela me convidou para participar da comissão municipal sobre o meio ambiente. Aceitei o convite, não sei como vou poder participar, porque é muito difícil viajar do rio Jauaperi para Roraima. O único jeito

é, mais fácil, é baixar o rio Negro, ir para Manaus e subir pela estrada. Mas...

A SRª MARINA SILVA - As pessoas que deram depoimentos, os Deputados que fizeram a investigação na CPI, nos deram conta de que na área que foi referenciada por V.Sª e por eles existiam antenas de comunicação, que se podia comunicar com outros países. Existe isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Na nossa área não existe nada disso. Nunca existiu.

A SRª MARINA SILVA - Existe algum sistema de comunicação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Absolutamente. O sistema de comunicação mais perto para nós é na comunidade de Samaúma, que tem uma radiofonia. Se precisamos nos comunicar para o mundo afora, nós temos que ir para Samaúma mandar um recado pela Central de Boa Vista que manda para Manaus. Essa é a única forma de comunicação.

A SRª MARINA SILVA – Não existe nenhuma antena em árvore fixada?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Absolutamente, não. Nunca existiu.

A SRª MARINA SILVA - Eu não entendo nada de comunicação. Mas eu estou aqui perguntando, porque...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não existe e nunca existiu.

A SRª MARINA SILVA - Vocês estão sob juramento e foi dito anteriormente...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estamos.

A SRª MARINA SILVA - ...de que os senhores teriam um sistema de comunicação.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não existe.

A SRª MARINA SILVA - Não existe.

Vocês têm, então, uma relação institucional, pelo menos, com pessoas que têm cargos importantes: um professor universitário, é isso?, uma pessoa que tem um trabalho dentro do Governo do Amazonas, uma relação com a Prefeita. Como é o nome da Prefeita?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Dona Otília Pinto.

A SRª MARINA SILVA - Dona Otília Pinto. De qual Prefeitura?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – De Rorainópolis.

A SRª MARINA SILVA - De Rorainópolis.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Que nós somos Município de Rorainópolis.

A SRª MARINA SILVA - Município.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK - Nós temos, também, ótimas relações, faz muito anos, com a FNS, com a Embrapa, com o Inpa, de Manaus; FNES, de Nova Airão, também, Secretaria de Saúde de Nova Airão. Estamos colaborando, faz anos.

A SRª MARINA SILVA - Vocês trabalham com alguma pesquisa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós não temos capacidade de fazer a pesquisa. Mas, várias vezes, nós convidamos...Foi feito, em 1992 até 1993, pelo Laboratório de Mamíferos Aquáticos, do Inpa, uma pesquisa sobre as ariranhas na nossa área. Inclusive eles estão interessados agora em fazer outra pesquisa porque a população de ariranhas, nesses últimos anos, cresceu tanto que nós hoje temos bandos de ariranhas, podemos sair de canoa acompanhando-as por um longo tempo, elas não têm mais medo do ser humano.

A outra pesquisadora do Laboratório de Mamíferos Aquáticos fez uma pesquisa sobre o boto vermelho na nossa área. E temos também lagos que têm muitos peixes-boi, que podem entrar e encontrar quatro, cinco peixes-boi no lago.

A SRª MARINA SILVA – Esses pesquisadores são brasileiros ou estrangeiros?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São brasileiros.

A SRª MARINA SILVA - Todos brasileiros.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Quer dizer, esse projeto do Inpa foi feito para o Fernando Rosas, que é do Laboratório de Mamíferos Aquáticos, do Inpa, com uma estudante norte-americana Sara Carpan(?) da Universidade de Oregon. Eles fizeram juntos essa...

A SRª MARINA SILVA - Mas tem a responsabilidade da instituição brasileira, não é isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – As outras pesquisas todas foram brasileiras.

A SRª MARINA SILVA - Brasileiras.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Embrapa, FNS.

A SRª MARINA SILVA - Qual o maior potencial dessa área em termos de um projeto de desenvolvimento da região para beneficiar essa comunidade? O maior potencial é o turístico, o da agricultura ou o da pesca?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A maior contribuição para a vida das pessoas que moram no rio Jauaperi, neste momento, é de fornecer peixe. Porque o rio Jauaperi, nesses últimos anos, está sendo invadido por peixeiros da cidade de Manaus e de Nova Airão inclusive de Roraima também, que estão pescando de uma forma completamente irregular com bombas no lagos, quando os lagos estão secos, e com arrastão. Agora, algumas comunidades, no baixo Jauaperi, estão encontrando dificuldades para se sustentarem com os peixes.

A SRª MARINA SILVA - Não é pesca esportiva, é uma pesca predatória.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ah, essa pesca é predatória totalmente.

A SRª MARINA SILVA – Predatória.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Predatória. Eles botam bombas nos lagos e depois vão recolhendo os peixes que eles querem, deixam um tapete de peixes mortos e vão embora.

A SRª MARINA SILVA - A comunidade é beneficiada de alguma forma com isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A comunidade, não. Às vezes, eles levam alguns indivíduos das comunidades e pagam duas garrafas de cachaça para eles mostrarem onde é que estão os lagos e como entrar nesses lagos. Mas os benefícios são limitados.

A SRª MARINA SILVA - Existe alguma ação das instituições públicas: governo do Estado, Ibama, tanto de Manaus, quanto de Roraima, no sentido de evitar isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós sempre tivemos ótimas relações com o Ibama e nós fizemos várias denúncias pelo Ibama. Às vezes, eles interceptam barcos, baixando no rio Negro, mas depois não soubemos o que aconteceu.

A SRª MARINA SILVA – O que a sua família lhe aconselha quando vê que V. Sª está sendo investigado hoje por uma CPI? V. Sª disse que faz esse trabalho porque quer ajudar as pessoas. O que a sua esposa lhe diz quando V. Sª enfrenta uma situação como essa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ela está com medo, mas totalmente convencida do que eu estou fazendo.

A SRª MARINA SILVA – E, mesmo com tudo isso, V. Sª acha que...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – As minhas filhas, a mesma coisa.

A SRª MARINA SILVA – V. Sª acha que compensa o que V. Sª está fazendo, mesmo com todo esse problema?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – As minhas filhas adoram a Amazônia. Se houvesse uma escola como a que deverá haver, elas gostariam de morar no Xixuaú, que é um lugar maravilhoso, um lugar que precisa ser preservado. Elas gostam muito dessa área. Elas entendem isso perfeitamente. Elas sofrem porque, muitas vezes, não posso ficar com elas. E eu também sofro com saudade delas, mas agora tenho tantos amigos naquela região – pessoas com quem convivi por dezoito anos –, que não tenho mais como voltar atrás. Elas entendem perfeitamente isso.

A SRª MARINA SILVA – Vou fazer a última pergunta a V. Sª.

Com relação a esses parceiros que colaboram com o seu trabalho, são pessoas ou são entidades que fazem essas doações na Itália e nos outros países?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Algumas são fundações, outros são institutos. Por exemplo, o Instituto Ítalo-Latino-Americano, um instituto diplomático formado pelos Governos de todos os países da América Latina e o Governo italiano, financiou o projeto de pesquisa de plantas medicinais pela Embrapa de Roraima. O objetivo desse projeto era chegarmos ao final e plantarmos hortas medicinais nas comunidades. Só que, infelizmente, aconteceu a primeira CPI, e um engenheiro da Embrapa, o Joacy, que é uma pessoa maravilhosa – naquela região, todos gostavam dele –, não teve mais a possibilidade de voltar para completar o seu trabalho.

A SRª MARINA SILVA – Além da investigação que está sendo feita com V. Sª pela CPI, existe alguma outra investigação, como, por exemplo, por parte da Polícia Federal?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Recebemos, se não estou errado, em 1999, uma delegação da Polícia Federal, o Delegado Oscar, de Roraima, com a Polícia Militar, com o Exército, os serviços de informação e o Ibama. Eles passaram dois dias conosco. Há meses estamos perguntando: será que eles vão dizer alguma coisa? Não estamos sabendo nada sobre essa investigação, mas sabemos que, paralelamente a essas quatro CPIs realizadas desde 1996 até agora, estão sendo feitas investigações pelo Poder Judiciário.

A SRª MARINA SILVA – Por essas instituições?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nesse sentido, estamos completamente tranquilos.

A SRª MARINA SILVA – Faço uma pergunta ao Sr. Plínio: qual é a sua escolaridade?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não tive a chance de estudar, como muitas pessoas tiveram, mas acredito que tenha entre a quarta e quinta séries.

A SRª MARINA SILVA – Antes de trabalhar com a Associação, V. Sª fazia o quê?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Exercia o meu trabalho de carpintaria, junto com meu pai.

A SRª MARINA SILVA – Muito obrigada.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, quando V. Sª está no Brasil, quem administra o seu hotel na Itália? Essa é uma das perguntas que esqueci de fazer.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Os pais da minha esposa.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, a outra pergunta que vou fazer é a seguinte: o cientista não brasileiro que trabalha lá tem que ponto de apoio para desenvolver o seu trabalho? Quem o apóia, para ele poder desenvolver o seu trabalho?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – O cientista estrangeiro que trabalha na nossa área?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Exatamente.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Mas qual cientista estrangeiro?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. Sª disse que há um cientista que está estudando e que trabalha na área.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – V. Exª fala da estudante Sarah Carta(???). Ela foi acompanhada o tempo todo pelo pessoal que está na área, porque, logicamente,...

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Mas quem dá o ponto de apoio, quem a ajuda, quem paga as passagens? V. Sª mesmo?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – O Inpa é que paga as passagens dela dos Estados Unidos. Não sei se foi ela mesma quem pagou, mas quem paga as despesas de Manaus para ela sempre fomos nós. Isso porque nem o Fernando Rosa nem ela tinham condições financeiras para fazer isso. Nós

aproveitávamos todas as vezes que saía um barco para eles irem junto conosco e fazerem o trabalho deles.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Então, ela presta conta do seu trabalho ao Inpa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, claro.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, para suas indagações finais e considerações.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Christopher, eu queria que V. Sª confirmasse aqui essa cessão de posse das terras. V. Sª tem consciência de que são 174 mil hectares?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São 172 mil hectares.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sim, são 172 mil hectares.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São 172.400 hectares.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª confirma que essa cessão de posse foi realizada por meio dos associados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Com o objetivo de preservar a área, Senadora Marluce. Nós estamos...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Para preservar, mas V. Sª disse que tem o contrato registrado no cartório.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK - Parece que, para completar algumas áreas pequenas, no meio, o advogado Barela colocou de ocupação da Associação Amazônia. Acredito que, pelos ribeirinhos, não chega exatamente a essa quantidade de terras. Deve ser alguma coisa menos, e ele colocou no meio algumas áreas de ocupação de várias anos da Associação Amazonas.

O que eu queria dizer aqui, Senadora Marluce, é que não temos o objetivo de ser donos daquela terra. A Prefeita Otília nos falou no mês de maio que a área pode ser declarada uma APA do Município; se isso acontecer, nosso objetivo já estará alcançado. Há um mês e meio, recebemos um grupo do Ibama, de Brasília, em toda a área do rio Branco, do baixo rio Branco, do rio Negro, até o Xiparanã, no rio Jauaperi, com uma proposta de criar uma reserva extrativista na área. Para nós, se houver qualquer forma de preservar aquela área, assino até neste momento que abdi-

camos de qualquer pretensão sobre aquela terra. Se ela for preservada, nós já estaremos felizes.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Sª me permite um aparte?

Seria interessante que, depois, o Sr. Presidente fizesse um ofício ao Ibama comunicando essa declaração. Em sendo ocupada, será feita a doação sem nenhuma retribuição financeira.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O que eu ia declarar aqui, Senador Bernardo Cabral, é que estive recentemente no Incra, com a prefeita Otília e o Presidente do Ibama em Brasília, Dr. Casara, e também o Passarinho, representante do Ibama em Roraima. Já existe a pretensão de se fazer o parque ecológico. É isso que solicito da Comissão, ou seja, saber se é realmente nessa região. A Prefeita trouxe todo o Município já delineado, usou topógrafos para medir todo o Município de Rorainópolis. Mas eu não sei se se trata exatamente dessa sua região, porque eu não me aprofundei na questão. Acompanhei a matéria e depois ela foi repassada para o Dr. Sebastião. É bom que se saiba se realmente essa pretensão do Ibama se refere a essa região.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu vi os mapas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Vieram os mapas, mostrando onde vai ser esse parque.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Era do Xiparanã, cortando para Santa Maria de Boiaçu, descendo o rio Branco, passando por esse pedaço do rio Negro em baixo, e subindo o rio Jauaperi de novo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) - Eu vou até pedir uma cópia. Acho que tenho uma no gabinete. Se não tiver, a Comissão poderá solicitar ao Dr. Sebastião, Presidente do Incra, uma cópia desse projeto que foi deixado pela Prefeita de Rorainópolis.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar a reunião, eu gostaria de fazer duas outras perguntas.

V. Sª tem idéia de que essa área fica exatamente nos 12% da área do Estado de Roraima que não está contemplada com pretensões da Funai, nem são reservas ecológicas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu não sabia nada disso. Antes de fazer esse requerimento para regularizar as posses, o nosso advogado disse que pesquisou no Instituto de Terras de Roraima, no Incra e que essa área era devoluta, que não houve nenhum requerimento sobre nenhum pedaço dessa área. Essa foi a informação que recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. S^a não sabia, portanto, que essa terra estava fora das áreas pretendidas no Estado de Roraima, pela Funai, pelo Ibama.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Lá não tem índio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, sabia que nem Funai, nem Ibama, ninguém reivindicava os 12% que hoje sobram no Estado de Roraima e que não estão nessas áreas. V. S^a não sabia disso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não sabia disso. A única coisa que acreditamos é que existe a possibilidade de oferecermos um desenvolvimento alternativo a esses povos; nós também temos muitos contatos no exterior e não estamos conseguindo fazer esses contatos, porque, toda vez que fazemos um contato com o Poder Público, a resposta são acusações, CPI. Entendo que somos uma entidade um pouco diferente, porque, fundamentalmente, somos formados por um grupo de ribeirinhos e eu e algumas pessoas que por trás nos apoiam porque conhecem o nosso trabalho. Sei que somos muito pequenos, mas podemos crescer muito, porque aquela área merece um desenvolvimento, pelo menos acreditamos que merece, porque não tem muitas áreas ainda na Amazônia onde é possível encontrar em lagos cinco peixes-bois de uma vez, onde as ariranhas vão acompanhando as canoas em bandos de oito, dez, sem nenhum medo, onde elas sabem que o homem não apresenta mais nenhuma ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de dizer a V. S^a - já que V. S^a disse que passou por outras CPIs - que, como toda CPI, estamos fazendo apenas um inquérito. Portanto, não estamos aqui prejulgando V. S^a, tampouco o que a associação esteja fazendo. Queremos justamente estar inteirados e, nesse sentido, eu queria uma outra confirmação sua, final. V. S^a disse que registrou a cessão de posse das benfeitorias e das terras dos ribeirinhos.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. As terras não podemos porque não somos donos delas, não era possível. Era só um contrato particular cessão de posse e benfeitorias.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O que a associação pagou a essas pessoas foi exatamente as benfeitorias.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Exatamente! Divididas entre todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu só quero fazer uma pergunta ao Sr. Plínio. Sr. Plínio, V. S^a é indígena, não é?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Eu tenho sangue caboclo, portanto, acredito que por aí...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Seu pai e sua mãe não são indígenas?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, é bom que fique bem claro, tanto para o Sr. Christopher Julian Clark quanto para o Sr. Plínio como para outros que aqui vierem, que estão vindo como testemunhas, não como acusados, não como réus. Se eles se saírem bem e for pela Comissão Parlamentar de Inquérito notado que essa é uma ONG que produz, ele será um grande beneficiário. A ONG Amazônia será uma beneficiária, porque terá um atestado da CPI.

É bom que outros que porventura venham a ser convidados não tenham nenhum receio. Aqui não há idéia de tratar ninguém, pelo menos enquanto eu fizer parte desta Comissão, como réu. Não há julgamento prévio, como disse o Presidente. Fique tranquilo. Leve à sua família a tranquilidade de que aqui nós estamos querendo apurar os que trabalham. Só isso.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Quero, como Senadora de Roraima, falar para o depoente que a própria Prefeitura de Rorainópolis, depois de constatado tudo o que foi dito aqui, poderá trabalhar com uma parceria ou com convênio. Para V. S^a que trabalha mais diretamente com a saúde e educação, sei que está saindo – se não me falha a memória dia 11 - uma equipe de saúde do Município com a Secretária de Saúde, exatamente para a vacinação de crianças. Se V. S^a estiver lá na região, poderá ajudar. Poderá haver essa parceria.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Falei com a D^a Otília ontem. Ela me falou que, se for possível, vai esperar que eu volte, no final de setembro, para eu poder estar junto de novo.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Mas ela prefere?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ela mesma, pessoalmente.

A SR^a RELATORA (Marluce Pinto) – Agora, a Secretaria de Saúde está com uma equipe. Cheguei de lá hoje. Estive ontem com a Secretária, que está saindo dia 11 para toda a região ribeirinha para fazer esse serviço. Pode ficar tranquilo que a nossa inten-

ção é somente a de cooperar e agradecer a outros que estejam cooperando também.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Posso renovar o convite a vocês. Não se trata de um lugar onde falta conforto. Temos uma casa relativamente confortável, temos um barco. Não sei se a Senadora pode ir.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Vou combinar aqui com o Presidente, quem sabe S. Exª até nos dar o prazer de conhecer a Região.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de pedir a V. Sª que - inclusive eu ia encerrar sem tomar a essa providência, até por solicitação do Senador Bernardo Cabral, que pediu informações a respeito das contas bancárias e do ingresso de dólares – , para evitar que a CPI pedisse essa quebra de sigilo, autorizasse essa quebra.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nós faríamos uma declaração de que esta secretaria

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – De punho, assistida pela sua advogada, portanto para evitar que a CPI tivesse que pedir quebra de sigilo ou outra coisa.

V. Sª concorda?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Concordo plenamente.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, desculpe-me, mas num ambiente de perguntas e respostas surgem novos questionamentos.

V. Sª não tem conta bancária no Banco do Brasil. Outra pessoa de seu relacionamento, amigo ou esposa tem conta?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK - Estrangeiro?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Não, aqui no País.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, não, da minha família ninguém.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Muito obrigado.

Sr. Plínio, algum parente seu ou a esposa tem conta bancária aqui no Brasil?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Portanto, tendo em vista que o Sr. Christopher e o Sr.

Plínio concordaram e ficando registrado que autorizam a CPI a pedir informações bancárias e também da Receita Federal, vou pedir as providências. Quero agradecer a presença do dois, repetindo que o que anima a todos os membros da CPI a busca da verdade.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Assinamos essa autorização, mas essas mesmas informações estão todas na Internet. É só acessar, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao encerrar a reunião, quero agradecer a presença de todos os Srs. Senadores e lembrar a nossa próxima reunião, na próxima terça-feira, às 17h30min.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h10min.)

9ª Reunião Realizada em 25-9-01.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Tião Viana, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Jonas Pinheiro e Leomar Quintanilha, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “**destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs**”. Presente também, o Deputado Luciano Pizzatto – PFL/RR. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o Deputado Neivo Beraldin - Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná. O Senhor Presidente passa a leitura do Parecer da Assessoria Jurídica desta CPI, a respeito das denúncias contidas no Ofício 068/2001/M.M., datado de dezoito de setembro do corrente ano, subscrito pelo Deputado Max Mauro, a seguir, a Presidência convida o Deputado Neivo Beraldin, para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. Posteriormente, o Senhor Presidente concede a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da CPI, para questionar o depoente. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores: Tião Viana, Moreira Mendes e Leomar Quintanilha. O Senador Tião Viana entrega a Senadora Marluce Pinto cópia do Ofício nº

3063/01, datado de três de setembro do corrente ano, da Procuradoria da República no Estado do Paraná, subscrito pelo Dr. Mário José Gisi – Procurador Regional da República. Ao final, o Senhor Presidente recebe das mãos do Deputado Neivo, diversos documentos referentes a sua exposição prestada a esta Comissão, determinando a Secretaria da CPI que tome as providências necessárias quanto a autuação da referida documentação. A Presidência agradece a presença do convidado pela sua colaboração, e comunica aos presentes que na próxima semana não haverá reunião da Comissão, ficando agendado para o próximo dia nove de outubro, reunião Administrativa. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 9ª Reunião da CPI das ONGs, criada através do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 4 de setembro, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Exmº Sr. Deputado Estadual Neivo Beraldin.

Peço à secretária que convide o Deputado a tomar assento à mesa. (Pausa.)

Esclareço aos presentes que o Deputado Neivo encontra-se nesta CPI, na condição de convidado, para prestar alguns esclarecimentos.

Antes de passar a palavra ao Deputado Neivo, quero dar conhecimento de um expediente encaminhado a esta CPI pelo Deputado Federal Max Mauro, datado do dia 18 de setembro, vazado nos seguintes termos:

“Ofício nº 68, de 2001.

Sr. Presidente, faço chegar ao seu conhecimento denúncias envolvendo a desapropriação de áreas de preservação da mata atlântica nos Estados de São Paulo e Paraná, com o pagamento de indenizações superfaturadas, tráfico de influência, peculato, entre outras supostas irregularidades, envolvendo o Poder Público daqueles dois Estados, empresas privadas e

organizações não-governamentais, conforme relatório e documentos em anexo.

Solicito a V. Exª que encaminhe esse dossiê à douta Comissão Parlamentar de Inquérito para uma análise e, se necessário, proceder com a apuração dos fatos, sobretudo no que diz respeito ao envolvimento de ONGs, motivo central das investigações dessa importante Comissão.

Cordialmente,

Deputado Max Mauro.”

Tendo em vista termos recebido antes a documentação enviada pelo Exmº Sr. Deputado Neivo Beraldin, solicitei à assessoria jurídica da Comissão dar um parecer sobre a matéria encaminhada pelo Deputado Federal Max Mauro e também de sua correlação com os documentos igualmente encaminhados pelo Deputado Neivo Beraldin.

Peço permissão para ler o final do parecer:

“Nesse sentido, entendo que as denúncias formuladas e encaminhadas pelo Deputado Max Mauro, envolvendo a organização não-governamental O Boticário guarda completa pertinência com os fatos que motivaram a instalação da presente CPI.

Além disso, é de se ressaltar a pertinência do tema com o relatório encaminhado pelo Deputado Neivo Beraldin, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, o qual poderá prestar mais informações a respeito das supostas irregularidades praticadas por aquela associação.

Outrossim, sugiro a oitiva dos representantes da organização não-governamental O Boticário, a fim de que fique assegurado o preceito constitucional do contraditório (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal).

Cumprе ressaltar que o pedido encontra amparo no art. 148, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, que assim dispõe:

‘No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.’

Há ainda amparo constitucional no art. 58, § 2º, item 5º, que preceitua: “Cabe às comissões parlamentares solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.”

Dessa forma, o parecer é no sentido de que sejam autuadas as denúncias apresentadas pelo Deputado Max Mauro e que sejam objeto de questionamento ao Deputado Neivo Beraldin, bem como de que sejam ouvidos os representantes da Fundação O Boticário.

Esse era o comentário inicial que eu queira fazer, antes de passar a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, que, repito, está aqui na condição de convidado, para que ele possa, na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, prestar os esclarecimentos necessários a respeito da documentação encaminhada a esta CPI.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN – Primeiro, quero cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, a Relatora, os Srs. Senadores e dizer da satisfação que tenho de estar aqui, fazendo uma extensão do nosso trabalho e levar ao conhecimento de V. Exªs aquilo que sabemos do Estado do Paraná.

Na verdade, nós começamos um trabalho na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná. Convidamos a Fundação O Boticário e a SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – para que lá comparecessem a fim de apresentarem os seus feitos em favor do litoral do Paraná.

A Comissão que eu presido fez a reunião e aqui está a ata. Na seqüência, convoquei nova reunião para o litoral do Paraná, em Antonina. Estivemos em Antonina, realizamos a segunda reunião e daí é que veio o contraditório da primeira reunião. Aqui se manifestaram pessoas de Antonina e do litoral do Paraná.

A manifestação das pessoas do litoral nos levou a fazer uma visita nas obras relatadas pela SPVS e pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Fomos pessoalmente e produzimos uma fita, que está à disposição da CPI do Senado. Nessa fita se constata uma contradição muito grande entre o que alegam ter executado em prol do meio ambiente e o que efetivamente foi realizado.

Na seqüência, tanto a SPVS quanto a Fundação O Boticário nos solicitaram uma terceira oportunidade para recolocarem as coisas e explicarem melhor para a imprensa do Estado e para a Assembléia Legislativa a sua nova versão.

Realizamos a terceira reunião pública – aqui estão as notas taquigráficas da terceira reunião. Lá, em Guaraqueçaba, se diz assim: O Paraíso das ONGs americanas. Aqui há uma matéria de um jornal, que evidentemente não escreve mais nada sobre a Fundação O Boticário nem sobre as ONGs, porque eles conseguiram uma liminar na Justiça. O jornal que fez a matéria, **O Impacto**, que não é um jornal governista, conseguiu colocar esses fatos.

O litoral do Paraná é uma região muito importante em termos de verde no Estado. Não conseguimos entender por que há tanto dinheiro para comprar aquelas áreas do litoral e não há dinheiro para matar a fome de muitas crianças que vivem lá. Não há dinheiro para a construção de uma casa, por mais simples que possa ser, mas há dinheiro de ONGs internacionais para comprar áreas que já são de preservação por lei estadual e, evidentemente, não sei com qual objetivo, se é certificar essas áreas para que depois possam produzir recursos com seqüestro de carbono, conforme o Tratado de Kyoto, ou se a nossa biodiversidade está à disposição de gente que vem de fora. Ou será que os filhos e os netos dos diretores da SPVS e da Fundação O Boticário, que são hoje os que adquirem aquelas terras, permitirão que os nossos filhos e os nossos netos tenham acesso a cabeceiras de rio, ao trajeto do litoral do Paraná, mais especificamente Guaratuba, Antonina e Guaraqueçaba? Por que a Fundação O Boticário consegue criar uma RPPN exatamente no Salto do Morato, em Guaraqueçaba, onde há uma cascata – muito bonita, por sinal –, consegue colocar um portão para cobrar R\$3,00 de ingresso para cada cidadão que lá comparecer, consegue criar uma RPPN em cima da área que é da União? A menos que nos provem em contrário, Sr. Presidente, aqui está como adquirente a União Federal em 1969, e aqui também está uma busca vinhenária que procuramos nos cartórios do litoral. Não há movimentação de que essas terras não pertençam à União. Pertencem à União. Inclusive, há mapa da Colônia Fronteira, gleba 6, lote 22 – isso é expedido pela Secretaria do Meio Ambiente. Exatamente aqui, no lote 22, está a casa da Fundação O Boticário. É o que está aqui, que juntamos nos cartórios, as informações que temos. Agora, a Fundação O Boticário consegue recursos internacionais, conforme atas que estão à disposição também da CPI, recursos em dólar, não é pouco. O Governador do Paraná, Jaime Lerner, é conselheiro-fundador da Fundação O Boticário, conselheiro da administração. Na época, era Prefeito de Curitiba. Evidentemente, não quero acusar ninguém, até porque não tenho maiores elementos para

fazê-lo, mas poderia dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que recebi inúmeros convênios da SPVS com a União. “Convênio de termos de cooperação técnico-financeira que entre si celebram o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ibama, e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, SPVS, visando o apoio do Parque Nacional do Iguaçu, sob a forma de parceria denominada co-gestão.” “Convênio que entre si que celebram o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, e a SPVS, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, para a execução de projeto do Segundo Encontro sobre Conservação e Qualidade de Vida na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

Convênio, também, pesquisa com a SPVS. São vários convênios, e a maioria é para preservar o papagaio-da-cara-roxa, para estimular o turismo no Parque Nacional do Iguaçu, execução de projeto de difusão de tecnologia na região de Guaraqueçaba. Os valores são os mais diversos, várias vezes auditados.

Evidentemente, a CPI terá maiores condições de saber. Quem representava o Ministério do Meio Ambiente era o Sr. Eduardo de Souza Martins. O ex-Ministro Dr. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, por mais incrível que possa parecer, esteve pessoalmente à inauguração do Salto Morato, junto com o Governador Lerner, referendando, portanto, oficialmente, a reserva do Patrimônio Natural Salto Morato. Naquela época foi feita uma festividade oficial, com destaque nacional.

Evidentemente, causou-nos surpresa procurar nos cartórios, verificar o histórico, e ver as atas da fundação, pois efetivamente não há nada que comprove que a terra tenha sido comprada de alguém.

Se foi titulada de posseiros para a fundação, por que a população nativa da região não conseguiu titular essas terras? Qual é a vantagem de haver lá uma fundação, uma ONG comprando as terras dos pequenos agricultores nativos, tirando esses nativos do seu habitat natural? Eles acabam nos centros urbanos, criando mais um problema para a sua própria subsistência e também para a sociedade.

Sr. Presidente, alguns convênios somam em torno de R\$1,5 milhão, alguns que chegaram às nossas mãos. Alguns. Não sei quantos são, se é que há mais. Estou apenas relatando aquilo que eu consegui até aqui, na condição modesta de Deputado Estadual que tem a determinação de que se faça justiça neste País. Se milhões de dólares vêm de fora, alguma coi-

sa tem que haver por trás disso. Ou é a nossa biodiversidade ou é o seqüestro de carbono, que vai gerar lucro. Se o seqüestro de carbono um dia for implantado e referendado no mundo, então, que o litoral, que as florestas brasileiras, que o país que tem essa área ambiental seja beneficiado. E não que os americanos venham aqui para compensar o que poluem lá. Eles querem manter a sua indústria a todo vapor, produzir muito, poluir a nossa camada de ozônio e comprar terras no Terceiro Mundo para compensar, possivelmente, no futuro, a poluição que eles emitem lá.

Sr. Presidente, eu poderia falar mais, alongar-me mais sobre a questão da minha visita, que está na fita, mas deixo que a Comissão possa ter com mais tranquilidade acesso a detalhes de convênios.

Plantio de mata ciliar foi pessoalmente verificado. A população local desmente, reage contra. Trilhas ecológicas, projetos. A Fundação O Boticário diz que fatura, paga R\$350,00, R\$450,00 para quem faz cesto. Não é verdade. Fui lá, falei com as pessoas próximas, e a Fundação O Boticário tem quatro funcionários (duas faxineiras e dois porteiros). Como é que cuida de 2.300 hectares de terra, sobretudo tendo em vista que a grande parte dela o homem não tem acesso porque é uma topografia acidentada?

Então, Guaraqueçaba tem 450 anos. Sempre foi e sempre será o que é, porque a grande parte é topografia acidentada. Estivemos lá, e a população nos disse: depois que apareceram esses tais de “eco-chatos” nossa vida mudou. Mudou para pior, apenas estamos vendo carro importado passando para cima e para baixo, mas não tem um ônibus, uma ajuda para transportar um aluno para escola, não tem uma creche mais perto para as pessoas, não tem nada. O que tem é **marketing**, é mídia, é interesse. Como diz o Vereador Valey, de Antonina, é uma “imobiliária dos americanos”. Agora, se é ou não, eis a questão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer ao Deputado Neivo Beraldin pela sua explanação e concedo a palavra à ilustre Relatora, Senadora Marluce Pinto para suas perguntas e considerações a partir de agora.

A SRª MARLUCE PINTO – Nobre Deputado, quero dar as boas-vindas a V. Exª e antecipadamente agradecer a cooperação que está sendo dada a esta Comissão.

A minha primeira pergunta: gostaria de saber se o que está nesta fita tem algo mais que o senhor não tenha falado na sua exposição de motivos, ou se tudo que consta já é referente a isto.

O SR. NEIVO BERALDIN – Na verdade, procuramos estabelecer o roteiro a partir da segunda reunião de Antonina, no município, percorremos as obras de afirmativa da SPVS, que aliás está no site da SPVS, seguimos as obras orientadas pela própria SPVS. Aliás, na segunda reunião de Antonina, o Deputado que nos acompanha, que é membro da Comissão fez leitura da afirmativa da SPVS, e por meio dessas afirmativas fomos à Câmara, pesquisamos todas as obras que eventualmente, é evidente que não posso encontrar qualquer notícia da preservação do papagaio da cara roxa, esses convênios são muito nesse sentido, mas não há nada assim que corresponda à verdade. Evidentemente há alguns detalhes a mais que a população local se manifesta aqui, pessoas que trabalham na própria fundação e esses detalhes, evidentemente essa fita já foi passada para o conhecimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na presença do Presidente da Fundação O Boticário, na presença do Diretor da Fundação O Boticário, na presença do Diretor Presidente da SPVS, todos assistiram esta fita, ela é pública, e não tenho razão de esconder absolutamente nada, é da forma mais transparente possível. Evidentemente é um trabalho que é de obrigação, entendo, de um parlamentar.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas a minha pergunta se referiu ao seguinte: tomamos conhecimento do que V. Exª expôs, mas como V. Exª disse que ia parar por aí e mencionou inicialmente a fita, gostaria de saber se o fato de vermos essa fita trará mais subsídios para a Comissão em termos de obras executadas, de depoimentos de pessoas da comunidade, o que deve haver.

O SR. NEIVO BERALDIN – Isso com certeza.

A SRª MARLUCE PINTO – Então, há algo mais que venha a acrescentar?

O SR. NEIVO BERALDIN – Creio que sim.

A SRª MARLUCE PINTO – Existe alguma denúncia nessa fita, por parte da comunidade, de alguma autoridade ou mesmo de terceiros?

O SR. NEIVO BERALDIN – Certamente. Aqui há a entrevista com o Prefeito de Guaraqueçaba; a entrevista com a população que vive perto de Salto do Morato; a entrevista de um vereador de Antonina que foi eleito pelo bairro da Cachoeira, onde, conforme o que se disse, teria sido construída uma cozinha comunitária e onde teria sido feito o plantio de árvores. Fomos até lá e verificamos todos esses convênios firmados. A população local prestou depoimentos, que, evidentemente, podem enriquecer ainda mais este

nosso debate, pois posso eventualmente esquecer de algo no momento.

Alem disso, Senadora Marluce Pinto, os documentos que aqui estão configuram uma pesquisa de cartório, uma pesquisa vintenária. A Fundação O Boticário diz que é proprietária da área.

A SRª MARLUCE PINTO – Eles falaram que são proprietários, mas o registro foi encontrado em cartório de registro de imóveis?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não, não foi encontrado.

A SRª MARLUCE PINTO – Não há nenhum registro em cartório sobre a aquisição dessas terras?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não há registro. Ao contrário, essas terras foram confiscadas em 1969 e pertenciam ao então Deputado Aníbal Cury, já falecido. O Governo Federal, a União, confiscou essas terras, e, de lá para cá, não há nada mais que indique que alguém possa ter recebido uma escritura definitiva, pelo menos que conste em cartório.

A SRª MARLUCE PINTO – Parece-me que foram 2,4 milhões de hectares, não é? Foi o que V. Exª falou?

O SR. NEIVO BERALDIN – Dois mil.

A SRª MARLUCE PINTO – Foram 2,4 mil hectares?

O SR. NEIVO BERALDIN – No Salto do Morato, foi em torno disso.

A SRª MARLUCE PINTO – Sim. Mas nada disso está registrado, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Ali são várias...

A SRª MARLUCE PINTO – Há, ao menos, cessão de posse? Foi encontrado, em cartório, algum documento de algum contrato?

O SR. NEIVO BERALDIN – É questionável, porque não posso afirmar que nenhum lote tenha sido concluso.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas, sobre essa documentação que V. Exª está deixando conosco, há algum registro em cartório, ao menos de cessão de posse?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Mas há muitos posseiros. Mas não verificamos se esses posseiros são vivos ou não, se eles efetivamente passaram ou não. Sobre tudo isso, é possível que, numa busca mais minuciosa, possamos chegar a uma conclusão.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas V. Exª não chegou a ter nenhum documento mostrando que esses posseiros possam ter feito um documento, em sessão

de posse, para a SPVS ou a Fundação? Isso não existe, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Creio que, se a terra é da União, alguém deveria ter um decreto no Ibama. Como eles criaram uma RPPN?

A SRª MARLUCE PINTO – Sendo da União, eles não poderiam passar, mas, às vezes, acontece de se fazer isso mesmo fora da lei. Aqui já houve um depoimento segundo o qual os posseiros firmaram um contrato, cessão de posse, e se tornaram sócios da associação que foi criada por meio de uma ONG.

Por isso, eu gostaria de saber se lá não há algum caso semelhante. Não foi encontrado nenhum documento?

O SR. NEIVO BERALDIN – Creio que eles estão com muito dinheiro. Eles estão com dinheiro, estão comprando. Mais um pouco, eles já compraram em torno de 11 mil hectares, num município pequeno. Então, daqui a pouco...

A SRª MARLUCE PINTO – Quer dizer que eles fazem aquisição, mas não registram? Não há nem contrato de compra e venda, não passam a escritura?

O SR. NEIVO BERALDIN – Parece-me que a meta é registrar para criar uma RPPM.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas, até o momento em que houve investigação por parte da Comissão que V. Exª preside, não foi constatado nenhum contrato de compra e venda, nenhum registro em cartório?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Temos notícia de que há compras.

A SRª MARLUCE PINTO – Esses 11 mil hectares são só notícia?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não, isso é verdadeiro, isso se constata. Agora, não se sabe como será registrada essa documentação. O fato é que lá é comum a presença de americanos, lá no litoral, em Guaraqueçaba. Até o Al Gore, ex-Vice-Presidente americano, já esteve lá. Aliás, parece que é um dos que têm interesse na TNC. Inclusive, nas atas da Fundação O Boticário, os Srs. Senadores poderão verificar os convênios e de onde vêm esses recursos, quem os passou.

Aliás, quando era Vice-Presidente americano, esteve pessoalmente em Guaraqueçaba.

A SRª MARLUCE PINTO – Deputado, V. Exª está aí com cópias dos convênios, e até citou que são alguns dos convênios, que poderá até haver outros. Os que estão em poder de V. Exª totalizaram um milhão e meio. Não foi isso?

O SR. NEIVO BERALDIN – Aproximadamente.

A SRª MARLUCE PINTO – De reais?

O SR. NEIVO BERALDIN – De reais.

A SRª MARLUCE PINTO – Convênios celebrados com o IBAMA e com o Ministério do Meio Ambiente, não é isso?

O SR. NEIVO BERALDIN – Sim, fora os convênios com o Estado do Paraná.

A SRª MARLUCE PINTO – Sim, com o Estado do Paraná também foram celebrados outros convênios.

Cada convênio especifica o valor? Qual é o trabalho que tem que ser feito? Aquisição de imóveis? Geralmente, quando a mídia noticia muito sobre o trabalho de uma ONG, é porque esse trabalho se dá na área de ecologia. No entanto, V. Exª já nos adiantou que não foi feita nenhuma plantação na região. V. Exª esteve mesmo *in loco*?

O SR. NEIVO BERALDIN – Veja, consultei os que residem perto de onde se instala a Fundação O Boticário e ninguém me relatou que tivesse sido plantado um pé de palmito.

A SRª MARLUCE PINTO – Também causou estranheza o fato de a Fundação ter apenas quatro funcionários, não foi isso? A Fundação tem apenas quatro funcionários.

O SR. NEIVO BERALDIN – Sim, com certeza. E também a SPVS. Por exemplo, veja que aqui, em determinado período, a Sr.ª Maria Tereza Jorge de Pádua assumiu a presidência do IBAMA, desligando-se do Conselho da Fundação O Boticário.

A SRª MARLUCE PINTO – O senhor falou que, na época em que Jaime Lerner, atual Governador do Paraná, era prefeito, ele fazia parte do Conselho. O senhor sabe dizer se ele continua sendo membro do Conselho da Fundação O Boticário?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não tenho tido, na verdade, Senadora, suficiente tempo para poder verificar, saber se ele ainda continua. O fato é que ele fez parte do Conselho, com certeza, de 90 até 93, que eu saiba, segundo o relato do próprio presidente da Fundação O Boticário.

A SRª MARLUCE PINTO – Além dessas verbas conseguidas por meio de convênio, é do conhecimento de V. Exª que venham remessas de recursos também do exterior?

O SR. NEIVO BERALDIN – As atas da Fundação O Boticário nunca se referem a dinheiro brasileiro, sempre a dólar.

A SRª MARLUCE PINTO – Quais os países que constam nas atas?

O SR. NEIVO BERARDIN – Americano, alemão, eu acho que são os mais importantes.

A SRª MARLUCE PINTO – Chegou a tomar conhecimento dos valores? De quando iniciaram as remessas e de quando foi a última?

O SR. NEIVO BERARDIN – Veja bem, eu gostaria de fazer aqui uma pequena consideração. Não quero fazer com que a empresa O Boticário seja confundida com a Fundação, até porque é uma empresa paranaense e brasileira.

Mas o Brasil inteiro se moveu; a comunidade científica, os ecologistas, os brasileiros bem intencionados, todos com certeza trabalharam muito para elaborar projetos a fim de que uma determinada Comissão pudesse escolher este ou aquele projeto, para que ela pudesse ter tido a oportunidade de colocá-lo em prática. E, evidentemente, a Fundação ficou muito à vontade, porque ela escolheu: quero este ou aquele, aquele outro.

Agora, ouvindo o outro lado, ouvindo a Fundação, eles nos colocaram que têm plena convicção de que estão fazendo um grande bem para Brasil e que já patrocinaram em torno de setecentos projetos ambientais. Ouvindo o outro lado, parece que é uma vocação muito grande em prol da nossa natureza, em prol do nosso meio ambiente, em prol do Brasil, não é?

Agora, Senadora, eu não estou convencido disso. Eu não consigo entender por que movimentaram tanto dinheiro e tantos interesses, enquanto tantos passam fome.

A SRª MARLUCE PINTO – O que eu também estranho, Sr. Deputado. V. Exª tem cópias dos convênios, mas também já nos declarou que lá no local não tem transporte escolar para as crianças. Agora, não tem um transporte, mas têm escolas construídas por eles?

O SR. NEIVO BERARDIN – Não. Não tem escola.

A SRª MARLUCE PINTO – Posto de Saúde?

O SR. NEIVO BERARDIN – Não. Não tem.

A SRª MARLUCE PINTO – Não tem nenhuma assistência social?

O SR. NEIVO BERARDIN – Não. O que há lá é um incentivo ao trabalho com o vime, para que se faça algum cesto. Eu estive lá e os moradores disseram-me que são em torno de dez ou doze famílias; e a Fundação diz que ganham entre R\$350 a R\$450, mas os moradores disseram-me que eles ganham, no máximo, um salário mínimo, trabalhando em duas pessoas. E só recebem depois que a Fundação ven-

de o cesto; e que a Fundação não permite que tirem o vime da área que pertence à Fundação, mas compra do vizinho.

A SRª MARLUCE PINTO – Quer dizer que eles não pagam pela produção? Eles têm um salário fixo? Porque o senhor disse que eles pagam um salário mínimo.

O SR. NEIVO BERARDIN – Comprando. Eles não têm salário, eles vendem a sua mão-de-obra.

A SRª MARLUCE PINTO – Então, eles pagam de acordo com os cestos produzidos.

O SR. NEIVO BERARDIN – Certo.

A SRª MARLUCE PINTO – Não tem, assim, um valor fixo, não é?

O SR. NEIVO BERARDIN – Não.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas aí eles já revendem esse produto que eles fabricam. Então, eles não pagam pelo o que eles recebem, não é?

O SR. NEIVO BERARDIN – Não.

A SRª MARLUCE PINTO – Pelo o que a Fundação recebe.

Agora, outra pergunta. O senhor disse que queria dividir bem, porque O Boticário era uma empresa paranaense.

O SR. NEIVO BERARDIN – Sim.

A SRª MARLUCE PINTO – É uma empresa brasileira. Mas os dirigentes da Fundação O Boticário têm algum vínculo com a empresa privada em si?

O SR. NEIVO BERARDIN – Ah, sim.

A SRª MARLUCE PINTO – O Presidente da Fundação é...

O SR. NEIVO BERARDIN – Sim, também é Presidente da Boticário.

A SRª MARLUCE PINTO – Então tem a ver, não é? Não pode nem dividir. Nem separar. Não é dividir, é separar.

O SR. NEIVO BERARDIN – É. Evidentemente...

A SRª MARLUCE PINTO – Porque a Fundação existe e quando uma empresa instala uma fundação é exatamente para que aquela empresa possa prestar serviço social a uma comunidade. Geralmente é assim. E muitas empresas tiram até um percentual fixo, não é?

O SR. NEIVO BERARDIN – É o que ocorre também...

A SRª MARLUCE PINTO – Do faturamento da empresa em prol das despesas da Fundação.

O SR. NEIVO BERARDIN – É que eventualmente ocorre também.

A SRª MARLUCE PINTO – Eu conheço várias empresas no Brasil que agem assim.

E deu para o senhor constatar se na Fundação há algum recebimento da própria Fundação como doação?

O SR. NEIVO BERALDIN – Olha, isso está aqui nas atas da própria Fundação, não é? Algumas atas estão aqui em nosso poder e, evidentemente, podem ser manuseadas pelos Srs. Senadores, buscando informações mais precisas. Não temos condições ainda de buscarmos todas as informações.

A SRª MARLUCE PINTO – E em relação às atas, o senhor lembra quanto tempo? Entre a primeira e a última, quanto tempo foi?

O SR. NEIVO BERALDIN – Nobre Senadora, veja que não sei nem de onde essas atas chegaram ao nosso Gabinete.

A SRª MARLUCE PINTO – Não deu, ainda, para o senhor verificar.

O SR. NEIVO BERALDIN – Todos os dias vão chegando informações, todas as horas chega uma ata ou uma informação.

A SRª MARLUCE PINTO – Para que não paire nenhuma dúvida, com relação a essas verbas que vêm de fora, o senhor apenas tomou conhecimento ou há documentação que comprove que eles recebem dos Estados Unidos e de outros países?

O SR. NEIVO BERALDIN – Nobre Senadora, acho que a CPI do Senado terá a grande oportunidade de conhecer a movimentação financeira.

A SRª MARLUCE PINTO – O senhor ou algum assessor nunca entrou num **site**? O senhor falou que poderíamos pegar alguma coisa através do **site**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de pedir aos presentes para que fizessem um pouco de silêncio a fim de que pudéssemos ouvir bem as perguntas da nobre Relatora e as respostas do Depoente.

A SRª MARLUCE PINTO – Insisto em determinadas perguntas, Sr. Deputado, até para que nos conscientizemos de que a Comissão tomou conhecimento. Há alguma documentação que possa comprovar ou teríamos que pesquisar? A Comissão terá, realmente, condições de pesquisar através dos **sites** e até de outros setores.

O senhor não tem comprovação do dinheiro estrangeiro ou daquele que entra em dólares na Fundação?

O SR. NEIVO BERALDIN – O que tem, ou o que sei que tem, consta nas atas da Fundação que me

chegaram no Gabinete. Documentalmente não posso afirmar de que maneira esse dinheiro ingressou. O Presidente da Boticário disse que recebeu apenas US\$300 mil de uma das ONGs americanas. Num determinado momento, ele disse que gastou US\$1,800,000 nesse Salto Morato. Num momento de raiva, ele respondeu: “Gastei aproximadamente US\$5 milhões, mas o problema é meu, o dinheiro é meu”.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas não disse em que empregou, como gastou?

O SR. NEIVO BERALDIN – Eu gostaria de saber em que ele gastou.

A SR. MARLUCE PINTO – Ele não falou, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não passa de uma fazenda, uma bela fazenda para um bom final de semana, não é? E cobram ingresso.

A SRª MARLUCE PINTO – Quer dizer, nada que seja de utilidade da comunidade, não é, somente para eles próprios.

O SR. NEIVO BERALDIN – Nada de excepcional, nada de excepcional.

A SRª MARLUCE PINTO – V. Exª citou, aqui, três municípios – Guaratuba, Antonina e...

O SR. NEIVO BERALDIN – ...Guaraqueçaba, que são os três municípios-alvo.

A SRª MARLUCE PINTO – E não foram constataadas obras construídas por essa Fundação – escola, posto de saúde?

O SR. NEIVO BERALDIN – Parece-me que a Fundação não tem essa constituição ou essa finalidade. Na verdade, obras não há.

A SRª MARLUCE PINTO – Falo em relação a obras sociais. V. Exª, por exemplo, citou que esteve num determinado local e não havia uma creche. Geralmente, o que se faz, primeiro, é uma creche para os filhos dos funcionários que trabalham na empresa – no caso, o Boticário. O senhor não encontrou nada em relação a isso, nenhum apoio social por parte da Boticário?

O SR. NEIVO BERALDIN – A Boticário fala que distribui cadernos, distribui auxílio, mas vamos dar um exemplo concreto: o Salto Morato está localizado no distrito de Itagaçaba que pertence a Guaraqueçaba. Lá tem trinta e poucos alunos que estudam, fazem o Segundo Grau, à noite, em Guaraqueçaba. O ônibus para levar esses alunos é precário, o pneu é precário, as condições são precárias. Nunca nos chegou uma fundação, uma ONG para dizer: “Queremos dizer que estamos prontos para relocar as famílias que vivem em manancial freático poluído, que vivem em condição subumana. Estamos aqui para prestar um

serviço à comunidade.” Não é isso. O que se tem notícia é de que algumas ONGs apenas servem para celebrar convênios com órgãos públicos, e que essa é uma forma de fugir da fiscalização, visto que uma ONG não tem obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas, nem ao Ministério Público, nem a ninguém. Fundação é diferente. Aliás, a Fundação O Boticário está devendo. Eu gostaria de saber a prestação de contas dos últimos anos da fundação.

A SRª MARLUCE PINTO – Isso podemos pedir, Sr. Presidente. Inclusive, no Tribunal de Contas do Estado ou da União, dependendo de onde saia – nesse caso de convênios com o meio ambiente e o Ibama, no Tribunal de Contas da União –, tem que haver uma prestação de contas desses convênios. Desde que, se não tiver prestado conta... Fundação não exclui essa obrigatoriedade.

V. Exª senhor tomou conhecimento, por acaso, se, além dessa ONG de O Boticário, existe alguma outra ONG que seja intermediária, que possa fornecer verbas, que tenha algum vínculo, mesmo que não seja oficializado, com outra ONG internacional. Se V. Exª souber, pode citar os nomes ou o nome de alguma?

O SR. NEIVO BERARDIN – Essa SPVS tem uma relação cordial com a Fundação O Boticário, mas há também lá várias denúncias, por exemplo, da Naipi, Unilivre, Pró-Natura, Anama, que opera entre São Paulo e Curitiba, e a tal do Farol do Saber. Essas são as ONGs mais denunciadas, digamos assim – que é gente que fez projeto e não teve acolhido o seu projeto. Há várias informações de que há convênios com prefeituras, com o Governo. É isso.

A SRª MARLUCE PINTO – E V. Exª, como Deputado, procurou se informar se, dessas verbas que são fornecidas pelo Governo do Estado para a Boticário, houve alguma prestação de contas?

O SR. NEIVO BERARDIN – Não. Não há dinheiro do Governo do Estado, que eu saiba, para a Boticário. O que há é dinheiro do Governo do Estado para a SPVS, alguns convênios.

A SRª MARLUCE PINTO – Só para a SPVS; só para a ONG?

O SR. NEIVO BERARDIN – Inclusive, eles assumiram algumas áreas lá. Assumiram a responsabilidade de manter determinadas áreas de Guaraqueçaba, algumas. E há alguns convênios outros que foram celebrados com o Estado. Agora, a Fundação O Boticário, que eu saiba, não tem convênio.

A SRª MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, por hora, estou satisfeita. Devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, pela ordem de inscrição, a palavra ao Senador Tião Viana, para as suas perguntas ao Deputado Neivo Berardin.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caro Deputado Neivo Berardin, inicialmente, eu gostaria de saudar a preocupação que V. Exª traz com a soberania nacional, com a integridade do território nacional brasileiro, que, seguramente, deve ser a razão, a motivação do debate e da contribuição que V. Exª traz à CPI.

Eu gostaria de deixar claro que tenho a compreensão de que esse assunto envolve toda a Nação. Isso vem desde as caravelas de Cabral, a invasão francesa, holandesa, as navegações da Amazônia, litigiosas desde 1819, até os dias de hoje. E agora esse assunto volta à tona. Confesso ter muita preocupação com essa matéria também. Sou membro titular da Comissão de Relações Exteriores do Senado, mas sempre me preocupo em não cometer injustiça ao interpretar uma contribuição ou um gesto de solidariedade ao nosso País.

Tive o cuidado de me informar antes deste debate sobre qual componente ético poderia envolver a presença pública dessas organizações não-governamentais no Estado do Paraná. Pude verificar que é uma preocupação fundamentada, pelo menos em conceito, com a parte mais expressiva da Mata Atlântica, que está ao norte do Paraná, exatamente nessa área que V. Exª cita. Tive a preocupação de trazer um levantamento feito pelo Ministério Público Federal, que é o fiscal da lei, o escudo da Constituição brasileira, em que o Procurador Regional da República, Dr. Mário José Ghisi, que é uma figura respeitável no plano nacional pelo exercício isento e qualificado na defesa da Constituição Federal e na ação de fiscal da lei, responde a uma preocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em relação a esta matéria.

O nobre Procurador diz o seguinte:

Ressalte-se que o Ministério Público do Estado do Paraná atestou, por meio do Ofício nº 2.850/2000, após auditoria realizada na SPVS, que não haveria irregularidade contábil, fiscal ou administrativa na entidade no período de 1995 a 1999.

E coloca uma questão preocupante, que me parece vir ao encontro das suas preocupações. Ele diz no item 1:

Da documentação apresentada pela entidade e pelo Poder Legislativo estadual, evidencia-se que basicamente um único ponto poderia ensejar indaga-

ção: a aquisição de imóveis no litoral paranaense com recursos advindos de entidade estrangeira.

Essa preocupação o Ministério Público Federal partilha com a comissão da Assembléia Legislativa do Paraná.

Ele cita o art. 225 da Constituição Federal ao dizer que, no Brasil, a proteção do meio ambiente em sede constitucional é inovação da Carta de 1988 que, seguindo tendência mundial contemporânea de proteção dos interesses difusos, o erigiu a direitos social nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Então, está assegurado o direito de acesso por parte da Nação, por parte dos órgãos competentes àquilo que seria uma área que pudesse colocar em risco a soberania nacional.

E conclui assim:

Afirmações vazias de malversação de verbas com base no simples fato da existência de convênios não é respaldo suficiente para a realização da investigação.

À vista do exposto, a partir da documentação apresentada pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, sem prejuízo de eventuais futuros questionamentos, constata-se não apenas a possibilidade jurídica de doação estrangeira para fins de aquisição de imóveis em Guaraqueçaba, ficando a propriedade titulada na entidade brasileira, bem como o valor superior do interesse visado, qual seja, a recuperação, a conservação ambiental, ressaltando-se a necessidade de conjugação do projeto com os interesses da comunidade.”

Esse documento foi assinado no dia 1º de setembro de 2001, e vou passá-lo às mãos da nobre relatora.

Tentando contribuir com o nobre Deputado, estou apresentando requerimento sugerindo que, junto com representantes da Fundação O Boticário, seja convidado a prestar depoimento à Comissão o Dr. Mário José Ghisi e o representante do Ministério Público Estadual, para que tenhamos uma conclusão absolutamente segura do que é interpretação constitucional desse tipo de atuação e para que possamos desenvolver um debate da maneira mais ampla, mais democrática e reflexiva possível.

Gostaria de deixar ainda claro à Comissão, Sr. Presidente, que tenho um verdadeiro cuidado quando se trata de entrada de um organismo estrangeiro no nosso País, apropriando-se de bens. Por exemplo, Projeto Jari. Fui frontalmente contra, desde aquela época, àquele tipo de apropriação; de uma entidade internacional se apropriando de bem público no Brasil, mas não é o caso aqui.

Neste caso, existe uma entidade brasileira que assume inteira responsabilidade, respaldada na Constituição Federal. Se fosse diferente, teria uma outra preocupação. Quando olhamos para esse tipo de presença, que é exposta como preocupação, vamos observar, por exemplo, as igrejas do Brasil.

A Igreja Católica tem seu patrimônio basicamente adquirido às custas de doações internacionais. Outras Igrejas que não a Católica também, e não me consta, de modo algum, que haja uma transgressão ética ou ameaça à soberania nacional quando se trata desse tipo de matéria. E se for, por única e exclusiva finalidade, a preservação do meio ambiente, a defesa da qualidade de vida do povo brasileiro, estaria absolutamente de acordo com esse tipo de contribuição. Temos razões absolutamente graves de preocupação com a privatização que ocorreu neste Governo, com o domínio do capital italiano, por exemplo, nas telecomunicações do Brasil, que se constitui numa área absolutamente estratégica e delicada da soberania nacional e, nesse caso, lamentavelmente, muitos e muitos representantes públicos aderiram a esse tipo de interferência, que torna vulnerável o nosso Poder Público. Uma rede de supermercados como Carrefour, em que o dinheiro vai, a toda hora, para fora – neste aqui me parece que o dinheiro vem e fica aqui, não há nenhuma busca de retorno do capital brasileiro. Uma rede Carrefour, quando vem, está levando o dinheiro em moeda e é natural essa relação.

Creio que é preciso separar o joio do trigo. É preciso ter o discernimento, e creio ser legítima a preocupação do Deputado, deve haver consideração da Comissão, só que não me parece haver maior gravidade no depoimento a não ser que o Ministério Público Federal esteja omitindo alguma informação de que não tenhamos conhecimento ou alguma preocupação a mais.

A rede O Boticário, parece-me, emprega milhares de pessoas neste País também, cumprindo uma função social na geração de empregos, na geração de renda. E quem dera pudéssemos ter muitas em-

presas do Paraná, por exemplo, na Amazônia brasileira, fazendo pesquisa no nosso patrimônio genético na área de fármacos, na área de cosméticos e permitindo que pudéssemos evitar uma entrada gananciosa de multinacionais, que, muitas vezes, vêm com a simples finalidade do lucro! Quem dera pudéssemos ter mais empresas brasileiras se fortalecendo!

Parece-me que há uma dúvida se essas empresas podem, de fato, ferir a soberania nacional, essas instituições, essas organizações não-governamentais, e divido com o Deputado essa preocupação, se há uma razão maior, de que não temos conhecimento.

Faria ainda uma pergunta ao nobre Deputado: V. Ex^a. teve algum tipo de relação política ou social com essas organizações não-governamentais antes dessa fase litigiosa? Há alguma associação de interesses? Por exemplo, parece-me que a SPVS teve um interesse comum de apoio a V. Ex^a quando do seu projeto ICMS Ecológico. Foi propagada no próprio Paraná como legítima e meritória a sua atuação, e essa entidade – tenho informação de um Diretor dela – apoiou a manifestação de V. Ex^a quando tratou do ICMS Ecológico.

Isso tem apenas a finalidade de ver se existe algum litígio de que não temos conhecimento, tentando trazer o assunto ao seu devido patamar de veracidade, de importância, que acredito ser a função maior desta Comissão.

O SR. NEIVO BERALDIN – Senador Tião Viana, se me permite, nada me move contra a SPVS, nem contra o Boticário e tampouco contra a Fundação O Boticário. O que me move são as bases, a população do litoral. Não se pode conviver com o capital internacional e a pompa de alguns, pois a sociedade local acaba sabendo que o carro é importado, etc. E porque a situação é diferente. O que me move é basicamente isso.

Pelo que vejo V. Ex^a relatar, a questão contábil me parece ser um ângulo de uma auditoria; parece-me ser a questão administrativa a função, a execução, do objeto do convênio. Essa é a questão que eu gostaria de ver alguém atestar, porque não é possível que a comunidade local inteira possa gravar entrevista dizendo não ser verdade determinadas coisas. No papel aceita tudo, mas sabemos que qualquer contador, por mais simples que seja, deixará a situação contábil perfeitamente em dia.

Não me move nenhum sentimento de raiva ou de inimizade. Evidentemente todas as ONGs que co-

nheço propagam aquilo que é bom ou tentam se inserir no texto. A Lei do ICMS Ecológico funciona há nove anos no Paraná e já pagou mais de R\$400 milhões. Guaraqueçaba já recebeu mais de R\$12 milhões, mas nenhum representante da SPVS foi meu colega nos quatro mandatos de Deputado Estadual. Não conheço ninguém e, evidentemente, quando se tem um posição, eles a acabam respaldando.

Por que comprem terrenos em cabeceiras de rio? Por que comprem, prioritariamente, terrenos em beira de estradas? Quem nos garante que os nossos filhos terão autorização dos filhos dessas ONGs? Eles dirão “não”, porque os terrenos são herança dos avós, dos bisavós...

Quanto a isto – e não sei se estou errado – tenho uma certeza, Senador: sou a parte mais fraca, e, evidentemente, o que estou fazendo aqui é uma exposição de coração. Pela pouca experiência que tenho, reconheço que sairei, de uma ou de outra maneira, perdendo porque haverá uma pressão muito grande. Trata-se do poder do capital e da mídia. Sou um simples Deputado Estadual e, evidentemente, não poderei me contrapor ao capital americano, alemão e, muito menos, ao associado a eles. Entretanto, enquanto cidadão, homem público e Presidente da Comissão do Meio Ambiente, tenho pelo menos o dever de trazer à baila a questão. Penso que a CPI das ONGs, em funcionamento no Senado Federal, ganhará um vulto tão grande que será uma das CPIs mais propagadas deste País e no mundo, sobretudo quando constataremos que os americanos querem compensar com as nossas terras a poluição que lançam no ar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, eu gostaria de comentar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Peço desculpas ao Senador Moreira Mendes, porque não havia percebido que o Senador Tião Viana gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. TIÃO VIANA – É apenas para concluir minha indagação, Sr. Presidente.

Pergunto objetivamente ao nobre Deputado: V. Ex^a apresenta alguma denúncia de transgressão de alguma natureza às entidades citadas aqui: a Fundação O Boticário e a SPVS.

O SR. NEIVO BERARDIN – Aqui está uma certidão, colhida no Município de Antonina e datada de 27 de julho deste ano, que certifica, por haver sido requerido verbalmente, que, revendo o Livro IV, indicador real desta serventia, não consta registro efetuado nos lotes 11, 12, 15, 16, 22, 28 e 29 da Gleba nº 6, Colônia Fronteira, do Município de Guaraqueçaba.

Certifico, ainda, que deverão ser procedidas buscas complementares junto a ofício imobiliário da Comarca de Paranaguá, o que fizemos.

O SR. TIÃO VIANA – Mas a minha pergunta é no sentido de que existe um documento do Ministério Público Federal, analisando a aquisição dessas propriedades, que fiz a leitura. V. Exª põe em dúvida aquele documento do Ministério Público Federal?

O SR. NEIVO BERARDIN – Gostaria de perguntar ao nobre Senador se a certidão em que a União Federal confiscou o Sr. Aníbal Cury, em 1969, é válida? Tendo em vista que a certidão não mostra nenhuma titulação, está evidenciado que a terra é da União, e isso se chama, na minha modesta avaliação, reintegração de posse, com ordem de despejo.

O SR. TIÃO VIANA – Então, V. Exª contesta o parecer do Ministério Público Federal.

O SR. NEIVO BERARDIN – Não o conheço, Senador. Sinceramente, fui surpreendido aqui.

O SR. TIÃO VIANA – V. Exª não teve acesso a ele, mas este foi feito por uma solicitação da Assembleia Legislativa. É uma resposta à Assembleia Legislativa pelo tratamento da matéria. Está no cabeçalho, Sr. Presidente. V. Exª poderia fazer a leitura, para que o Deputado tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria de fazer um ponderação ao Senador Tião Viana e ao próprio Deputado Neivo Berardin: estamos numa fase de oitiva. O Deputado está apresentando documentos e sendo interpelado, e V. Exª, Senador Tião Viana, apresentou outros. Então, esses documentos vão ser sistematizados pela assessoria da CPI. Depois, vamos ter oportunidade de analisá-los, com todo respeito ao parecer do Ministério Público e ao que a Assembleia possa ter apurado, e nós vamos julgar tudo. Não é o julgamento ou o parecer do Ministério Público que vai nortear a decisão final desta CPI.

O SR. TIÃO VIANA – Estou absolutamente convencido disso, e a pergunta que fiz é se há dúvida quanto ao mérito e à apresentação do documento do Ministério Público Federal. Trata-se de uma pergunta

extremamente pertinente e necessária, diante de uma denúncia que o Deputado faz sobre apropriação indevida de terras. Parece-me que esse é o teor da denúncia que ele faz.

O SR. NEIVO BERARDIN – A informação que tenho é a de que o Ministério Público Federal nos solicitou o que havia em relação à Fundação O Boticário e a SPVS. Remetemos ao Ministério Público Federal cópia das reuniões, das notas taquigráficas, e, evidentemente, não recebi mais nenhuma resposta. Não sei mais o que possa ter havido no campo jurídico. Desconheço, inclusive, esse relatório do Ministério Público Federal. Estranhei isso, porque se se apressa uma CPI em curso, apresenta-se um relatório do Ministério Público, como isenção de culpa, o Ministério Público do Estado do Paraná deve também elucidar essas coisas.

Aqui, por exemplo, há Ministério Público de São José dos Pinhais ...

O SR. TIÃO VIANA – Tanto que o meu requerimento é no sentido de que venham os dois Ministérios – o Público Federal e o Público Estadual – para esclarecer esse assunto, porque V. Exª tem todo direito de ter um esclarecimento formal.

O SR. NEIVO BERARDIN – Veja o que diz o Promotor de Justiça designado, Marcos Bittencourt:

“Outrossim, informo que, referente às indagações sobre a Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, as mesmas estão sendo objeto de pesquisa por parte da Promotoria de Justiça da Comarca de São José dos Pinhais, sede da referida entidade e, tão logo se encontrem prontas, serão imediatamente remetidas a V. Exª, ao seu conhecimento.”

Até hoje, não tenho conhecimento de que eles tenham aprovado os últimos exercícios da Fundação.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, encerro a minha intervenção, solicitando que a Relatora, que tem em mão o documento que entreguei, leia apenas o cabeçalho para ficar clara a procedência. Muito obrigado.

A SRª MARLUCE PINTO – Documento dirigido ao Sr. Clóvis Ricardo: “Prezado Senhor, cumprimentando-o, venho por meio do presente encaminhar cópia do despacho exarado no expediente relativo à investigação que vem sendo realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná quanto à atuação da entidade de proteção ao meio ambiente – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambien-

tal (SPVS) – onde (sic) poderia envolver interesse federal, informando outrossim seu arquivamento.

Sendo o que tinha para o momento, apresento os meus protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente, Mário José Ghisi, Procurador Regional da República.”

O SR. NEIVO BERALDIN – Até porque ele não tem esses documentos. A Assembléia jamais enviou a ele – além das duas reuniões realizadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para ordenar melhor os trabalhos, o documento já foi encaminhado à Relatora.

O SR. TIÃO VIANA – E requisitada a vinda dos dois Procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Peço a V. Ex^a que formalize o pedido.

O SR. TIÃO VIANA – Está sendo encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Deputado já está com os documentos aqui apresentados.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Srs. Senadores, Deputado Neivo Beraldin, inicialmente comunico aos Srs. Senadores presentes que encaminhei à Mesa um requerimento do seguinte teor, que será posteriormente objeto de deliberação:

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, que se requirite ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama cópia de todos os convênios firmados com entidades não-governamentais, os valores conveniados, valores liberados e cópia das respectivas prestações de contas dos últimos cinco anos.

O objetivo desse requerimento é fazer uma análise, porque esse é o nosso propósito nesta CPI. Lido esse requerimento, registro que, neste momento, não estamos julgando nem prejudgando a atividade de O Boticário ou da SPVS. Tenho o maior respeito pela entidade e o que conheço dela foi por intermédio de publicidade. No meu Estado, especificamente na minha cidade, conheço a sua atuação. Sei que a empresa gera muitos empregos. Em todos os lugares do Brasil, há pontos de venda. Parabéns! Entretanto, isso não afasta a responsabilidade da CPI de ir a fundo em todas as questões, seja na de O Boticário, seja

de qualquer outra ONG. A nossa obrigação, neste momento, é exatamente colocar a limpo tudo isso.

O ilustre Deputado levantou uma questão – percebo inclusive que S. Ex^a trata o assunto com a preocupação de não extrapolar limites ou de não levantar nenhuma suspeição. No entanto, S. Ex^a cumpre verdadeiramente com o seu dever de Deputado e de Presidente de uma comissão importantíssima que trata da questão do meio ambiente – cumprimento-o por essa atitude. O Sr. Deputado nos traz informações de que, no mínimo, alguma suspeita sobre os documentos levantados existe. Se há um convênio que estabelece que se deve aplicar o recurso para comprar ou para se construir uma escola, a instituição, no mínimo, deve estar construída. Se o recurso é destinado a promover reflorestamento na Mata Atlântica, é preciso que ele tenha sido feito. Apuraremos todos esses fatos no decorrer dos trabalhos da CPI.

Faço uma reflexão muito importante sobre a qual o Deputado Neivo foi categórico. Não tenho dúvidas de que, na realidade, toda essa questão de meio ambiente levantada hoje no Brasil, virou até modismo – diria inclusive que, hoje, nas rodas sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo, é chique discutir meio ambiente, como se essas pessoas soubessem o que ocorre na Amazônia e talvez na Mata Atlântica, como se conhecessem o sofrimento de quem vive na Amazônia e nos municípios que V. Ex^a citou, as suas angústias, a sua miséria, a falta de escola e de educação.

A reflexão que faço é exatamente esta: se todo esse dinheiro e se toda essa energia fossem voltados para essas populações, mudando o seu pensamento, mudando os seus costumes e aquilo que se está investindo fosse direcionado para a educação, talvez não conseguíssemos na nossa geração, mas a próxima certamente pensaria diferente de nós.

Portanto, creio que há um erro estratégico em relação a esse assunto, o que me leva à conclusão de que realmente V. Ex^a tem razão quando afirma que, na verdade, um norte-americano, um europeu, um japonês — que não sabem mais o que fazer lá porque já acabaram com tudo — acreditam que têm o direito de vir aqui, nos países do Terceiro Mundo, e ditar regras, dizendo o que devemos ou não fazer. Isso é um absurdo!

Na minha opinião, esse é o objetivo principal da nossa investigação.

Quero deixar claro que, hoje, sou muito mais ambientalista e verde do que era há dez anos. Darei

até um testemunho aqui: sou um modesto proprietário rural no meu Estado, em Rondônia, e tenho uma propriedade em que derrubei 50% da floresta. Eu tinha o direito de fazer isso, porque era o que estava prescrito na lei daquela época. Se fosse hoje, eu certamente não o faria mais, com lei ou sem lei, em razão de uma mudança de conceito. Mudei o meu conceito. Acredito que devemos realmente cuidar do meio ambiente. No entanto, acho que a discussão está no foco errado.

Aproveito a oportunidade para falar sobre a Medida nº 2.166, que propõe modificações profundas no Código Florestal. Todos brigam e dão palpite em relação a essa medida provisória, mas ninguém se preocupa verdadeiramente com as pessoas que moram na Amazônia, ou seja, com os 20 milhões de brasileiros que moram lá. Seria necessário ocorrer exatamente o contrário: deveríamos começar essa discussão pela população envolvida – como no caso da Amazônia, exemplo que cito por se tratar, atualmente, do foco do mundo inteiro. Todos olham para a Amazônia, mas se esquecem do povo que está lá, das suas dificuldades e de como viverão.

Porém, qualquer discussão na Amazônia, na Mata Atlântica ou em qualquer bioma que tenha que ser preservado deveria começar pelas populações que lá vivem, montando-se uma nova estrutura para atingir o objetivo final, que é o meio ambiente.

Em meio a um povo que, há 500 anos, aprendeu com seus pais, avós e bisavós que cultivar a terra é derrubar e pôr fogo, como é possível editar uma lei seca e fria, estabelecendo que, a partir de agora, não se pode mais fazer isso?! Não é assim. É preciso começar exatamente pelo homem que está lá, mostrando-lhe o caminho, dizendo que não se procede mais daquela forma e que o conceito deve ser modificado, dando-lhe também meios de subsistência: escola, educação, etc.

Não podemos encarar os fatos com romantismo e imaginar, Senador Tião Viana, que encontraremos aquele velho seringueiro que conheci quando cheguei a Rondônia, há trinta anos; aquela figura que se embrenhava no mato e ficava lá, às vezes, até oito meses sem voltar para a cidade grande. Ele não conhecia rádio, televisão, nada. Atualmente, ele conhece tudo isso e consegue aferir os benefícios da vida moderna, de morar numa cidade, de ter energia, de ter escola para o filho, de usufruir dos aparelhos eletrodomésticos, enfim, de gozar as facilidades da vida moderna. Como convencer

esse homem a voltar para a floresta – e aí é que está o romantismo – e imaginar que ele viverá de extrair a borracha da seringueira? Isso é, no mínimo, fazer piada com a nossa inteligência!

Creio que o depoimento de V. Ex^a é importante para iniciarmos esse debate e essa reflexão. Ninguém tem o objetivo de condenar previamente ou de prejudicar a atividade do Boticário. Quero repetir: essa é uma empresa que presta relevantes serviços ao País. O que me preocupa, entretanto, é esse dinheiro externo e desconhecido que vem para o Brasil. Não sabemos de onde vem nem para onde vai. Senador, percebo que, hoje, para se conseguir liberar recursos para uma prefeitura do interior de meu Estado, de R\$50 mil, para comprar um ônibus para transportar criança – foi o exemplo citado aqui –, é uma novela. É uma novela, é papel para todo lado. Agora, se o senhor quer facilitar sua vida, monte uma ONG e diga que o objetivo dela é cuidar do meio ambiente. Pegue meia dúzia de barbudinho lá do Rio de Janeiro, monte a ONG, no dia seguinte o senhor tem o crédito aberto em qualquer desses Ministérios – é Ministério do Meio Ambiente, é Ibama, são ONGs internacionais. Essa é a reflexão que quero trazer aqui à discussão. Não tenho nada contra a ONG, assim, eu acho que há organizações não-governamentais, sobretudo na área de saúde, que prestam relevantes serviços ao País, temos que tirar o chapéu e reconhecer, mas, por outro lado, existe um mecanismo sendo montado internacionalmente. Estão usando os brasileiros como instrumento para isso, esses brasileiros que se dispõem a agir dessa forma, usando como pano de fundo essa questão do meio ambiente e que, lá no fundo, o que eles estão querendo não é meio ambiente coisa nenhuma, é impedir o nosso desenvolvimento e fazer o que eles não fizeram, essa é a realidade.

Então, quero encerrar minha participação. Quero apenas fazer uma pergunta, para ficar claro, pontualmente, a respeito desses poucos convênios cujas cópias o senhor trouxe para cá, porque não consegui entender direito, não peguei aquela parte que falou da fita aí.

Repetindo que não estou prejudicando nada da entidade, nem da Sociedade de Prevenção da Vida Selvagem (SPVS), nem de O Boticário, mas apenas para exemplificar: desses convênios que o ilustre Deputado trouxe para cá, o senhor teve comprovação, por meio da sua atividade como Parlamentar, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de que os recursos não foram aplicados onde deveriam ser?

Se possível, cite uns dois ou três apenas, para ficar registrado e dar um caminho para a Comissão, a partir dessa informação, começar a fazer um rastreamento de muitos outros convênios, inclusive de outras entidades.

O SR. NEIVO BERARDIN – Senador Moreira Mendes, fico satisfeito de ouvir o seu pronunciamento, que, na verdade, é de coração.

Há poucos dias – vou até fazer uma menção aqui –, eu estava num jantar lá em casa, e o meu filho chegou com uma caixa, falando para a gente, para os amigos que estavam lá: “Eu trouxe um presente”. Qual foi a nossa surpresa quando ele abriu a caixa, e não havia nada! Ele falou: “O maior presente é o ar que tem dentro desta caixa”.

Então, os convênios aqui são dinheiro do Banco Mundial, são vários: um é de R\$200 mil, outro é de R\$127 mil, outro foi auditado e, inclusive, acho que quem deve explicar melhor isso é o ex-Ministro Gustavo Krause, que foi quem assinou os convênios, e gente do Ibama, e nada contra a empresa Boticário.

Fundação Artur McCarter – aqui é uma proposta de US\$1,25 milhão. Não há nenhuma menção, em nenhuma ata, de dinheiro brasileiro. O que estou trazendo aqui é uma coisa até certo ponto, imagino eu, simbólica do que signifique isso tudo, mas é um indício. É ouvindo o povo, ouvindo os vereadores das cidades, ouvindo os prefeitos, ouvindo a comunidade, dialogando, que a gente vai formando. Acho o seguinte: que temos que pensar globalmente mas temos que agir localmente. Para você saber da verdade, o que está acontecendo, é preciso ir lá, e lá é miséria, lá é fome, lá é falta de educação, lá é falta de saúde, até porque, do Município de Guaraqueçaba, 93% da extensão territorial são área de preservação.

Então, são mais dificuldades. Evidentemente que essa gente não condiz com a triste realidade do povo brasileiro. Isso temos que admitir de pronto. Podemos até prejudicar nesse conceito, mas não quero julgar as pessoas. Não tenho esse direito e nem essa obrigação. A minha obrigação era a de chegar aqui e passar aquilo que eu sei. Reafirmo aos Srs. Senadores que não me move nenhuma bronca pessoal. Ao contrário, perco muito com a minha vinda aqui. Tenho convicção disso, mas não podia deixar de fazê-lo.

O SR. MOREIRA MENDES – Quantos habitantes há neste Município a que o ilustre Deputado se referiu?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Guaraqueçaba deve ter em torno de oito a dez mil habitantes, com cinco mil eleitores.

O SR. MOREIRA MENDES – E com uma área de 93% do seu território com áreas de preservação! Não seria muito mais prático e inteligente investir nos oito mil habitantes, que são poucos, e ter a seu lado oito mil verdadeiros defensores da natureza? Não é mais prático?

A mesma coisa ocorre no Estado de Rondônia – e parece-me que o Brasil está desinformado a respeito da questão. Hoje, quando se fala em fazendeiro, madeireiro, leiteiro, soa, ao ouvido das pessoas, como se fosse um nome feio, aliás, incluo-me no meio deles por não me envergonhar de ser fazendeiro, ao contrário, orgulho-me disso, apesar de não ser produtivo, exerço, na fazenda, uma atividade voltada para a ecologia e para o meio ambiente, porque tenho um hotel-fazenda com trilhas pela mata, enfim, mas se eu for chamado de fazendeiro não me ofenderia. O Brasil imagina que somos devastadores, que estamos acabando, liquidando com tudo, quando, na verdade, o que fazemos é matar a fome do povo brasileiro. Vou repetir: se toda essa energia, esse recurso fosse voltado para melhorar a qualidade de vida das pessoas e transformá-los pela educação, pela saúde, em verdadeiros defensores do meio ambiente, isso seria muito mais prático.

É o registro que faço.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; eminente Relatora, Senadora Marluce Pinto; meus caros Senadores. Eminente Deputado Neivo Berardin, apesar de V. Ex^a dizer que está perdendo com a sua vinda, nós, pelo contrário, estamos ganhando com a sua presença.

De fato, a discussão de V. Ex^a traz uma contribuição para que alcancemos o objeto desta Comissão, que é muito importante, porque já pude perceber que as ONGs – organizações não-governamentais –, que são uma manifestação espontânea da própria sociedade em se organizar e desenvolver determinada atividade, não diverge das demais organizações que temos no País, nas quais observamos desvios comportamentais. Algumas permanecem na busca do seu objeto, dentro dos parâmetros legais, observando as

regras e regulamentos impostos por dispositivos legais, mas há outras, aquelas organizações de toda a sorte como empresas que, por exemplo, buscam burlar a legislação para obter benefícios ou para alcançar outros objetivos que não aqueles confessados no seu instrumento de constituição.

Temos observado que nas organizações não-governamentais existe essa preocupação, esse tipo de desvio comportamental. Portanto, é justamente para encontramos esses desvios comportamentais das organizações não-governamentais que esta Comissão foi constituída, e qualquer contribuição que venha a nos auxiliar neste trabalho é extremamente positiva.

Portanto, agradeço a presença de V. Ex^a, que traz a preocupação com duas organizações não-governamentais que atuam em seu Estado. Divirjo um pouco do pensamento – e é uma pena que S. Ex^a não esteja presente – do Senador Moreira Mendes, quando se revela extremamente preocupado com a alocação de recursos externos para aplicação em nosso território. Eu não. Aplaudo a alocação de recursos externos, pois o País enfrenta grandes dificuldades na geração de recursos que venham a estimular as diversas atividades aqui desenvolvidas. Desde que os recursos externos tenham objetivos claros, compatíveis com os reclamos da sociedade e estejam dentro dos ditames legais, não vejo preocupação em que uma organização não-governamental se ajuste e busque recursos no exterior a fim de promover a preservação ambiental e o desenvolvimento de atividades na área da saúde e da educação, como há vários e bons exemplos. Não tenho esse tipo de preocupação. É claro que é preciso haver um tipo de fiscalização, de acompanhamento, no sentido de verificar se os propósitos confessados em seu instrumento de organização não são cortina de fumaça para disfarçar os verdadeiros interesses que observamos em algumas organizações não-governamentais.

Há poucos dias tive a oportunidade de conhecer uma organização que se dedica a avaliar o seqüestro de carbono numa região próxima à Ilha do Bananal. E com recursos externos. Encontrou alguém no exterior que acredita que pode empregar um pouco de seu dinheiro na experiência de avaliação de seqüestro de carbono. Não vejo que prejuízo o País ou o cidadão brasileiro pode ter com isso. Vejo prejuízo, por exemplo, em meu Estado, quando pretendemos aproveitar uma modal viária que a própria natureza nos legou,

fazendo com que Estados mediterrâneos, como o que represento, Tocantins, Mato Grosso e grande parte da região Norte deste País de extensão territorial continental, onde a transposição de bens e serviços privilegiam a modal rodoviária, sabidamente a mais cara e que impõe às populações da região uma desigualdade em relação aos grandes centros, pois faz com que o custo de produção seja mais elevado e os produtos não alcancem preços competitivos em qualquer mercado. Condeno a organização não-governamental que, sob o título de preservação ambiental, sob a alegação de que a implantação de uma hidrovía mata os peixes, prejudica os índios e os ribeirinhos, numa intenção disfarçada de preservação ambiental, deseja inibir o processo de desenvolvimento de uma região.

Recebi correspondência, ousada e atrevida, de uma ONG, admoestando o Governo brasileiro para que não implantasse as hidrovias Araguaia e Tocantins e não ampliasse sua produção de soja, dizendo que a Europa – a ONG é holandesa – não tinha mais como processar um volume maior de soja, quando, na verdade, o que pudemos perceber é que o desejo não era o de proteger nossos índios, nem os ribeirinhos e muito menos nossos rios. Queriam realmente inibir o processo de desenvolvimento, a possibilidade de organizarmos, de forma racional, a economia.

Verificamos no Brasil, eminente Deputado, num período muito curto de tempo, pouco mais de 30 ou 40 anos, um processo de inversão do perfil da população brasileira, que era eminentemente rural. Há 40, 50 anos, 70% da população residia no campo, e 30% na cidade. Atualmente, a inversão é brutal. O êxodo rural continua em razão da desassistência ao homem do campo, em razão dos atrativos que a cidade, pelo fato de receber um volume maior de investimentos e de apoio às diversas atividades, como tem recebido. Mas fico preocupado porque, se o êxodo rural continuar nesse ritmo acelerado em que vai, daqui a pouco não sei como as populações das cidades vão-se alimentar, já que na cidade não se produz arroz, milho, feijão e soja, que servem a mesa do brasileiro, desde o mais rico ao mais humilde. Também não sei como vamos vestir, porque o algodão também é produzido no campo e é utilizado para tecer os nossos tecidos e fazer as roupas. Enfim, a continuar esse êxodo rural, não há processo de tecnologia que consiga verticalizar a produção obtida no meio rural para atender à demanda de uma população que experimenta um processo de crescimento assombroso. Já somos

mais de seis bilhões de habitantes no planeta, e não sei como conseguiremos alimentar e vestir esse povo caso todo mundo saia do campo.

Não tive a honra e o privilégio de ouvir as suas colocações preliminares, em razão de outros compromissos, pois estava na Comissão de Orçamento e não pude assistir ao seu depoimento, mas o eminente Senador Tião Viana me explicou, em linhas gerais, muito rapidamente, as preocupações que V. Ex^a trouxe a esta Comissão com relação a duas organizações não-governamentais existentes no seu Estado. Tanto a Assembléia Legislativa quanto os vereadores têm que exercer as suas prerrogativas constitucionais, investigar e averiguar mesmo.

Como O Boticário comprou uma determinada área e está pegando dinheiro externo para preservar o ambiente, não vejo onde há preocupação e perigo. No entanto, se estão usando essa situação como uma cortina de fumaça e estão desenvolvendo outras atividades que podem causar dano ao meio ambiente, dano à saúde da população, aí, sim, cabe efetivamente uma investigação, trazendo inclusive essa informação como contribuição à nossa Comissão, para que possamos adotar as providências investigativas e direcionar até para providências penais cabíveis.

Portanto, quero reiterar a colocação de que ganhamos com a presença de V. Ex^a e esperamos que outros parlamentares e outros cidadãos brasileiros dos quatro quadrantes do País estejam atentos para o que está fazendo esta Comissão que investiga essas organizações, para que possamos apoiar aquelas que estão bem intencionadas, aquelas que estão contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira, e possamos reprimir, repelir e punir aquelas que contrariam os preceitos legais brasileiros e que atentam contra o cidadão brasileiro.

O SR. NEIVO BERALDIN – Senador, há um velho ditado que diz que em terra de cego quem tem um olho é rei. Precisamos ver se esse olho está funcionando para o bem comum.

Essas organizações não podem esperar que sejamos nem bons nem ruins, mas que sejamos justos. Penso que neste País, em vários aspectos, faz-se uma cortina de fumaça, um **marketing**, algo que parece que vai tomar conta do mundo.

A **Rede Globo de Televisão** fez um **Globo Repórter** sobre o Salto do Morato, sobre a questão de Guaraqueçaba. Aí eu fui lá com essa fita e entrevistei

um cidadão. Conversando com ele, eu disse: “Escuta, mas e o **Globo Repórter** que foi feito? Foi a **Rede Globo de Televisão**”. Ele disse: Olha, casualmente, naquele dia, havia uma criança que precisava ser atendida no posto de saúde e que esperou da manhã até às 21 horas. E aí uma determinada pessoa foi pegar um ninho de papagaio-da-cara-roxa, e a pessoa remeteu um choro, e aquilo, com certeza, tomou conta do mundo inteiro. Foi algo fantástico, lindo, para se ver na tela de televisão. Mas e o povo que vive lá? O que é que mudou para eles? O Brasil, com certeza, viu com bons olhos uma bela reportagem bem editada, mas o que viu o povo de lá? Então, Senador, penso que temos que mudar as coisas de baixo para cima, ser mais verdadeiros, mais sinceros, menos **lobby** para os grandes e mais ação para os pequenos. Aí vamos conseguir, com certeza, mudar este País em algumas coisas e separar o joio do trigo. Por que não? Porque há ONGs, com certeza, que prestam grandes serviços. Mas há outras que se valem da situação do Brasil. O que mais este País tem de riqueza são as belezas naturais. Aliás, este País teria que torcer muito para que esse Tratado de Kyoto fosse referendado pelos americanos, a fim de que possamos ver um dia certificadas as áreas e emitir bônus. Porque aí a sociedade brasileira terá o retorno por aquilo que ela mais tem, que é o meio ambiente.

Estamos acompanhando isso, meu caro Presidente Mozarildo. Fico feliz em ver aqui, nesta tarde, Senadores da República preocupados com o meio ambiente, em ver alguns membros do Senado Federal com essa dedicação. E mais uma vez eu gostaria de dizer, se me permitem: Guaraqueçaba tem 313 mil hectares, que abriga dois dos maiores protegidos remanescentes de floresta atlântica, que é o paraíso das ONGs americanas. Esse jornal não escreverá mais isso, porque eles conseguiram uma liminar na Justiça e não poderá falar mais deles, sob pena de sua edição ser apreendida.

Portanto, coloco-me à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar, retorno a palavra à Relatora para fazer as considerações finais, se for seu desejo.

A SR^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente da Comissão do Meio Ambiente do Estado do Paraná, meus nobres colegas, é lamentável, mas nesta Casa temos muitos trabalhos e nos mesmos horários, impossibilitando-nos de acompanhar alguns trabalhos desde o início. Acho

até que o próprio Senador Tião Viana não chegou a tempo de ouvir todos os detalhes aqui expostos pelo Deputado.

O que mais me preocupou, e acho que é também a preocupação do Deputado, foi o fato de uma empresa nacional, como a Boticário, ter uma fundação, já constar uma aquisição de 2,4 mil hectares de terra, mas não ser encontrada pela Comissão, que executou um bonito e produtivo trabalho, em qual cartório toda essa extensão de terra está registrada e como se deu essa aquisição. Então, é louvável que exista essa empresa, também louvo. A Boticário emprega muita gente, tem um faturamento mensal bastante elevado, contribui para a arrecadação de impostos pela União, arrecadação de renda para a União. Mas vamos analisar que essa grande aquisição seja até para que a fauna seja explorada nessas terras, que eles possam estar fabricando seus produtos, seus cosméticos, que sabemos tem um mercado incrível, não só mundial como nacionalmente. Mas não é concebível que uma empresa dessa, mesmo sendo nacional, já que fez essa grande aquisição de terras, não empregue, não tire parte do seu faturamento para ajudar uma comunidade tão pobre, como falou aqui o Deputado. É uma comunidade que passa fome, que não tem uma creche, não tem escola, não tem posto de saúde. Porque isso é o principal. É lamentável que essa empresa não possa oferecer empregos nessa comunidade, haja vista que a própria fundação tem apenas quatro funcionários.

O SR. TIÃO VIANA – A SPVS tem 50 funcionários, e cada um ganha dois salários mínimos.

A SRª MARLUCE PINTO – Essa informação não foi dita aqui.

O SR. TIÃO VIANA – O debate começa a tomar outro rumo. Então, eu gostaria de participar, dizendo que a obrigação de resolver o problema da fome, da saúde e da educação é do Estado.

A culpa é do Governador do Paraná, que pertence ao PFL, e não de uma organização não-governamental.

A SRª MARLUCE PINTO – Senador, estamos aqui tratando de organizações não-governamentais, e a CPI se prende apenas a esse assunto. E tenho me pautado sempre dessa forma.

O SR. TIÃO VIANA – Mas saúde e educação...

A SRª MARLUCE PINTO – Sim, concordo, é obrigação do Estado.

Muitos brasileiros ainda não têm nem terra, e como é que uma organização não-governamental, que celebra convênios com órgãos públicos do País e também recebe recursos em dólar de outros países, não presta conta do que recebe e nem ao menos emprega um percentual de tudo que está sendo adquirido? Adquirem terras, mas não sabemos por quanto, acredito que seja por valores irrisórios. Não me convence a situação de um Estado já desenvolvido como o Paraná. A Comissão do Meio Ambiente chegou à conclusão de que nada foi feito em termos sociais, não conseguiu encontrar nem mesmo o cartório onde devem ter sido registradas essas terras. Então, não sabemos se é cessão de posse, se há contrato de compra e venda ou mesmo se foi feito o registro.

O objetivo da nossa Comissão não é analisar quais os erros das administrações, dos governos estaduais e muito menos do Governo Federal. Estamos analisando as ONGs. Sabemos que há muitas delas que empregam recursos na área de saúde, como já foi dito aqui, sabemos que a própria Fundação de Saúde mantém convênios com organizações não-governamentais para prestação de serviços na área de saúde.

Foi muito bem lembrado pelo Senador Moreira Mendes, que diz quando uma prefeitura realmente recebe recursos, seja qual for o valor, por mais irrisório que seja. Vamos pensar numa pequena prefeitura lá no interior do Norte – ela não gera renda para ter um corpo técnico trabalhando na elaboração de convênios e fazendo suas prestações de contas. Nesses lugares, o comum é que um secretário designado para executar esse trabalho ganhe R\$200,00, R\$300,00 por mês, e possivelmente não deve ter condições de apresentar um trabalho eficiente. Então, a prefeitura é penalizada, fica inadimplente por não prestar contas, ou então presta contas mas não apresenta todos os documentos exigidos. Havendo destinação de R\$50 mil ou até menos para uma prefeitura dessas e ela ainda fica inadimplente sem receber recursos, como é que uma ONG tem o privilégio de se instalar em nosso País, seja ela nacional ou estrangeira, e receber recursos e não termos conhecimentos, quando o próprio Governo, para conseguir qualquer empréstimo externo, precisa da aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos e do Plenário? Será que vamos deixar que se instalem mais e mais organizações não-governamentais e que recebam recursos, sem que saibamos como são gastos? Sinceramente, Se-

nador Tião Viana, se elas estiverem empregando muito bem esses recursos, acho ótimo.

Já foi dito aqui, desde o início, que esta Comissão não foi instalada para fazer injustiças. Muito pelo contrário, quando chegarmos ao final dos trabalhos e se tivermos a conclusão de que todas as ONGs que recebem recursos, sejam nacionais ou estrangeiras, estão empregando bem esses recursos, vamos dar vivas e cooperar para a instalação de outras. Agora, o que me impressionou é que são 2.400 ha de terra! É muita terra, sem que saibamos a finalidade, como foi feita a aquisição, se essas terras estão sendo produtivas, se há um faturamento para a fundação ou para as ONGs e nada é revertido para a área social.

Sei que a obrigatoriedade é do Governo Federal, mas para isso também deve haver recursos. Tanto o Governo Federal quanto o Estadual têm sua obrigação. Contudo, mais obrigação temos nós, Senadores, pois somos representantes dos Estados. Para isso existe a paridade. O meu Estado, Roraima, tem a menor população do País, mas tem três Senadores, como tem o Estado de São Paulo, com a maior população do País. Então, a responsabilidade de fiscalizar e de encontrar o erro é nossa.

Para uma empresa privada instalar-se em qualquer lugar, ela tem que comprar o terreno; se fizer empréstimo nos bancos, pagará juros; se não pagá-los na data do vencimento, pagará juros sobre juros. Além disso, ela paga todas as obrigações sociais de seus empregados e tem que se preocupar com o lucro da empresa. E, se não existirem as empresas privadas, onde o povo trabalhará? Há toda essa exigência com as empresas privadas nacionais. Contudo, não nos preocupamos com as ONGs que se instalam. É tudo muito fácil para elas. Se o dinheiro viesse só de fora, tudo bem. Mas está comprovado que não. Ele declarou que não conseguiu as cópias de todos os convênios. E não se sabe onde se empregaram um R\$1,5 milhão!

Portanto, temos que rever isso. Será ótimo se, depois de examinarmos tudo o que foi dito, o resultado for positivo. Declararemos para o País e para as pessoas que nos estão ouvindo que realmente as ONGs estão beneficiando muito o nosso País. Contudo, até que não se prove o contrário, nossa obrigação é fiscalizar, é procurar entender melhor a situação.

Sinceramente, moramos num Estado onde há ONGs, índios, onde a terra precisa ser preservada e onde ainda há muita fome. No dia-a-dia, lutamos para

conseguir mais recursos nesta Comissão de Orçamento. V. Ex^a mesmo percebe que nós, do Norte, somos os que mais ficamos na Comissão do Orçamento, porque nossos Estados não têm o privilégio de ter uma renda que satisfaça às suas necessidades. Muitas vezes, ficamos aqui até de madrugada, mesmo conseguindo pouco. Depois, fazemos peregrinações aos Ministérios, para levar recursos àquelas prefeituras mais carentes. E tudo isso é fiscalizado, V. Ex^a sabe disso.

Sei que V. Ex^a faz um brilhante trabalho aqui. Não estou dizendo isso para jogar confete, pois não sou disso. Gosto mais da ação do que do discurso. V. Ex^a já pôde chegar a essa conclusão, pelo tempo em que está no Senado. Fico muito mais em comissões técnicas e nos Ministérios, atrás dos recursos, do que com a preocupação do discurso, porque não me sobra tempo. Posso não conseguir muito, mas, ao menos, procuro ser criteriosa nessa parte, para que aqueles que têm mais recebam menos, e os que têm menos recebam mais.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra, porque é necessário um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria realmente de apelar a V. Ex^a que fosse breve. Estamos fugindo um pouco do objetivo.

O SR. TIÃO VIANA – Claro, Sr. Presidente. Serrei bem objetivo. Tive o cuidado de, na minha manifestação, ser absolutamente objetivo e pautar-me exclusivamente na matéria. Mas entendo que é um assunto tão motivante e tão interessante que envolve reflexões mais amplas, como o fizeram o Deputado e a Senadora Marluce Pinto. E eu não poderia deixar de também fazer um comentário subjetivo.

Tenho a clara compreensão de que é preciso ter cuidado quanto à entrada e aplicação de qualquer capital estrangeiro em nosso País. Mas não tenho receio de que esse capital, quando venha com intenção positiva, possa ser ameaçador, como muito bem observou o Senador Leomar Quintanilha. A preocupação com essas pessoas que passam dificuldades lá é de todos, mas principalmente e constitucionalmente dos Governos que ali atuam – municipal, estadual e federal. Não se pode fugir a isso; senão vamos responsabilizar agora as ONGs pela crise, pela fome e pelo desemprego do Brasil.

Sei que a Fundação O Boticário, cujos donos não conheço, é uma empresa do Paraná – brasileira, portanto – e que emprega mais pessoas do que o lati-

fúndio improdutivo deste País. Mas não devemos perder tempo nesse tipo de discussão.

Cito um exemplo objetivo. Trata-se de um irlandês que atua no meu Estado desde 1970 numa ação missionária combatendo a hanseníase. Ele conseguiu reduzir de 110/1000 para 7/1000 e talvez já para 5/1000 os casos de hanseníase no meu Estado. Praticamente uma ação fantástica, extraordinária, trazendo dinheiro da Irlanda, da Itália. E ajudou tanto a nossa região. Só não tenho medo da solidariedade internacional; caso contrário, vamos rejeitar o Papa, que manda ajuda para o nosso País. Não é isso que interessa. Não é essa a razão aqui.

Se os países de Primeiro Mundo investissem 0,7% do PIB no Terceiro Mundo, não haveria fome no mundo. Então, por favor, dinheiro internacional é bem-vindo. Mas não podemos confundir neste debate a origem e a finalidade da visão de soberania, preocupação do Deputado, da Senadora Marluce Pinto e de V. Ex^a e de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar a reunião, quero fazer comentários breves. Primeiramente, quero dizer, como todos o fizeram, que o objetivo desta CPI é investigar as ONGs que estiverem agindo irregularmente. Portanto, as ONGs que estão agindo regularmente deveriam ajudar esta CPI de maneira efetiva, porque o resultado será um atestado favorável para aquelas que agem regularmente. E, para as que agem irregularmente, o resultado será realmente desfavorável, pois terão o enquadramento legal previsto.

No caso específico das duas organizações analisadas hoje (a organização O Boticário e a SPVS, do Estado do Paraná) tivemos informações preliminares trazidas pelo Deputado Neivo Beraldin e pelo Deputado Federal Max Mauro, o qual encaminhou uma documentação que será autuada, analisada. Depois adotaremos com muita cautela e prudência o espaço seguinte.

Já ouvimos uma entidade do Estado do Amazonas, a Cooperíndio, que tem denúncia de envolvimento com extração ilegal de minérios. Ouvimos uma organização que atua no Estado de Roraima com suspeita de aquisição irregular de terras. E agora discutimos essas duas entidades.

Obviamente ouviremos as duas entidades, para estabelecer o contraditório e saber exatamente o que elas têm a dizer em sua defesa ou esclarecer, porque, aliás, não aconteceram acusações tão graves.

E gostaria de deixar um aviso final. Na próxima semana, não haverá reunião da Comissão. Quere-

mos que, na próxima semana, os assessores da Comissão se debrucem sobre os documentos dessas três entidades, para que possamos definir a convocação das pessoas que julgarmos necessárias e que já estão aprovadas para uma próxima oportunidade.

No dia 9 de outubro, faremos uma reunião administrativa para, em decorrência da análise dos documentos pelos assessores da Comissão, deliberarmos sobre as informações que eles prestarem e votarmos vários requerimentos que estão na Comissão há alguns dias – hoje foram apresentados três requerimentos.

Repito. Na próxima semana, haverá trabalho interno da Comissão. No dia 9 de outubro, realizaremos uma reunião administrativa para votarmos os requerimentos e deliberarmos sobre as informações que a assessoria técnica nos prestar e outros assuntos que venham ao conhecimento desta CPI, logicamente.

Agradeço ao Deputado Neivo Beraldin. Digo a V. Ex^a, como temos dito a todos que vieram aqui, que esta não é uma comissão de julgamento e, sim, de inquérito. Estamos aqui justamente levantando os dados para, ao final, chegarmos às conclusões. O que não podemos é ficar com essa situação dúbia que pode contaminar todas as organizações não-governamentais. Temos que separar o joio do trigo. Obviamente, com aquelas entidades que estiverem trabalhando bem, mesmo – como disse o Senador Tião Viana – captando recursos fora, aplicando-os em benefício da população, não há nenhum problema, nenhuma ilegalidade. Entretanto, por exemplo, se constatarmos que estão adquirindo terras para outras finalidades ou se estão, como nos parece, extraindo minerais de algumas áreas, de maneira ilegal, obviamente, vamos, ao final, ouvidas todas as partes, tirar as nossas conclusões.

Todos os Senadores daqui, independentemente do Partido, temos o mesmo pensamento. Tanto é que tenho constatado que esta CPI talvez seja a mais discreta que existiu no Senado até aqui. Não estamos preocupados com holofotes, não estamos preocupados em estarmos fazendo estardalhaço – nem a relatora, nem eu, como Presidente, nem qualquer membro da Comissão. O que queremos é fazer um trabalho sério, cauteloso, mas que tenha um resultado em benefício de toda a população brasileira.

Muito obrigado.

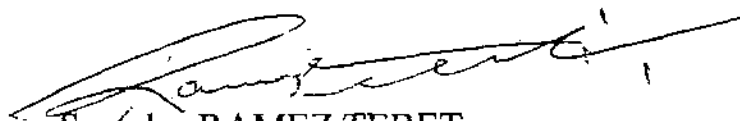
(Levanta-se a reunião às 19h46min.)

ATO DO PRESIDENTE Nº273 DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE exonerar, a pedido, o servidor FERNANDO ARRUDA MOURA do cargo, em comissão, de Consultor-Geral Legislativo Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 274 DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE exonerar, a pedido, o servidor ROBERTO BARBOSA DE CASTRO do cargo, em comissão, de Consultor-Geral Legislativo Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 275 DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE designar o servidor ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES para exercer o cargo, em comissão, de Consultor-Geral Legislativo Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 276 DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE designar a servidora ANA LUIZA FLECK SAIBRO para exercer o cargo, em comissão, de Consultor-Geral Legislativo Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 277 DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE designar, para substituir o Consultor-Geral Legislativo em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, a Consultora-Geral Adjunta ANA LUIZA FLECK SAIBRO e, nos afastamentos ou impedimentos regulamentares deste, o Consultor-Geral Adjunto ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001



Senador RAMEZ TEBET

Presidente

ATO DO PRESIDENTE

N.º 278, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015513/01-7,

RESOLVE dispensar o servidor OTÁVIO FERREIRA LIMA, matrícula 4598, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001.



Senador Ramez Tebet

Presidente

ATO DO PRESIDENTE**N.º 279, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015514/01-3,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ, matrícula 1463, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, com efeitos financeiros a partir 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001.



Senador RAMEZ-TEBET

Presidente

ATO DO PRESIDENTE**Nº 280, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

exonerar **JUDITE BRITO DA SILVA** do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-4, do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001.



Senador RAMEZ TEBET

Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE

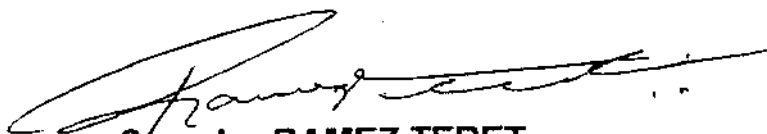
Nº 281, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **ELIZABETH BEGONHA FERREIRA DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2157, de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **PAULO GOMES DA SILVA FILHO**, matrícula 4027, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC-5, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO**, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno**, com efeitos financeiros a partir de **05 de novembro de 2001**.

Senado Federal, 7 de novembro

de 2001.

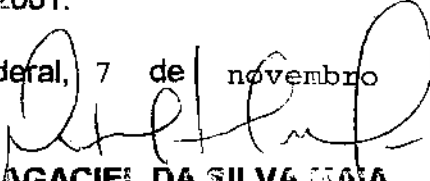

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2158 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **AFIVALDO LEONIS BASTOS JUNIOR**, matrícula 3879, para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC-4, do Serviço de Programação Visual da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 18 de outubro de 2001.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2159 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015513/01-7,

RESOLVE designar o servidor **OTÁVIO FERREIRA LIMA**, matrícula 4598, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 7 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2160, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012382/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor **MARCELO BASTOS TIGRE**, matrícula 3254, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, com efeitos financeiros a partir de 03 de setembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.

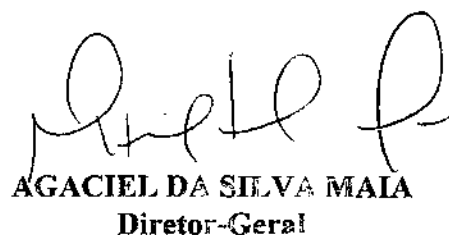

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2161, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015533/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **MYRIAN BECK BISOL**, matrícula 5156, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Senadora Emília Fernandes, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2162, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015535/01-0,

RESOLVE dispensar a servidora **ANDREYA CARNEIRO VIEIRA**, matrícula 4769, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



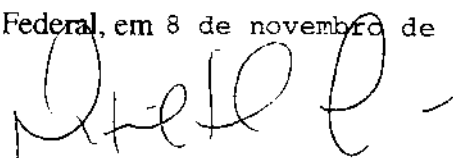
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2163, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015691/01-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA SOUZA DORIA** para exercer o cargo em comissão, de Assistente Parlamentar. AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



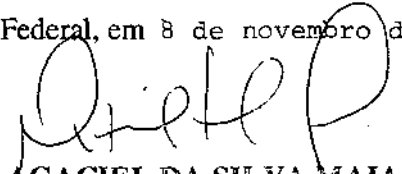
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2164 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015692/01-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AUGUSTINHO FRANCO LAMEIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.

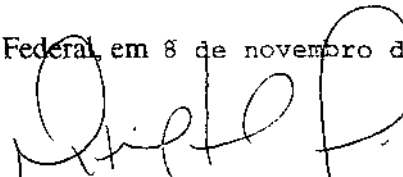

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2165 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015693/01-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGIVAL SANTOS PORTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2166 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015662/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor **TELMO TOLEDO TENORIO**, matrícula 3349, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Advocacia do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 2001, e lotá-lo na Secretaria Especial de Editoração e Publicações a partir da mesma data.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2167 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015254/01-1;

RESOLVE designar o servidor **ANTÔNIO RICARDO MAITA DE AZEVEDO**, matrícula 5164, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Liderança do PSB, com efeitos financeiros a partir de 29 de outubro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2168, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015255/01-8,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO JOSÉ T. CRUZ DE C. P. PESSOA, matrícula 0351, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 29 de outubro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2169, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 0155512/01-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DO SOCORRO VASCONCELOS FORMIGA, matrícula 3605, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Comissões, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2170, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015511/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora **ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA**, matrícula 1863, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, com efeitos financeiros a partir 01 novembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



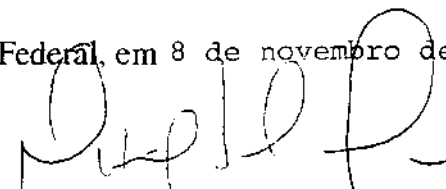
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2171, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015757/01-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO NORTON LIMA JÚNIOR**, matrícula n.º 31.960, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

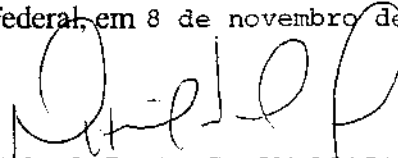
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2172, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 15.747/01-8,

R E S O L V E exonerar **ISABELA LOPES MARTIN**, matrícula n.º 31.996, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

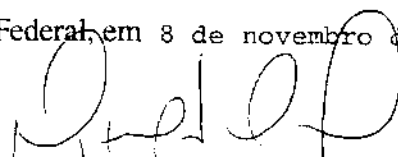
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2173, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 15.749/01-0,

R E S O L V E exonerar **LEYANE MAGALHÃES FERREIRA**, matrícula n.º 31.177, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar. AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.

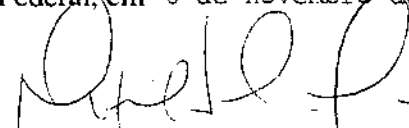

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2174, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 15.754/01-4,

R E S O L V E exonerar **JOSE CARLOS DE OLIVEIRA COSTA**, matrícula n.º 32.031, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

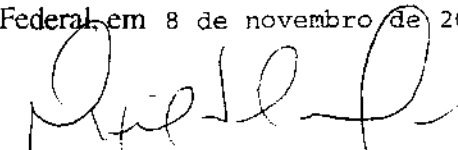
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2175, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015.755/01-0,

R E S O L V E exonerar **REGIS AUGUSTO SOUZA DA CUNHA**, matrícula n.º 31.099, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

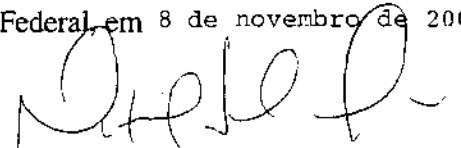
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2176, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 15.748/01-4,

R E S O L V E exonerar **JOANA ANGÉLICA MARINHO**, matrícula n.º 30.126, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

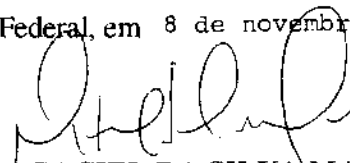
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2177, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 15.746/01-1,

R E S O L V E exonerar **EVANDRO NOGUEIRA DE SOUZA**, matrícula n.º 31.910, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

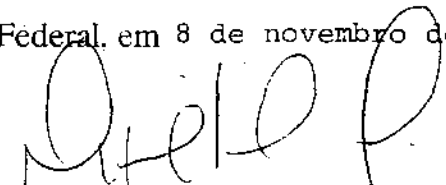
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2178 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015785/01-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO MATTOS JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Hartung.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



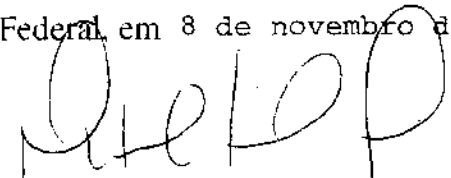
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2179 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015753/01-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **REGIS COELHO AGUIAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

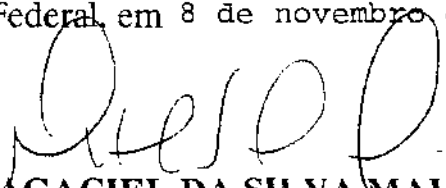
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2180 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015750/01-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SEBASTIANA MARIA FEIJO ALVES HOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

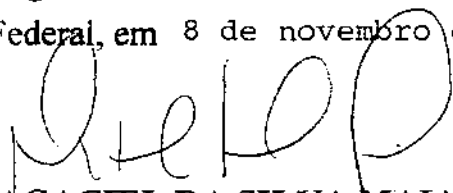
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2181, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015784/01-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROBSON LEITE NASCIMENTO**, matrícula n.º 31.870, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Paulo Hartung.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.

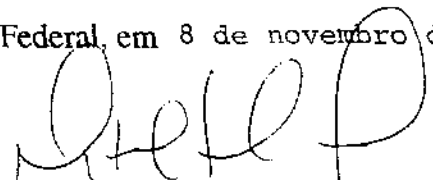

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2182 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015752/01-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CLAUDIO FERREIRA LIMA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



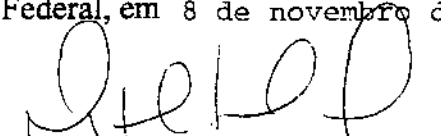
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2183 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015756/01-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILSON DA SILVA VICENTINO**, matrícula n.º 31.550, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

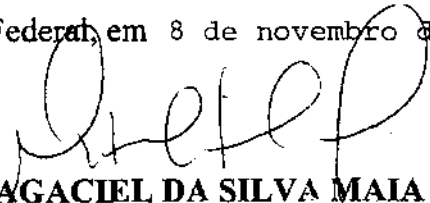
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2184 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015737/01-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OSCAR BENTANCUR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Emilia Fernandes.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

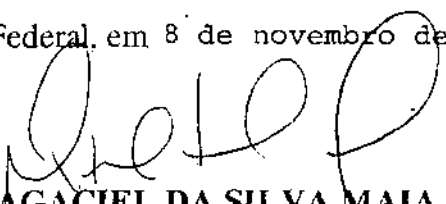
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2185 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015751/01-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CLAUDIO FERREIRA LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 8 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2186, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015456/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor MAERLE FIGUEIRA DE F. LIMA, matrícula 3191, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-5, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2187, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015499/01-4,

RESOLVE dispensar o servidor ALDEMIR JULIÃO DA SILVA, matrícula 2534, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Expediente, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-5, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2001.

Senado Federal, 8 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral